

1979 - 2009

30
ANOS

Conselho Federal de Serviço Social (Org.)
ABEPSS, ENESSO, CRESS/SP (Co-orgs.)

CONGRESSO DA virada

"Começaria tudo outra vez se preciso fosse"

— Greve nas obras de expansão da CSN em Volta Redonda/RJ

— Greve metalúrgica na Beigo-Mineira, João Monlevade/MG

— Luiz Carlos Prestes retorna do exílio

— Canaveiros paralizam usinas em Pernambuco

— Morto pela polícia líder operário Santo Dias da Silva em São Paulo. Mais de 10 mil protestam no enterro

— Eleição direta na UNE

— Gregório Bezerra e Hércules Correia retornam do exílio

— A polícia militar mata Guido Leon dos Santos durante greve em MG

— III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

— Greve dos metalúrgicos de Betim, Contagem e Belo Horizonte/MG

— Miguel Arraes retorna do exílio

— Greve nos bancos do Rio e São Paulo. Intervenção nos sindicatos

— Greve metalúrgica em diversas cidades do RJ

— Leonel Brizola retorna do exílio

— Greve nos bancos de Porto Alegre/RS

— Movimento Pró-Artista/RJ faz comício em frente à Assembleia Legislativa

— Começa mobilização da 1ª greve de canaveiros/PE

— Congresso da mulher metalúrgica de São Paulo

— O STM declara anistiados 316 réus



30
ANOS

CONGRESSO da
virada

Brasília, novembro de 2009
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS

Presidente: Ivanete Salete Boschetti (DF); Vice-presidente: Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (CE); 1ª Secretária: Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP); 2ª Secretária: Neile d'Oran Pinheiro (AM); 1ª Tesoureira: Rosa Helena Stein (DF); 2ª Tesoureira: Telma Ferraz da Silva (BA); Conselho Fiscal: Silvana Mara de Moraes dos Santos (RN); Pedro Alves Fernandes (MG); Kátia Regina Madeira (SC); Suplentes: Edval Bernardino Campos (PA); Rodriane de Oliveira Souza (RJ); Marinete Cordeiro Moreira (RJ); Kênia Augusta Figueiredo (MG); Erivã Garcia Velasco (MT); Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PE); Maria Elisa dos Santos Braga (SP); Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS); Marylúcia Mesquita Palmeira (CE).

Co-organizadores: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 9ª Região/SP

Presidente: Aurea Satomi Fuziwara; Vice-presidente: Eloísa Gabriel dos Santos; 1º Secretário: Wagner Hosokawa; 2º Secretária: Marlene Merisse; 1ª Tesoureira: Katia Cilene Barbosa; 2ª Tesoureira: Edson Maurício Cabral; Conselho Fiscal: Leonir Viana dos Santos; Renata Maria de Souza; Terezinha de Fátima Rodrigues; Suplentes: Ivani Bragato Canossa; Luciano Alves; Maria Antunes dos Santos Castilho; Sônia Helena Martinhon; Vanice Aparecida Alves; Andresa Lopes dos Santos; Mônica Fernandes de Albuquerque.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

Presidente: Elaine Rossetti Behring (UERJ); Secretária: Alba Tereza Barroso de Castro (UERJ); Tesoureiro: Maurílio Castro de Matos (UERJ); Coordenação Nacional de Graduação: Sâmya Rodrigues Ramos (UERN); Coordenação Nacional de Pós-graduação: Yolanda Demétrio Aparecido Guerra (UFRJ); Coordenação de Relações Internacionais: Carlos Montañó (UFRJ); Representante Discente Nacional de Graduação: Maria Aparecida Milanez Cavalcante (UFPI); Suplente: Sheila Dias Almeida; Representante Discente Nacional de Pós-graduação: Rosângela Oliveira Gonzaga de Almeida; Suplente: Sandra Oliveira Teixeira; Suplente da Diretoria: Marlene Teixeira Rodrigues (UNB); Suplente da Diretoria: Maria Lúcia Duriguetto (UFJF); Regional Norte, Vice-presidente: Lília Penha Viana Silva (UFMA); Regional Nordeste, Vice-presidente: Josiane Soares Santos (UFS); Regional Centro-Oeste, Vice-presidente: Regina Sueli de Sousa (UCG); Regional Leste, Vice-presidente: Cláudia Mônica Santos (UFJF); Regional Sul I, Vice-presidente: Alzira Maria Batista Lewgoy (PUCRS); Regional Sul II, Vice-presidente: Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP).

Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO

Coordenadora Geral: Clara Gomide Saraiva (UFRJ); Secretária Geral: Letícia Masuet (UERJ); Formação Político-Profissional: Malu Ribeiro Vale (UFRJ); Comunicação: Rosy Hellen Ribeiro Araujo (UFF/Niterói); Finanças: Luciana da Costa Freitas (UFRJ); Movimentos Sociais, Cultura e Valores: Rafaela Cristina Bonifácio Albergaria (URFJ); Relações Internacionais: Eder Frossard de Andrade (UNIFOA).

Produção editorial

Coordenação de produção: *Ivanete Boschetti - CFESS*

Edição: *CFESS*

Pesquisa de Imagens no CPDOC-JB: *Márcia Carnaval*

Edição e tratamento de Imagens: *Márcia Carnaval*

Revisão: *Hélia Caixeta*

Projeto gráfico e capa: *Márcia Carnaval*

Agradecimento a todos/as que responderam as entrevistas e enviaram os textos solicitados pelas entidades.

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

SCS Quadra 2 Bloco C - Edf. Serra Dourada - Salas 312-318 - CEP: 70300-902 - Brasília/DF

Fone: (61) 3223.1652 - Fax: (61) 3223.2420 - cfess@cfess.org.br - www.cfess.org.br

Tiragem: 3000 exemplares

30 Anos do Congresso da Virada / Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador), Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-organizadores). – Brasília, 2009.
272 p.; 23 cm.

Inclui Bibliografia
ISBN 978-85-99447-06-2

1. Congresso da Virada. 2. Serviço Social.

30 Anos do Congresso da Virada

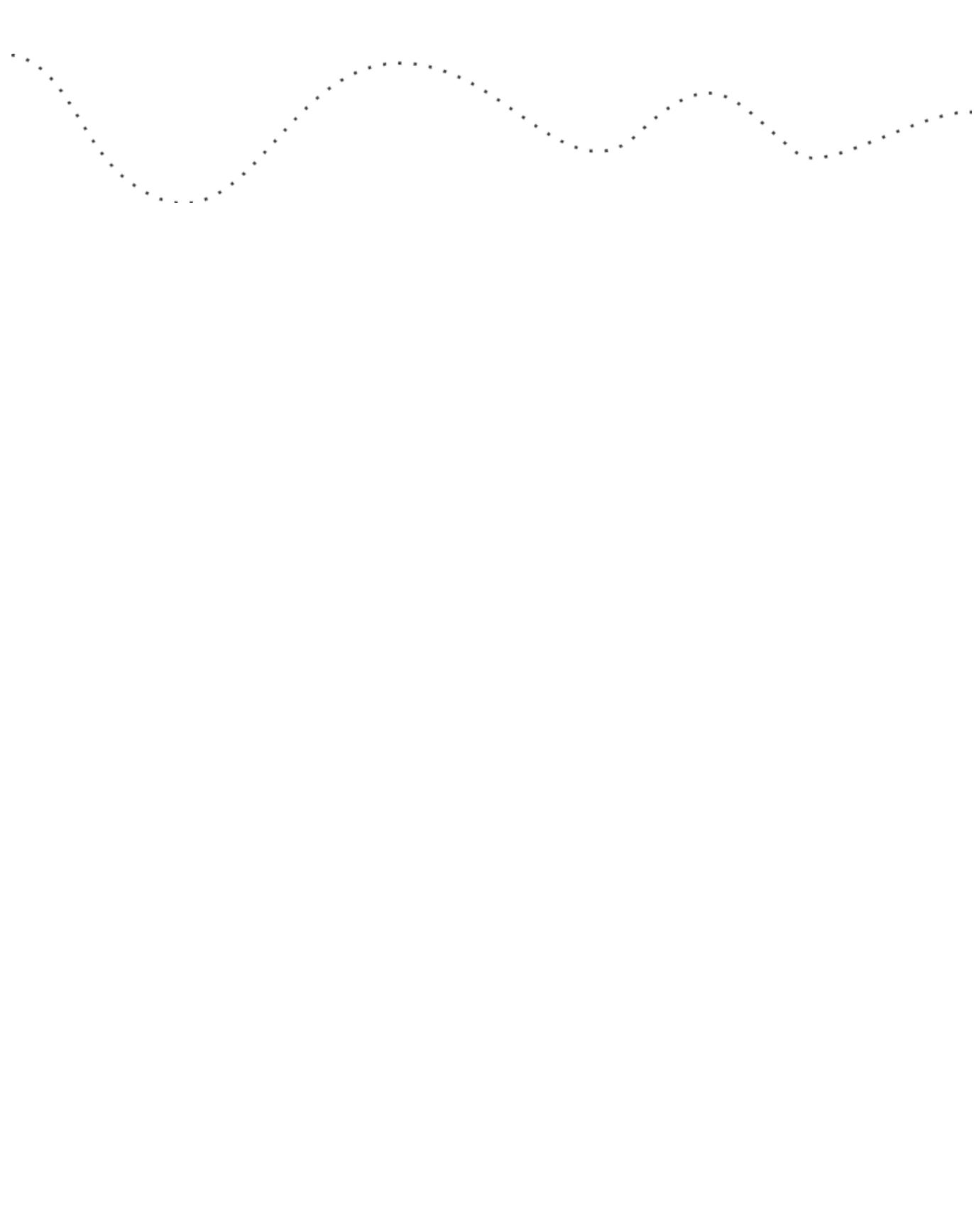
Organizador: Conselho Federal de Serviço Social

Co-organizadores: ABEPSS, ENESSO, CRESS/SP



Associação
Brasileira de
Ensino e
Pesquisa em
Serviço
Social







Sumário

..... Apresentação

Começaríamos Tudo Outra Vez

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS 7

III CBAS: Algumas Referências para a sua Contextualização

José Paulo Netto 15

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na Conjuntura dos Anos 70

Vicente de Paula Faleiros 43

A Organização Política do Serviço Social e o Papel da CENEAS/ANAS na Virada do Serviço Social Brasileiro

Maria Beatriz Abramides e Maria do Socorro Cabral 55

..... Entrevistas

A PERSPECTIVA DO III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Aldaiza Sposati 81

Maria Lucia Martinelli 97

PROCESSO E SIGNIFICADO DA VIRADA

Luiza Erundina 107

Regina Marconi 121

Marcia Pinheiro 131

Celia Vilarinho 139

..... Manifesto das Entidades

TRINTA ANOS DE PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL E O DESAFIO DAS ENTIDADES

CFESS - O Projeto Ético Político Profissional Trinta Anos
Depois: Sentido e Desafios

Ivanete Boschetti 145

ABEPSS - O Protagonismo da ABEPSS no Passado e no Presente:
30 Anos de Lutas

Elaine Rossetti Behring e Sâmia Rodrigues Ramos 157

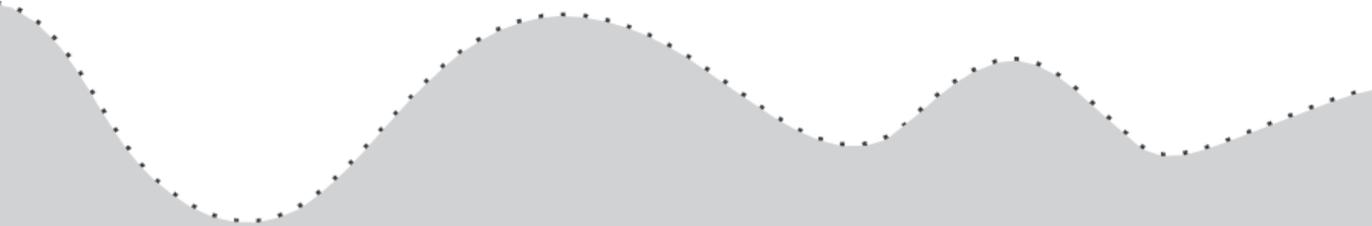
..... Anexos

Programa Oficial do III CBAS 173

Moções Aprovadas no III CBAS 185

Apresentação





COMEÇARÍAMOS TUDO OUTRA VEZ

Com imenso contentamento apresentamos essa publicação como parte das comemorações dos 30 anos do “Congresso da Virada” – como ficou denominado o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) realizado em 1979 em São Paulo – que busca resgatar e registrar na história a memória desse momento.

Convidamos você a refletir sobre o significado desse processo, que teve um impacto incomensurável para as mudanças que se seguiram. De um ponto de vista teórico, nesses 30 anos, a interlocução do Serviço Social com o pensamento de Marx favoreceu tanto o enfrentamento ao conservadorismo, quanto as formas variadas de simplificação na análise da sociedade capitalista e suas inflexões nas demandas e desafios postos à profissão. São 30 anos de construção de um projeto profissional fundado no pensamento crítico, na perspectiva de sintonizar a categoria profissional com a apreensão da realidade em sua complexidade e densidade histórica.

A maturidade teórico-ético-política é um processo dinâmico, permeado por polêmicas, debates e conquistada de forma coletiva, com envolvimento

dos diferentes sujeitos que fazem a profissão. Merece destaque nesse processo o protagonismo das entidades nacionais da categoria – Conjunto CFESS/ CRESS, ABEPSS e ENESSO – e sua direção democrática no cumprimento de suas agendas políticas e na interlocução com outros sujeitos coletivos no campo da esquerda, sem perder sua autonomia e capacidade de reflexão crítica.

Destaca-se, também, a criação dos Cursos de Pós-graduação, que contribuíram para legitimar a profissão no universo acadêmico, para a formação de pesquisadores(as) e para a realização de estudos que possibilitaram a apreensão da obra marxiana como um legado fundamental para desvendar, numa perspectiva de totalidade, o sistema complexo de desenvolvimento da sociabilidade. Esse movimento foi essencial para tematizar o trabalho em sua dimensão ontológica, como uma atividade fundante à vida dos indivíduos, presente em todo tipo de sociedade, bem como apreender suas particularidades sob o domínio do capital, situação histórica em que a riqueza socialmente produzida é apropriada pela classe dominante, ficando as classes trabalhadoras submetidas a processos variados de exploração da sua força de trabalho.

O que hoje denominamos Projeto Ético-Político-Profissional é, portanto, síntese de muitas gerações de profissionais, de lutas e contribuições de sujeitos individuais e coletivos que vivenciaram muitas “viradas”, com conquistas que são patrimônio coletivo da categoria e da sociedade. Embora este projeto não seja exclusivo, visto que há outras concepções da profissão presentes no universo da formação e do exercício profissional, não temos dúvidas que foi por meio dele que o Serviço Social brasileiro conquistou respeitabilidade e visibilidade social em nível nacional e internacional. Sua capacidade de análise crítica da relação entre capital e trabalho tem sido essencial na identificação de como as determinações classistas incidem nas respostas do Estado às expressões da questão social, na regulação dos direitos, na formulação das políticas sociais e na compreensão do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho. Tais elementos foram imprescindíveis para a aprovação da Lei de Regulamentação da profissão em 1993, e para os avanços no campo da ética

com os Códigos de Ética de 1986, e sua atualização em 1993, o que muito contribuiu para o reconhecimento da população usuária como sujeito de direitos e para o tratamento crítico e fundado na liberdade, dispensado à análise das grandes questões da vida social que atravessam todos os espaços sócio-ocupacionais de intervenção da profissão.

Por tudo isso, podemos afirmar que são 30 anos do Serviço Social brasileiro na luta contra a desigualdade. São 30 anos na resistência às investidas do capital, que para legitimar-se desqualifica e destitui de sentido as lutas das classes trabalhadoras. A tendência prevaiente tem sido a efetivação de um tipo de sociabilidade destrutiva em que a força de trabalho, chave motriz mais preciosa na produção da riqueza, é explorada em trabalhos temporários e/ou precarizados, convivendo diariamente com a incerteza quanto ao futuro nas coisas mais simples da vida. É um tempo histórico de predomínio do subemprego, do desemprego, da regressão dos direitos, da focalização e fragmentação das políticas sociais, em que as iniciativas do capital para garantir seu projeto de acumulação tem ocasionado a barbárie na vida social. A violência é expressão dessa barbárie, e se manifesta com índice elevado, intensidade e crueldade, atingindo tanto os ambientes de trabalho, lazer e familiar, quanto as ruas, praças e avenidas das pequenas, medias e grandes cidades.

Nas últimas quatro décadas, o sistema do capital demonstrou enorme capacidade de projetar mudanças para restaurar suas condições objetivas para acumulação e com isto afasta cada vez mais as possibilidades de socialização da riqueza material e cultural socialmente produzida. Desenvolve um complexo ideológico tão articulado que consegue adesão ativa dos indivíduos para a manutenção dos valores e formas de convivência fundadas na competição, no individualismo, na indiferença com o sofrimento humano e na criminalização dos pobres, como se este modo de viver fosse a única possibilidade histórica. O capital apresenta-se como projeto societário mundializado e conquista para seu universo militante, sujeitos individuais e coletivos que, durante uma larga trajetória, se constituíram expressões do projeto das classes trabalhadoras. Tudo alcança, atinge e põe sob sua direção e controle.

Diante das formas combinadas de exploração da força de trabalho, em que o capital impõe simultaneamente alta tecnologia e presença do trabalho escravo, qualquer tentativa de romantização e de tornar o trabalho uma atividade idílica foi solapada. A organização da produção e reprodução da vida social sob a inspiração *taylorista* e *fordista* transformou os indivíduos em máquinas, em engrenagens descartáveis, padronizados e robotizados. Hoje, a produção sob a perspectiva da acumulação flexível, com a presença do desenvolvimento tecnológico, com a microeletrônica, a robotização, as novas técnicas utilizadas na organização do trabalho, a valorização do trabalho em equipe e a inserção nos ambientes institucionais de atividades físicas e de lazer (aparentemente voltadas para fortalecer a subjetividade dos indivíduos) têm transformado trabalhadores e trabalhadoras em “parceiros dóceis do capital”.

Nesses tempos regressivos e nesta seara de mudanças na relação entre Estado e Sociedade, com implicações na organização do trabalho e no contexto de um conjunto de contra-reformas (Trabalhista, na Previdência e na Educação) em que são efetivadas iniciativas de desregulamentação do trabalho, das profissões e de conquistas históricas da classe trabalhadora, continuamos a escrever a história contemporânea do Serviço Social brasileiro na luta. Seguimos na defesa intransigente do trabalho como condição essencial para a realização histórica dos sujeitos sendo, portanto, uma questão presente na agenda de luta do Conjunto CFESS/CRESS nos dias atuais. Lutamos pela realização de concursos públicos e por condições de trabalho conforme a resolução CFESS nº493/2006. Em articulação com a ABEPSS e a ENESSO, estamos implementando um plano de lutas em defesa da qualidade da formação e do exercício profissional e dos serviços prestados à população, na defesa qualificada do Projeto Ético-Político-Profissional.

Por tudo isso, convidamos você a lembrar o significado do “Congresso da Virada” e se nutrir da coragem, vontade política organizada, rebeldia e criticidade, tão presentes naquele momento, para tecer cotidianamente os fios coletivos das lutas sociais, imprescindíveis para fortalecer nossa capacidade de resistência, porque

(...) não há melhor resposta que o espetáculo da vida:
vê-la desafiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida.¹

Brasil, novembro de 2009
Conselho Federal de Serviço Social
Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta - 2008/2011



Ilustração de capa
de Marek Halter
para o *Jornal da
Associação
Profissional das
Assistentes Sociais
de São Paulo,
(APASSP)*, em
maio de 1979.



¹ João Cabral de Melo Neto, *Morte e vida severina*. In: *Serial e Antes*, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997.





30
ANOS

CONGRESSO DA
virada

1979 - 2009

Reprodução da fotografia apensa à matéria “O início de fato do III CBAS”, com a seguinte legenda: *os assistentes sociais protestam e reivindicam*. Publicada no *Jornal do III CBAS*, em 23 de setembro de 1979, página 3, fotografia de Nelson Correa. Acervo CFESS.





III CBAS: ALGUMAS REFERÊNCIAS PARA A SUA CONTEXTUALIZAÇÃO*

José Paulo Netto**

No âmbito do Serviço Social brasileiro contemporâneo – âmbito que registra a coexistência de várias concepções teórico-metodológicas, ídeo-políticas e profissionais, configurando um universo diferenciado e heteróclito –, existem poucos consensos. Um deles, talvez o de maior densidade, diz respeito ao fato de o *III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, realizado em São Paulo (SP), em fins de setembro de 1979, constituir uma referência indescartável no desenvolvimento da profissão. Nenhum assistente social ousaria questionar que o evento (ulterior e expressivamente designado como “Congresso da Virada”) possui, entre outros significados, um traço absolutamente destacado: o de ser “marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo o país” (Yazbek *et alii*, 2008:21). Entretanto, como se sabe e também indicarei, as implicações do III Congresso foram muito mais amplas e profundas.¹

O trigésimo aniversário da realização deste congresso dá a impressão de animar a categoria profissional de uma forma intensiva, estimulando nacionalmente celebrações em vários espaços corporativos e acadêmicos. Tudo indica que os trinta anos do “Congresso da Virada” não passarão em brancas nuvens – o que é extremamente saudável, em especial se, na evocação do evento, tivermos bem presente a sabedoria de Mário de Andrade, para quem *a história não é exemplo, é lição*.

O artigo agora publicado, com reflexões necessariamente breves e sumárias, visa, levando em conta principalmente as novas gerações de profissionais e estu-

* Este artigo foi originalmente redigido para o nº 100 de *Serviço Social & Sociedade*, periódico da Cortez Editora, comemorativo do trigésimo aniversário do III CBAS. Os editores deste livro agradecem à Cortez Editora a cessão dos direitos autorais para esta publicação.

** Professor titular do Departamento de Métodos e Técnicas da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



¹ A leitura do artigo que acabei de citar mostra que as autoras, corretamente, não reduzem a importância do “Congresso da Virada” às dimensões explicitadas na citação aqui feita.

dantes, contribuir para uma adequada contextualização histórica do “Congresso da Virada”, de modo a favorecer a sua compreensão também como *lição*².

A INSTAURAÇÃO DA DITADURA

A ditadura instaurada pelo golpe do 1º de abril de 1964 perdurou por cerca de vinte anos, esgotando-se na entrada dos anos 1980, quando já não dispôs mais de condições para reproduzir-se e, derrotada politicamente, foi obrigada, pela pressão do movimento democrático e popular, a pactuar a sua substituição por um regime político formalmente democrático³.

Os líderes civis (grandes empresários e proprietários rurais, políticos e servidores de empresas imperialistas, principalmente norte-americanas) e militares (operadores de conspirações antidemocráticas desde os anos 1940, depois inspirados nas referências, próprias da Guerra Fria, da ideologia da *segurança nacional*⁴) do movimento que derrubou o governo de João Goulart⁵ trataram sempre de caracterizá-lo como uma *revolução*. Esta qualificação – adornada por adjetivações: “*revolução de 31 de março*”, “*revolução salvadora*”, “*revolução redentora*” etc. – nunca passou de mero disfarce ideológico na busca para legitimar um golpe de força violador da ordem constitucional (como, aliás, um de seus chefes o reconheceu posteriormente⁶).

De fato, o movimento de abril de 1964 foi um episódio de um processo muito mais amplo: o processo de uma *contra-revolução preventiva implementada em escala mundial*, com o objetivo explícito de travar e reverter as tendências democratizantes e progressistas, mais ou menos radicais, que se registravam nas periferias capitalistas. Fomentado pelos Estados Unidos, este processo marcadamente anticomunista teve episódios em todos os quadrantes do então Terceiro Mundo: na África (uma série de intervenções destinadas a conter o ímpeto



² Talvez seja pertinente mencionar que o autor deste artigo não participou do evento – inclusive porque, à data da sua realização, estava mal chegado ao Brasil, depois de anos de ausência involuntária.

³ É larga a bibliografia que analisa em detalhe a ditadura, sua emergência e orientação econômica (entre tantos títulos, destaque-se: Ianni, 1981; Sodré, 1984; Moreira Alves, 1987; Soares e D’Araújo, orgs., 1994; Reis et alii, orgs., 2004); crônica ligeira é oferecida por Couto (1998); uma panorâmica jornalística (ainda inconclusa) é fornecida por Gaspari (2002, 2002a, 2003 e 2004); uma síntese analítica encontra-se em Netto (2009, cap. 1); consulte-se, ainda, Vv. Aa. (2004). Cabe notar que, nos últimos anos, tem-se desenvolvido acerca do golpe uma “literatura revisionista”; sobre ela, há indicações em Toledo (2004).

⁴ Para compreender a ideologia da *segurança nacional*, ainda hoje é precioso o trabalho de Comblin (1978); cf. também Oliveira (1976). Bons exemplos das concepções daqueles operadores podem ser verificados em D’Araújo, M. C. et alii, orgs. (1994).

⁵ Uma sinopse do governo Goulart é acessível em Bandeira (1977).

⁶ “O que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções fazem-se por uma idéia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart” (Ernesto Geisel, *apud* Gaspari, 2002: 138).

independentista nos marcos neocoloniais, pontuadas pelo assassinato de Lumumba, em 1961), na Ásia (exemplificado no sangrento golpe que, em 1965, abriu a via à derrubada do regime de Sukarno, na Indonésia) e na América Latina. Também aqui, com o êxito da Revolução Cubana (1959) tão somente acentuando a histórica tradição norte-americana de violentar a soberania dos Estados latino-americanos (entre 1824 e 1994 contam-se, pelo menos, 73 intervenções dos EUA na América Latina)⁷, a contra-revolução jogou pesadamente: tendo o seu primeiro grande passo exitoso com o golpe de 1964, no Brasil, avançou por mais de uma década e instaurou regimes ditatoriais no Chile, no Uruguai e na Argentina – e na segunda metade da década de 1970, todos os países do Cone Sul já viviam sob o terror estatal⁸.

Em todas as latitudes, o apoio norte-americano visava ao erguimento de regimes não apenas anticomunistas, mas sobretudo subservientes aos interesses dos Estados Unidos e das suas corporações imperialistas – e nada mais paradigmático, quanto a isto, que a declaração de Juracy Magalhães, logo que o regime instaurado no Brasil em 1964 nomeou-o embaixador em Washington: “[...] O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (Magalhães, 1996:325)⁹. O apoio norte-americano ao golpe do 1º de abril, suficientemente documentado (cf. Bandeira, 1973; Correa, 1977; Parker, 1977; Gaspari, 2002)¹⁰, está longe, porém, de significar que “o golpe começou em Washington”.

Na realidade, o golpe do 1º de abril foi o desfecho de confrontos de classes e de lutas sociais que, notadamente a partir de 1961, tensionaram a sociedade brasileira e se agudizaram sob o governo do Presidente Goulart. Tais confrontos e lutas tinham por substrato o esgotamento do padrão de acumulação que, consolidado desde o segundo governo de Vargas (1951-1954), marcava a dinâmica da economia do país: exauria-se o que alguns estudiosos designaram por “substituição de importações” (Tavares, 1972). Como escrevi há anos,



⁷ Uma didática síntese histórica da posição norte-americana em face da América Latina é fornecida por Schilling (1989).

⁸ Sobre o terror estatal no Brasil, cf. Arns, org. (1985) e Gorender (1998); na Argentina, cf. CONADEP (1984), Molas (1985, cap. VII) e Verbitsky (1995); no Uruguai, cf. SERPAJ (1989) e Caetano e Rilla (1991); no Chile, cf. Comisión Nacional Verdad y Reconciliación (1996) e Verdugo (2001); sobre a Bolívia, cf. Mesa et alii (1999, VIII, caps. II e III); sobre o Paraguai, cuja ditadura se estabeleceu anteriormente (1954), cf. Chiavenato (1980) e Boccia Paz et alii (2006). Acerca das relações entre as ditaduras do Cone Sul para a repressão a seus oponentes, cf. Dinges (2005). Uma visão sinótica desses processos é fornecida por Coggiola (2001) e informações pertinentes comparecem em Sader et alii, orgs. (2006).

⁹ É preciso anotar que, posteriormente, a política externa do regime instaurado em abril de 1964 nem sempre implicou um alinhamento automático com os interesses norte-americanos – cf. Vizentini (1998).

¹⁰ O apoio norte-americano excedeu ao período do golpe, estendendo-se à implantação da rede repressora do regime de abril – cf., entre outras fontes, Huggins (1998).

a *industrialização restringida* passa a ceder o lugar à *industrialização pesada*, implicando um *novo padrão de acumulação*. O modelo de desenvolvimento emergente supunha um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo e, notadamente, um financiamento que desbordava as disponibilidades do capital privado (nacional) e estrangeiro já investidos no país; simultaneamente, esta expansão acarretava “uma desaceleração do crescimento, ainda que se mantivesse a mesma taxa de investimento público, uma vez que a digestão da nova capacidade produtiva criada nos departamentos de bens de produção e de bens de consumo capitalista provocaria um corte significativo no investimento privado” (Cardoso de Mello, 1986: 121). Em suma, na entrada dos anos sessenta, a dinâmica endógena do capitalismo no Brasil, alcançando-se a um padrão diferencial de acumulação, punha na ordem do dia a redefinição dos esquemas de acumulação (e, logo, fontes alternativas de financiamento) e a iminência de uma crise (Netto, 2009: 20).

Qualquer que fosse o equacionamento imediato da ordem de problemas suscitados por esta conjuntura econômica – na qual sobreveio uma crise em 1963, ela implicava um bloco sócio-político que sustentasse as soluções a serem encaminhadas. Especialmente desde 1961, quando foi abortado, após a renúncia de Jânio Quadros, um golpe conservador (quase um “ensaio geral” do que viria a ocorrer em 1964)¹¹, as forças democráticas acumulavam energias, mediante uma intensa movimentação operário-sindical (cf. Costa, 1981 e Delgado, 1986) e sua forte gravitação sobre setores médios da população urbana – e também no campo a mobilização trabalhadora se fazia sentir (cf. Azevedo, 1982 e Bastos, 1984). Favorecidas pela sensibilidade do governo Goulart às demandas populares, as forças democráticas jogavam num redirecionamento da orientação macro-econômica, de modo a fomentar um padrão de desenvolvimento capitalista que promovesse mudanças substantivas na sociedade brasileira (expressas na palavra-de-ordem das *reformas de base*, sintetizadas por Corbisier, 1968)¹². As implicações de tal reorientação envolviam a erradicação do latifúndio, o enquadramento rígido do



¹¹ Sobre esse “ensaio geral”, cf. o texto jornalístico de Markun e Hamilton (2001) e as considerações de Bandeira (1979) e Sodré (1965: 372-389).

¹² O que, por si só, já significava uma transformação real, posto que, no Brasil, o desenvolvimento capitalista, à diferença do que ocorreu nas revoluções burguesas “clássicas”, processou-se sem destruir as relações sócio-econômicas arcaicas – isto é: no Brasil, o capitalismo desenvolveu-se *sem reformas*, incorporando e refuncionalizando relações pré-capitalistas.

investimento estrangeiro e a penalização do grande capital, com o reforço do papel econômico-interventivo do Estado na plasmagem de um amplo e vigoroso mercado interno.

Mesmo que uma plataforma como esta não configurasse um projeto socialista (ainda que socialistas e comunistas fossem vetores importantíssimos no campo das forças democráticas), as suas conseqüências eram inequívocas: elas ameaçavam a forma que a dominação burguesa adquirira na nossa sociedade, forma na qual eficientes dispositivos operavam a evicção da massa do povo dos centros decisórios. À burguesia, no interior da qual havia segmentos vacilantes, em alguma medida propensos a um alinhamento no campo democrático, estava posto o dilema: ou ela se dispunha a negociar com as forças democráticas o redirecionamento da orientação macro-econômica (e, portanto, reconhecia a legitimidade do protagonismo político-social das classes e camadas subalternas), ou reafirmava a sua dominação de classe, recorrendo à solução de força para equacionar os impasses econômicos contornando as demandas democrático-populares.

Para viabilizar esta segunda alternativa, criou-se, especialmente a partir de 1962, um clima de guerra ideológica aberta: os segmentos mais reacionários da burguesia e serviçais das empresas imperialistas (nomeadamente as norte-americanas), associados a setores similares das Forças Armadas e da Igreja Católica, empenharam-se num ativismo destinado a divulgar que o “comunismo” estava “subvertendo” a família, os costumes etc. e “ameaçando” a “propriedade”, a soberania e a integridade nacionais. A franja mais agressiva da burguesia implementou, então, uma massiva e caríssima (pois que incluindo toda a chamada “grande imprensa”, emissoras de rádio e televisão, edição de livros e panfletos, palestras e conferências em todo o país) campanha ideológica que, agitando o fantasma do “perigo vermelho”, buscava mobilizar a opinião pública contra o governo, caracterizado como “república sindicalista” que tolerava o “comunismo” ou mesmo já era “comunista”¹³.

Sob tal clima ideológico, a agudização dos conflitos de classe – potenciados pela crise econômica emergente em 1963 – tomou uma visibilidade dramática. Enquanto os setores democrático-populares tinham a sua unidade em constituição, as franjas mais reacionárias da burguesia e seus associados conseguiram unificar o conjunto das classes possuidoras e criaram as condições para o golpe de força de 1º de abril de 1964. Instaurava-se a ditadura e, através dela, a burguesia conjurava, substituindo-a por outra, uma crise da sua forma de dominação.



¹³ Passados mais de quarenta anos, é quase impossível reconstituir, para o leitor de hoje, o clima ideológico instaurado então pelas forças reacionárias – mas há documentação farta e confiável a demonstrar o ativismo dos setores burgueses, e seus associados imperialistas, no comando daquela guerra ideológica; cf., entre muitos autores, Dutra (1963), Dreifuss (1981) e Starling (1986).

APOGEU E CRISE DA DITADURA

Confluíram, assim, a dinâmica interna e o jogo de forças internacional: sob a liderança das franjas mais agressivas da burguesia nativa, que conseguiu aglutinar em torno de si o conjunto das classes proprietárias, instaurou-se um regime político que atendia aos interesses burgueses ameaçados pelo processo de democratização em curso e, igualmente, aos objetivos da contra-revolução preventiva animada pelos centros imperialistas.

A ditadura instaurada em abril inaugura um novo ciclo político na dominação burguesa no Brasil: retira-a dos quadros jurídico-legais de uma democracia restrita (tal como consagrada na Constituição de 1946) e confere-lhe a forma, na clássica análise de Florestan Fernandes (1975), de *autocracia burguesa*.

O regime de abril foi, antes de tudo, um *regime burguês por excelência*. A tutela exercida pela caserna, que facilita a sua caracterização como uma *ditadura militar*, não deve obscurecer a sua aberta natureza de classe. A tutela militar exerceu-se, aliás, pelo caráter heteróclito do conjunto de forças que derrubou Goulart: sua heterogeneidade incapacitava qualquer um dos seus estratos para exercer direta e exclusivamente o poder. E precisamente esta heterogeneidade (determinada por interesses econômicos diversos) teve papel importante para acelerar a crise da ditadura, manifestada a partir de 1974, fazendo com que setores até então alinhados com o regime passassem à dissidência.

A análise do regime instaurado em abril de 1964 revela que nele têm continuidade alguns traços do passado brasileiro e, ao mesmo tempo, inserem-se componentes novos na dinâmica da nossa vida social. A continuidade se mostra em dois planos. No plano político, o regime levou ao limite a evicção da massa do povo das arenas decisórias. No plano econômico, prosseguiram a dependência e a subalternidade em face dos interesses imperialistas (vale dizer: a heteronomia no que tange às decisões econômicas).

Entretanto, as opções próprias do regime que se impôs ao país em abril de 1964 não só demonstram a continuidade desses traços que marcam historicamente a nossa formação social, mas respondem especialmente pelas características novas de que ele foi a materialização, sendo que a mais fundamental delas referiu-se exatamente ao ordenamento econômico. Ao núcleo burguês que comandou o golpe de abril, dada a sua condição de sócio menor do imperialismo, não interessava a ruptura da heteronomia, mas uma integração mais acentuada, mesmo que mais subalterna e dependente, ao sistema imperialista. Por isto, os gargalos que se manifestavam no quadro da exaustão do crescimento peculiar ao “modelo de substituição de importações” foram resolvidos por uma nova equação: o *Estado autocrático-burguês redefiniu as condições institucionais do esquema da acumulação em expresso proveito do grande capital, fundamentalmente dos monopólios imperialistas*. Este foi o cerne da função assumida pelo Estado: garantir a continuidade do desenvolvimento dependente e associado e, com forte inter-

venção no campo econômico, operando como repassador de renda para os monopólios; e mediar os conflitos intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais – ao mesmo tempo em que atendia, não sem colisões, aos interesses de seus associados nativos.

Daí o conseqüente esquema de poder político condensado neste Estado, expressando a conjunção entre o núcleo da burguesia nativa e os monopólios imperialistas: o Executivo passa às mãos de uma burocracia civil e militar que serve aos interesses consorciados dos monopólios imperialistas e dos grandes grupos capitalistas nativos, integrando o latifúndio. Daí, também, as tarefas se puseram ao Estado advindo do golpe de abril: dados os interesses econômicos que corporificava e na medida em que não se tratava de romper com a heteronomia, cabia-lhe processar a criação, no espaço nacional, das condições ótimas, nas circunstâncias brasileiras, para a consolidação do processo de concentração e centralização de capital que vinha se efetivando desde antes. Ao Estado pós-64 cabia “racionalizar” a economia: não somente criar o melhor quadro *legal-institucional* para a concentração e a centralização, mas ainda *induzi-las* mediante uma ação *interna* no processo de produção e acumulação. A política estatal, em todos os seus níveis,

“deveria voltar-se para acelerar o processo de concentração e centralização. Isto equivale a determinar que, no Brasil, o Estado autocrático burguês não pode ser visto somente como tendo em sua gênese um processo de concentração e centralização prévio: em si mesmo, ele se constituiu para *induzir* esta concentração e esta centralização. Analisado quantitativa e qualitativamente o período ditatorial, não resta nenhuma dúvida de que esta projeção histórico-societária, a que cabe perfeitamente a caracterização de *modernização conservadora*, realizou-se exemplarmente, amarrando toda a ordenação da economia”. (Netto, *op. cit.*, p. 30-31).

Foi no marco dessa “modernização conservadora” (refuncionalizando e integrando o latifúndio¹⁴) que o Estado ditatorial promoveu um ponderável desenvolvimento das forças produtivas, realizando de fato a “industrialização pesada” com a imposição de um “modelo econômico” que, entre 1969 e 1974, configurou o chamado “milagre brasileiro”, cujas resultantes gerais são conhecidas: nova inserção subordinada e dependente do país numa modificada divisão inter-



¹⁴ Acerca das transformações promovidas pelo regime ditatorial no campo, cf., entre muitos, Hoffmann (1979), Ianni (1979) e Silva (1982).

nacional do trabalho, ampliação e consolidação de um considerável parque industrial, criação de um sistema bancário-financeiro monopólico, constituição de uma oligarquia financeira, redimensionamento da agro-pecuária voltada para a exportação, agravamento dos desequilíbrios regionais, crescimento urbano caótico e brutal concentração da renda e da propriedade (a que se conecta um mercado interno de bens de consumo que não cobria mais que 10% da população total)¹⁵. E, na base de todo esse movimento, que alterou substantivamente a estrutura de classes, um *componente essencial*: a super-exploração da força de trabalho.

Bastaria este componente para compreender o traço brutalmente ditatorial do regime emergente em abril de 1964: seu caráter anti-operário e, mais amplamente, anti-popular obrigava-o à violência (extra-econômica) continuada. Porém, na medida em que passa a prejudicar interesses de segmentos não monopolistas que se agregaram à coalizão golpista, sua base de sustentação tendeu a estreitar-se rapidamente. E, de fato, a partir de 1966-1967, mesmo parcelas que apoiaram e participaram do golpe de 1º de abril começaram a deslocar-se para uma postura oposicionista, em especial setores da pequena burguesia urbana e até mesmo elementos e representantes da burguesia não-monopolista. Trata-se de um desgaste que nada tem de misterioso: o Estado autocrático-burguês não poderia atender aos interesses do *conjunto* da coalizão golpista – ele servia basicamente ao grande capital.

Àquele estreitamento da sua base de sustentação, o regime respondeu com a intensificação da violência, até chegar, a partir de 1968 (e o marco é a edição do Ato Institucional nº 5, o ominoso AI-5, de 13 de dezembro daquele ano), ao emprego metódico do terrorismo estatal, construindo um tentacular aparato de repressão política. Alcançado este patamar, a criminalização do dissenso político ultrapassou largamente as fronteiras do movimento dos trabalhadores (urbanos e rurais) – até então alvos preferenciais da ação repressiva e/ou intimidatória –, e: a repressão tornou-se prática oficial e generalizada (o “desaparecimento”, em 1971, do ex-deputado Rubens Paiva é, talvez, o melhor indicador dessa generalização).

O apogeu da ditadura, que esquematicamente pode ser situado entre o AI-5 e o processo eleitoral de 1974¹⁶, não se garantiu tão somente com a utilização do terrorismo estatal: peça importante neste período consistiu no desempenho da



¹⁵ Sobre o “modelo econômico” da ditadura, cf., entre outros, Tavares (1972), Furtado (1972, 1981), Singer (1973, 1976 e 1977) e Fishlow (1974).

¹⁶ Lembre-se que a ditadura brasileira nunca suprimiu completamente os processos eleitorais, na tentativa de distinguir-se das típicas “goriladas” latino-americanas – mas sempre os condicionou fortemente. As eleições parlamentares de 1974, ainda assim, tiveram um caráter plebiscitário e nelas ficou patente o isolamento da ditadura.

economia, cujo crescimento real propiciou a retórica do “milagre brasileiro”. Mas o “milagre” não resistiu à sua primeira prova: foi a pique com a crise capitalista mundial que, deflagrada com o chamado “primeiro choque do petróleo” e agudizada em 1975-1976 (cf. Mandel, 1990), rebate fortemente aqui, demonstrando a mistificação do mote “Brasil potência”, e colocando a nu a vulnerabilidade do país. Na seqüência do processo eleitoral de 1974, no qual os candidatos do regime foram repudiados pelos eleitores dos estados mais urbanizados e desenvolvidos, os estrategistas da ditadura (em especial o núcleo que mantinha a tutela militar do regime) perceberam claramente o isolamento que erodia as já estreitas bases de sustentação do Estado autocrático-burguês e buscaram implementar a sua *auto-reforma*. O objetivo deste projeto (batizado de “processo de distensão”, iniciado pelo governo Geisel e assumido como “processo de abertura”, em novas circunstâncias, pelo governo Figueiredo) era claro: não tinha nenhum conteúdo efetivamente democrático – visava tão somente à (re) composição de um bloco sócio-político para assegurar a institucionalização duradoura do sistema de relações econômico-sociais e políticas, estruturado a serviço dos monopólios. Mais precisamente, tinha por objetivo, sob a cobertura de uma “iniciativa de liberalização controlada e limitada”, “instaurar no país a superestrutura política [adequada aos interesses monopolistas]: uma combinação estável de formas parlamentares limitadas com mecanismos decisórios ditatoriais” (PCB, 1984: 26). Logo veremos que este projeto, como tal, foi derrotado – e, com ele, o regime de abril.

A implementação do projeto de auto-reforma da ditadura, é preciso enfatizá-lo, decorreu da percepção, por seus estrategistas, de que a crise do regime estava avançando rapidamente. Se o resultado eleitoral de 1974 foi como que o acender de um sinal vermelho, já desde antes o estreitamento da sua base de sustentação vinha em crescendo. Notadamente a partir de 1969, inúmeras instituições marcavam sua oposição ao regime: manifestavam-se cada vez com maior clareza organismos como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa). E, também a partir de 1969, personalidades expressivas da hierarquia católica descolavam-se do regime, com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) assumindo progressivamente uma postura crítica. E é de sublinhar que, igualmente no exterior, o regime experimentava um descrédito que se ampliava visivelmente – lá fora ecoavam, cada vez com mais ressonância, as denúncias dos crimes cometidos pelo seu aparato repressivo.

Para conduzir a sua auto-reforma, o regime tinha que operar em três frentes. Em primeiro lugar, tinha que pôr cobro ao que admitia serem os “excessos” do seu aparato repressivo, cujas agências e chefetes dispunham de enorme autonomia. Não foi tarefa fácil centralizar a condução da repressão – Geisel e seus auxiliares mais diretos conseguiram-no a custo e em escala considerável, fundamentalmente entre finais de 1975 e inícios de 1976, aproveitando-se, inclusive, do clamor geral ocasionado pelos assassinatos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel

Filho¹⁷. Em segundo lugar, e ao mesmo tempo, o regime tinha que aniquilar todas as forças político-partidárias que poderiam, na contestação de fundo do seu projeto, problematizar sua implementação – assim, depois de liquidar, por volta de 1971, praticamente todos os grupos da chamada “esquerda armada”, o aparato repressivo concentrou-se na tentativa de exterminar o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PC do B (Partido Comunista do Brasil)¹⁸. Em terceiro lugar, o regime tinha que conquistar – e, para tanto, a pura coerção era inteiramente inepta – para o seu projeto ponderáveis segmentos da sociedade brasileira (contando ou não com a mediação de representações políticas). Exatamente aí o regime encontrou as maiores e insuperáveis dificuldades.

É fato que, desde 1969, a oposição política ao regime – manifestada de forma discreta e institucional por via do partido consentido, o então MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e/ou por via de instituições não-partidárias (OAB, ABI, CNBB) – caracterizava-se por ser controlada por setores burgueses. reprimidos, silenciados e intimidados os movimentos operários e de trabalhadores rurais, assim como os movimentos populares mais gerais¹⁹, a visibilidade da oposição à ditadura restringia-se aqueles quadros políticos burgueses que se notabilizavam pela defesa do Estado de Direito (Tancredo Neves, Franco Montoro, Ulisses Guimarães *et alii*) ou que se descolavam do regime para cuja instauração colaboraram (Teotônio Vilela, Severo Gomes *et alii*) ou, ainda, personalidades de prestígio (Alceu Amoroso Lima, Raimundo Faoro *et alii*). Efetivamente, a direção da oposição estava em mãos de franjas burguesas. Ora, o regime processou com relativo êxito os dois primeiros passos necessários ao seu projeto de auto-reforma – centralizou a repressão e golpeou fundamente o PCB e o PCdoB. E antevia



¹⁷ O clamor em face destes dois assassinatos – cometidos em 1975 e 1976 contra um jornalista e um operário acusados de pertencerem ao PCB –, ambos apresentados como “suicídios”, marcou, de fato, um decisivo despertar da chamada “opinião pública” contra a ditadura. Sobre esses dois crimes, cf. Jordão (2005) e Luppi (1980).

¹⁸ A liquidação da chamada “esquerda armada” foi estudada por Gorender, *op. cit.*; cf. ainda Sautchuk (1995). Tanto o PCB quanto o PCdoB foram sempre objetos da sanha repressiva; cerca de um terço da direção central do primeiro foi “desaparecida” nos anos 1970 e o partido sofreu duros golpes entre 1974 e 1976; o segundo, que animou a *guerrilha do Araguaia*, teve parte da sua direção central assassinada em dezembro de 1976. Sobre a repressão ao PCB, cf. Vinas (1982:246 e ss.), Coelho (2000:359 e ss.) e há informações pertinentes também em Sousa (2005); acerca dos golpes sobre o PCdoB, cf. Morais e Silva (2005) e Pomar (2006).

¹⁹ Esta notação não significa, absolutamente, que a luta dos trabalhadores (urbanos e rurais), bem como a existência de movimentos populares, inexistiu no período (cf. a próxima nota). Há farta documentação que comprova a resistência operária e sindical e dos trabalhadores rurais, mediante as mais distintas formas de luta, até mesmo as mais moleculares, assim como a emergência/organização de movimentos populares muito significativos (sinalizados na literatura, em geral, como “novos movimentos sociais”). Sem levar em conta esta resistência, torna-se inexplicável a mobilização político-social que vem à tona na crise da ditadura e na sua imediata derrota.

condições de levá-lo adiante, negociando com a oposição das franjas burguesas até que um outro personagem fez a sua entrada na arena política: *a classe operária*.

A reinserção da classe operária na arena política brasileira dá-se a partir das mobilizações grevistas no cinturão industrial de São Paulo (o chamado “grande ABC”), mal aberta a segunda metade dos anos 1970 (cf. Rainho, 1980 e Rainho e Bargas, 1983). Capitaneada pelos trabalhadores do setor metal-mecânico conexo à indústria automobilística – controlada pelas grandes corporações monopolistas –, esta reinserção operou uma viragem no processo político. De um lado, repôs, no coração mesmo do Brasil urbano-industrial e no centro da dinâmica política, o confronto direto entre as duas classes fundamentais a partir do universo fabril; de outro, e simultaneamente, precipitou e catalisou na luta contra o regime demandas e aspirações fortemente reprimidas, que estavam dando suporte a expressões até então atomizadas – os movimentos, entre outros, pela anistia, contra a carestia, estudantil e de mulheres e negros²⁰. Tais movimentos, em geral de caráter policlassista, viram-se galvanizados pela reinserção, na arena política, da classe operária, cuja organização sindical experimentou rápida vitalização com potenciada combatividade²¹. As lutas sindicais, mesmo que inicialmente travadas com um horizonte estreitamente *trade-unionista*, logo ganharam uma significação política decisiva²².

O protagonismo operário opera uma viragem no processo político: arrastando consigo, e conferindo-lhe um sentido político anti-ditatorial, o caudal de demandas econômico-sociais reprimidas da massa urbana, desperta e mobiliza para a participação cívica amplos segmentos da população. A resistência à ditadura toma forma aberta e as franjas burguesas, que até então vinham exercendo a direção da frente democrática, deixam de ter a exclusividade na oposição pública ao regime. Este não perde completamente a sua capacidade de iniciativa, mas o seu projeto de auto-reforma vê-se então medularmente problematizado – a sua prossecução. E vale dizer: o processo deflagrado com o projeto da auto-reforma tem a sua direção e o seu ritmo alterados. A emersão da classe operária na arena polí-



²⁰Há larga bibliografia sobre os movimentos sociais naquela conjuntura e, em especial, sobre os chamados novos movimentos sociais; acerca deles, cf., entre outros, Medeiros (1989), Gohn (1995) e Doimo (1995).

²¹ Configurando o que alguns designaram como o “novo sindicalismo” – para a sua diferenciada apreciação, cf. Moisés (1982), Antunes (1991), Mangabeira (1993), Rodrigues, org. (1999) e Alves (2000, parte III).

²² O itinerário pessoal de Luís Inácio Lula da Silva é, quanto a isto, emblemático: em 1975, ao assumir a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, discursa com rasgados elogios ao “pelego” Paulo Vidal e assume uma posição que não transcende os estritos marcos sindicais; imerso na luta nos anos seguintes, chega a declarar, em entrevista televisiva (Programa *Roda Viva*, da TV Cultura de São Paulo), que jamais entraria na “política” e que jamais se “candidataria a nada”; mas, em abril de 1980, compreende que “até o ano passado, fui a pessoa mais apolítica que existe nesse país” e assume que entendeu “que os trabalhadores precisavam se organizar politicamente” e, conseqüentemente, funda um partido político – para as afirmações de Lula aqui referidas, cf., respectivamente, Rainho e Bargas (1983: 187), Iasi (2006: 374) e Meneguello (1989: 51).



Acima: governo intervem na greve dos metalúrgicos do ABC paulista, em 4 de março de 1979. Fotografia de Fernando Pereira, acervo CPDOC-JB. Ao lado: página 7 do *Jornal Nova Meta* da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Ano 1, no. 1, outubro de 1979. Acervo CFESS.

III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema:

Serviço Social e Política Social

Num momento histórico onde a população manifesta comportamentos de desagrado à Política Governamental, deu-se início o III CBAS com participação de 3.000 Assistentes Sociais representando todos os Estados Brasileiros.

Acostumados com a posição assumida pela maioria dos Assistentes Sociais, de simples profissionais receptivos, estabeleceu-se desde a Abertura Solene uma reprovação da conduta do sistema governamental vigente, em forma de Organização Vertical, sem quaisquer consultas dos interesses da base, e desenvolveu uma programação onde a Política Social tivesse enfoque meramente teórico e descompromissado em assumir posições que pudessem gerar conflitos com o atual sistema.

Reforçando a conduta escolhida pela CRAS 9^ª Região e CPAS, órgãos que promoveram o III CBAS, em desenvolver a Política adotada pelo Governo Brasileiro, foram escolhidos para integrarem a Comissão de Honra deste Congresso os senhores: Presidente da República - General João B. Figueiredo, o Governador do Estado de São Paulo - Paulo Salim Maluf, e o Ministro do Trabalho - Murilo Macedo.

Com a apresentação dos primeiros trabalhos, ergueram-se barreiras à participação direta dos congressistas através de debates. Foi imposta manifestação de plenário única e exclusivamente através de perguntas escritas, enviadas e selecionadas pela Presidência da mesa. A maioria das congressistas deu-se conta de que estavam sendo manipulados como simples instrumentos da Política Social.

Em função da repressão imposta à População Brasileira e, da mesma imposta aos congressistas deu-se a classificação global de que não eram apenas Assistentes Sociais participantes de um encontro de classe, mas sim representantes do povo, profissionais do povo, representantes da classe trabalhadora, não uma classe elitizada e dominada por interesses do sistema. Tinha-se o gosto de que não poderíamos mais negar a nossa condição de agentes de mudança, para assumirmos posições contraditórias à nossa formação profissional.

Diante desta conscientização geral, mas ainda em manifestações individuais, foram criados

os órgãos representativos da classe e estabeleceu-se uma Assembleia da qual em média 600 congressistas participaram e manifestaram suas expectativas com relação à dinâmica do Congresso.

Essa Assembleia teve caráter democrático e foi consenso do Grupo que a Programação do período vespertino, que eram Visitas Técnicas fossem canceladas e estabelecesse uma Assembleia para discutir junto à Comissão Organizadora e Técnica os sentimentos dos Assistentes Sociais.

Em função desta decisão, houve um certo tumulto, pois uma pequena minoria, apoiada pelos representantes do Grupo Organizacional do Congresso, insistia na vigência das visitas técnicas, alegando falta de respeito para com as entidades que iriam nos receber. Como, a grande maioria, cerca de 2.500 Assistentes Sociais, permaneceu no Plenário Geral, deu-se início à Assembleia que tinha como objetivo levar à Comissão Organizadora e Técnica suas reivindicações e propostas.

Esses 2.500 congressistas que permaneceram no Plenário tinham como consenso, que se fazia urgente estabelecer-se dentro de uma verdadeira luta de classe embusa de objetivos reais da profissão, e que o nosso compromisso com o povo não mais poderia ser adiado ou negado.

Caso não nos se efetivasse, em função do momento histórico, carregáramos o estigma de profissionais medíocres, incapazes e dependentes das decisões de cúpula, que nem sempre são de interesse do nosso cliente e, de nós mesmos.

Neste clima participativo, deu-se a Assembleia Geral que se posicionou para que houvesse mais dinâmica dentro as palestras e painéis, que a palavra fosse garantida aos congressistas, que se abrisse espaço para se debates, dando assim condições de reflexão. E que, principalmente na oportunidade do III CBAS eram indispensáveis os debates sobre a atual conjuntura; sobre o momento político em que vivemos; determinando assim uma postura profissional real e consciente.

Os congressistas manifestaram, também, de maneira como foi contada à Organização do

Congresso, pois foi como que se esquecessem que a sociedade clama por participação, sendo que as idéias lançadas em nível democrático são alcançadas pelo livre debate conquistado dentro de espaços pelas Associações Constituídas.

Regularizam a Comissão de Honra escolhida pela Comissão Organizadora, pois dava a impressão de que não Assistentes Sociais: os quais temem como função gerar mudanças e promover desenvolvimento, estivessem assumindo o papel compassivo e, valorizando quem pertence a uma minoria mantenedora do poder, que explora e reprime a população. Posição esta contrária à todos os valores do Serviço Social.

Achose por bem esboçar como pensamos classificadas como sendo de fora para nosso encontro: A Classe Trabalhadora do Brasil, e também aqueles que lutam e merem pelo direito de liberdade.

A Comissão Organizadora do Congresso soube entender o pensamento dos congressistas e, agregando as propostas estabeleceu-se uma nova dinâmica voltada para os objetivos determinados, o que possibilitou uma análise crítica de todo o sistema e, consequentemente, uma ação de contraposição ao sistema vigente, manifestada através de palavras, ações e reivindicações.

No encerramento do Congresso, o clima era muito participativo, valorizando o homem, seus valores essenciais, sua liberdade de ser e agir, a natureza, e repudiando toda e qualquer decisão arbitrária que viesse em choque com a opinião da maioria, repudiando atitudes agressivas, cercarias e exploradoras exercidas por quem quer que seja. Repudiando o sistema capitalista onde o homem é visto como mero produtor de bens materiais para uma pequena minoria exploradora.

O momento em que os Assistentes Sociais deixaram seus medos individuais e se agregaram em suas representações legais para lutarem juntos em função das objetivos da classe e da População.

Maria Tereza Degasperi
Assistente Social
Wanda E.V. Rodrigues
Assistente Social

tica, galvanizando o conjunto dos movimentos sociais, *obriga* a oposição burguesa representada no MDB a demandar muito mais que o proposto pelos estrategistas do regime, oferecendo um *suporte social de massas* às exigências da oposição condensada em algumas agências da sociedade civil (OAB, ABI e CNBB). Ao fim da década de 1970, a oposição à ditadura já não se expressa mais abertamente apenas nos limites do horizonte burguês: extravasa os seus marcos, com a vanguarda operária, envolvendo e mobilizando não só o proletariado, mas um amplíssimo e heterogêneo universo de assalariados, a que se agregaram franjas de classe pequeno-burguesas e burguesas – e, por isto mesmo, o regime não pôde articular o bloco social que o seu projeto de auto-reforma exigia, sendo que este não se realizou segundo os cálculos dos seus estrategistas.

Em suma, o protagonismo operário traz à tona a crise do regime ditatorial, torna-a inteiramente visível no final dos anos 1970 e a conduz a seu momento terminal: compele a oposição burguesa a avançar, inviabiliza a reprodução do regime ditatorial e cria condições para projeções societárias diferentes no Brasil.

O SERVIÇO SOCIAL EM CENA: O III CONGRESSO

É precisamente sob o impacto da reinserção do proletariado na arena política, no quadro da mobilização anti-ditatorial de amplos contingentes assalariados, da mobilização de setores pequeno-burgueses, inclusive burgueses, e, na sequência quase imediata, da decretação da anistia, que o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) traz à cena política as tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social.

É necessário, antes de prosseguir, desfazer quaisquer equívocos acerca de um fato elementar: *em toda a sua história (também) no Brasil, o Serviço Social possuiu uma dimensão inequivocamente política*, desde a sua gênese e os seus primeiros momentos de consolidação – como o demonstrou a clássica e até hoje indesmentida análise de Carvalho (cf. Carvalho, in Yamamoto e Carvalho, 1983). E mais: esta dimensão política traduziu-se, de modo também cristalino, na colagem de assistentes sociais a projetos político-partidários – quase sempre conservadores (recorde-se o velho Partido Democrata Cristão/PDC). Mesmo que se distinga (distinção, aliás, legítima) a *dimensão necessariamente política* do Serviço Social tomado como exercício profissional da sua *politização* (e, eventualmente, da sua *partidarização*), há que sublinhar que *ambas* acompanham *toda* a história da profissão no Brasil. Numa palavra: também no Brasil, os assistentes sociais *sempre* participaram da política, conscientemente ou não (e ressalte-se que a *omissão* é, em geral, a forma mais inconsciente de participação política).

Todavia, o notável, na tradição do Serviço Social no Brasil, é que só se destaca a participação política (especialmente político-partidária) de assistentes sociais, quase sempre como algo “negativo” ou “problemático”, quando ela se dá em defesa de causas e idéias vinculadas à esquerda. Assim, são acusados de “politizar”

Com as bases

A Comissão de base da APASSP, nos meses de setembro a dezembro do ano passado, fez inúmeras reuniões com os assistentes sociais em seus locais de trabalho, tendo como objetivo divulgar o trabalho que a APASSP vem realizando e incentivar a participação dos assistentes sociais na APASSP para que ela realmente se torne representativa de nossos interesses políticos, culturais e econômicos.

A APASSP fez reuniões nos seguintes locais de trabalho: Secretaria da Promoção Social (CDC - Coordenadoria do Desenvolvimento Comunitário); S.P.S. (Deptº. de Atendimento Geral - DAG); S.P.S. (DAE Departamento de Atendimento Especial); sede da Legião Brasileira de Assistência (LABA); sede da FEBEM e sua UR, UT 1, 2 e 3); Hospital das Clínicas (Instituto da Criança, Psiquiatria, do Coração, Central); Santa Casa; Hospital do Servidor Público Estadual; Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo; Ação Comunitária do Brasil; Volkswagen; Serviço de Colocação Familiar (Sede e Agência Norte), INOCOOP-S.P., Santa Casa, INPS - zona oeste; Hospital Psiquiátrico de



Franco da Rocha; Centro de Saúde de Pinheiros (estiveram ainda presentes nessa reunião, assistentes sociais dos seguintes setores - APAE - Centro de Treinamento/Itaim; Serviço de Co-

locação Familiar, Agência zona Oeste; SURS - Pi; Policlínica; Hospital Emilio Ribas; LBA (Agência Lapa).

Nessas reuniões a APASSP pedia que cada local de trabalho indicasse, no m-

nimo, um representante que deveria trazer, para uma reunião de representantes as sugestões quanto à continuidade dos trabalhos da APASSP, as críticas e as reivindicações da categoria.

Esta comissão realizou, em outubro, sua 1ª reunião com a presença de 10 representantes de seis locais de trabalho (FEBEM-UR e UT-1, Ação Comunitária do Brasil, HSP SURF e Grupo de Base de São Bernardo). Esses representantes resolveram reunir-se a cada 15 dias e comprometeram-se a realizar reuniões em seus locais de trabalho e tirar propostas de ação para discutí-las numa próxima reunião da comissão. Até o mês de dezembro foram feitas reuniões quinzenais com um número muito reduzido de representantes (no máximo três entidades estavam representadas e, normalmente, eram entidades que participavam pela 1ª vez).

Verificamos que tal procedimento foi extremamente importante para divulgar a APASSP, entretanto, como não haviam questões concretas trazidas dos locais de trabalho, a Comissão não conseguiu efetivamente se organizar. Propomos-nos a reativar a representação em torno de problemas concretos, a partir de reuniões gerais com a categoria, buscando fortalecer o trabalho de base.

Acompanhe passo a passo nossas atividades...

Acima: detalhe da página 7 do *Jornal da Associação Profissional das Assistentes Sociais de São Paulo* (APASSP), de maio de 1979. A matéria comenta as iniciativas da comissão de base da Associação no ano anterior. Ao lado, *Jornal do Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais*, com destaque para a expressão de solidariedade com os metalúrgicos da Mannesmann, ano 1, no. 2, junho de 1979. Acervo CFESS.

possível e não pode ser punido.

O Sindicato considerou injusta a medida da Secretaria de Administração e com total orientação do seu advogado, recorreu àquele órgão, solicitando em nome de seus associados e toda a categoria, que o CRAS fosse novamente ouvido e deferido o pedido de inscrição, no que se obteve total vitória.

uma espécie de reciclagem. Significou, também, uma oportunidade de encontro e troca de experiências entre os profissionais. Além de atender à necessidade imediata da turma - recordar matérias estudadas já há alguns anos - logo de início, contribuiu para diminuir a ansiedade e o receio de concorrência que existia entre os participantes.

Por isto o sindicato se solidariza com os metalúrgicos da Mannesmann

REIVINDICAÇÕES DOS METALÚRGICOS

- 20% de aumento a partir de 1º de maio
- gratificação anual de 240 horas
- fim de revezamento de sete letras (turno)
- estabilidade da comissão salarial
- pagamento das horas não trabalhadas

RESPOSTA DOS PATRÕES

- para quem ganha até 6 mil - 20% de aumento
- até 10 mil - 15% de aumento
- a partir de 10 mil - 10% de aumento
- fim do revezamento de sete letras - até o fim do ano
- pagamento de 50% das horas não trabalhadas.

PASSEATA DA VITÓRIA

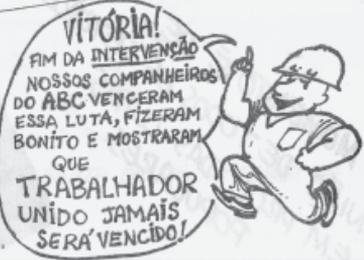
seminário em são paulo

O nosso Sindicato, através de dois representantes, participou em 10.3.79, em São Paulo, de um seminário promovido pela entidade - "P.A.S.S.O. - Planejamento e Assessoria em Serviços Sociais", cujo presidente foi Serviço Social e o momento histórico.

A ênfase por onde abordada foi a questão sindical. O debate proporcionou que a categoria de São Paulo, se manifestasse a respeito de necessidade de APASSP se transformar em Sindicato, o que fortalecerá as lutas reivindicatórias das Assistentes Sociais a nível nacional. Foi então, na ocasião, a comissão pró-sindicato, que está encaminhando seus trabalhos ativamente.



A rebelião dos funcionários



(ou mesmo “partidarizar”) o Serviço Social tão somente aqueles assistentes sociais que se alinham com projetos socialistas, enquanto aqueles assistentes sociais que servem à ordem estabelecida – qualquer que seja ela – são geralmente vistos como os guardiões da essência profissional. Este fato, por si só, é um índice do *profundo conservadorismo* que marca o Serviço Social no Brasil e que, também em nosso país, remete ao truque barato do “apoliticismo”. (Quanto ao “apoliticismo”, vale lembrar a observação justa e irônica do grande ensaísta lusitano Antônio Sérgio, segundo a qual quem diz não gostar de política certamente adora política conservadora).

Por tudo isto, é preciso tratar com cuidado a generalizada noção segundo a qual o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais trouxe o Serviço Social à cena política em face do regime de abril. Na verdade, o Serviço Social *nunca* esteve ausente da cena política durante o ciclo ditatorial aberto com o golpe de abril de 1964. Ao longo de todo o ciclo ditatorial incontável contingente de assistentes sociais apoiou-o abertamente (seja por convicções, seja por oportunismo); inúmeros assistentes sociais assumiram – por indicação política – cargos e postos de responsabilidade em órgãos estatais e públicos; vários assistentes sociais assessoraram serventários da ditadura e alguns foram mesmo distinguidos pelo regime e seus corifeus. É fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir. Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática.

Mas é igualmente falso supor que todo esse corpo profissional foi um obediente batalhão a bater continência aos donos do poder. De 1964 a 1979 uma diminuta minoria de profissionais, docentes e estudantes, resistiu à ditadura pelos meios que encontrou e boa parte deles recebeu do regime a resposta do terror estatal. Também em nosso corpo profissional contam-se exemplos de destemor, fidelidade a grandes ideais, sacrifícios, solidariedade, enfim, grandeza humana em meio a perseguições, tortura, prisão e exílio. Efetivamente, na imediata sequência do golpe de 1º de abril de 1964 dezenas de assistentes sociais foram objeto de perseguição, e muitas agências de formação (escolas, faculdades) sofreram constrangimentos ponderáveis, envolvendo seus corpos docentes e discentes. E, no período entre o golpe e a edição do AI-5, os impactos da luta anti-ditatorial refletiram-se entre assistentes sociais, especialmente entre jovens estudantes de Serviço Social, conduzindo-os à mobilizações contra o regime de abril. Enfim, no momento de auge do regime ditatorial não poucos profissionais, docentes e estudantes, foram alvo da sanha repressiva, engrossando o rol das vítimas do terror estatal. Em suma, profissionais, docentes e estudantes de Serviço Social marcaram presença na resistência democrática e no combate à autocracia burguesa.

Não são estes, porém, os traços que peculiarizam, do ponto de vista político, a situação do Serviço Social sob a autocracia burguesa – afinal, o quadro que se pode identificar em outras áreas profissionais não é substantivamente diverso: também nelas a resistência democrática não teve caráter massivo ou abrangente, ganhou forças com enormes obstáculos e dificuldades etc. Neste aspecto, o que particulariza a situação do Serviço Social (embora, numa análise mais abrangente de outras categorias profissionais, possam ser identificadas situações similares) é a tardia manifestação opositiva à ditadura por parte das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional²³: O que sobressai, quando se estuda o Serviço Social sob a autocracia burguesa, é a olímpica “neutralidade” dessas instâncias e fóruns em face do regime ditatorial. De fato, nas suas expressões imperaram, até o III CBAS, o silêncio e a omissão em face da ditadura. A análise, quer do III Congresso Brasileiro de Serviço Social (Rio de Janeiro, 1965)²⁴, quer do I Seminário de Teorização do Serviço Social (Araxá, 1967), donde saiu o famoso “Documento de Araxá”, mostra a mais completa alienação em face do quadro político do país. Alienação que se mantém, hierática, no II Seminário de Teorização (Terresópolis, 1970) e não sofre modificação significativa sequer no III, o do Sumaré (Rio de Janeiro, 1978)²⁵ – quando é notório que a crise da autocracia saltava aos olhos dos que queriam enxergar. Alienação exponenciada que se encontra, inequívoca, na atuação do conselho maior da categoria (o antigo Conselho Federal de Assistentes Sociais/CFAS), reproduz-se nos conselhos regionais (os antigos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais/CRASS) e da qual não se eximiram, à época, as convenções da então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social/ABESS.

É exatamente na ruptura dessa deletéria alienação que reside a significação essencial do III Congresso – ruptura que justifica integralmente a sua caracterização como “Congresso da Virada”. Não é nenhum exagero assinalar a sua simetria, no quadro do Serviço Social, à reinserção da classe operária na arena política brasileira: assim como esta marcou uma clivagem na dinâmica política brasileira, o III Congresso operou uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país. Se o protagonismo operário, quebrando o monopólio do comando burguês na frente democrática, impediu a consecução do projeto de auto-



²³ Excluo do âmbito dessa afirmação o movimento estudantil porque desconheço a sua história entre 1970 e 1978.

²⁴ Recorde-se que até então os congressos eram “Congressos Brasileiros de Serviço Social”/CBSS (o I em 1947, o II em 1961 e o III em 1965); nos anos 1970, assumiu-se a designação “Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais”/CBAS (o I em 1974, o II em 1976 e o “da virada” em 1979; a série prosseguiu, com os eventos realizados a cada três anos; o mais recente, de 2007, foi o XII).

²⁵ O principal promotor desses importantes seminários foi, como se sabe, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais/CBCISS.

reforma do regime, o III Congresso quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional – e, em ambos os casos, as conquistas foram muito além do marco estritamente político.

Relacionar o III Congresso à reinserção da classe operária na arena política é absolutamente necessário para compreender a sua significação – não foi por acaso que, no processo e na euforia da “virada”, substituída a Mesa “oficial” do Congresso, nela tenha tido lugar aquele que, no momento, simbolizava a vigorosa emergência proletária na vida política, o então líder metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva. Mas não se trata, apenas, de significação simbólica: foi a imantação operada pelo protagonismo operário que precipitou e catalisou possibilidades concretas existentes no campo do Serviço Social, favorecendo a sua objetivação e dando suporte societário amplo à sua conversão em realidade. Tendências e posicionamentos até então moleculares, asfixiados pela dominância conservadora (bem expressa na direção das instâncias e fóruns já referidos), encontraram condições de plena manifestação. É só (e não minimizemos este só!) neste sentido que o III Congresso trouxe o Serviço Social à cena política: trouxe-o como partícipe das lutas abertas da resistência democrática, trouxe-o como constitutivo do arco democrático. Aqui a novidade e a ruptura com a tradição conservadora, a “virada”, enfim: através do III Congresso o Serviço Social que ingressa na cena política, o faz *contra a ordem ditatorial* e, no interior da vanguarda profissional que implementa este ingresso, não há somente segmentos democráticos – há também núcleos que articulam a luta pela democracia com a luta anticapitalista.

É preciso que fique bem claro: o monopólio político conservador no Serviço Social nas instâncias e fóruns profissionais só pôde ser quebrado, ainda que tardiamente, quando da emergência do proletariado na arena política. Contudo, ele só pôde ser quebrado porque no interior da categoria profissional existiam reais potencialidades para tanto.

No curso do ciclo ditatorial ocorreram transformações importantes na configuração da categoria profissional, bem como na sua inserção na estrutura sócio-ocupacional²⁶: A formação sofreu um processo de laicização e inseriu-se de fato na academia; criou-se na universidade pública a carreira docente, abrindo a via à pesquisa, adensada com o surgimento da pós-graduação; o corpo discente envolveu contingentes oriundos de setores das camadas urbanas baixas; consolidou-se um mercado nacional de trabalho para além da demanda estatal, notadamente com as requisições das grandes empresas; o assalariamento se universalizou. Essas e outras transformações, postas pela “modernização conservadora”, não determinaram apenas a refuncionalização do tradicionalismo



²⁶Já analisei o essencial dessas transformações (Netto, 2009: 115-130) e não cabe aqui senão mencioná-las.

profissional às suas exigências, mas gestaram também espaços de tensão e contradições que o regime controlou mediante a repressão e a cooptação – cujas implicações viriam à tona (como se comprovou) no momento terminal da sua crise.

É de se notar que os dispositivos coercitivos do regime não conseguiram excluir do corpo profissional aqueles que, tendo optado firmemente pela democracia e/ou pelo socialismo, se formaram nos imediatos pré e pós-64 (antes do AI-5, portanto) e que, na crise do regime, puderam atuar segundo os valores que tiveram de ocultar durante quase uma década²⁷. De igual modo, os mesmos dispositivos não puderam impedir que muitos assistentes sociais – formados antes e depois do golpe – tomassem consciência, no seu exercício profissional e em contato com os problemas dos usuários dos seus serviços, do caráter do regime de abril e da necessidade de combatê-lo. Igualmente, não foram capazes de bloquear a interação entre esses assistentes sociais e sujeitos de outras categorias profissionais já empenhados na luta anti-ditatorial.

Tudo isso operava como um magma subversivo no Serviço Social brasileiro, numa dinâmica molecular e discreta, distribuído desigualmente por todo o país e pelos mais distintos espaços sócio-ocupacionais. Eram processos singulares, intermitentes, mas que teciam uma malha de possibilidades. E tudo não só sob a coerção do Estado autocrático-burguês – também sem poder oxigenar-se pela crosta conservadora que, na superfície da categoria profissional, parecia manter-se intangível, pois era assegurada por uma maioria inacionária²⁸, a qual, como mencionei acima de forma pouco diplomática, atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir.

Ora, o protagonismo proletário já tanto referido propiciou que esse magma de possibilidades viesse à tona e configurasse a “virada” que constituiu o III Congresso – a rebeldia operária criou, ao infletir a dinâmica política da frente democrática que resistia à ditadura, as condições para a ruptura, no plano político, com o conservadorismo no Serviço Social²⁹. Mas aquele magma não veio à tona e rompeu a carapaça conservadora “espontaneamente”, de “modo natural” – nas lutas e confrontos sociais, nada acontece “naturalmente”. A ruptura, a “virada”,



²⁷ Penso especialmente naqueles que, antes do AI-5, tiveram alguma pertinência à esquerda católica ou a partidos/movimentos ilegalizados ou reprimidos.

²⁸ Em algum lugar da sua obra – hoje lamentavelmente ignorada –, o grande sociólogo norte-americano Charles Wright Mills lembrou que entre os *reacionários*, que pretendem girar a roda da história para trás, e os *revolucionários*, que operam para vê-la avançar, está o largo elenco dos *inacionários*, que simplesmente nada fazem.

²⁹ Referindo-se à ruptura operada pelo III CBAS, observou argutamente um profissional: “Há aí um evento fundamental, que foi o movimento grevista sindical de 1978: as greves do ABC, que tiveram uma força propulsora muito importante em relação aos posicionamentos da categoria” (intervenção de Sérgio Furhmann na “Mesa-redonda” reproduzida em *Serviço Social & Sociedade*. S. Paulo: Cortez, ano X, nº 30, abril de 1989, p. 7 – itálicos não originais).

deixou o terreno da possibilidade para converter-se em realidade graças ao empenho, ao esforço, à pertinácia e à combatividade de umas poucas dezenas de assistentes sociais que jogaram todas as suas energias em duas frentes: na criação de alternativas organizacionais ao conservadorismo³⁰ e na articulação com colegas que, em outras regiões, movimentavam-se no mesmo sentido³¹. Graças a esta atividade realmente coletiva, de início pouco estruturada, porém progressivamente organizada e conducente ao reconhecimento de lideranças que posteriormente haveriam de conquistar visibilidade nacional, o III Congresso não foi o espaço celebrativo em que a mesmice da reverência ao Estado ditatorial via-se administrada pelo conservadorismo conivente, transformando-se no primeiro evento da categoria profissional em que, em quinze anos de história, rebateu a exigência concreta da democracia e, também concretamente, a sua vinculação com as demandas dos trabalhadores.

O III Congresso não trouxe a categoria profissional para a cena política, da qual ela nunca esteve ausente: *trouxe para a cena política os componentes democráticos até então reprimidos na categoria profissional*. E se o fez tardiamente, a responsabilidade deve ser debitada à força do conservadorismo que, derrotado naquele episódio histórico, nem por isto viu suprimida a pesada e duradoura hipoteca que impôs e impõe ao Serviço Social no Brasil.

O III CBAS: UM EPISÓDIO HISTÓRICO

Sintonizando o Serviço Social com a maré-montante da resistência democrática que se viu exponenciada pelo protagonismo proletário, mediante o ativismo dos segmentos da vanguarda profissional, o III Congresso deflagrou um processo que, imediatamente político, ao conectar-se com tendências já existentes no corpo profissional, ultrapassou largamente a dimensão política do Serviço Social. Sublinhar a relevância política do III Congresso é fundamental; entretanto, a sua relevância não se esgota aí: a ruptura com o monopólio político conservador teve implicações que contribuiriam decisivamente para o desenvolvimento global do Serviço Social no Brasil.

É fato inconteste que os impactos no plano político foram os mais notáveis. A partir do III Congresso, as correntes e tendências mais progressistas e avançadas



³⁰ Tudo indica que também contribuiu para dinamizar essa busca a contribuição do *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* (CELATS), à época tendo à frente Leila Lima, que então analisava e estimulava a organização profissional em escala subcontinental.

³¹ Sabe-se da importância, por exemplo, das lutas – em S. Paulo – em torno do CRAS e da APASP, que precederam o III Congresso; certamente que em outros locais verificaram-se processos similares. E sabe-se, igualmente, do papel dos contatos pessoais nas articulações às vésperas, nos bastidores e no plenário do próprio congresso (aqui, há que levar em conta a relevância do III Encontro Nacional de Entidades Sindicais, realizado pouco antes do III CBAS).

do corpo profissional, invocando a condição de vendedores de força de trabalho dos assistentes sociais e reivindicando para eles o estatuto de trabalhadores, não só vincularam seus propósitos profissionais aos interesses do conjunto dos trabalhadores – reconhecendo, no seu núcleo, a centralidade da classe operária – como, ainda, se dedicaram a organizar a categoria segundo o clássico modelo proletário: através da instituição *sindicato*. A posterior criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) fomentou esse procedimento e é legítimo considerar – apesar de todos os problemas que vieram a surgir na segunda metade dos anos 1980 – que aqueles esforços para a sindicalização dos assistentes sociais deixaram um saldo positivo (Abramides e Cabral, 1995). Também é incontestável que a saudável “politização” de que o III Congresso foi expressão e que, a partir dele e engrenada à mobilização social que na primeira metade dos anos 1980 levou à derrota do regime ditatorial, foi amplamente difundida entre os assistentes sociais traduziu-se numa “partidarização” – a quase totalidade da vanguarda ou aderiu formalmente ao recém-nascido Partido dos Trabalhadores/PT ou seguiu suas orientações.

O esforço organizativo no plano sindical rebateu em outras instâncias da categoria profissional, mercê, inclusive, da inteligente articulação entre os segmentos da vanguarda profissional que se inseriam em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Assim é que, já na entrada dos anos 1980, na antiga ABESS foi possível desalojar o conservadorismo (político e acadêmico), dar curso à elaboração de consistentes projetos de formação profissional, redimensionando efetivamente a qualificação acadêmica dos assistentes sociais e procurando – é verdade que sem o mesmo êxito que no plano da formação – a formulação de uma política de pesquisa (com a criação, na segunda metade dos anos 1980, do CEDEPSS). Mais difícil foi a batalha para sintonizar os conselhos profissionais (os antigos CFASS e CRASS) com as mudanças emergentes a partir do III Congresso – entretanto, já na transição dos anos 1980/1990, também neles o conservadorismo estava deslocado.

A rápida menção feita à ABESS, por si só, indica que as implicações do III Congresso desbordaram o âmbito estritamente político. É evidente que tal desbordamento está estreitamente conectado ao avanço das forças democráticas e do movimento dos trabalhadores na primeira metade da década de 1980, avanço que responde pela derrota da ditadura, e que se refratou em praticamente todos os níveis da sociedade brasileira. É levando em conta a conjuntura do momento terminal da crise da ditadura, mais as suas expressões na vida universitária, que podemos avaliar melhor algumas daquelas implicações.

Se na universidade, malgrado os golpes que a ditadura lhe desferiu (cf. Netto, 2009: 53-112), gesta-se uma problemática “cultura de esquerda” já na segunda metade dos anos 1970, a verdade é que sua incidência sobre o Serviço Social é muito mediatizada e só vai se explicitar nos primeiros anos da década de 1980.

Registram-se, na bibliografia profissional, nos últimos anos do decênio de 1970, umas poucas contribuições (oriundas especialmente da pós-graduação) que remam na contracorrente do conservadorismo. É nos anos 1980 que esta direção ídeo-teórica, aliás, muito diferenciada, pois para ela concorrem, por exemplo, e entre muitos, Vicente Faleiros e Marilda Iamamoto, ganha força e, de fato, vai conquistar, no plano ideal, a hegemonia na produção intelectual dos assistentes sociais brasileiros. Elaborada fundamentalmente no marco da pós-graduação³², essa expressiva bibliografia (incidente sobre a história, os fundamentos e práticas do Serviço Social) vai criar um verdadeiro caldo de cultura anti-conservadora e, ainda que frequentemente eclética do ponto de vista metodológico, vulnerabilizará o tradicionalismo profissional. Com ela se instaura, entre nós, um *pluralismo* antes inexistente. Mas, até aqui, o que se tem é um processo de natureza, sobretudo acadêmico, que decerto teve suportes na fratura aberta no conservadorismo político pelo III Congresso.

A difusão desse caldo de cultura na maioria das agências de formação e entre parcelas significativas do corpo profissional, contudo, está longe de ser uma questão acadêmica – *supõe uma mobilização contra o conservadorismo no universo profissional*. E precisamente o III Congresso constituiu o marco fundacional dessa mobilização. Na sua sequência, foi esse caldo de cultura que empolgou a dinâmica da categoria profissional por toda a década de 1980 e de 1990.

Essas sumárias observações parecem minimamente bastantes para justificar a qualificação do III Congresso como um episódio de *significação histórica* para o Serviço Social no Brasil. Depois dele – e não por acaso – o Serviço Social, neste país, nunca mais foi o mesmo. Mas cabe aduzir, ainda, a sua grande lição: a sua realização demonstra, como numa conjuntura favorável, uma vanguarda de assistentes sociais sintonizada com as tendências mais substantivas da realidade, capaz de superar suas diferenças adjetivas para lutar por um objetivo essencial e estabelecer alianças, inclusive externas à categoria – pode efetivamente transformar representações e práticas mais que consagradas da sua profissão.

O processo que conduziu, em meados dos anos 1980, à derrota do regime ditatorial, sabe-se, não respondeu às expectativas emergentes com a reinserção da classe operária na arena política. Se esta reinserção rompeu com o monopólio da direção burguesa na frente anti-ditatorial e inviabilizou o projeto de auto-reforma do regime, os deslocamentos de força operados em seguida – resultantes quer da ameaça representada pelo protagonismo operário, quer da hábil e veloz reconversão dos principais beneficiários da ditadura ao “credo democrático”,



³² A importância da pós-graduação, aqui, nunca será devidamente exagerada, reconhecendo-se o papel central desempenhado pela PUC-SP – nesta instituição, além dos docentes assistentes sociais, foi notável a contribuição de Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Evaldo Vieira. Mas docentes de outras áreas também vitalizaram outras pós-graduações – foi o caso de Miriam Limoeiro, na PUC-RJ.

com seus representantes políticos abandonando o barco posto ao mar (em abril de 1964) na hora do naufrágio e responsabilizando por ele tão somente a caserna e, assim, lavando as mãos em face do “regime militar”³³ – garantiram à burguesia a hegemonia na transição democrática que se realizou no curso da “Nova República”. As resultantes são conhecidas: as grandes mobilizações populares dos anos 1980 acabaram neutralizadas – seja pela derrota da campanha por eleições diretas para a Presidência da República em 1985, seja, no processo constituinte, pela articulação do “Centrão”. O ímpeto democratizante, no entanto, persistiu até 1989, quando, à falta de uma solução confiável, o grande capital patrocinou a chegada de Collor de Mello ao governo. Esta aventura política, se serviu à grande burguesia para barrar a alternativa democrático-popular (representada, no segundo turno, pela candidatura de Luís Inácio Lula da Silva), revelou-se desastrosa e, contra ela, desencadearam-se novas manifestações de massa. No breve interregno que se seguiu ao *impeachment* de Collor de Mello (com Itamar Franco à frente do Executivo Federal), a grande burguesia mostrou novamente sua capacidade de articulação e alcançou enfim uma solução adequada a seus interesses – os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, nos quais, sob o comando explícito do capital financeiro-especulativo, iniciou-se a imposição ao país do receituário neoliberal do “Consenso de Washington” (1989). Conformou-se, então, a orientação macro-econômica que o sucessor do “Príncipe da sociologia brasileiro” apenas veio aprofundando.

Todas essas mudanças inscrevem-se no quadro de transformações econômico-sociais e ídeo-políticas dos últimos trinta e cinco anos³⁴. Incluem profundas alterações na dinâmica macroscópica do modo de produção capitalista e de todas suas as formações sociais. Envolvem a crise do Estado de Bem-Estar Social, da social-democracia e do “socialismo real” (assim como de sua legitimação ideal, o marxismo-leninismo de extração stalinista). Derivam na constituição do discurso ideológico das teorias da “pós-modernidade”.

E todas essas diversas ordens de transformações, que não são meros componentes aleatórios de um conjunto desordenado, mas constitutivos, e bastante articulados de uma totalidade histórica específica (a que não posso problematizar nesta oportunidade), rebateram e rebatem no Brasil. E seria espantoso se o nosso Serviço Social permanecesse impermeável a elas.



³³ Recorde-se a formação da auto-designada Frente Liberal, a posição de figuras como José Sarney, Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel *et alii* – sem contar com as rápidas conversões “democráticas” de grandes empresários como Antônio Ermírio de Moraes ou de figuras menores, como Afif Domingos e José Papa Júnior.

³⁴ Aponte algumas delas há anos e creio que ainda são válidas as hipóteses que então sugeri (cf. Netto, 1996).

O que importa assinalar, por agora, é que o elenco das implicações derivadas do III Congresso operou no universo do Serviço Social no Brasil pelo menos até a entrada do presente século. A partir dos primeiros anos da década atual, as mudanças ocorrentes no país colocam problemas e alternativas que parecem deixar para trás o seu legado.

A mais óbvia dessas mudanças diz respeito ao quadro das organizações sindical-partidárias em torno das quais (ou mesmo no interior das quais) gravitaram os mais ativos segmentos da vanguarda dos assistentes sociais. A conversão da CUT e do PT em zelosas instituições de apoio à ordem (cf. as excelentes análises de Tumolo, 2002 e Iasi, 2006) põe dilemas, dolorosos, à vanguarda profissional; os dilemas não se referem apenas ao “senso de responsabilidade” que o grande capital reconhece, admira e aplaude na gestão petista no Executivo central – referem-se ainda ao *preço político* das alianças necessárias para preservar os espaços institucionais obtidos e das renúncias a princípios e propostas feitos, com a eloquência própria dos radicalismos de ocasião, num passado muito recente³⁵.

Para além do óbvio há muito mais – por exemplo, a reciclagem teórica e metodológica que envolveu fortemente a intelectualidade acadêmica no último quarto de século. Da mesma forma, como na sequência do III Congresso e do processo que ele abriu, em consonância com a mobilização anti-ditatorial, surgiram rapidamente (de um *mix* que ia do funcionalismo à fenomenologia), no domínio da elaboração do Serviço Social, inúmeros marxistas, com a mesma rapidez, e muitos destes tornaram-se habermasianos, pós-modernos etc. Também entre nós a permuta de paradigmas se opera velozmente... Outro exemplo: as alterações no sistema e na estrutura universitários, efetivadas notadamente a partir de 1998, derivando, no caso da graduação, num nítido processo de barateamento da formação (a proliferação de cursos meramente comerciais, a instituição de uma educação à distância sem qualquer mínima garantia de qualidade) e, no caso da pós-graduação e da pesquisa, no mais espantoso e nefasto fordismo intelectual.

É claro que condicionalismos deste gênero, associados às circunstâncias próprias de uma conjuntura histórica em que o movimento das classes trabalhadoras (e, especialmente, de um proletariado que teve fortemente afetada a sua identidade de classe) mostra-se essencialmente defensivo, reduzem sensivelmente o potencial e o alcance das tendências mais avançadas do pensamento e da prática no Serviço Social. E, ao mesmo tempo, nutrem as linhas-de-força conservadoras, as quais sempre se mantiveram vivas na profissão e, neste quadro, ganham novos espaços de desenvolvimento (mesmo que travestidas em envoltórios pós-modernos ou aparentemente inovadores).



³⁵ Preço de que são emblemáticas as recentes manifestações de afeto político do senhor presidente da República a figuras do naipe de José Sarney e Collor de Mello.

Quaisquer que sejam, porém, as perspectivas e as alternativas do Serviço Social no Brasil, o significado do III Congresso não será esbatido. Ele permanecerá como um episódio histórico – e oxalá as novas gerações de profissionais possam extrair do seu legado toda a sua riqueza.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMIDES, M. B. C. e CABRAL, M. S. R. *O novo sindicalismo e o serviço social*. S. Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. *O novo sindicalismo no Brasil*. S. Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. S. Paulo: Boitempo, 2000.
- ARNS, dom P. E. (org.). *Brasil: tortura nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AZEVEDO, F. A. *As ligas camponesas*. S. Paulo: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- _____. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. S. Paulo: Brasiliense, 1979.
- BASTOS, E. R. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOCCIA PAZ, A. et alii. *Es mi informe. Los archivos secretos de la policia de Stroessner*. Asunción: Servilibros, 2006.
- CAETANO, G., RILLA, J. *Breve historia de la dictadura*. Montevideo: CLAEH/Banda Oriental, 1991.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. S. Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHIAVENATO, J. J. *Stroessner: retrato de uma ditadura*. S. Paulo: Brasiliense, 1980.
- COELHO, M. A. T. *Herança de um sonho. As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COGGIOLA, O. *Governos militares na América Latina*. S. Paulo: Contexto, 2001.
- COMBLIN, J. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMISIÓN NACIONAL VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe de la Comisión Nacional Verdad y Reconciliación*. Santiago: Secretaría General de Gobierno, 3 tomos, 1996.
- CONADEP (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas). *Nunca más*. Buenos Aires: CONADEP, 1984.
- CORBISIER, R. *Reforma ou revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- CORREA, M. S. *1964: visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L & PM, 1977.
- COSTA, S. A. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*. S. Paulo: Grêmio Politécnico, 1981.
- COUTO, R. C. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- D'ARAÚJO, M. C. et alii (orgs.). *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DELGADO, L. A. N. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil. 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

DINGES, J. *Os anos do condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2005.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, E. *IBAD: sigla de corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FISHLOW, A. “Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964”. *Estudos CEBRAP*. S. Paulo: CEBRAP, jan.-março de 1974.

FURTADO, C. *Análise do “modelo brasileiro”*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *O Brasil pós-”milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2002a.

_____. *A ditadura derrotada*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. *A ditadura encurralada*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2004.

GOHN, M. G. *História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*. S. Paulo: Loyola, 1995.

GOENDER, J. *Combate nas trevas*. S. Paulo: Ática, 1998.

HOFFMANN, R. “A concentração da posse da terra no Brasil”. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 7, 1979.

HUGGINS, M. K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. S. Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. S. Paulo: Cortez/CELATS, 1983.

IANNI, O. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IASI, M. *As metamorfoses da consciência. O PT entre a negação e o consentimento*. S. Paulo: Expressão Popular, 2006.

JORDÃO, F. P. *Dossiê Herzog. Prisão, tortura e morte no Brasil*. S. Paulo: Global, 2005.

LUPPI, C. A. *Manuel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?* S. Paulo: Escrita, 1980.

MAGALHÃES, J. *O último tenente. Depoimento a J. A. Gueiros*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MANDEL, E. *A crise do capital*. S. Paulo/Campinas: Ensaio/UNICAMP, 1990.

MANGABEIRA, W. *Dilemas do novo sindicalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

MARKUN, P. e HAMILTON, D. *1961: que as armas não falem*. S. Paulo: SENAC, 2001.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENEGUELLO, R. PT: *a formação de um partido (1979/1982)*. S. Paulo: Paz e Terra, 1989.

MESA, J. et alii. *Historia de la Bolivia*. La Paz: Gisbert, 1999.

MOISÉS, J. A. *Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MOLAS, R. R. *Historia de la tortura y del orden represivo en Argentina*. Buenos Aires: Eudeba, 1985.

MORAIS, T. e SILVA, E. *Operação Araguaia. Os arquivos secretos da guerrilha*. S. Paulo: Geração, 2005.

MOREIRA ALVES, M. H. *Estado e oposição no Brasil (1964/1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

NETTO, J. P. “Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”. *Serviço Social & Sociedade*. S. Paulo: Cortez, ano XVII, nº 50, abril de 1996.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. S. Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, E. R. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil. 1964-1969*. Petrópolis: Vozes, 1976.

PCB (Partido Comunista Brasileiro). *Uma alternativa democrática para a crise brasileira*. S. Paulo: Novos Rumos, 1984.

PARKER, P. R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

POMAR, P. E. R. *Massacre na Lapa*. S. Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

RAINHO, L. F. *Os peões do ABC*. Petrópolis: Vozes, 1980.

RAINHO, L. F. e BARGAS, O. M. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo*. S. Bernardo do Campo: Ed. FG, vol. 1 (1977-1979), 1983.

REIS, D. A. et alii (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

RODRIGUES, I. J. (org.). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis/S. Paulo: Vozes/EDUC, 1999.

SADER, E. et alii (orgs.). *Latinoamérica. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. S. Paulo: Boitempo, 2006.

SAUTCHUK, J. *A luta armada no Brasil nos anos 60 e 70*. S. Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

SCHILLING, V. *EUA x América Latina. As etapas da dominação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

SERPAJ (Servicio Justicia y Paz). *Uruguay: nunca más*. Montevideo: SERPAJ, 1989.

SILVA, J. G. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SINGER, P. “As contradições do milagre”. *Estudos CEBRAP*. S. Paulo: CEBRAP, out.-dezembro de 1973.

_____. “Evolução da economia brasileira”. *Estudos CEBRAP*. S. Paulo: CEBRAP, julho-setembro de 1976.

- _____. *A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SOARES, G. A. D. e D'ARAÚJO, M. C. (orgs.). *21 anos de regime militar. Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *Vida e morte da ditadura*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOUSA, R. A. *Os desconhecidos da história da imprensa comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2005.
- STARLING, H. M. M. *Os senhores das gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TOLEDO, C. N. "As falácias do revisionismo. Os 40 anos do golpe". *Crítica marxista*. Rio de Janeiro: Revan, nº 19, 2004.
- TUMOLO, P. S. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: UNICAMP, 2002.
- Vv.Aa. *Projeto história. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. S. Paulo: EDUC, nº 29, t. 1, dezembro de 2004.
- VERDUGO, P. *A caravana da morte*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- VERBITSKY, H. *El vuelo*. Buenos Aires: Planeta, 1995.
- VINHAS, M. *O Partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. S. Paulo: Hucitec, 1982.
- VIZENTINI, P. F. *A política externa do regime militar brasileiro. Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.
- YAZBEK, M. C. *et alii*. "O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos". *Serviço Social & Sociedade*. S. Paulo: Cortez, ano XXIX, n. 95, setembro de 2008.



O CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA CONJUNTURA DOS ANOS 70

Vicente de Paula Faleiros*

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições diretamente dadas e herdadas do passado”.

Karl Marx - O 18 Brumário

Este artigo aborda a contextualização histórica dos anos 70 e as mudanças no serviço social para situar o III CBAS realizado em São Paulo em 1979. Busca também configurar o significado desse evento para a profissão na análise da crise e da mobilização social nos anos 70, inclusive nos discursos sobre a profissão nesse período.

CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA

A década de 70 está marcada internacionalmente pela crise do petróleo, desencadeada após a guerra dos seis dias em 1967 por Israel contra os países árabes. Uma das conseqüências desse conflito foi o aumento de até 400% nos preços do petróleo em apenas cinco meses (outubro de 73 a março de 74). Ao mesmo tempo, do ponto de vista político, constata-se a ascensão da direita no governo da Inglaterra (Tatcher em 1979) e dos Estados Unidos (Reagan em 1981), com políticas neoliberais de redução do Estado e valorização do mercado. As ditaduras de Pinochet no Chile (1973), com os “Chicago Boys” e de Videla (1976) na Argentina, com Martinez de Hoz, impuseram as políticas neoliberais, aliadas a uma repressão brutal de vastos setores da sociedade tais como militantes de correntes socialistas, sindicalistas, intelectuais. Essas ditaduras foram orquestradas pelos Estados Unidos para manter seu “quintal” de negócios e de poder no contexto da guerra-

*Assistente social, PhD em sociologia, pesquisador do CNPq, professor titular aposentado e colaborador da UnB, professor da UCB, autor e poeta.

fria, inclusive implementando a chamada Operação Condor de articulação da repressão no Cone Sul.

A ditadura brasileira, imposta pelo golpe militar de 1º de abril de 1964, endurecida com o Ato Institucional nº 5 de 1968, implantou o terror de estado no Governo Médici, mas adotou a partir de 1974, no Governo Geisel, um processo de “abertura lenta, gradual e segura” diante de seu desgaste e na busca de recuperar legitimidade social. Inicialmente apoiada pelas multinacionais, pela burguesia, pelas classes médias, pela Igreja Católica, que promoveram mobilizações de rua, com o pretexto de combater o comunismo, a inflação e a corrupção.

A ditadura buscou legitimar-se também pelo chamado “milagre econômico”. Houve um acelerado crescimento econômico nesse período sustentado por altas taxas de acumulação entre 1968 e 1973. Entre 1967 e 1973 a taxa média anual de crescimento foi de 11,2%, uma das maiores do mundo. Essa acumulação se fez por meio de um profundo arrocho salarial, investimentos estatais, uso da capacidade instalada e abertura para a exportação. No entanto, o custo de vida, de 1962 a 1969, teve um índice de aumento de 100 para 1492, e o salário real passou de 100 para 122 (SINGER, 1985:57). Essa acumulação favoreceu muito mais as classes médias e altas que as classes populares. Baseou-se numa aliança estratégica entre Estado/multinacionais e empresas nacionais (FALEIROS, 1992). Esse processo foi se esgotando a partir de 1974 até 1979. Nesse período o crescimento do PIB passou para uma média de 6,7%. Segundo a Fundação Getulio Vargas a taxa anual de inflação foi 19,3% em 1970 e de 77,2% em 1979. Nesse ano o governo implementou uma política recessiva, com uma maxidesvalorização da moeda no final do ano.

O desgaste político do governo se acentuou com a diminuição do apoio do bloco hegemônico a essa política, com divergências entre os setores agrícola, industrial, financeiro e comercial. O governo também perdeu legitimidade com a brutalidade da repressão, inclusive à guerrilha e com a oposição de setores progressistas da Igreja Católica, com as mobilizações sociais e sindicais. Aliava-se, assim, à crise econômica uma crise política de sustentabilidade do poder e uma crise de legitimidade.

A crise de legitimidade se evidenciou, nas eleições de 1974, com a votação expressiva no MDB,– Movimento Democrático Brasileiro em oposição à Arena- Aliança Renovadora Nacional, da situação, no contexto do bipartidarismo imposto. O MDB ganha nas zonas mais urbanizadas (FARIA, 1978:236). A oposição passou a controlar as Assembléias Legislativas de SP, RJ, RS e Paraná. Em 1976 continuou o avanço da oposição. Em 1977 o Governo editou o Pacote de Abril, que impôs um retrocesso na liberalização política, proibindo a eleição direta de governadores que estava prevista e criou o cargo de “senador biônico”, um por Estado, escolhido indiretamente. No entanto, a oposição continuou avançando. Em 1978 a razão de voto entre MDB/Arena em SP aumentou para 7.11, contra 3.72 em 1974. (LAMOUNIER, 1978). Em 1979 começou a inscrição de novos partidos,

mas somente em 1980 é que a Emenda Constitucional nº 15, de 19 de novembro restabeleceu o sistema de voto direto nas eleições para senador da República e para governador de Estado.

A crise militar se agudizou em 1977 (GAPSPERI, 2002:27) com o confronto entre Geisel e o general Frota que é demitido, mas com insatisfação da linha dura. Segundo Oliveira (1994) o processo de distensão/abertura é uma busca de legitimidade institucional diante da crise da própria ditadura, que passou substituir a dominação militar por uma tutela militar (chamada de entulho autoritário), desmontada mais tarde na Constituição de 1988.

A crise do regime foi aprofundada com as mobilizações sindical (pela negociação e contra o arrocho), popular (contra o custo de vida e inflação), de bairro pelos serviços públicos e estudantis (contra a repressão nas universidades).

O novo sindicalismo emergiu de forma expressiva no ABC paulista, numa onda grevista, em maio de 1978. Segundo Silva (1994:55), entre 1978 e 1981, 5.300.000 trabalhadores utilizaram-se da greve como forma de luta para encaminhar reivindicações, com greves em todos os estados e de diferentes categorias. Em São Paulo concentra-se quase a metade (47%) desses trabalhadores grevistas. Ao mesmo tempo, havia uma mobilização popular nos bairros com grande expressão das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs.

As CEBs articularam muitas dessas lutas de bairro, contribuindo para formar sujeitos políticos na luta por condições de vida na própria comunidade, fazendo a formação política dos seus participantes no processo de reivindicações por creches, postos de saúdes, pronto-socorros e moradias. PETRINI (1984:59) assinala que:

mudou o perfil da sociedade na medida em que parcelas significativas das classes populares antes excluídas do processo social começam agora a aparecer como atores, alterando-se dessa maneira o cenário da vida urbana.

Essas lutas também contribuíram para mudar a visão dos bairros pobres por parte do poder público. Exemplo disso, relatado por Petrini (1984), foi a organização da Comunidade de São José Operário, a partir de 1970, na região leste de São Paulo.

Como salientou Eder Sader (1988), “novos personagens entram em cena”, referindo-se aos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo. Esta “entrada em cena” pode ser análoga à de outros movimentos, pois como assinala Sader, a etapa de conversa entre o mesmo grupo passou para uma etapa de ir para as ruas, com ampliação do espaço da sociabilidade. Os movimentos sociais se colocaram como oposição à ditadura e tiveram como objetivo abrir os espaços para a expressão dos interesses e reivindicações da população. A relação entre o cidadão, a



Acima: metalúrgicos de São Paulo terminam a greve após 12 dias de paralisação. Fotografia de Isaías Feitosa, acervo CPDOC-JB, em 8 de novembro de 1979. Ao lado, página 8 do *Jornal da Associação Profissional das Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP)*, em maio de 1979.

O DEOPS CHAMOU... (ATÉ QUANDO?)

O Comitê Executivo pela Anistia está para que ele seja AMPLA. Geral INDETERMINADA porque não significa a computação do direito de revindicar emprego ou de participar na vida política do país. Esses direitos foram drasticamente restringidos há mais de 15 anos e, até o momento, continuam suspensos. Muitos dos últimos de regressão ainda continuam sofrendo perseguições e apesar do avançado "processo da abertura", os anistia-ados ainda sofrem interferência e limitações de movimentos legítimos de reivindicações básicas, são chamados a depor no DEOPS.

Porém, este movimento só irá atingir sua finalidade quando os setores populares entendem que a ANISTIA não se refere apenas a casos passados de presos, exilados, mortos e cassados, mas precisa abrangê-los a nível jurídico-legal, que assegurem ao resto do sistema populista sua livre organização, seu livre acesso aos componentes de todos os setores, associados para DEOPS, ou independentes de seus empregos. A compreensão deste fato é fundamental, e foi este o motivo da criação da APASSP no movimento.

A APASSP foi criada e apresentada no Congresso Nacional pelo A. INISTIA em Novembro de 1970, sendo, de acordo com item 13 do Plano de Ação, "dever-se resguardar "os casos atingidos em cada setor ou região". É assim que queremos denunciar a categoria, a categoria de cinco colegas que, por um compromisso concreto com os setores onde trabalham, nos suas reivindicações legítimas, foram chamados a depor no DEOPS.

Este fato se torna ainda mais absurdo porque das cinco, quatro são membros da Comissão de Anistiação da Coordenação Geral Permanente da Campanha Salari, "Iniciada do Funcionalismo Público. Durante as negociações com o Governo Estadual, eles tiveram que assinar uma lista de renúncia que foi enviada diretamente aos órgãos de Segurança Pública. Isso de mostra mais uma vez o que se pode esperar da "abertura" ao mesmo tempo que deslegitimou reconhecer uma comissão de anistiação como legítima (já que encadeamos processo de negociação com eles), envia para eles para assinar uma lista de renúncia para tentativa de evitar a desanistiação, através de seus elementos mais comprometidos.

E por saber que o Movimento pela Anistia pretende que estes indivíduos sejam livres, se registram, que a

APASSP mantém seu apoio e sua representatividade no Movimento. Como associação profissional, queremos repudiar esta atitude intervencionista do governo sobre elementos diferentes, e membros da categoria, que os assumiram um compromisso efetivo com os setores populares. Chamamos que logo depois aos seguintes colegas: — Assessoria H. M. Andrade (representante de Comissão de Ass. Sociais da Prefeitura — APASSP); Celso F. Viarinho Feres (Diretor da APASSP); Myrian Neza Magalhães Girardi (Diretora da APASSP — representante de APASSP na C.G.F. Gililda Borea (Secretaria de Saúde); Luiz Eduardo de Souza (Presidente da APASSP); e a todos aqueles atingidos por mais este arbitrariedade.

NO FIM, COM TODOS ESSES DISCURSOS DE VOCÊS, GREVISTAS, NÃO NOS SOBRA NADA LIBERDADE PARA FAZER NADA.

R. M. Mazzariello

sociedade civil e o Estado se expressou num outro patamar, passando da clandestinidade ou do silenciamento para o enfrentamento da opressão do Estado Militar sob hegemonia da burguesia. A ditadura usava como forma de terror a ação policial para prender, torturar e exterminar sob o paradoxo de uma “lógica do arbítrio” em que os direitos eram negados. Na sua contradição, a dominação pressupõe resistência, insatisfação. O processo de dominação implica o enfrentamento da resistência real ou pressentida, da ameaça, como assinala Faleiros:

A participação preeminente do Executivo na formulação de políticas e seu controle sobre os trabalhadores manifesta uma reação à ameaça real ou pressentida das classes subalternas à ordem estabelecida “ (FALEIROS, 1992:23).

Em agosto de 1981 realizou-se a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora de onde surgiu uma comissão para a criação da CUT, fundada em 1983. Em 1980 foi fundado o PT- Partido dos Trabalhadores agregando operários, intelectuais e militantes populares. Ao mesmo tempo o Movimento pela Anistia saiu às ruas e conquistou a promulgação da Lei 6.683, de 28.8.79 que concede anistia tanto aos que “cometeram crimes políticos” como aos que cometeram “crimes conexos com estes”, o que incluiu os militares, apesar de muitos terem cometido crimes contra a humanidade como a tortura.

SERVIÇO SOCIAL EM MUDANÇA

Nesse contexto vai-se construindo uma articulação entre algumas entidades e grupos de assistentes sociais com os movimentos sociais a partir de sua inserção em trabalhos de bairro em articulação com organizações políticas, com uma perspectiva influenciada pelo movimento de reconceituação vigente na América Latina. Esse movimento foi impulsionado pela crítica ao serviço social funcionalista, adotando uma referência marxista, como expresso nos projetos das Escolas de Serviço Social da Universidade Católica de Valparaíso – Chile e PUC de Belo Horizonte. Com assinala Faleiros (2008) esse movimento é diversificado, mas se articula a uma ruptura com a visão integradora assistencialista, positivista e liberal bem como com a visão tecnocrática e propõe sua articulação a um processo participativo a partir da relação política com a transformação da estrutura. Tanto a Alaets – Associação Latino Americana de Escolas de Serviço Social como o Celats – Centro Latino Americano de Trabalho Social fortalecem a reconceituação. O Celats tem quatro vertentes de ação: trabalhos sobre a história do serviço social latinoamericano como no México, Peru, Colômbia, Uruguai e Brasil, este sob a responsabilidade de Raul de Carvalho e Marilda Iamamoto, com uma ótica marxista. Incentiva a pesquisa-ação e a metodologia da pesquisa. Busca fortalecer e

Moção de repúdio à ação da polícia do Estado de Minas Gerais durante a greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. S/d., acervo do CFEES.

MOCÃO DE REPUDIO

24/10/68
col.

__Considerando que o III CBAS escolheu para sua Comissão de Honra*

- . todos os trabalhadores brasileiros
- . todos os que morreram na luta pelas liberdades democráticas
- . todos que lutam pela democracia no País;

__Considerando que esta escolha reflete as preocupações da categoria, em relação às lutas dos trabalhadores, vimos:-

I) Repudiar a violenta ação repressiva da polícia do Estado de Minas Gerais, contra os 75.000 Metalúrgicos de Betim, Belo Horizonte e Contagem, que neste momento se encontram em greve na justa luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Esta ação trouxe como consequência:

- a morte de um operário da Fiat somando-se a outras mortes - ocorridas em movimentos anteriores;
- baleamento de um metalúrgico;
- ferimentos graves em seis pessoas;
- prisão de 45 grevistas, dado admitido oficialmente pela secretária de Segurança Pública daquele Estado.

2) Denunciar que estes fatos e outros caracterizam uma violência cada vez maior das forças da repressão que agindo de maneira impune e desenfreada, vem a cada dia que passa explicitar que a luta dos trabalhadores se transformou numa questão policial.

Portanto, damos nosso total apoio a greve dos Metalúrgicos de M.G. e propomos um minuto de silêncio em demonstração de pesar pela perda de mais um companheiro, que sacrificou sua vida lutando pela libertação da classe Trabalhadora.

920

publicar os trabalhos junto às populações e movimentos sociais, assim como sobre política sociais. Desta forma as temáticas da história e das condições de trabalho, da pesquisa, dos movimentos sociais e das políticas sociais se tornam presentes na agenda da profissão em nível continental.

José Paulo Netto (1990:159), a partir de um lugar de fala acadêmico, na interpretação de outros discursos do serviço social e sobre o serviço social, nos anos 70, considera que:

à medida que avança a crise da ditadura e o *marxismo acadêmico* se desenvolve [a corrente de renovação do serviço social com intenção de ruptura com o serviço social tradicional] se desenvolve e se adensa, sobretudo enquanto padrão de análise textual [pós-graduação]. Na primeira metade dos anos 80 é esta perspectiva que dá o tom da polêmica profissional e fixa as características da retórica politizada (com nítidas tendências à partidarização) de vanguardas profissionais de maior incidência na categoria...

A implantação da pós-graduação em serviço social no início dos anos 70 contribui para aprofundar análise crítica da profissão e de seus fundamentos.

Já no início da década de 70, marcada pela ditadura, houve o Encontro de Teresópolis, que define o foco da atuação do serviço social na atenção às necessidades humanas diante da sua negação pelo sistema e rompe com a divisão metodológica em caso/grupo/comunidade, com a proposta de construção da “intervenção planejada”, inclusive com a inclusão de propostas políticas no método (CBCISS, 1978). No entanto, predomina uma visão desenvolvimentista a partir da relação entre necessidades e recursos, embora Suely Costa (1978:35), no documento de discussão do Encontro, coloque que o serviço social possa ser olhado tanto na perspectiva da ordem como da transformação.

Em maio de 1974 realiza-se o 1º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais no Rio de Janeiro, que aglutinou grande número de profissionais. Segundo uma avaliação do serviço social brasileiro, feita pela Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (ESSBH, s/d), o 1º CBAS mostrou a importância do serviço social no processo de desenvolvimento mas adota uma fala que generaliza o serviço social brasileiro:

“apesar de fazer referência à reconceptualização e de se falar algumas vezes da necessidade de uma elaboração mais próxima da realidade brasileira, o que se pode dizer do serviço social brasileiro é que de modo geral é que ele segue desempenhando acriticamente as funções de contribuir para a reprodução do sistema capitalista através da perspectiva desenvolvimentista assumida pela profissão” (p. 154).

Cinco anos depois, em setembro de 1979, realiza-se o III CBAS quando é lançada a “Revista Serviço Social e Sociedade” que se propõe contribuir para que os assistentes sociais “assumam as lutas mais gerais do povo brasileiro”. O Conselho Federal de Assistentes Sociais escreve o artigo de abertura da Revista, comprometendo-se com a democracia pluralista e militante, com a transformação das políticas sociais, com uma prática social crítica em defesa dos direitos sociais e por serviços sociais públicos, com estratégias de participação, organização e cidadania (CFAS, 1979). Nesse mesmo número da Revista, Luiza Erundina, expressando um discurso militante e engajado nas lutas, diz que

“é evidente o despertar da categoria... os tempos agora são outros. A partir do momento em que a sociedade civil começou a pressionar no sentido de conquistar espaço no processo político brasileiro, os assistentes sociais também começaram a reagir. Vários grupos foram se formando com o objetivo de estudo. Tais grupos têm contribuído para aglutinar os elementos da categoria... e a APASSP – Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo, foi reativada e está participando de forma efetiva dos movimentos sociais gerais... criando condições para que a categoria se expresse de maneira organizada e mais conseqüente... mas ainda há muita resistência a vencer, há colegas que fazem restrições... mas foi surpreendente a prontidão de inúmeros assistentes sociais em assumir a greve [do serviço público]... a APASSP participou de encontros nacionais de associações e sindicatos de assistentes sociais... e a proximidade do 3º Encontro de Associações com o CBAS vai ensejar maior repercussão de propostas como as de sindicalização, piso salarial, o que poderá desencadear um movimento mais geral a nível nacional, ampliando assim a mobilização da categoria e reforçando a luta em torno de questões fundamentais” (SOUZA, 1979, p. 17-31).

O III CBAS

Nessa Revista estão pautados alguns temas que perpassaram a discussão do III CBAS e constituíram também a pauta da profissão ao longo das décadas de 80 e 90: as políticas sociais, a participação social, os movimentos sociais, as práticas profissionais como práticas críticas aliadas aos interesses da população e à defesa de seus direitos, considerando o trabalho profissional como trabalho inserido no contexto da produção/reprodução do capital.

O movimento de ruptura de um modelo de relação do serviço social com o poder dominante, com um tipo de proposta de ação política vinculada à manu-

tenção da ordem estabelecida foi simbolicamente demarcado no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo em 1979, como assinalamos em livro de 1981:

“a polarização [expressa pelo movimento de reconceitualização de aproximação com as lutas sociais versus defesa da ordem], vista em muitos congressos latinoamericanos, manifestou-se claramente no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em São Paulo, em setembro de 1979. A organização oficial do Congresso, estabelecida pelo CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais) foi reestruturada pela assembléia geral em que predominava a ação das associações profissionais (APAS). Nessa reestruturação, a comissão de honra, constituída por ministros de Estado, foi substituída pelos “trabalhadores brasileiros” e na sessão de encerramento, em vez de ministros, falaram líderes operários e metalúrgicos [entre os quais Lula], dos movimentos populares, do movimento pela anistia e do movimento contra o custo de vida” (FALEIROS, 1981:119).

São representantes das três mobilizações acima assinaladas: operariado, movimento de bairro e movimento pela anistia. No próprio ano de 1979 foi organizado o CENES (Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais), buscando fortalecer as organizações estaduais e locais. Essa dinâmica iniciada em São Paulo está expressa no Jornal do 5º CBAS realizado em São Paulo 9 a 13 de dezembro de 1985:

[no Congresso de São Paulo de 1979] “a categoria transferiu a responsabilidade dessa promoção para o Movimento Sindical, representado na época pela Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – CENEAS, transformada em 1983 na ANAS” (Editorial)... “em 1982 no Rio de Janeiro o IV CBAS apostou na luta conjunta das Entidades nacionais da categoria para a construção de uma nova proposta de Serviço social em consonância com os anseios de mudança da sociedade brasileira. Nesse sentido deliberou pela promoção conjunta das entidades ANAS, CFAS e ABESS e organização estudantil – ENESS do V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais sob a coordenação da ANAS”.

A ANAS foi oficialmente constituída em 1983 em Salvador, “sedimentando todo um longo trabalho de organização sindical da categoria que veio preencher

uma lacuna em nível nacional”, diz O Jornal do 5º CBAS (CFAS, 1985:2). Buscou-se articular tanto os sindicatos como as associações profissionais (APAS) que existiam no país, desde longa data, para promover atividades de interesse dos associados como cursos, debates, reivindicações. Em 1983 buscou-se transformar as APAS em sindicatos e unificar as reivindicações da categoria enquanto trabalhadores. No movimento de organização dos assistentes sociais colocava-se uma dupla articulação: a identificação do assistente social como trabalhador e a identificação e compromisso dos assistentes sociais com o conjunto dos trabalhadores, numa ótica de classes. Nesse sentido é que se desencadeia a discussão de um projeto político para a profissão, de articulação e contribuição com os interesses dos dominados, conforme postulava o movimento de reconceituação, e que foi paulatinamente tornando-se hegemônico.

Abramides e Cabral (1995) relatam a transformação da APASSP (APAS de São Paulo) em sindicato, com a reativação da mesma em 1977, e sua transformação em sindicato em 1985, que durou até 1992, quando foi extinto, no acatamento da proposta da CUT de se passar dos sindicatos de categorias para sindicatos setoriais.

No ano de 1979 também se organizou em Natal, a Convenção Nacional de Ensino, promovida pela ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, com uma proposta de significativa mudança no currículo mínimo posteriormente aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1982. Nessa proposta os eixos curriculares foram construídos em torno da história, teoria e método, também com ênfase na pesquisa, consolidando-se a ruptura com a divisão do ensino em serviço social de caso, de grupo e de comunidade.

O III CBAS, de 1979, denominado de “Congresso da Virada” significa, ao mesmo tempo, um ponto de chegada e um ponto de partida. Com efeito, a sociedade brasileira passava por uma crise de decomposição da ditadura e de rearticulação das forças sociais democráticas. A organização e a mobilização regional dos assistentes sociais de São Paulo e de várias associações e sindicatos de todo o Brasil foram consoantes com a expressão das lutas operárias da zona mais industrializada do país, na região do chamado ABC paulista, onde se concentrava o pólo mais moderno do capitalismo brasileiro. Nesse pólo também se expressava significativamente a mobilização de questionamento da ditadura e de reivindicações de condições de vida. Essas lutas propiciaram condições de consciência de classe para o operariado e profissionais a eles aliados, como um vasto setor de assistentes sociais e se ampliou para setores menos politizados e organizados. As lutas contra o custo de vida e pela anistia deram vazão às reivindicações pelo retorno dos exilados (inclusive deste autor) e de reivindicações das classes médias.

O debate teórico da profissão já havia superado as discussões apenas técnicas e assumia uma dimensão nitidamente política e crítica. Crítica das funções de integração e adaptação social e de crítica do capitalismo em sua lógica de explo-

ração e opressão tanto do profissional como do usuário dos serviços sociais. Havia, pois, na própria dinâmica das contradições do capitalismo a condição de possibilidade de uma aliança com os dominados, em contraposição à lógica modernizadora, como salientamos em artigo publicado no 1º número da “Revista Serviço Social e Sociedade” (FALEIROS, 1979).

O III CBAS se colocou como um elo nessa transição histórica entre a ditadura e a democracia, assim como um elo de ligação dos assistentes sociais com os trabalhadores, de identificação das lutas dos assistentes sociais com as lutas mais gerais da sociedade e como uma ruptura com um modelo de prática de adaptação, para reforçar uma articulação da profissão com as transformações das relações sociais de dominação e exploração no cotidiano de sua atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente a crise e a percepção da crise do capitalismo nos anos 70 que obrigou a uma nova regulação mundial e mudança na forma de acumulação. À medida que ditaduras se reforçavam no Cone Sul da América, a ditadura brasileira entrava em crises de legitimidade e política, inclusive com grande e intensa mobilização da sociedade. Uma parte dos assistentes sociais se engajou nesse movimento de luta contra a ditadura. A academia passou a fazer uma leitura crítica da profissão. Destacamos três discursos sobre a mudança da profissão. A Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (ESSH, s/d) denota uma funcionalidade genérica do serviço social à reprodução do capital. (NETTO, 1990) aponta para uma ruptura com o serviço social tradicional e uma partidarização da profissão e (SOUZA, 1979), a partir da prática de luta, visualiza a articulação do serviço social com os interesses gerais das classes trabalhadoras.

De fato, no III CBAS, estão presentes nas discussões e nos atos políticos acima mencionados, a crise da ditadura, as propostas de crítica ao capitalismo e de crítica à integração do serviço social no sistema capitalista e às políticas sociais dominantes e de mobilização da categoria enquanto classe trabalhadora. Em termos de discussão e de atos políticos, realmente, configurou-se uma virada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMIDES, Beatriz C. e CABRAL, Socorro R. *O novo sindicalismo e o serviço social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- CBCISS. *Documento de Teresópolis*. Suplemento de Debates Sociais, Rio de Janeiro, n.4, 5ª edição, 1978.
- CFAS. *Jornal do 5º CBAS*. São Paulo: V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, de 09 a 15 de dezembro de 1985.
- CFAS. Pela prática dos direitos sociais. In *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v.1, n.1, p.5-17, setembro de 1979.
- COSTA, Suely Gomes. Introdução às questões de metodologia, teoria do diagnóstico e da intervenção em serviço social. In CBCISS. *Documento de Teresópolis*. Suplemento de Debates Sociais, Rio de Janeiro, n.4, 5ª edição, 1978.
- ESSBH-ECOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE BELO HORIZONTE. *O processo histórico do desenvolvimento do serviço social brasileiro*. Belo Horizonte: ESSBH, Vol. II, s/d.
- FALEIROS, V. P. *O trabalho da política*. São Paulo: Editora Cortez, 1992.
- FALEIROS, V.P. Espaço institucional e espaço profissional. In *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v.1, n.1, p.137-152, setembro de 1979.
- FALEIROS, V.P. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo: Cortez 1981.
- FALEIROS, V.P. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- GASPARI, E. *Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LAMOUNIER, B. O voto em SP 1970-1978 - In LAMOUNIER B. (org) - *Voto de desconfiança*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- LAMOUNIER, B. e Cardoso. F.H. *Os partidos e as eleições no Brasil* - São Paulo: Cebrap-Paz e Terra 1978.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1990.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor. Forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papyrus, 1994.
- PETRINI, João Carlos. *CEBs: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Roque Aparecido da. São Paulo: impasses e perspectivas das lutas sindicais. In CEDEC. *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SINGER, Paul. *A Crise do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, Luiza Erundina. O assistente social e a ação política. Entrevista com Maria Lúcia Martinelli, Myrian Veras Batista e Mário da Costa Barbosa. In *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v.1, n.1, p.19-31, setembro de 1979.

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL E O PAPEL DA CENEAS/ANAS NA VIRADA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Maria Beatriz Abramides* e Maria do Socorro Cabral**

INTRODUÇÃO

No ano de 2009 comemoramos, em todo o país, os 30 anos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, o *Congresso da Virada*. É sob essa referência histórica emblemática que trataremos a organização político-sindical e sua relação com a formação, o exercício profissional e a organização estudantil. O fio condutor deste artigo recai sobre o papel da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) e da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) e das entidades sindicais – Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS) e Sindicatos, a elas filiados, no processo de ruptura com o conservadorismo (Abramides, 2006).

A reorganização político-sindical dos assistentes sociais, desde sua origem em 1977, se vincula ao sindicalismo classista, autônomo e de lutas até 1992, momento de extinção da ANAS e da maioria das entidades sindicais da categoria, por deliberação unânime dos assistentes sociais em 1989 na IV Assembléia Sindical Nacional. É nesse contexto que o processo de ruptura incide sobre a objetividade dos profissionais, em sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais da profissão, na condição de trabalhador assalariado, partícipe do trabalho coletivo socialmente combinado, que vende a sua força de trabalho como todo trabalhador. De outro lado, esse processo recai sobre a subjetividade da categoria profissional que se manifesta em sua organização político-sindical, na formação e no exercício profissional e na representação estudantil, que imprime uma direção social à profissão, expressa no compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Debater a virada do Serviço Social Brasileiro, nos marcos da ruptura com o conservadorismo, passa por compreender o significado e o papel político das or-

*Professora da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP; foi dirigente da Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC-SP, 2006/2008 e 2008/2010); da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo (APASSP), 1977/1979; do Sindicato dos Assistentes Sociais de São Paulo, 1983/1985; da Coordenação da CENEAS, 1979; da ANAS, 1985/1987 e 1987/1989; da direção Nacional da ABEPSS, 2002/2004 e 2004/2006; e da direção da ALAEITS, 2006/2009.

** Professora da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP; foi da Coordenação da CENEAS, 1979; da direção da APASSP, 1981/1983; da direção do Sindicato dos Assistentes Sociais de São Paulo, 1983/1985; da direção da ANAS, 1983/1985, 1985/1987 e 1987/1989.

ganizações sindicais da categoria a partir de 1977, sob a direção política da CENEAS de 1979 a 1983, e da ANAS, de 1983 a 1992. A referência histórica, pública e coletiva do projeto de intenção de ruptura da profissão com o conservadorismo (Netto, 2002) se expressa no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, realizado em São Paulo, de 19 a 23 de setembro de 1979 (Abramides e Cabral, 1995).

Conjunturalmente, o III CBAS é realizado no momento da vida brasileira da retomada das lutas sociais no país, quando os movimentos sociais – sindicais e populares – se organizam na perspectiva classista com um forte protagonismo da classe operária.

Os movimentos sociais irrompem a realidade do país e se inserem na luta política de enfrentamento à ditadura militar e à sua política de arrocho salarial, responsável por uma profunda deterioração das condições de vida e de trabalho da população. É um período de amplas mobilizações do movimento de massas, com grandes greves operárias de solidariedade de classe entre os trabalhadores. Configura-se a reorganização do movimento sindical e popular em um novo patamar da luta de classes sob a direção da classe operária, a partir de 1977.

A rearticulação das entidades sindicais da categoria, a partir de 1977, se vincula, desde o primeiro momento, a essa vertente combativa e de lutas que se denominou *novo sindicalismo* (Abramides e Cabral, 1995). O sindicalismo classista se expressou em um sindicalismo de massa, com autonomia e independência dos governos, dos partidos e do patronato, construído desde a base, na direção das lutas imediatas e históricas da classe trabalhadora, nas lutas contra a ditadura, antiimperialista, anticapitalista, no horizonte socialista.

A inserção das entidades sindicais da categoria, nessa concepção e prática sindical classista, a partir de 1977, é constitutivamente determinante na construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social Brasileiro, assim denominado nos anos 90, que se consolida no processo de ruptura com o conservadorismo.

A categoria presente no III CBAS em 1979, no *Congresso da Virada*, deliberou sob a coordenação e direção da CENEAS, por uma direção sócio-política de seu projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora. Isso somente foi possível pelo fato da reorganização político-sindical da categoria se inscrever no processo crescente de mobilização e de lutas, que articulava as questões específicas da categoria às lutas políticas mais amplas, o que lhe conferia representatividade e legitimidade.

As direções das entidades sindicais da categoria, majoritariamente, se alinham aos setores de esquerda do movimento operário e popular que se organizam, em um primeiro momento, na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), 1977 a 1979 e, posteriormente, na Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir de sua fundação em 1983. Apoiam, ainda, as lutas dos

Manifesto divulgado durante o III CBAS, por sindicatos, associações, núcleos, grupos e comissões profissionais, em 23 de setembro de 1979. Na página 58 desta publicação, o verso do documento com a assinatura das entidades. Acervo do CFESS.

SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE ASSISTENTES SOCIAIS
SE MANIFESTAM SOBRE O III CBAS

As Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, abaixo relacionadas, reunidas no III ENCONTRO NACIONAL de 21 a 23 últimos, preocupadas com a situação nacional e o envolvimento da categoria com esta vêm expressar, através deste documento, que um evento de relevância como o III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS que, pela própria natureza de um Congresso, reúne um número significativo de participantes que se encontram nacionalmente dispostos a discutir não só a sua prática profissional, mas também os rumos da sociedade onde opera o Serviço Social.

Vemos que este momento, de profundas alterações no panorama conjuntural brasileiro, onde os trabalhadores vêm assumindo sua luta por melhores condições de vida e trabalho, pela liberdade de manifestação, expressão e organização, traz elementos para uma reorientação da prática profissional, onde a responsabilidade de assumir posições concretas frente a seu público implica num compromisso real do Assistente Social com a classe trabalhadora.

Porque reconhecem a oportunidade do Congresso no momento histórico rico em manifestações das reais necessidades do povo brasileiro, as citadas entidades vêm denunciar:

- A PREPARAÇÃO DO III CBAS; que não garantiu a consulta à categoria através de discussões amplas e democráticas;

- A FORMA DE ORGANIZAÇÃO; que impediu a participação massiva da categoria pois, o preço cobrado para a inscrição no Congresso aliado a todas as demais despesas (passeagem, estadia e alimentação), desconhece a realidade salarial em que vive a grande maioria dos Assistentes Sociais brasileiros;

- A LIMITAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL; principalmente àqueles próximos à conclusão do curso que, não só têm interesse e necessidade de discutir juntamente com a categoria profissional, como também contribuições a dar no debate dos rumos da nossa profissão frente ao panorama social do país;

- A DEFINIÇÃO DO TEMA; na medida em que a categoria não participou da sua escolha e conteúdo não podendo-se assegurar as linhas, diretrizes e nem os posicionamentos que na verdade viriam a contribuir realmente para a busca de uma posição política coerente com o momento histórico.

- finalmente, face às tentativas, hoje, dos trabalhadores se organizarem em torno de suas reivindicações, repudiamos o convite de honra a representantes oficiais do Governo, principalmente ao Ministro do

920

Trebalho Murilo Macedo (responsável pela abertura do III CBAS) que assu me hoje atitudes depressivas e repressivas, na medida em que determina e intervenção governamental e a retroação da emancipação da classe trabalhadora.

Tais medidas, junto a outras punições, têm atingido durante líderes sindicais em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, decorrentes de toda política governamental que reprime manifestações populares.

São Paulo, 23 de setembro de 1979.

III ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS
DE ASSISTENTES SOCIAIS

Sindicato de Assistentes Sociais do Estado de Minas Gerais
Sindicato de Assistentes Sociais do Estado do Ceará
Sindicato de Assistentes Sociais de Porto Alegre - RS
Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo
Associação Profissional dos Assistentes Sociais da Bahia
Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Distrito Federal
Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Pará
Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina
Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Goiás
Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Pernambuco
Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná
Núcleo de Santos - APASSP
Associação Jundialense de Assistentes Sociais
Associação Campineira de Assistentes Sociais
Associação Regional dos Assistentes Sociais de Ribeirão Preto
Associação Brasileira de Assistentes Sociais - Seção Sergipe
Grupo Pré-Associação do Maranhão
Grupo Pré-Associação da Paraíba
Grupo Pré-Associação de Araraquara
Comissão de Reivindicação Salarial de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro

movimentos populares que construíram a Central de Movimentos Populares (CMP), em 1993, e, a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

A vinculação das entidades sindicais ao movimento sindical e popular combativo, em um massivo e vigoroso assenso da luta de classes, se constituiu no solo histórico que possibilitou as condições objetivas para o *Congresso da Virada*. Dessa inflexão se imprimiu a direção social da profissão no âmbito da formação e do exercício profissional e da organização estudantil, marcada fortemente pela relação com a luta por direitos sociais e trabalhistas, pelo aprofundamento do legado marxiano e da tradição marxista, e na direção da luta pelo socialismo, no horizonte do projeto histórico da emancipação humana.

Inicia-se, desde 1977, um processo de articulação no campo de esquerda, das entidades sindicais da categoria, dos setores progressistas vinculados à formação profissional, bem como do movimento estudantil no sentido de travar as lutas de forma conjunta e unificada. Desencadeia-se, também, uma articulação que passa por dentro das entidades sindicais para a formação de chapas combativas e de lutas para concorrer às direções dos conselhos regionais e federal de assistentes sociais, na disputa com o conservadorismo. A tática político-organizativa adotada pela CENEAS/Sindicatos foi vitoriosa, posto que a grande maioria das entidades do exercício profissional que estava sob a direção do setor modernizador e conservador da profissão se renovam nos marcos do projeto de intenção de ruptura, a partir de 1979. Estabeleceu-se, no processo de ruptura com o conservadorismo ao longo dos últimos trinta anos, a clara relação entre projeto profissional e projeto societário emancipatório no âmbito sindical, da formação, do exercício profissional e estudantil.

Os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais¹ têm na realização do III CBAS, de 23 a 28 de setembro de 1979, um divisor de águas na trajetória histórica dos congressos e da própria profissão. O debate político travado, as posições públicas assumidas coletivamente, pela categoria, na defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e no reconhecimento pelos profissionais de sua condição de assalariamento, como parte da classe trabalhadora, estabelecem as bases que demarcam a inflexão do projeto de intenção de ruptura no *Congresso da Virada*.

Até o III CBAS, os congressos eram organizados, exclusivamente, pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), hoje Conselho Federal de Serviço Social-



¹ O CBAS é um fórum de reflexão, debate e deliberação da categoria profissional que se realiza a cada três anos e reúne mais de três mil participantes, entre profissionais e estudantes. O último Congresso, o 12º se realizou em dezembro de 2007, em Foz do Iguaçu, Paraná, sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), respectivamente entidades da formação, do exercício profissional e estudantil da categoria nesse período.

CFESS com o Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS), da respectiva região em que se realizava o evento, hoje Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Naquele momento, essas entidades da categoria encontravam-se, majoritariamente, sob a direção do setor conservador na profissão, alinhadas à vertente modernizadora e de reatualização do conservadorismo.

A categoria organizada sob a direção política da CENEAS, ao deliberar no *Congresso da Virada*, por uma direção social ao projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora decidiu, ainda, que a direção político-organizativa dos próximos congressos estaria sob a coordenação da CENEAS, por nela reconhecerem a direção política desse processo. Essa resolução simbolizou uma resposta coletiva da categoria, de negação ao conservadorismo na profissão, presente nas direções das entidades do exercício profissional e no reconhecimento de uma direção sindical classista que se estendia de norte a sul do país, na rearticulação da organização sindical aniquilada no período da ditadura militar.

I - CONTEXTUALIZANDO O PERÍODO HISTÓRICO

A conjuntura sócio-histórica do período, a partir de 1977, foi polarizada por um novo patamar da luta de classes no país, em que a classe trabalhadora reinicia um processo de organização, por ações diretas com greves generalizadas, paralisações, ocupações de fábricas, de terras e posteriormente de prédios públicos, que configuram a ruptura e negação do sindicalismo tradicional e de conciliação de classes que prevalecia no período anterior e a adoção de um sindicalismo de enfrentamento à ditadura militar e de organização da classe trabalhadora.

As entidades sindicais da categoria em seu processo de reorganização se alinham, desde o primeiro momento, majoritariamente, a essa vertente sindical, que incide centralmente em sua trajetória de organização e de lutas. As entidades participam de comandos de greves unificados, de solidariedade às greves de trabalhadores, da reorganização sindical dos trabalhadores em serviço público, da ANAMPOS e da Construção e consolidação da CUT.

No interior da formação e do exercício profissional se desenvolve o quadro de renovação da profissão, sendo que uma de suas vertentes se expressa no projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo, cuja gênese, inflexão e desenvolvimento deságuam, nos anos 90, no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro, em que a organização político-sindical dos assistentes sociais teve um papel dirigente, de centralidade, nos anos 80, por estar colada ao sindicalismo classista num momento de assenso das lutas sociais.

A gênese da concepção do projeto de profissão de intenção de ruptura com o conservadorismo tem raízes na reconceitualização latino-americana, com experiências profissionais no Chile e na Argentina, que se espriam por outros países da América Latina e do Caribe; com forte oposição às ditaduras militares do continente, e formulação de novas bases conceituais para uma ação profissional crítica.

O Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS), organismo acadêmico da Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS), constituiu-se na referência teórico-política da profissão, com investimento na pesquisa e na aglutinação e incentivo às experiências sócio-profissionais presentes no setor progressista da profissão.

São expressões desse apoio no Brasil: a realização dos Seminários Latino-Americanos de Serviço Social em 1977 em Porto Alegre, em 1979 em São Paulo; a experiência profissional do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais-INOCOOP² no Rio de Janeiro, no espaço ocupacional da habitação social; a pesquisa sobre a profissão que culminou com a produção do Livro *Serviço Social e Relações Sociais no Brasil* – esboço de uma interpretação histórico-metodológica, de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho em 1982 e o financiamento de projetos na área sindical, primeiramente por meio de um convênio com o Sindicato de Minas Gerais em 1977 e a seguir com um convênio com a CENEAS, de 1979 a 1983.

No processo de formação profissional, relembramos a formulação e experiência do Método BH, desenvolvido na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, bem como os debates que se iniciam sobre a formação profissional, no interior da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), a atual ABEPSS desde 1991, que vai desaguar no novo currículo em 1982. Acrescenta-se também, a criação do primeiro programa de pós-graduação na PUC-SP em 1975 com uma profícua interlocução com as ciências sociais e a tradição marxista. Esses condicionantes são impulsores do projeto denominado *intenção de ruptura*, em sua gênese, desenvolvimento e consolidação, considerados como processo de ruptura.

De outro lado, no espectro político da categoria profissional, o setor conservador e modernizador, se agrupava no conjunto CFAS/CRAS. As representações dessas instâncias eram ocupadas por profissionais que estavam nas instituições de práticas profissionais tradicionais que se articulavam à tendência modernizadora (documentos Araxá e Teresópolis) e de reatualização do conservadorismo (Encontros de Sumaré e Boa Vista). Importante lembrar que os dois primeiros CBAS, realizados em 1974 na cidade do Rio de Janeiro e, em 1977, em Recife, ambos no período pós anos de chumbo da ditadura militar, também foram organizados pelo conjunto CFAS/CRAS sob a presença da oficialidade da ditadura. Portanto, o III CBAS apresenta um traço de continuidade aos congressos anteriores, em relação à concepção, estrutura, funcionamento e conteúdos plasmados em uma visão formalista, endógena, modernizadora e conservadora da profissão,



2 Os INOCOOP's são entidades voltadas para projetos de habitação social, com recursos do Banco Nacional da Habitação (BNH). No período de 1975 a 1979 foram desenvolvidos em todo o país projetos de trabalho social, de forma articulada, nos marcos da intenção de ruptura.

hegemônica nas entidades de representação do exercício profissional com forte incidência no trabalho profissional.

A composição política do III CBAS era constituída por: direções conservadoras e modernizadoras que organizaram o CBAS, que dirigiam o conjunto CFAS/CRAS e nas instituições com práticas tradicionais e, de outro lado, por representação das dezoito entidades sindicais, de todo o país, sob a direção política da CENEAS, que participaram do III CBAS de forma articulada para intervirem politicamente nos rumos daquele congresso.

Destacamos, ainda, que muitos profissionais das entidades sindicais e da categoria presentes ao *Congresso da Virada* vinham de vivências políticas de duro enfrentamento com a ditadura militar e seu aparelho repressivo; além de profissionais com inserção nos movimentos populares, profissionais cujo trabalho profissional já demarcava um compromisso com as reivindicações e lutas dos movimentos sociais; bem como de docentes que já se articulavam ao movimento docente e no interior da ABESS; acrescida da presença massiva de profissionais no III CBAS. A participação estudantil, ainda que limitada a dois estudantes por curso, já se apresentava na retomada de suas entidades estudantis de representação, significou também um pólo ativo de combate no congresso, articulado à CENEAS e às entidades sindicais.

Nesse espectro sócio-político configura-se, portanto, uma massa crítica presente ao congresso que se constituiu, no setor que de imediato deu sustentação política à direção da CENEAS/Sindicatos e APAS aos rumos do CBAS. A CENEAS, ao captar a insatisfação latente dos congressistas, convocou uma assembléia, no segundo dia do Congresso, que teve a adesão de 500 profissionais e estudantes, já não mais dispersos, agora ativamente debatendo, e *virando aquele congresso*, que vai modificando seus rumos, com assembléias diárias e que ampliam as adesões dos congressistas. Trata-se de *outro congresso*, sob a direção política da CENEAS, com sustentação e apoio dos congressistas, majoritariamente, entre os 2.500 participantes.

II- MOMENTO QUE ANTECEDE O III CBAS

Às vésperas do III CBAS, realizou-se o III Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais, no período de 21 a 23/09 de 1979, na cidade de São Paulo. Esse Encontro, previsto inicialmente para outra data, é antecipado deliberadamente, face à necessidade de uma articulação, do conjunto das entidades sindicais, para definir uma estratégia política unitária para intervir de forma organizada no congresso.

As direções das entidades sindicais já possuíam uma análise crítica do caráter conservador presente na organização do III CBAS e entendiam que as condições objetivas para uma intervenção no III CBAS estavam dadas pelas lutas sociais em curso no país, e pela mobilização sindical da categoria, para combater o conserva-

dorismo. A convicção da importância de travar uma luta política no interior do congresso, na disputa pela hegemonia do projeto profissional seria, portanto, uma possibilidade devido às particularidades da conjuntura e ao próprio acúmulo e base política das entidades sindicais junto aos setores combativos da categoria, que se aproximaram das APAS, Sindicatos e oposições sindicais dos assistentes sociais em seu processo de rearticulação sindical.

As entidades presentes ao III Encontro representavam 14 estados da federação e o Distrito Federal, por intermédio dos Sindicatos de Minas Gerais, Ceará e Porto Alegre; das APAS³ de São Paulo, Bahia, Distrito Federal, Pará, Santa Catarina, Goiás, Paraíba, Paraná; da ABAS⁴ de Sergipe; dos Grupos pró-APAS do Maranhão e Piauí; da Oposição Sindical do Rio de Janeiro e das Associações Culturais de Campinas, Jundiá e Ribeirão Preto no Estado de São Paulo, que totalizavam 18 entidades, entre sindicatos, APASs, ABASs, oposição sindical e associações culturais. Ressalta-se que no primeiro Encontro em 1978, as entidades sindicais constituídas eram respectivamente quatro, a saber: o Sindicato de Minas Gerais e as APAS de São Paulo, Goiás e Bahia (Abramides e Cabral, 1995).

No curto e intenso período de um ano, conseguimos articular e organizar, sindicalmente, até o III Encontro, quinze estados. Importante lembrar, nesta retrospectiva, que o Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais firmou o convênio com o CELATS, que não somente financiou os três primeiros encontros, como também a Pesquisa que dispõe sobre Condições de Trabalho, Carga Horária, Salário e Área de Atuação dos Assistentes Sociais em todo o país. A pesquisa se constituiu, em sua fase não estruturada, em um instrumento central de mobilização e organização dos assistentes sociais, bem como estabeleceu os elementos constitutivos para a construção, pela categoria, sob a direção da CENEAS/ANAS, do Projeto de Lei de nº 4.645/1984, e apresentado em 1986 ao Congresso Nacional. A categoria mobilizada e organizada compareceu à Brasília e cerca de 500 profissionais lotaram as galerias para acompanhar e lutar por sua aprovação no Congresso Nacional⁵.



³ A Associação Profissional de Assistentes Sociais (APAS), entidade de caráter pré-sindical, deveria cumprir determinadas exigências para se transformar em Sindicato, a saber: dois anos de funcionamento, 1/3 da categoria filiada em sua base territorial (que no caso dos assistentes sociais foram de base estadual e municipal) de acordo com a estrutura sindical vigente no artigo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

⁴ A Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) de caráter cultural, de âmbito nacional com seções regionais. A entidade nacional no período de reorganização sindical já estava extinta, restando somente a seção de Sergipe.

⁵ O Projeto de Lei nº 4.645/1984 construído pela categoria, de autoria da deputada Cristina Tavares encontra-se no anexo, juntamente com sua tramitação, in Abramides e Cabral, *O Novo Sindicalismo e o Serviço Social*, 1995, São Paulo, Cortez, p. 307-315.

O projeto lei previa a definição de um número quantitativo de profissionais, consideradas as particularidades de cada espaço sócio-profissional, que é um diferencial em relação aos projetos de lei existentes das categorias profissionais de nível universitário. O projeto de lei foi aprovado pelo Congresso Nacional após um processo de negociação com a ANAS e as entidades sindicais e vetado pelo presidente José Sarney, em 1986.

O Convênio do CELATS se renova com a CENEAS, criada nesse III encontro em 1979, e se constituiu em um instrumento de apoio político e financeiro na consolidação da organização sindical até 1983, ocasião em que é fundada a Associação Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais (ANAS), momento em que já se constituem 28 entidades sindicais no país. Um movimento fortemente organizado e articulado no quadro da renovação do Serviço Social Brasileiro no processo de ruptura com o conservadorismo na profissão, sob a direção da CENEAS/ANAS e do conjunto das entidades sindicais, as APAS e os Sindicatos.

As análises realizadas no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais, a respeito do III CBAS resultaram na elaboração de um documento crítico e de combate para uma intervenção política articulada das entidades sindicais no III CBAS, que foi a referência para o Congresso da Virada, com o seguinte teor:

- 1. A preparação do III CBAS não garantiu a consulta aos assistentes através de discussões amplas e democráticas;*
- 2. A forma de organização impediu a participação maciça dos profissionais, pois o preço cobrado para a inscrição no congresso e as demais despesas (passagens, estadia e alimentação) não condizia com a realidade salarial da maioria dos assistentes sociais brasileiros;*
- 3. A limitação à participação dos estudantes de Serviço Social, principalmente próximos à conclusão do curso, que, não só têm interesse e necessidade de discutir com a categoria como podem contribuir no debate sobre os rumos da profissão na realidade brasileira;*
- 4. A definição do tema, considerando que os assistentes sociais não participaram da sua escolha, não podendo assegurar a linha, as diretrizes e o posicionamento que contribuiram para a busca de uma posição política coerente com o momento histórico;*
- 5. O repúdio ao convite de honra feito aos representantes do governo, principalmente ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que assumiu atitudes patronais e repressivas, tendo determinado a intervenção nos sindicatos numa tentativa de impedir a luta dos trabalhadores. Tais medidas e outras punições atingiram duramente líderes sindicais, em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, decorrentes da política governamental que reprime manifestações populares (ANAIS III CBAS, 1980:43/432).*

A resolução política das entidades sindicais se configurou em uma referência inicial de debate e deliberação na assembléia que desencadeou a *Virada do Congresso*.

III- O III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, O CONGRESSO DA VIRADA

O caráter conservador e *oficialesco*, impresso ao III CBAS, se manifestou na contramão do processo de mobilização e de lutas da classe trabalhadora em curso na sociedade brasileira. A comissão organizadora desse congresso instituiu uma Comissão de Honra que homenageava os dirigentes da ditadura militar nas pessoas do presidente general Figueiredo, e dos ministros Murilo Macedo (Trabalho) e Jair Soares (Previdência), convidados para a abertura e o encerramento do congresso, além do governador Paulo Salim Maluf e do prefeito Reinaldo de Barros (os dois últimos indicados para os cargos executivos de forma biônica) e do secretário Municipal da Assistência Social, Antônio Salim Curiat.

A própria dinâmica da organização do congresso não favorecia uma análise mais global e totalizante das políticas sociais, na medida em que se centrava apenas no debate das políticas setoriais, como também não previa momentos coletivos de debates e deliberações que pudessem se traduzir em referências para o exercício profissional. Era fundamental que o evento expressasse o posicionamento do Congresso sobre as políticas setoriais, locus privilegiado de inserção profissional, no espaço sócio-ocupacional, configurando o significado dessa política para os governos da ditadura e as formas de luta de resistência e reivindicações da classe trabalhadora, face ao modo de produção capitalista, de superexploração da força de trabalho humano.

O trato das políticas setoriais exigia uma análise que articulasse a orientação dada a essas políticas, às condições do desenvolvimento do capitalismo no país, com forte dependência dos países centrais, com crescimento exponencial da dívida externa e suas determinações nas condições de vida dos trabalhadores e da população em geral.

Esse quadro se reverte no III CBAS. Os dirigentes sindicais se inserem, organizadamente, em todos os grupos temáticos de discussões e percebem a insatisfação dos participantes com os rumos do congresso. As intervenções dos assistentes sociais sindicalistas e de vários participantes nesses grupos são contundentes e com alto teor de criticidade e de repúdio às homenagens aos representantes da ditadura militar que barbaramente reprimiu, torturou e matou operários, estudantes e trabalhadores em geral, cerceou o direito à livre organização e expressão, instaurando no país o obscurantismo. Esses elementos são determinantes para a ação ofensiva e organizada que deriva na *virada* do Congresso.

A Comissão organizadora do CBAS passa a alterar a programação pré-estabelecida a partir das deliberações das assembléias permanentes, que ocorriam dia-

riamente com a adesão de novos congressistas. A adesão de 500 participantes à primeira assembléia foi o elemento impulsionador de massificação da adesão. Cabe registrar que esses participantes que aderiram, no primeiro momento, ao chamamento da CENEAS, eram compostos por todos os sindicalistas das 18 entidades sindicais; pelos assistentes sociais de base que já militavam nas associações e sindicatos em comissões de mobilizações como as de sindicalização, filiação, de inserção nas lutas dos trabalhadores do serviço público nos três níveis; assistentes sociais que trilhavam, nos espaços sócio-profissionais, as experiências inovadoras e articuladas aos movimentos sociais; assistentes sociais que participavam de grupos de debates e estudos na perspectiva crítica; docentes da ABESS e do movimento das universidades e representantes do movimento estudantil.

As alterações advindas das assembléias vão incidir, diretamente, na dinâmica do Congresso. Desse modo, foram suspensas as visitas programadas às instituições, com a decisão de que os recursos que se pagariam aos ônibus fretados seriam enviados para o fundo de greve dos operários do ABC Paulista e de outras categorias; a mesa dos painéis setoriais, cujo eixo era o debate do exercício profissional na singularidade de cada uma das políticas, porém desvinculadas entre si, foi substituída por um painel com o debate de todas as políticas, no sentido de propiciar uma análise que permitisse estabelecer a relação entre essas políticas com a política econômica, em uma perspectiva de totalidade, no âmbito da produção e reprodução das relações sociais. O Congresso da Virada aprova um *Manifesto do Congresso* que é assumido como resolução da categoria no III CBAS, a saber:

- 1. Considerando o caráter antidemocrático deste III CBAS, cujos procedimentos foram decididos pela comissão executiva sem qualquer discussão com a categoria, nós assistentes sociais apresentamos o nosso repúdio e propomos que o próximo congresso seja assumido pelas entidades realmente representativas da categoria, ou seja, nossos sindicatos e associações de classe;*
- 2. Considerando que a política social é um reflexo do modo de produção capitalista, e que sua abordagem deve ser feita de forma a possibilitar uma visão global que permita aos profissionais discutirem as políticas setoriais referentes aos diversos campos de atuação e as possíveis inter-relações entre elas, propõem que o painel, “O profissional na política social” seja apresentado dentro desta visão global;*
- 3. Considerando não ser correta a separação entre profissionais e estudantes, visto que têm objetivos e anseios e pelos quais lutam juntos, repudiamos a restrição à sua participação, limitada apenas a dois estudantes por faculdade;*
- 4. Considerando a conjuntura brasileira e a retomada pelos trabalhadores de luta por melhores condições de vida e de trabalho propõe que as despesas com*

as atividades sociais do congresso sejam cancelas e destinadas ao Fundo de Greve dos trabalhadores brasileiros;

5. Considerando que o assistente social é um trabalhador assalariado, propomos que a discussão de seus salários e a das condições de trabalho se realize durante o congresso, com vistas a estimular sua participação na luta de todos os trabalhadores brasileiros;

6. Considerando a relação da prática dos assistentes sociais, com a luta mais geral da população, propomos a participação de representantes das comunidades e das lideranças sindicais em todas as mesas e painéis do congresso (ANAIS III CBAS, 1980:430).

Salientamos ainda, que o encerramento do congresso contou com a participação das entidades democráticas, do movimento social e dos sindicatos de trabalhadores, e a comissão de honra proposta pela comissão executiva do congresso foi destituída e deu lugar a uma homenagem a *TODOS OS TRABALHADORES QUE LUTARAM E MORRERAM PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS*. Essa homenagem foi transcrita em uma grande faixa fixada na mesa do auditório onde se realizavam as grandes plenárias do congresso.

Compuseram a mesa final de encerramento: Luis Inácio da Silva pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; José Pedro da Silva pela Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco; Maria Aparecida Perdigão Teixeira pelo Movimento de Luta Contra a Carestia; Gilberto Tannos Natalini e Daniel Kotzel, pelo Movimento Popular de Saúde da Zona Leste, Maria Augusta Capistrano representando o Comitê Brasileiro de Anistia e Luíza Erundina de Sousa, presidente da Associação Profissional dos Assistentes do Estado de São Paulo (APASSP) e da co-ordenação da CENEAS. Em nome do conjunto das entidades sindicais/CENEAS, Luíza Erundina, faz uma intervenção na plenária final da qual destacamos o seguinte trecho:

O que está acontecendo hoje e o que ocorre neste congresso é fruto do que está acontecendo, hoje, na sociedade brasileira, é uma luta de alto preço e uma conquista efetiva de espaço para o pleno exercício da liberdade. Essa luta e essa conquista de espaço não se fazem sem um alto custo, que começou a ser pago de forma concreta e que hoje continua pelas novas conquistas dos trabalhadores. São os trabalhadores que estão nos dando inúmeras lições contra o medo, com determinação da unidade e da organização.

Este congresso é a prova de que os tempos mudaram e eu acredito que depois dele haverá o teste da nossa coerência e do nosso compromisso relativamente fácil, embora isso tenha, também, as

suas implicações determinando o novo rumo dos destinos com um evento como este. Isso não se faz de graça. Todos nós sofremos imensas tensões estes dias. Tivemos que atingir alguns colegas e companheiros, mais e que estava em causa era o motivo coletivo, e o processo coletivo se sobrepõe ao individual. O que se fez aqui foi o compromisso da categoria com que o povo está expressando hoje, por seu próprio interesse, através das camadas mais exploradas da população (ANAIS III CBAS, 179:454).

O III CBAS, apropriadamente, é considerado pela categoria como o *Congresso da Virada*, e tem no conjunto das entidades sindicais e pré-sindicais a sua direção política, sob a direção da CENEAS, mas, mais que isto, pois, seus desdobramentos vão muito além do momento episódico do evento, se farão sentir no processo de democratização das demais entidades da categoria, na própria identificação dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados, e na legitimação e fortalecimento das entidades sindicais e no compromisso histórico com a classe trabalhadora na perspectiva emancipatória.

IV- A CENEAS/ANAS NA VIRADA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A ANAS, fundada em 1983, na sua I Assembléia Sindical Nacional em Salvador, Bahia, simboliza um patamar da organização sindical nacional da categoria no sentido de se constituir em uma entidade que congrega associações e sindicatos, rompendo com as amarras da CLT. Em 1987, a carta sindical da ANAS não é aprovada pelo então ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. A categoria profissional dos assistentes sociais reconhece a ANAS como sua legítima federação, que se constituiu como entidade livre e autonomia em relação ao Estado. Tem um papel político de direção e centralização das lutas sindicais e políticas da categoria, tendo a ela filiados as APAS e os sindicatos de todo o país, totalizando 28 entidades, todas filiados à CUT, no período de 1983 a 1992, quando da extinção da ANAS e da grande maioria dos sindicatos da categoria.

A ANAS é a continuidade da CENEAS, que permaneceu até 1983. A construção da ANAS é impulsionada pela CENEAS que, em 1979, é criada como um mecanismo de articulação e que recusa naquele momento construir uma Federação, posto que a legislação somente incluía os sindicatos para serem a ela filiados, quando a quase totalidade das entidades eram APAS. Por outro lado, era necessário um amplo processo de discussão nos sindicatos de base, juntamente à categoria nos estados, para coletivamente decidirem sobre a estrutura da entidade. Em 1983 já existiam muitos sindicatos e as associações avançavam nessa perspectiva, o que possibilitava a criação de uma entidade nacional sindical.

A ANAS deixa um legado de uma entidade combativa, de lutas e que: rompeu com a estrutura oficial de federação prevista na CLT, tinha um mandato de dois

anos, com eleições congressuais e diretas, com representantes da base e de diretoria, com critério de proporcionalidade numérica e política, com instâncias democráticas de deliberações (assembléias nacionais a cada dois anos, conselho de representantes, como instância intermediária de deliberação, com conselheiros eleitos nos sindicatos de base, e que se reunia duas vezes ao ano, e sua direção nacional. Realizaram-se convenções cutistas para a formação de chapas, garantidas na proporcionalidade as representações das forças políticas presentes no movimento, e que garantiam as posições majoritárias e minoritárias. A corrente sindical classista que representava alguns sindicatos, embora tivesse participado da 1ª CONCLAT, se afastou da fundação da CUT por se agrupar na Unidade Sindical, se filiando à CUT somente na década de 90. A democracia interna da entidade e sua ação combativa expressam o avanço organizativo e da consciência política dos assistentes sociais que aderiram a essa vertente na profissão e que conquistou a hegemonia do projeto profissional nos últimos trinta anos.

As lutas específicas da categoria que incidiram na virada da profissão nos anos 80, no âmbito político-sindical, se referem às: lutas pelas condições de trabalho, salário, carga horária e área de atuação, cuja proposta, até hoje, não foi conquistada, apesar de existir outro projeto relativo à carga horária, que encontra-se em tramitação no Congresso Nacional. A partir do veto de Sarney em 1986, a ANAS adotou os parâmetros do projeto como referência para a luta, que possibilitou a efetivação de algumas conquistas em alguns estados e municípios. Desencadeou ainda as lutas referentes à: abertura de concursos públicos nas várias esferas de governo; justaposição dos assistentes sociais do plano de carreiras dos servidores públicos federais; democratização do serviço público, juntamente com os trabalhadores dos serviços públicos; readmissão de profissionais demitidos de forma arbitrária, que desenvolviam trabalho profissional voltado às reivindicações e direitos sociais e de serviços públicos à população; denúncia e repúdio a projetos lesivos à população e ao reconhecimento de demandas, requisições e condições de trabalho necessários ao exercício profissional.

A partir do IV CBAS em 1982, no Rio de Janeiro, a CENEAS propôs que o CBAS, como o maior evento de reflexão da categoria profissional, fosse organizado pelo conjunto das entidades da categoria e estudantil. Essa forma de organizar o congresso ocorreu a partir do V CBAS, em 1985, realizado em São Paulo, sob a coordenação da ANAS e em conjunto com a ABEPSS, CFESS e SESSUNE – Subsecretaria de Serviço Social na UNE, hoje ENESSO. A ANAS participa dos CBAS, até 1992, quando de sua extinção. A ANAS organizou e publicou dois livros de sistematização de Congressos⁶, adotou uma orientação na construção de congressos



⁶ Os livros são: ANAS - *Serviço Social nas Relações Sociais: Movimentos Populares e Alternativas de Políticas Sociais*. São Paulo: Editora Cortez, 1986.

por meio de: consulta prévia à categoria sobre a temática central e os eixos para os debates setoriais e específicos, ruptura com a cultura de convites à oficialidade governamental e suprimiu as comissões de honra anteriormente prestadas às autoridades; adotou a participação de representantes dos movimentos sociais (sindical e popular) nas mesas coordenadas, ampliou-se a participação estudantil e de número de profissionais e partilhou os recursos do Congresso com as entidades da categoria que não tinham recolhimento de taxas compulsórias, aqui incluídas a ANAS, A ABEPSS e a ENESSO.

A contribuição da ANAS se fez na articulação com as outras entidades da categoria, incidindo no debate e definição do Código de Ética Profissional de 1986, que rompeu com o neotomismo. Naquele momento a categoria não possuía o acúmulo teórico e filosófico para a definição do Código de Ética, que só foi possível em 1993. O Código de 1986, porém, em que pese suas lacunas e incorreções, significou um ganho político na direção do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, instrumento de luta no processo de amadurecimento dos anos 80, possibilitando a referência desse projeto no interior do trabalho profissional no Serviço Público. A CENEAS também acompanhou a construção do currículo de 1982 do projeto de formação profissional que rompe com a formação tradicional e avança na adoção do legado marxiano e da tradição marxista, com referência teórico-metodológica no projeto de formação profissional.

No âmbito da organização dos trabalhadores em Serviço Público, em seus diferentes níveis, a inserção da ANAS e dos sindicatos de assistentes sociais foi fundamental, posto que até a Constituição de 1988, os servidores públicos não podiam se organizar em sindicatos. Nesse sentido foram os sindicatos das categorias profissionais, do campo da CUT, como assistentes sociais, enfermeiros e médicos, principalmente, que juntamente com as associações dos servidores públicos, impulsionaram e dirigiram as mobilizações, as greves, participaram dos comandos de greve, das comissões de negociações nas campanhas salariais unificadas.

De outro lado, contribuiu para a construção dos sindicatos dos trabalhadores em serviço público, nas esferas municipal, estadual e nacional na saúde e previdência com a Federação Nacional. Essa atuação centralmente ocorreu pela inserção majoritária dos assistentes sociais no Setor Público, 62,5% de acordo com a pesquisa da CENEAS (Abramides, Cabral, 1995:19).

No que se refere ao movimento sindical mais geral, a CENEAS/ANAS estiveram articuladas ao pólo combativo do sindicalismo que se revigora a partir de 1977. Essa efervescência tem sua origem no ABC paulista, quando os operários lutam pela reposição salarial, decorrente da publicação pelo Banco Mundial no exterior de dados acerca da falsificação dos índices do aumento do custo de vida, feito pelo ministro Delfim Neto, que são referências para os reajustes salariais das categorias.

O movimento operário metalúrgico se intensifica no ABC paulista e é acompanhado pelo Movimento de Oposição Metalúrgica Sindical de São Paulo (MOMSP),

que fazia oposição ao Sindicato que na ditadura esteve sob o comando de um setor pelego e se alinhou às posições reformistas a partir de 1977. A oposição sindical dirigiu as greves operárias na cidade de São Paulo, ampliando a mobilização e o movimento grevista para outras categorias e em outros estados.

O vigoroso processo de mobilização e lutas amplia-se para um conjunto amplo de trabalhadores de diversos setores e categorias, incluindo sindicatos, associações e oposições sindicais que trilham um sindicalismo de combate na direção da construção de uma central sindical para unificar e centralizar as lutas da classe trabalhadora. Em 1981, na Praia Grande, realiza-se a 1º Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Mais de 5 mil trabalhadores da cidade e do campo estiveram nessa conferência, ainda em plena ditadura militar. Aprovam um plano de lutas e deliberam pela fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1982. A partir daí, foram formadas comissões regionais, estaduais e nacional pró-CUT. Majoritariamente, os dirigentes sindicais e representações de base das APAS, dos Sindicatos, da CENEAS e da ANAS, participaram de todo o processo do novo sindicalismo desde a articulação na ANAMPOS, da 1ª CONCLAT, das comissões Pró-CUT e do Congresso de Fundação em 1983, e todos os congressos da Central até 1992.

O Congresso de Fundação da CUT, que seria em 1982, com a participação do conjunto do movimento sindical, teve que ser adiado posto que a Unidade Sindical⁷ alegava que a Fundação da CUT, naquele ano, poderia comprometer o processo de democratização do país, por ser ano eleitoral. Naquele momento, apesar da votação majoritária de fundar a CUT em 1982, conforme decisão da 1º CONCLAT e, posteriormente, reafirmada nas consultas aos estados, a comissão Nacional Pró-CUT, por maioria, adia o Congresso para 1983.

A posição majoritária, no interior da comissão, era formada por dirigentes vinculados à Unidade Sindical. Cabe ressaltar que os sindicalistas vinculados a ANAMPOS⁸, embora tivessem conseguido aprovação majoritária na 1ª CONCLAT, e serem majoritários nos estados, não era maioria na Comissão, formada em 1981.



⁷ A *Unidade Sindical* tratava-se de uma articulação formada por antigos pelegos e dirigentes sindicais, vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Propunha rearranjos na estrutura sindical vigente e configuraram uma concepção e prática sindical reformista

⁸ A ANAMPOS constituiu-se em uma articulação de natureza sindical e popular formada por sindicalistas operários do ABC paulista, movimento de oposição sindical metalúrgica de São Paulo, operários de outros estados, assim como por bancários, químicos, trabalhadores em serviço público e categorias profissionais de nível universitário, entre elas, majoritariamente, as entidades sindicais de assistentes sociais de base e a CENEAS, trabalhadores e sindicatos rurais, associações de professores e a ANDES (atual Sindicato Nacional); representantes de movimentos populares, da pastoral operária, sindicalistas de correntes marxistas, trotskistas, leninistas, compondo essa nova concepção e prática do movimento social. Propunham a ruptura com a estrutura sindical vigente de cunho corporativista e se configurou um sindicalismo clasista.

Em 1983, mais uma vez, a Unidade Sindical propõe o adiamento do congresso. Os sindicalistas do pólo combativo realizam o Congresso de Fundação da CUT, garantindo a decisão soberana dos trabalhadores da cidade e do campo expressivamente representados, sem a participação da Unidade Sindical que rompeu com o movimento unitário dos trabalhadores .

A CENEAS, a ANAS e 90% das entidades sindicais de assistentes sociais a elas filiadas estiveram presentes no Congresso de Fundação da CUT e em todos os congressos da Central, até 1992. Os representantes de diretoria e de base das entidades sindicais da categoria estiveram nas direções da CUT's regionais, Estaduais e Nacional e as entidades se filiaram à CUT, por deliberação das assembléias da categoria nos estados e nacional. Cabe destacar o papel que os sindicatos de assistentes sociais tiveram como impulsionadores da construção das CUTs em vários estados.

A inserção das associações, sindicatos, CENEAS/ANAS no movimento sindical mais geral dos trabalhadores possibilitou: aprofundar a consciência da categoria profissional de sua condição de trabalhador assalariado, de seu compromisso com a classe trabalhadora, a vinculação com as lutas concretas da categoria e do conjunto dos trabalhadores, o que imprimiu uma solidariedade de classes: apoio financeiro e político aos fundos de greve das categorias em luta, à luta pela volta dos sindicalistas cassados pela ditadura; participação em greves gerais no país. De outro lado se inseriu na articulação das categorias profissionais de nível universitário na discussão e implantação da nova estrutura sindical aprovada no II Congresso da CUT em 1986.

Os principais posicionamentos e lutas, do final dos anos 70 e na década de 80, do ponto de vista da organização político-sindical assumidos pela CENEAS/ANAS e suas filiadas (sindicatos e APAS), a partir das deliberações da CUT se concretizaram em:

a- Lutas gerais contra a ditadura militar: pela democratização do país, pela revogação da Lei de Segurança Nacional, pela anistia, ampla, geral e irrestrita, pelas Diretas-Já, contra a ida ao colégio eleitoral, contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo não pagamento da dívida externa que não foi contraída pelos trabalhadores, contra o governo ilegítimo de Sarney, por uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática, pela reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores, contra a impunidade e a violência no campo, pela reforma urbana, contra o racismo e discriminação do trabalhador negro, pelo fim da discriminação e opressão da mulher trabalhadora, na luta por salário igual para trabalho igual, em defesa das terras indígenas e do meio ambiente.

b- Lutas no plano econômico: Contra o Decreto – lei nº 2.045 de recessão no governo Figueiredo na ditadura que culmina com a greve geral de 20/07/1983;

contra a política econômica do governo Sarney, consubstanciada nos pacotes econômicos, Cruzado I e II em 1986, Bresser em 1987 e Mailson em 1988, que sob a direção da CUT, ocorreram três greves gerais contra essas políticas de recessão e arrocho salarial, em 12/12/1996, 20/08/1987 e 14 e 15/03/1989; contra as demissões de trabalhadores, contra o sucateamento e a privatização das estatais e do serviço público; em defesa do salário e do emprego; pela reposição das perdas salariais; por uma escala móvel de salários; salário mínimo real de acordo com os índices do DIEESE.

c- Lutas no plano sindical: pela autonomia e liberdade sindical, pela aprovação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); pelo fim do imposto sindical; pelo direito irrestrito de greve, pelo direito de sindicalização dos trabalhadores em serviço público; pelo direito de organização e expressão; pela unificação das datas-base das categorias; em defesa da organização por local de trabalho; pelo fim da estrutura sindical vigente, de cunho corporativista e atrelada ao Estado, pela construção da nova estrutura sindical construída pelos trabalhadores de forma autônomos, pela estabilidade no emprego (Abramides e Cabral, 1995:100).

No que se referem às lutas dos movimentos populares pelas políticas sociais, a CENEAS/ ANAS se articularam e participaram das seguintes lutas;

- a- Pela reforma sanitária e Implantação do SUS (Sistema Único de Saúde);
- b- Pela reforma urbana e por políticas habitacionais e ambientais, pela concessão do direito de uso nas favelas, pela implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, no direito à habitação, à terra e à cidade;
- c- Pelo transporte coletivo, de qualidade, subsidiado pelo Estado;
- d- Pelo ensino público, laico, gratuito, socialmente referenciado, universal;
- e- Pelas creches diretas como direito das crianças, das mulheres e homens trabalhadores e pela organização da mulher trabalhadora;
- f- Por políticas sociais públicas específicas para mulheres, portadores de necessidades especiais, criança e adolescentes, população em situação de rua, negros, indígenas, idosos, pelo direito à livre orientação sexual (Abramides e Cabral, 1995:95).

As lutas gerais, no plano econômico, sindical, por direitos e políticas sociais estiveram presentes em toda a trajetória histórica da CENEAS/ANAS e das entidades sindicais a elas filiadas. Foram programas de lutas juntamente com os movimentos sociais, sindical e popular, assim como estiveram nas pautas das assembleias sindicais da ANAS, da I à V, de 1983 a 1992, bem como nos CBAS de 1982 a 1992, e que significou, ainda, importantes sistematizações das experiências sócio-profissionais nos congressos estaduais e CBAS, apresentados pelos

profissionais, docentes e estudantes. Essa referência de organização e luta das entidades sindicais de base e da CENEAS/ANAS contribuíram, fundamentalmente, para a virada do Serviço Social Brasileiro na gênese, desenvolvimento e consolidação do projeto de profissão com direção social de compromisso com a classe trabalhadora, inserida ou não no mercado de trabalho.

V- A TRANSITORIEDADE INCONCLUSA DO MOVIMENTO SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

A nova estrutura sindical aprovada pela CUT em 1986 foi amplamente discutida nos sindicatos de base, associações regionais e nacionais e nos congressos estaduais da CUT. Essa nova estrutura debatida desde 1983 tem como traços centrais: a organização por ramo de atividade e não mais por categoria, como consta da CLT, e a organização das comissões sindicais de base, sob o princípio da liberdade e autonomia sindical, rompendo com o sindicalismo corporativista da CLT. A organização por ramo de atividade econômica é a que possibilita que o conjunto dos trabalhadores, de um determinado ramo estabeleça suas pautas de reivindicações, mediante ações unificadas frente ao mesmo empregador (patronato ou Estado).

A ANAS, a partir dessa resolução, desencadeia um processo de discussão nos sindicatos de base, em que a maioria delibera pela extinção dos sindicatos de base e da ANAS, para a construção dos sindicatos por ramo de atividade econômica. Essa decisão foi tomada por unanimidade na IV Assembléia Nacional Sindical – ANAS, em Campinas, São Paulo, em 1989, prevendo uma transitoriedade que: os sindicatos de base discutissem e encaminhassem junto à categoria para se inserirem nos sindicatos de trabalhadores em serviço público (contratação ou por área de atividade), posto que 62,5% da categoria se inserem no serviço público em seus diferentes níveis; debate com os sindicatos de servidores públicos para essa transição, debates no interior da Central para viabilizar esse processo, um deles foi o da articulação das categorias de nível universitário, bem como viabilizar o debate por ramos em setores ainda não organizados.

Deve-se ressaltar que vários setores de atividade profissional em que os assistentes sociais se inserem ainda não têm tradição de organização sindical, como por exemplo algumas áreas de atividades na esfera estadual (agricultura, habitação, meio ambiente, entre outras e em sindicatos que ainda não absorverem as questões específicas das categorias, ramos de metalúrgicos, bancários, entre outros). Por outro lado, um contingente significativo de profissionais desenvolve trabalho precário (terceirizados, subcontratados, contratos por tempo determinado), encontra-se alijados de qualquer organização sindical, o que coloca como tarefa prioritária do movimento sindical mais amplo incluir a classe trabalhadora em toda a sua complexidade em instâncias organizativa de mobilização e lutas unificadas.

Essa transitoriedade sindical encontra-se inconclusa em sua totalidade devido alguns fatores (Abramides, Cabral e Faria, 2000). De um lado, no plano das entidades sindicais da categoria, posto que: algumas tiveram um esvaziamento, outras não fizeram o debate necessário com a categoria, para implementar a deliberação, e cinco sindicatos se mantiveram em funcionamento, passando por cima da deliberação. De outro lado, a CUT recuou na implementação da estrutura sindical por ramos, limitando-se essa construção a nível das confederações. Acrescentam-se, ainda, os ataques a partir de 1989, com a re-estruturação produtiva que coloca os trabalhadores na defensiva, assim como a CUT vai perdendo seu vigor de lutas, limitando-se aos processos de negociação, abdicando da ação direta. Prevalece ainda uma concepção sindical majoritária, no âmbito social democrata, sob a hegemonia da articulação sindical (expressão sindical da corrente unidade na luta, hegemônica do Partido dos Trabalhadores), que adere a um *sindicalismo cidadão*, atado à institucionalidade, no período de FHC. Essa tendência hegemônica estabelece um novo giro a partir do governo Lula em 2002, tornando-se estadista e governista, no pólo oposto a que foi concebida e consolidada nos anos 80.

Cabe lembrar que, no ano de 2000, é criada a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS), construída com os cinco sindicatos que se mantiveram, contrariando a decisão da IV ANAS e se construindo limitadamente a cinco sindicatos, em direção oposta à trajetória da CENEAS/ANAS de 1979 a 1992. Nesse processo, apesar de vários sindicatos serem retomados, a partir da FENAS, na realidade sua maioria não tem avançado nas lutas sindicais por meio da organização por categoria.

A CENEAS/ANAS acompanharam ainda a organização latino-americana por intermédio da ALAETS, participando ativamente da articulação gremial latino-americana e caribenha composta pelos grêmios, nos demais países, associações profissionais e colégios e por entidades sindicais e associações no Brasil. Teve seu período mais intenso de 1986 a 1989, posto que a partir daí, com a investida neoliberal na América Latina, essa organização perde sua força e somente em 2006 a organização é retomada na Associação Latino Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS), cuja direção executiva para o período 2006-2009 esteve no Brasil.

VI- A ANAS FACE AOS DESAFIOS E CONQUISTAS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL BRASILEIRO

Em 2009, no lapso temporal de 30 anos do *Congresso da Virada*, o Serviço Social Brasileiro ganha maturidade teórica e organizativa, com uma produção significativa, ancorada na teoria marxiana e na tradição marxista clássica, consolida sua presença nas universidades, com o crescimento da pesquisa e do diálogo com outras áreas do conhecimento, aprofunda suas bases ético-políticas e teórico-metológicas que se materializam no Código de Ética em 1993, na Nova Lei de Re-

gulamentação da Profissão em 1993, e nas Diretrizes Curriculares definidas pela ABEPSS em 1996, que orienta o projeto de formação profissional e que configuram o Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro, assim denominada partir dos anos 90, em continuidade à direção social da profissão firmada nos anos 80.

Do ponto de vista da sua organização política, se consolida a democratização do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS. Do ponto de vista político-sindical, na Assembléia Nacional Sindical da Categoria em 1989, em Campinas, estado de São Paulo se deliberou pela construção dos sindicatos por ramo de atividade ou contratação em que os assistentes sociais se inserem, para culminar na dissolução da ANAS e dos sindicatos de base.

O que se verificou, na prática, foi uma transitoriedade inconclusa da organização por categoria para a organização por ramo de atividade. A passagem dos profissionais para os ramos de atividade que têm sindicatos gerais, como o da saúde, da previdência e da educação ou por contratação como o sindicato dos municipais, foi bem sucedida. Entretanto, em muitas áreas de atividade não se efetivou a inserção dos profissionais nos sindicatos mais gerais, o que contribuiu, posteriormente, para a reativação de alguns sindicatos de assistentes sociais no país.

Hoje a organização sindical dos trabalhadores se altera, a CUT passa a não ser mais a grande referência do pólo mais combativo do movimento sindical. A central gradativamente se distancia do sindicalismo de lutas para uma prática sindical de conciliação de classes, no governo de FHC, e governista no período de Lula da Silva. Neste sentido o sindicalismo combativo se articula e unifica suas lutas na Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), criada em 2004. Ressaltamos que os Sindicatos de Assistentes Sociais que se reativaram continuam filiados à CUT e na realidade não respondem ao patamar das exigências colocadas para fazer frente aos ataques postos aos trabalhadores, quer na esfera privada, com a flexibilização nas relações de trabalho, quer na esfera do Estado com a reforma administrativa, que é adotada em todos os níveis de governo, assentada na flexibilização das relações de trabalho, com precarização e terceirização. Há necessidade de uma ação sindical com grau de organicidade que supere os sindicatos diferenciados por categoria, previstos na legislação sindical brasileira, de cunho corporativista desde os anos trinta do século XX, na era Vargas, herança da Carta Del Lavoro, do fascismo de Mussolini na Itália.

O Brasil, a partir do final dos anos 80, implementa as políticas neoliberais que se inicia no Governo Sarney, passa por Collor de Mello, consolida-se com FHC e se aprofunda no governo de Lula da Silva. A programática neoliberal se constituiu em uma resposta do capital à sua crise estrutural, a partir de 1973, alterando significativamente a relação Estado/sociedade, na medida em que transfere para o mercado o mecanismo de regulação e reprodução social para os segmentos populacionais de faixa salariais mais altas e se vale de parcerias com as organi-

zações sociais, nos termos definidos pela Reforma do Estado, para o atendimento de medidas de proteção aos trabalhadores em geral. Por outro lado, a reestruturação produtiva ceifou postos de trabalho, aumentando significativamente o desemprego estrutural.

A crise do capitalismo se aprofunda, em 2000, e eclode em 2008 nos EUA; se expande pela Europa e Japão e já incide fortemente os países periféricos, dentre eles o Brasil. As consequências dessa crise, já considerada a maior desde 1929, atingem brutalmente as massas trabalhadoras, ampliando ainda mais suas precárias condições de vida e de trabalho. Os governos dos EUA e da Comunidade Européia destinam bilhões de recursos públicos pra salvar bancos e empresas, comprometendo ainda mais o fundo público para reanimar o capital. Recursos esses que deveriam ser carreados para as políticas sociais e serviços públicos. No Brasil, o governo Lula, a partir de dezembro de 2008, injetou mais de cem milhões em bancos privados e em empresas e a contrapartida são as demissões em massa dos trabalhadores se colocando centralmente a serviço da ordem do capital.

A onda neoliberal está sendo sacudida e o capital busca novas formas de ampliar a superexploração e destruir direitos mediante a crise de superprodução, fazendo recair, mais uma vez, o ônus dessa orgia especulativa sobre os trabalhadores. A situação atual exige um combate e uma organização de massas classista no enfrentamento dessa barbárie no plano nacional e internacional.

Esta conjuntura histórica de implantação das medidas neoliberais encontra a profissão, como já nos referimos anteriormente, com maior solidez, entretanto, somos duramente atingidos no projeto de formação profissional, em face da precarização do ensino e da proliferação dos cursos à distância. No âmbito do exercício profissional o desmonte das políticas públicas, o agravamento da questão social e a flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas atingem duramente a profissão e o profissional.

As consequências neoliberais em relação aos trabalhadores em serviço público no processo de implantação e consolidação do estado neoliberal referem-se à diminuição de postos de trabalho e de terceirizações, contratos temporários por projetos ou por intermédio de entidades conveniadas (OSCIPs, OSs e ONGs) e por menores salários, flexibilização das relações de trabalho e dos direitos sociais e trabalhistas conquistados, mecanismos de polivalência nas funções de trabalho, programas de demissões voluntárias, quebra do regime jurídico único, incentivo ao trabalho voluntário em detrimento de postos de trabalho e consequentemente o aumento do desemprego. A conjuntura atual, portanto, coloca na ordem do dia a organização dos trabalhadores de forma autônoma e unitária para fazer frente a esses ataques de precarização das condições de trabalho e de destruição dos serviços e políticas sociais conquistados historicamente.

VII- CONCLUSÃO

Estamos, pois, diante de um novo desafio! O balanço do legado do III CBAS, nos últimos trinta anos, nos coloca o desafio de reafirmar, pública e, coletivamente, os nossos compromissos frente a este novo momento histórico, mantendo a autonomia e independência de nossas entidades, e se inserindo no campo das lutas sociais mediante a barbárie destrutiva do capital.

O processo de ruptura com o conservadorismo é contínuo e permanente na direção da consolidação do projeto profissional de ruptura, que tem no III CBAS, o *Congresso da Virada*, sua referência emblemática, na trajetória histórica da profissão e que na contemporaneidade se expressa no Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro.

A continuidade desse projeto é um processo constante de lutas, posto que o conservadorismo se reatualiza e a luta pela hegemonia é um processo contínuo em disputa; há setores profissionais integrados à ordem, o investimento da posição majoritária da CUT (articulação sindical, vinculada ao PT) e corrente sindical classista (vinculada ao PCdoB) na reorganização sindical por categoria, independentemente de sua ação nas lutas. A continuidade do processo de ruptura ao conservadorismo passa necessariamente, portanto, pela independência e autonomia de nossas entidades da formação, do exercício profissional e estudantil, de qualquer governo, partido e patronato e, pela continuidade da organização sindical por ramos, fortalecendo os sindicatos gerais e por atividade, dos trabalhadores em serviço público e estabelecendo uma relação política com o pólo combativo dos movimentos sociais articulados à CONLUTAS, como frente classista de lutas.

A luta contra o neoliberalismo como demonstram as resoluções dos CBAS, desde 1989 até 2007, implica na continuidade da articulação das entidades da formação, do exercício profissional e estudantil; na participação efetiva da rearticulação latino-americana, desde 1986, com a reorganização da Associação Latino Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS); na denúncia e oposição às práticas alienantes e reiterativas; no incentivo a participação dos profissionais nas lutas sociais, no reconhecimento e apoio à práxis profissional inovadora e comprometida com o projeto profissional; na referência teórica do legado marxiano e da tradição marxista; na luta contra as reformas privatistas e neoliberais da educação, sindical, trabalhista, previdenciária; na luta pela recuperação dos parâmetros das diretrizes curriculares formuladas pela ABEPSS; na luta contra o ensino à distância, que se configuram práticas sócio-organizativas que potencializam a continuidade do processo de ruptura com o conservadorismo, reafirmando o Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro, construído coletivamente.

A high-angle, black and white photograph of a dense crowd of people, likely at a protest or demonstration. The crowd is filling the frame, with many individuals looking towards the camera or slightly to the side. In the center of the crowd, a long banner is held up, with the text 'A GREVE CONTINUA' visible. To the left of the banner, there is a circular sign with an arrow pointing to the right. The overall atmosphere is one of a large-scale public gathering.

**CONFRONTO E MUDANÇA:
O CONGRESSO DA VIRADA**

Capa do programa oficial do III CBAS.
Acervo do CFESS.





A PERSPECTIVA DO III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

ALDAIZA SPOSATI

Este texto-memória foi construído em resposta à iniciativa do CFESS em destacar o contexto, a dinâmica e os impactos do Congresso da Virada, isto é, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em São Paulo (em setembro de 1979 no Palácio de Convenções do Anhembi) pelo CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais e pelo CRAS-SP – Conselho Regional de Assistentes Sociais. São velhas siglas do atual CFESS e CRESS remetidos, agora, ao Serviço Social e não aos assistentes sociais.

Não encontrei em meus guardados quaisquer registros desse importante momento. Durante esses anos muita coisa mudou em minha vida pessoal, profissional, acadêmica, militante e, com certeza, mudou até pelo impacto que três décadas fazem na vida humana adulta. Faço essas ressalvas até mesmo como justificativa de imprecisões, embora tal exercício tenha estimulado meu *flashback* daquele momento histórico.

Este é o depoimento de uma assistente social com 43 anos de profissão, formada em 1966 pela Escola de Serviço Social de São Paulo, que precedia a Juventude Católica e que vivenciou, como universitária, o golpe militar e suas sequelas. Na década de 70 era recém-profissional e, a partir de 1972, começa sua trajetória docente, bem como o mestrado em Serviço Social realizado no curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP – inaugural na Pós-Graduação brasileira.

Considero importante esta demarcação, logo à partida, já que as considerações aqui apresentadas não resultam de leituras, mas de vivências, reflexões, paixão... Portanto, ela contém os tons da experiência.

O roteiro indicado pelo CFESS, estruturado em 7 pontos, parte da leitura da conjuntura sócio-econômica e política da década, para a particularização do Serviço Social e as relações de assistentes sociais com a esquerda. Ao se dedicar ao III CBAS particulariza-se à presença pessoal na organização do III CBAS, sua programação, sua dinâmica e seus impactos.

Busquei ser disciplinada, mas, por vezes, os temas se interpenetraram. Desta feita, este texto-memória se organiza nos seguintes itens: (1) o contexto dos anos 70 e o Serviço Social; (2) a inserção pessoal e profissional na década e no III CBAS; (3) destaques sobre a militância política; (4) o congresso da virada; (5) o impacto no tempo.

1. O CONTEXTO DOS ANOS 70 E O SERVIÇO SOCIAL

A década de 70 é paradoxal no mundo, na América Latina e, é claro, no Brasil. O movimento da juventude e da intelectualidade na França de 1968 prenunciou as forças em confronto da próxima década. Para os brasileiros a década de 70 foi, ao mesmo tempo, a vivência da truculência do AI-5, que no ano de 1968 sequestrou a voz e a vida do grito dos jovens, dos intelectuais, artistas, políticos e líderes sociais e sindicais; em contrapartida, foi também a década do fortalecimento da organização política da juventude, dos movimentos sindicais e dos movimentos sociais no confronto à ditadura militar e à construção de seus direitos. Perversamente, foi a época do exílio dos brasileiros para o Chile, Argélia, França e Inglaterra, entre outros tantos países. Era, para os que ficavam e contestavam a ditadura, o período da clandestinidade e da resistência.

Os anos 70 compõem uma década de violência, mas também de esperança na construção de outra sociedade sob novos signos e valores. É a década de indignação, da cumplicidade de luta e, paradoxalmente, do grande desenvolvimento industrial, da emergência do ABC, sobretudo em São Bernardo do Campo, com a forte presença das multinacionais, do capital estrangeiro e da emergência do novo movimento sindical, que fará do ABC o palco central da luta entre capital e trabalho.

A vitória eleitoral do MDB em 1974, em confronto com a situacionista Arena, faz espriar a crença na “força do povo”. As primeiras experiências municipais de articulação do poder local emergem em Lages, em Santa Catarina, em Piraicaba, em São Paulo, em Boa Esperança e na capixaba Vila Velha. Dirceu Carneiro, de Lages, orienta a educação municipal sob as diretrizes de Paulo Freire. A cultura local é fortalecida. O pássaro azul dos pinheirais se torna símbolo da força popular. A descentralização do Estado (União) e o fortalecimento dos municípios como forma de ampliação da presença e da decisão popular são reivindicações explícitas do processo de democratização. A palavra de ordem era “participação social”.

Os movimentos sociais contra a carestia, e até com mulheres batendo panelas vazias, se confrontam com a política do arrocho salarial de Delfim Netto. Não bastava sua afirmação para deixar o bolo crescer para depois dividi-lo. O preço não permitia comprar farinha, ovos e demais ingredientes para preparar o bolo. A afirmação delfiniana defendia a acumulação do capital e o povo gritava acusando-o da fome que essa decisão provocava. D. Paulo Evaristo Arns salientava

as lutas do “Povo em Movimento”, um livro da Arquidiocese em parceria com o CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

A década de 70 marca os novos sujeitos em cena, lembrando Éder Sader. Os movimentos sociais são novas articulações, novos sujeitos coletivos que antecederam as legalizadas ONGs que, nesta primeira década do terceiro milênio, são confundidas com entidades sociais, isto é, ausentes da força genética da base popular, já que eram assentadas no doutrinário, na benemerência e na filantropia.

Esse processo tem seus desdobramentos não só nos grupos políticos de esquerda filiados a diferentes tradições leninistas e trotskistas, mas também na conformação de novos movimentos libertários e libertadores, como aqueles femininos e/ou feministas, direcionados à liberação das mulheres; ou ainda movimentos étnicos de liberação dos povos indígenas de tradição andina.

Muito há que se lembrar a paradoxal década de 70, da qual ainda se buscam restos mortais de bravos guerrilheiros do Araguaia exterminados pelo Exército brasileiro. Um livro de homenagem/memória acaba de ser relançado sob o título “Dossiê Ditadura”, acerca dos políticos mortos e desaparecidos no Brasil (1964/1985), preparado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos através do IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado.

O ensino e a prática do Serviço Social no início da década de 70 seguiam o modelo tradicional trasladado da realidade americana e européia.

A pós-graduação em Serviço Social, iniciada na PUC-SP em 1972 (assim como já fora a graduação em 1936), trabalhava o conceito de Serviço Social enquanto disciplina profissional, segundo a construção da professora Nadir Gouvea Kfourri. A concepção de disciplina profissional era paralela à de trabalho social “politicamente engajado”, atribuída ao “novo” Serviço Social pelo processo de “reconceituação latino-americana”. A ênfase era de fomento à reflexão científica sobre o Serviço Social, produzindo estudos e pesquisas, validando-os como área de produção de conhecimentos ladeada com outras áreas das ciências humanas e sociais, na emergente pós-graduação *stricto sensu* da PUC-SP. As primeiras dissertações e teses de doutorado em Serviço Social obtidas no Serviço Social datam do início dos anos 70.

A “reconceituação” trazia uma oposição ao conceito tradicional do Serviço Social. As distâncias entre um e outro passavam pela crítica ao tecnicismo e ao chamado metodologismo do Serviço Social, além do tipo de aliança de classe que uma e outra proposta traziam em sua matriz social e conceitual. Sem dúvida, a concepção de disciplina profissional fundamentava-se em uma racionalidade positivista de ciência e do processo de conhecimento que transmitiam o ideal da “neutralidade científica”. Embora combatendo o metodologismo do Serviço Social, o debate sobre o método científico nas ciências sociais e humanas tinha (e tem) centralidade entre as duas concepções. As abordagens de sujeitos no Serviço

Social tradicional eram reconhecidas como métodos de trabalho (como caso, grupo e comunidade) que ganhavam construções especializadas. O método lógico de ação seguia a tradição positivista adotada pela Ação Social da Igreja Católica através do método diagnóstico do ver, julgar e agir. Não havia controle (controle social), participação ou avaliação como categorias.

Considero paradigmática, para reviver a memória dos anos 70 no Brasil e para o Serviço Social, a releitura de três artigos do primeiro número da Revista Serviço Social e Sociedade (de setembro de 1979). Outra grande aquisição de década de 70 para o Serviço Social brasileiro foi esta Revista aberta à mudança, com alcance inovador para além da revista produzida pelo CBCISS, denominada Debates Sociais.

O então CFAS, presidido por Luiz Henrique Pedreira, abre a Revista Serviço Social e Sociedade com um artigo institucional nominado *Pela Prática dos Direitos Sociais*. A seguir Luiza Erundina de Sousa é entrevistada para falar de sua *Ação à frente da APASSP – Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo*. Um terceiro artigo de destaque nesse primeiro número aplicado, por longo tempo, como referência para a prática profissional é de autoria de Vicente Faleiros: *Espaço Institucional e Espaço Profissional*.

O artigo do CFAS faz críticas à conjuntura brasileira e afirma que o Serviço Social “não tem sido coerente” com o conjunto de valores que expressa, já que “*não manifesta compromisso com a realização dos direitos sociais e dos valores da justiça social*” (1979:11).

O CFESS abraça a concepção da *prática social* e não de *trabalho social*. A influência freiriana aparece na busca da consciência social. O texto combate o tecnicismo e considera que “*a prática é fundamentalmente de natureza política e tem hoje sua ênfase no sentido da criação de novos espaços, antes que uma busca de eficiência através de técnicas sofisticadas*” (1979:9). É preciso lembrar-se da influência à época de Adolpho Sanchez Vasques, com a discussão filosófica sobre a práxis, enquanto a capacidade crítico-analítica da própria prática profissional. O artigo do CFAS, elaborado por profissionais (que não são identificados), traça linhas de aproximação com a “reconceituação”, usando, porém, conceitos filiados à ordem da integração social.

Luiza Erundina defende a posição política do assistente social e a busca de espaços que não o atrelem ao “sistema de poder”. Defende a “*aglutinação dos assistentes sociais em organismo de classe, tais como Associações e Sindicatos (como) forma concreta de se opor à condição de instrumento de controle a que a profissão esteve historicamente submetida, sempre no interesse dos que detém o poder*” (1979:19).

Lutar por uma concepção da profissão supõe lutar por um novo e efetivo compromisso ético-político, por uma sociedade justa com o compromisso da

classe dos trabalhadores. Esta é a época em que os assistentes sociais vão se distinguir entre positivistas/idealistas e dialéticos/transformadores.

Faleiros, em seu artigo, levanta a questão do abandono do Movimento de Reconceitualização Latino-Americano pelas práticas institucionais, ao fomentar as práticas alternativas ou extra-institucionais. Apoiado nas reflexões do livro da Humanitas, *Desafios al Servicio Social*, mostra que o processo de “re-conceitualização” superestima a crítica sem fomentar, na mesma intensidade, as *estratégias* capazes de implementar mudanças e enfrentar resistências. Seu tema estratégico da correlação de forças aqui se delinea, e será objeto de livros e reflexões que se seguem formulando.

Faleiros levanta um pensamento que, ao que me parece, foi até hoje pouco explorado. Novas políticas sociais precisavam ser formuladas com mais adequação ao processo de modernização produtiva, pois novos padrões de eficácia e eficiência não eram contemplados no padrão tradicional do Serviço Social. Este não mais respondia aos interesses do capital. Faleiros alerta que não se devia “*entender o processo pelo qual passava o Serviço Social como autônomo, mas como resultado do processo global de contradições sociais*”.

O caráter das instituições como aparelhos das classes dominantes (Pierre Bourdieu/Althusser) era de micropoderes (Madel Luz) de dominação. Os anos 70, sob forte influência do estruturalismo marxista, demarcam lutas institucionais, nas quais o exemplo da demissão dos assistentes sociais do Inocoop-São Paulo é referência. A reversão do compromisso das chefias passa a ser palavra de ordem. Sua aliança deveria se dar com as bases, e não com “a cúpula dominante”. Tal prática é preconizada pelos movimentos sociais na área da saúde. Essa tônica vai criar os espaços institucionais para a ação dos sanitaristas (a exemplo de Eduardo Jorge, na zona leste de São Paulo), em oposição aos médicos que abraçavam a clínica individual tradicional. É a época da eleição de uma Reitora na PUC-SP, elevando a professora de Serviço Social e assistente social Nadir Gouvea Kfourri à condição de primeira reitora eleita nas universidades do país.

Todas essas experiências fortalecem a tese dos novos compromissos em múltiplos campos e, neles, os assistentes sociais.

A bibliografia básica do Serviço Social era argentina e uruguaia, e seu acesso se dava através de encontros/seminários latino-americanos. Na década de 70, nove deles foram realizados. A Editora Cortez & Moraes Ltda, instalada ao lado da PUC-SP, era a via de acesso a livros e revistas da Humanitas ou da *Acción Critica*, publicação semestral do CELATS – Centro Latino-americano de “Trabajo Social”, e da ALAETS – Associação Latino-Americana de Escolas de “Trabajo Social”. A Revista “*Serviço Social e Sociedade*”, lançada em 1979 ainda pela Cortez & Moraes Ltda. (no futuro só Editora Cortez), tem um significado ímpar nesse processo.

Em São Paulo Pedro Malheiros, com docentes da Faculdade Paulista de Serviço Social (Sonia Ribeiro, Maria Antonieta Guerriero, entre outros criam o CEBRATS –

Centro Brasileiro de Trabalho Social e trazem o argentino Natalio Kissnerman para vários encontros, cursos e debates. O livro desse autor, *Sete Estudos sobre o Serviço Social*, é publicado pela Cortez & Moraes em 1978.

Hermam Kruse, pensador uruguaio sobre o Serviço Social, ganha destaque e, com ele, Boris Lima, Roberto Rodriguez, Emilio Ipola, Sela Sierra e outros tantos do Cone Sul, da América Central e do Peru.

No Brasil destacam-se, nas relações latino-americanas, o gaúcho Seno Cornely, que já ligado a órgãos internacionais do Serviço Social se aproxima do Ateneo de Assistentes Sociais de Buenos Aires e das produções da Humanitas trazendo debates sobre o tema para o Rio Grande do Sul. A mineira Leila Lima Santos vai se destacar no CELATS em Lima (no Peru), e com ele realiza múltiplas publicações e seminários através da Revista *Acción Crítica*. A maranhense Josefa Batista Lopes centraliza a dimensão acadêmica como membro da ALAETS e se destaca na luta por um novo currículo para a formação do assistente social latino-americano.

O conteúdo dessas discussões e posicionamentos se distancia do II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado no início da década, no Rio de Janeiro, o qual centrou o debate sobre o processo de desenvolvimento e as políticas sociais, ainda resgatando o conteúdo dos encontros de Araxá e de Teresópolis, até então marcos brasileiros da reflexão sobre o Serviço Social. Nesse congresso foi destacada a reflexão da professora da Universidade Federal do Sergipe, Maria Luíza de Sousa, que publicava o livro *Questões Teórico-Práticas do Serviço Social*. Sua linha de pensamento não encontrou compatibilidade com as “palavras de ordem” do Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Na década de 70 o Serviço Social brasileiro se conjuga com o latino-americano. A ditadura militar no Brasil eclodira em 1964. Já no Uruguai ela só ocorre nos anos 70, o que possibilitou o acúmulo de publicações e intercâmbio com a produção crítica daquele país.

O efeito devastador da ditadura militar argentina fora reconstatado quando iniciado, nos anos 90, o convênio da Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP para a titulação de docentes da Universidade de La Plata. Nossas bibliotecas pessoais de autores argentinos e latino-americanos, enquanto docentes da PUC-SP, eram muito maiores do que as da Faculdade. Nada sobrara da Humanitas – suas revistas e publicações. A eles doamos nossos livros e revistas para possibilitar o resgate da efervescência da produção crítica argentina.

Para o contexto do “Congresso da Virada” considero que outra dimensão da década de 70 precisa ser adicionada: a organização da categoria a partir do compromisso ético-profissional, com uma sociedade justa e sem exploração. Já foi referida aqui, ao se relembrar a entrevista com Luíza Erundina de Sousa, a importância da construção coletiva da categoria.

Múltiplos debates à época demarcavam que essa organização, para ser independente, deveria se dar no âmbito de uma associação profissional, e não de

um sindicato, na medida em que tais debates estavam, no Brasil, atrelados legalmente ao Estado e, portanto, cerceados pela ditadura.

Nesse contexto, em São Paulo foi reativada a APASSP – Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo –, a qual nucleou profissionais militantes, alunos do Serviço Social com destaque para os alunos da FMU (onde Luiza Erundina era docente), bem como uma liderança no pensamento sobre “novos valores” para o Serviço Social na América Latina e, nela, o Brasil. Múltiplas foram as organizações profissionais articuladas. Dentre elas a ANAS – Associação Nacional de Assistentes Sociais –, que se constituiu, em 1983, em um Encontro Nacional após o Congresso da Virada.

No momento da realização do III CBAS os conselhos profissionais, nacionais e estaduais, vinculados ao Ministério do Trabalho, eram vistos como a expressão do braço ditatorial do Estado ou organismos da ordem e, portanto, manietados em se comprometerem com uma sociedade sem explorados e exploradores. Os Congressos da categoria eram até então organizados pelo CFAS. Para a reorganização profissional havia grande desconfiança dos órgãos reguladores da categoria. Ocorria um descrédito, à partida, por tudo aquilo que indicasse vínculo com o Estado ditatorial.

Trabalhar nas instituições (como já lembrado) era reproduzir a ordem e a subalternidade, e não a emancipação. A saída ou “as brechas” (como era caracterizada), supunha caminhar com “um pé dentro e um pé fora da instituição”. Era preciso encontrar estratégias para se confrontar o poder autoritário. O horizonte era a organização popular. Os serviços não eram propriamente direitos de acesso, mas meios para a organização da demanda, ou seja, a população era organizada na luta para se contrapor ao Estado, ganhando espaço e voz para que pudesse falar de suas necessidades.

Esse vai ser o momento da organização dos movimentos de favelas na cidade de São Paulo, através da militância de assistentes sociais, depois associados a arquitetos engajados. A própria “Revista Serviço Social e Sociedade” busca incluir o depoimento de lideranças populares como um espaço para que pudessem falar e serem ouvidas. Havia que se romper a “interpretação” do assistente social das demandas populares. A própria população era a liderança dos movimentos que deveria ter presença e voz.

Se o contexto sócio-econômico e político não era favorável a uma nova ordem, a resistência à sua truculência e princípios foi o fator de organização (dos que a ele se contrapunham) sob formas organizativas legais ou clandestinas, associadas ou não, a movimentos políticos de esquerda.

O Congresso da Virada, nesse contexto, vai significar o momento da demarcação pública e coletiva do novo Serviço Social no Brasil, bem como seus princípios ético-políticos. O momento da legitimação da consagração é que vai fortalecer o

Moção de apoio à Comissão Organizadora
do III CBAS, s/d. Acervo do CFESS.

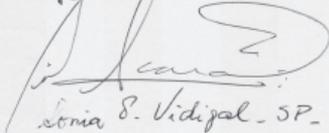
M O Ç Ã O

23

Nós, Assistentes Sociais participantes do III CBAS, vimos apresentar esta moção de apoio à conduta democrática assumida pela Comissão Organizadora deste Congresso, por ter tido a flexibilidade de incorporar as reivindicações e mudanças propostas pela categoria no decorrer do Congresso.

Cybele J. P. dos Reis 5464

Abelardo - SP.

 S.P.

Sônia S. Vidigal - SP - CRAS 621

Heloise Augusta B. Jm. - CRAS - 2ª SEC-0033

Armenio Brunis CRAS 1084

Jaqueline P. Jm. - CRAS. 9ª R. 0330

 - CRAS - S.P.

José Maria Rodotello - CRAS 9ª Região



 CRAS - 9ª Região

Monteiro Jorge - S.P. - CRAS 5034

Manoel da Mota - S.P. CRAS 2316

920

início do novo currículo de formação profissional e a superação de outros tantos elementos da ideologia conservadora, sendo que com ela vem o metodologismo.

2. A INSERÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL E O ENVOLVIMENTO COM O III CBAS

Em 1979 eu já tinha pouco mais de 10 anos de vida profissional. Desde 1976 era mestra em Serviço Social. Lecionava na graduação em Serviço Social da PUC-SP desde 1972 e exercia minha prática profissional em uma unidade da Prefeitura do Município de São Paulo. Era Supervisora Regional de Serviço Social (SURSS) da região de Vila Maria e Vila Guilherme.

É preciso fazer um parêntese para explicar o que isso significava. A Prefeitura de São Paulo, especificamente a Secretaria de Bem Estar Social – a SEBES –, dava início ao seu processo de descentralização e regionalização na cidade, como um ato resultante de uma luta institucional, da qual fiz parte a partir da segunda metade dos anos 60, quando comecei minha vida profissional através de concurso público. A gestão da cidade de São Paulo, desde o prefeito Faria Lima, se dava por ARs - Administrações Regionais. E o Serviço Social foi nelas introduzido como frente avançada do modelo programático da SEBES. Esse modelo homogeneizador confronta-se com a realidade vivida pelos assistentes sociais que nelas (nas Administrações Regionais) atuavam. Buscava-se maior influência da realidade local nas decisões da SEBES. Os assistentes sociais das ARs contestavam o modo descendente e linear da SEBES. A experiência desse órgão com a cultura popular, denominada Educação de Base, havia sido desativada pelos governos autoritários. O mesmo ocorreu com os trabalhos com comunidades. Os cursos profissionalizantes eram a tônica ao lado dos serviços de creche. Era a época da integração social em face de uma marginalização social.

Em 1977, em um momento de vitória, conseguimos aprovar a implantação de uma Supervisão Regional em cada uma das regiões da cidade, assim como a descentralização dos técnicos da SEBES (agora transformada em COBES) para as áreas regionais. Vila Maria e Vila Guilherme, ambas situadas na zona norte da cidade de São Paulo, eram uma periferia marcada pela presença de um conjunto de favelas junto à Rodovia Presidente Dutra. Nela foi dado início à experiência do Ministro Mario Andreazza sobre implantação do PROMORAR. Assistentes Sociais e estagiários vinham trabalhando com a favela da região, na perspectiva da luta por moradia digna, através de uma organização popular. E assim desencadearam um movimento de oposição.

Até então, os programas sociais não consideravam as características do território, sua população, nem tinham formas de participação da população. Eram as formas de ação tecnocrática que combatíamos. Em Vila Maria contávamos com uma equipe fantástica de trabalho, com a presença de Luiza Erundina de Sousa, Marta Campos e outros tantos (cito estes profissionais mais conhecidos

Ano 1
Agosto 79
Nº 2

Jornal do CRAS

Distribuição gratuita

Órgão oficial de divulgação do Conselho Regional de Assistentes Sociais — 9ª Região

Serviço Social sai em busca do jogador

No futebol, os jogadores sambam com a fortuna e a fama. Mas poucos chegam a isso. Por isso, o Serviço entra em campo.

APASV envia moção ao presidente Figueiredo

APASV envia moção ao presidente João Figueiredo pedindo a adoção de medidas para solucionar problemas nos Municípios.

Limitadas as inscrições para o III CBAS

Mais de três mil profissionais vão participar, no âmbito, do III CBAS. As inscrições já estão abertas.



"SERVIÇO SOCIAL É
POLÍTICA SOCIAL"



Encontro em Ribeirão Preto

Uma das principais conclusões obtidas nos encontros realizados no Interior foi de que o CRAS não é apenas uma entidade que disciplina, fiscaliza e orienta o Assistente Social, mas também procura valorizar a postura do profissional.



Começam debates sobre o Sindicato

"O processo de discussão que se desenvolve neste momento é importante e não se deve marcar datas para a efetivação do Sindicato. Temos tempo, o que desejamos é uma organização realmente forte e que represente as aspirações de todos os profissionais".

do mundo acadêmico e político), compondo uma equipe bastante arrojada. Em nossa experiência de trabalho nos organizávamos por territórios e por programas, além de aprofundar a reflexão geral. De forma disciplinada desenvolvíamos uma concepção e uma organização de trabalho que deveriam possibilitar todos os técnicos e administrativos a terem um momento de reflexão conjunta semanal. Tanto a organização dos técnicos por territórios quanto por programa se faziam presentes, valorizando a organização e a participação populares.

Essa experiência está traduzida em vários trabalhos. Foi marcante pela inovação, pela ruptura com os programas e por assumir a questão territorial.

Neste contexto de uma “prática engajada” foi-me feito o convite pelo CRESS/SP, sob a presidência de Marica Cecília Ziliotto, para que eu compusesse a comissão de organização do III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. De algum modo, este convite significou uma aproximação com o CRESS/SP, um representante com uma experiência de forte arrojo face ao Serviço Social tradicional.

Lembro-me das discussões para a organização do III Congresso: levantava-se a importância que aquele deveria ser um momento não só de conferências, mas de proporcionar aos participantes um convívio com novas práticas, as quais viam acontecendo em São Paulo, no sentido da organização da população. Foi designada, pelo Comitê Organizador, como Secretária Executiva do III CBAS, o que me dava muitas responsabilidades de trabalho organizativo. Ao ser delineada a programação do III CBAS surgiu a presença formal de uma Comissão de Honra. Lembro que levantei o incômodo de ter no Congresso uma Comissão de Honra encabeçada pelo então presidente da República, gal. Figueiredo. Quando fiz a pergunta sobre a posição da direção, a resposta foi que se tratava de uma medida meramente protocolar, por ser o CFAS ligado ao Ministério do Trabalho, o que obrigava a serem citados não só o ministro, como o presidente da República. Como isso não impunha um efeito imediato à organização dos trabalhos, não foi considerado de relevância maior. Não me lembro de iniciativas de aproximação com as novas formas de organização da categoria pelo Comitê Organizador.

Minha experiência pessoal e profissional como docente, supervisora de estagiários, assistente social e militante política não punha dúvidas quanto ao meu engajamento com a Reconceitualização do Serviço Social *para o Comitê Organizador*. Participava dos encontros latino-americanos, dos debates e das reflexões por uma nova prática social. Era membro fundador da “Revista Serviço Social e Sociedade”, e ainda parceira de trabalho e apoio à liderança de Luiza Erundina. Não militava diretamente na organização da categoria, mas dela fazia parte.

3. DESTAQUES SOBRE A MILITÂNCIA POLÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Considero de extrema importância a militância política, o que já me valeu, até mesmo, a alcunha ideológica de “politicista”. Tive maior proximidade com a

trajetória de Luiza Erundina. Tenho a certeza de que foi exatamente a sua militância na categoria profissional (com a reconstituição da APAS-SP) e no movimento grevista dos funcionários da Prefeitura de São Paulo *a ponte que ela conseguiu construir*, o que lhe deu notoriedade como liderança política, depois reconhecida pelo PT, do qual foi uma das fundadoras e representante parlamentar e executiva.

As discussões da consciência do trabalho/trabalhador do funcionalismo foram passos decisórios na construção da carreira política de Luiza Erundina. Ela foi uma das cinco primeiras vereadoras da cidade de São Paulo, eleita em 1982. Depois ela segue carreira como deputada, o que vai elegê-la como prefeita da Cidade de São Paulo em 1988, assumindo em 1989. Fui secretária municipal nessa gestão. Seguramente, a trajetória de Luiza, a qual tomo aqui como parâmetro, tem uma raiz muito forte na militância da categoria, ainda que ligada a outros movimentos de esquerda da Igreja Católica que ampliaram sua inserção social combativa. A exemplo dela, muitos outros vão se destacar. Lembro que nós, assistentes sociais, criamos o setorial dos assistentes sociais do PT, mantínhamos uma relação forte dentro do partido através da militância na categoria. Mais tarde vou me dedicar, por 12 anos (1993-2004), a representar o PT como vereadora da cidade de São Paulo.

Essa relevância ocorre em vários sentidos, não só na categoria, mas para além das categorias, nos movimentos dos bairros, movimentos políticos, politizados, na participação de encontros sindicais de São Bernardo, enfim, esses foram momentos inigualáveis que terminaram no mútuo reforço entre os movimentos de luta, quer pelo Estado de Direito, quer pelo alcance dos direitos sociais, a justiça social e o confronto com a ditadura, mas que, após a CF88, permanecem em nossa pauta de lutas.

4. O CONGRESSO DA VIRADA

A realização do III CBAS foi antecedida pela realização do III Encontro das Organizações da categoria realizada entre 21 a 23 de setembro de 1979, e que contou com representantes de 15 Estados. Eram 3 sindicatos e 12 associações profissionais que dele fizeram parte. Nesse contexto foi criada a CENEAS – Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistência Social –, que apresentou durante o III CBAS duas grandes questões à organização adotada:

- a presença de representantes da ditadura militar na Comissão de Honra do Congresso e sua presença na mesa de abertura e;
- a ausência de consulta aos órgãos sindicais da categoria quanto à organização do III CBAS.

Ambos os pontos eram seguramente fatos reais e embalsaram a manifestação de descontentamento para com CFAS e CRAS, e suas posições tradicionais na

organização dos Congressos Brasileiros. Deliberou-se que, doravante, seriam as entidades sindicais a organizar os congressos da categoria. Essa posição, hoje, por múltiplos fatores, inclusive pela direção imprimida ao CFESS/CRESS, os trouxe de volta ao papel organizativo das demandas da categoria.

A instalação do III CBAS, no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, seguia o modelo tradicional. Como já dito, o fato de se ter equilibrado conferências com visitas a práticas era uma inovação. Para os representantes do CENEAS, porém, a realização de visitas seria uma antiestratégia, já que desmobilizaria o público e desviaria o debate da questão principal: a organização e a manifestação de apoio da categoria ao novo coletivo representativo da alteração dos compromissos profissionais. Com o espalhamento do público nas visitas técnica, seria colocada em segundo plano a tensão necessária para a ruptura com a ordem autoritária representada pelo CFAS/CRAS.

O clima do Congresso foi de crescente animosidade no sentido de que sua organização pelos CFAS/CRAS passou a simbolizar a presença da ordem da ditadura. As entidades pré-sindicais articuladas pela CENEAS contrapunham-se aos CFAS/CRAS caracterizando-os como símbolo da ditadura militar.

Foi nesse clima de confronto que as representações da CENEAS negaram-se à realização das visitas técnicas e chamaram os participantes para uma Assembléia paralela em um dos auditórios do Anhembi. Essa Assembléia convoca a Comissão Organizadora do Congresso, a qual me designa como secretária executiva, para prestar contas públicas da organização do III CBAS. De fato, e embora tratada com respeito pela Assembléia, não deixou de ser essa uma situação emocionalmente complexa. Primeiro, porque eu não era membro do CFAS ou do CRAS, mas sim uma profissional; segundo, porque meu compromisso e prática profissional eram reconhecidamente contra a ditadura e a favor de um novo compromisso do Serviço Social.

A questão que foi apresentada era a de explicar o motivo da escolha da Comissão de Honra. Como eu já havia questionado essa escolha ao Comitê Organizador do CFAS/CRAS e recebido a resposta de que era uma decisão protocolar, foi esse exatamente meu depoimento na assembléia dos participantes: “recebi da direção do III CBAS a informação de que a escolha da composição da Comissão de Honra do Congresso foi uma decisão protocolar, e não uma aliança”. Lembro-me de uma frase de Luiza Erundina nesse momento: “Alda, embora eu a respeite muito neste momento, a história nos divide” – o que, claro, aceitei, entendendo que não se tratava de uma ruptura entre duas pessoas amigas e parceiras de trabalho, mas de uma posição que se tomava perante aquele Congresso. Embora a razão assim explicasse, não é preciso acrescentar palavras às emoções sentidas.

O ato simbólico foi a cassação da Comissão de Honra e a eleição de nova Comissão. Agora eram “*todos os trabalhadores que morreram e lutaram pelas liberdades democráticas*”, os honrados pelo Congresso da Virada.

A vinda de Luiz Inácio Lula da Silva, como convidado dos participantes do Congresso, demarcou a grande virada de compromissos públicos da categoria. O modo como ele foi ovacionado pelos participantes foi quase catártico, pois era a marca real (e não só simbólica) do novo compromisso da categoria.

5. O IMPACTO NO TEMPO

Com certeza, o Congresso da Virada (III CBAS), ao estabelecer nova correlação de forças a partir de um compromisso coletivo com os trabalhadores, é o marco da trajetória da categoria brasileira de assistentes sociais e, na maioria das vezes, foi um congresso com imensa presença de mulheres. A primavera de 1979 se mesclava com a tropicália das rodadas saias coloridas, dos cabelos afros, da mulher engajada e combativa.

A nova primavera floria entre alegria, euforia mesmo, e contestação. Era, ao mesmo tempo, desabafo, reação, esperança... O III CBAS, agora Congresso da Virada, foi a possibilidade histórica de o sujeito coletivo, a categoria assistentes sociais brasileiros vir a público e dizer de si e para si.

A organização da categoria se apresentou corajosamente no III CBAS mesmo sob a vigência da ditadura militar com a “virada”. Evidentemente havia um receio da repercussão, do que poderia acontecer. Mas não tivemos grandes problemas, até porque a justificativa é que toda aquela discussão estava se dando em recinto fechado e, portanto, não havia ocorrido nenhuma agressão à legislação, não se tratava de uma manifestação pública externa. Assim conseguimos enfrentar e concluir o III CBAS. Creio que a partir daquele momento ficou patente que não era mais suportável um modelo de conselho federal ou de conselho regional da categoria, que não seguisse aliado com a nova perspectiva do Serviço Social latino-americano. Sua construção supunha a aliança com os movimentos organizados, a luta contra a ditadura, a luta pelo estado de direito, a luta pelos direitos, a luta popular, a luta de classe e o confronto com o capitalismo. Não foi tudo que começou ali, mas considero que ali ocorreu uma marca pública da força do compromisso ético da categoria com a classe trabalhadora. Ainda que circunstancialmente eu estivesse na posição (pouco agradável) de secretária-executiva, entendo que foi muito importante a realização do III CBAS e do conflito que nele ocorreu.

A direção do Congresso (CFAS/CRAS) se afastou. Não aconteceram medidas que barrassem a livre organização dos participantes. E a CENEAS levou o III CBAS à finalização, através de Assembléia Permanente.

Com certeza eu tive ganas de estar muito mais próxima do movimento do que da representação da organização de um Congresso, cuja organização estava sendo posta em questão, mas que respeitou e não colocou barreira à emergência do movimento.

A organização do III CBAS contraditoriamente criou, pelo antagonismo, a oportunidade política de firmar para a categoria dos assistentes sociais a CENEAS

e o novo compromisso do Serviço Social Brasileiro. O Congresso da Virada foi (e é) uma construção histórica que o movimento da categoria, estrategicamente, construiu pela sua força de luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anais do II Encontro sobre Serviço Social na Unidade Latino-Americana. Cortez Ed. São Paulo, 1984.

CFAS - Pela Prática dos Direitos Sociais. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. Ed. Cortez & Moraes. Ano I - nº 1, setembro 1979, p. 5-16.

Dossiê Ditadura. *Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil*. 1964-1985. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE - Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. São Paulo. Imprensa Oficial, 2009 (2º edição).

FALEIROS, Vicente P. Espaço Institucional e Espaço Profissional. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo. Ed. Cortez & Moraes. Ano I - nº1, setembro 1979, p. 137-152.

MARTINELLI, M.L., Baptista, MV e Barbosa, MC. O assistente social e a ação política: entrevista com Luiza Erundina de Sousa. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo. Ed. Cortez & Moraes. Ano I - nº 1, setembro 1979, p. 17-31.

Organização Sindical dos Assistentes Sociais a nível Nacional. Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo. São Paulo, 1985/87.

SOUSA, M. Luiza. As indefinições do “Social” na Política Social e no Serviço Social. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo. Ed. Cortez & Moraes. Ano I - nº 1, setembro 1979, p. 32-52.



MARIA LUCIA MARTINELLI

ANÁLISE DO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

Os anos 70 marcam um momento importante sob o ponto de vista da conjuntura econômica brasileira e latino americana. São anos de crise intensa do processo democrático, com avanço da ditadura em diferentes países da América Latina, especialmente no Brasil.

A orientação dada às políticas sociais pelos governos da ditadura repercutia fortemente nas condições de vida da classe trabalhadora, pois eram grandes as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, além de uma queda geral nos salários praticados pela indústria e pelo comércio, sobretudo nos setores de média e baixa qualificação.

As condições de desenvolvimento do capitalismo no país, com forte dependência dos países centrais, favoreciam o crescimento da dívida externa, acompanhado de um baixo investimento em políticas capazes de assegurar melhores condições de vida para o conjunto da população.

Porém, ao longo dessa década e mais para o seu final, começa a se adquirir visibilidade de algo que já vinha ocorrendo em condições absolutamente adversas pelas condições políticas do país: a retomada das lutas sociais pelos movimentos sociais organizados, e com o protagonismo dos trabalhadores, em especial do operariado fabril.

Um livro emblemático de tal período é o clássico “Quando Novos Personagens Entraram em Cena”, de Eder Sader, publicado em 1988, no qual o autor, com muita propriedade, vai nos mostrar como vinha se dando a tessitura de resistência e de enfrentamento à política da ditadura militar.

Na verdade, como bem analisa Sader, os movimentos sociais organizados jamais deixaram de lutar, apenas estiveram recuados por força da cruel ditadura que marcou o país no período.

Prefaciando esse livro, Marilena Chaui afirma que nesse momento histórico de retomada das lutas sociais os movimentos ocupam a cena pública, instituindo-se como sujeitos políticos novos, criando novas estratégias e novos espaços para se fazer política. (Chaui, in Sader, 1988:10)

Os movimentos sindicais, eclesiais, de luta pela saúde e contra a carestia são expressivos dessa conjuntura histórica.

No âmbito do Serviço Social, essa década é também muito importante no que se refere ao seu processo organizativo.

É uma década paradoxal, pois ao mesmo tempo em que persiste a presença do conservadorismo, amadurece, por parte dos setores críticos da categoria, um processo organizativo de luta social, combativa, ao lado dos movimentos de base que se processavam na sociedade brasileira.

No campo da formação profissional, ao longo de toda década, sob o patrocínio da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, assim denominada naquele momento, procedeu-se a revisão do currículo dos cursos de Serviço Social. A primeira Assembléia neste sentido, ocorreu em Piracicaba-SP, em 1970, e a última em Natal-RN, em 1978, quando foi aprovado o currículo mínimo para o curso de Serviço Social. Fruto de uma época plena de contradições, ao mesmo tempo em que acolhia contribuições do Movimento de Reconceituação, deixava flancos abertos para a expressão do pensamento conservador. Mesmo assim, recebeu parecer positivo do conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza e foi referendado através do parecer 412/82.

A INSERÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA NA ÉPOCA, A FORMA DE CONTRIBUIÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E LATINO-AMERICANO

Durante os anos 70 eu já vinha atuando na formação profissional, uma vez que iniciei a atividade docente precocemente, dois anos após a finalização do curso de graduação, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no período compreendido entre 1963 e 1966.

Foram anos muito especiais, de uma cuidadosa formação acadêmica, sabiamente conduzida por mestres como Nadir Gouvea Kfourri, Helena Iracy Junqueira, Marina Colombo de Bártolo, Ana Maria Pia de Lima Ribeiro, Suzana A. da Rocha Medeiros, Maria Lucia Carvalho da Silva,... Falo apenas de alguns, mas não deixando de homenagear todos que me iniciaram nessa desafiante profissão, com a qual venho construindo a minha trajetória de vida pessoal e profissional.

Sob o ponto de vista da conjuntura nacional, esses quatro anos foram de um absoluto paroxismo. Ao mesmo tempo em que me possibilitaram um exercício democrático e militante no campo dos direitos humanos, através das atividades da Juventude Universitária Católica – JUC, fizeram-me viver também o Golpe Militar de 1964, com todas as suas atrocidades e arbítrios.

O refluxo dos movimentos sociais neste período é bastante intenso, determinando mudanças radicais no encaminhamento das lutas políticas, sem que houvesse, porém, um abandono da casa revolucionária.

Assim, finalizei a graduação em 1966, ainda durante a ditadura e, em 1968, ano de recrudescimento das agruras impostas ao povo brasileiro, iniciei minha carreira docente como professora na Faculdade de Serviço Social da Universidade de Taubaté, onde dei minha primeira aula no dia 03 de agosto de 1968.

Tinha claro, desde então, que podemos ser fiéis aos nossos compromissos ético-políticos em todo o lugar social que ocupamos, e a docência era um campo fecundo para expressá-los.

Minha contribuição para o serviço social brasileiro e latino-americano foi formar profissionais críticos, capazes de uma leitura atenta da conjuntura e de um exercício profissional competente, comprometido com as lutas do povo latino-americano. No campo institucional, onde atuei na área da família, tive sempre muito presente o compromisso político com uma prática fundada no campo dos direitos.

Em 1965 participei, ainda como estudante, do I Seminário Latino-Americano de Serviço Social, realizado na PUC do Rio Grande do Sul, no qual foram definidas as principais bandeiras de luta da ruptura com a Doutrina Social da Igreja e com as influências marcantes do Serviço Social tradicional, americano e europeu, além da construção de novos horizontes para a intervenção profissional, efetivamente comprometida com a libertação do homem latino-americano.

No plano organizativo deliberou-se pela construção de uma Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social – ALAETS, com sede em Lima, no Peru, uma vez que, estando em plena ditadura, o Brasil não tinha como sediar esta organização.

O professor Seno Cornelly, da PUC do Rio Grande do Sul, foi eleito presidente da ALAETS e muito batalhou para garantir a instalação e o vigor dessa Associação, assim como os companheiros que o sucederam.

De minha parte, jamais me afastei do compromisso firmado naquele Seminário, com relação à luta pela libertação do homem latino-americano, do jugo do imperialismo, que sangrava nas veias do continente, e da ditadura, que cerceava a liberdade e impedia a vida com dignidade.

Particpei de perto das atividades da ALAETS, da criação da sua instância acadêmica, o CELATS (Centro Latino-Americano de Trabalho Social), estando presente na maior parte dos eventos realizados ao longo da década de 70.

Em 1978 já havia finalizado o Curso de Pós-graduação em Serviço Social na PUC-SP, onde tive a felicidade de ter professores fundamentais na minha formação como intelectual, na perspectiva marxista.

Eram homens que sofreram, em sua vida pessoal, os grillhões da ditadura, que perderam a Cátedra, foram para o exílio e retornaram com a lucidez de que

os grandes mestres sabem cultivar. Acolhidos pela PUC-SP, foram professores de seu Programa de Pós-graduação. Falo de homens como Octávio Ianni, Florestan Fernandes, Paulo Freire, restringindo-me a essa tríade por sua expressão nacional e internacional.

Minha dissertação de mestrado, na qual eu analisava o ensino de Serviço Social, transformou-se em livro, publicado pela Editora Cortez e Moraes, sob o título “Modelos de Ensino de Serviço Social: Uma Análise Crítica”.

Graças a tal publicação e, principalmente à minha prática militante no campo da docência em Serviço Social, participei de um importante Seminário no CELATS, em 1978, com outros assistentes sociais latino-americanos e caribenhos, para tratar das dimensões políticas da prática profissional.

O grupo de assistentes sociais brasileiros era bastante reduzido, e ali estávamos para dialogar com Leila Lima Santos, Roberto Rodrigues, Boris Lima, Diego Palma, sobretudo para adensar a formação na perspectiva marxista com Carlos Urrutia, um combativo militante e profundo estudioso da matéria. Certamente, todo esse processo de vida teve profunda repercussão no meu exercício profissional e docente.

A RELEVÂNCIA DA MILITÂNCIA POLÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS VINCULADOS ÀS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA, PARA ALÉM DOS ESPAÇOS DA CATEGORIA PROFISSIONAL

Sem dúvida, essa militância foi extremamente relevante, pois sem ela, sem o protagonismo dos companheiros que enfrentaram, no plano de suas vidas pessoais, os alçozes da ditadura, através inclusive de seus aparelhos repressores, não teríamos conseguido chegar às decisões políticas que culminaram com o Congresso da Virada.

Refiro-me ao alinhamento das entidades da categoria com os movimentos sociais organizados, com os setores de esquerda do movimento operário e estudantil e, especialmente, com o compromisso de engajar-se em uma luta unificada pelos direitos sociais e trabalhistas, firmando uma identidade crítica de classe trabalhadora.

A Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) teve um papel fundamental no sentido de articular o Serviço Social, com as lutas mais gerais da sociedade brasileira, enfatizando também a importância da participação dos estudantes de Serviço Social que estiveram presentes de modo combativo em todo esse percurso.

Toda esta teia, densamente tecida, foi o que possibilitou o engendramento e a realização da viragem ocorrida no III CBAS, um marco histórico de profundas e indelévels repercussões.

O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO III CBAS E A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO

O processo de organização do III CBAS obedeceu, inicialmente, às normas então vigentes para realização de eventos da categoria profissional.

Até esse momento era bastante restrita qualquer participação no processo organizativo, uma vez que tal tarefa cabia ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (o CFAS, como era então denominado), e por delegação ao Conselho Regional que sediava o evento.

Foi neste contexto que se deu a minha participação na Comissão Técnica, composta basicamente por docentes e diretores de Cursos de Serviço Social, posição que ocupava na Faculdade de Serviço Social das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo.

A presidência da Comissão Executiva coube ao assistente social Sérgio Furhmann, a convite do CFAS, na pessoa do assistente social Luiz Henrique Pedreira.

Um primeiro embate que enfrentamos foi a própria temática do Congresso, pois em plena conjuntura de crise, com a sociedade brasileira mobilizada no sentido de luta pelos seus direitos, a proposta do CFAS era a de que se discutisse a metodologia do Serviço Social.

As Comissões Técnica e Executiva posicionaram-se contra essa temática, no que foram apoiadas pelo CRAS-SP, que desde 1978, juntamente com a Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo – APASP, em rearticulação no momento, procuravam vincular-se aos movimentos mais gerais em curso no país.

O giro temático para Papel do Assistente Social na Política Social expressou, neste sentido, uma conquista tímida, porém importante.

Em Mesa Redonda do Conselho Editorial da “Revista Serviço Social e Sociedade”, realizada por ocasião do décimo aniversário da Revista, publicada em abril de 1989, no exemplar de número 30, analisamos amplamente esse processo.

O SIGNIFICADO TEÓRICO-POLÍTICO DA ESTRUTURA E DA PROGRAMAÇÃO DO III CBAS

O maior significado político do III CBAS, sem dúvida alguma, é ter se constituído no marco histórico de ruptura do Serviço Social brasileiro com o conservadorismo.

Com grande visibilidade pública e alcance social, este Congresso, muito apropriadamente denominado Congresso da Virada, instituiu-se como solo fecundo, onde foram lançadas as raízes de um projeto ético-político profissional comprometido com a classe trabalhadora e com a construção de uma nova ordem societária.

Através de estratégias político-organizativas muito bem concebidas pela direção da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais – CENEAS, tanto a estrutura teórico-política, quanto à programação do III CBAS foram colocadas a serviço desse objetivo.

Assim, o que se viveu naquele momento histórico foi a expressão concreta de sujeitos políticos com forte coesão, lutando por objetos determinados.

A intenção de ruptura com o conservadorismo de que fala Netto (1991) aí se revelava por inteiro.

AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO QUE DEU ORIGEM AO TERMO 'CONGRESSO DA VIRADA' E SEUS DESDOBRAMENTOS

O movimento que deu origem ao termo Congresso da Virada foi densamente tecido nas malhas do próprio processo social. O final dos anos 70 constituiu-se em um cenário histórico de importantes lutas no campo dos direitos sociais e trabalhistas, entre as quais um marco emblemático são as greves dos trabalhadores dos municípios do chamado ABC Paulista, onde se concentrava especialmente a indústria metalúrgica.

Há um movimento organizado que se processa no seio da classe trabalhadora, no sentido de libertar-se das amarras do governo e da classe patronal, instituindo-se com autonomia na luta por direitos.

É a este movimento combativo e de lutas, denominado “novo sindicalismo” (Abramides, Cabral, 1996) que a categoria profissional, através de seus setores críticos, vai se filiar, assumindo de modo explícito a dimensão política constitutiva da identidade do Serviço Social.

A CENEAS, através de seus dirigentes, teve um papel de fundamental importância na definição de estratégias políticas, capazes de fazer avançar o processo organizativo desde a base, ou seja, os profissionais e estudantes de Serviço Social, articulando-se em torno do objetivo comum de fazer do Congresso um momento de ruptura com o Serviço Social tradicional e de expressão de uma nova identidade para esta profissão, comprometiam-se radicalmente com os interesses históricos da classe trabalhadora.

Durante o Congresso, a cada dia se avançava na conquista da proposta definida em Assembléia de Assistentes Sociais e estudantes, convocada pela CENEAS e acolhida pela comissão organizadora.

Foram atos de coragem, de forte expressão política, que culminaram com a alteração da programação estabelecida, da dinâmica do Congresso, da ampliação de seus espaços democráticos e, especialmente, com a destituição da Comissão de Honra, constituída por autoridades civis e militares da República.

As propostas desta nova Comissão Ampliada são registros históricos que todos devemos manter sempre presentes em nossos horizontes políticos e profissionais.

Conforme consta dos Anais do III CBAS (1980:430), as principais propostas aprovadas foram que as despesas com as atividades sociais do Congresso fossem destinadas ao Fundo de Greve dos Trabalhadores Brasileiros; que os estudantes passassem a ter livre presença na organização e participação no Congresso, junta-

mente com os Assistentes Sociais, principalmente o que selava o nosso compromisso histórico com a classe trabalhadora; que o lugar antes designado para a destituída Comissão de Honra fosse ocupado por aqueles que, por justiça e direito, o mereciam: “todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas” (Anais do III CBAS, 450)

Tal homenagem realizada na sessão de encerramento, com ampla participação da categoria e das principais entidades democráticas, trabalhistas, estudantis e sindicais que floresciam naquele momento, é de um vigor democrático tão intenso, que sua lembrança permanece sempre viva em minha memória.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DO CONGRESSO PARA A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Como procurei evidenciar ao longo do texto, o Congresso da Virada exerce uma influência ainda hoje marcante para a renovação do Serviço Social brasileiro, instituindo-se como solo fecundo para a construção do projeto Ético-Político Profissional.

Analisando-o em uma perspectiva dialética, considero-o uma expressão de síntese dos momentos históricos precedentes.

Um marco que não pode ser esquecido é o I Seminário Latino Americano de Serviço Social e o protagonismo da chamada geração de 1965, na qual de certa forma me incluo, na participação no Movimento Latino-Americano de Reconceitualização do Serviço Social.

Embora de modo cuidadoso, por força da ditadura, não se pode negar o esforço de ruptura com vistas à laicização do Serviço Social, o que teve um grande significado naquele momento histórico.

Outro marco significativo é a contribuição expressiva do Grupo de Minas Gerais, em articulação com o CELATS, apoiando o processo organizativo e político da categoria profissional, além de avançar na construção teórica, elaborando o histórico documento Método BH, firmado na perspectiva marxista.

No mesmo grau de importância, situo também como outro marco a militância política dos setores críticos da categoria profissional, e sua participação na reconstrução do campo democrático no país, alinhando-se na luta por direitos.

Em termos de militância política e organizativa, sob o ponto de vista sindical, profissionais como M. Beatriz Abramides, Maria do Socorro Reis Cabral, Luiza Erundina de Souza são referências indispensáveis no chamado Novo Sindicalismo.

Enfim, sem que se retire do III CBAS o seu caráter inaugural como Congresso da Virada, é importante situá-lo também como uma importante e madura síntese histórica da luta de toda uma geração de Assistentes Sociais, a geração de 65, juntamente com as novas gerações das décadas de 1970 e 1980.

Muito do que constitui hoje a identidade política do assistente social como o trabalhador assalariado que é, teve suas bases definidas neste Congresso.

Da mesma forma, foi também em seu âmbito, no vigor político ali vivenciado, que se forjaram as bases primeiras de um Projeto Ético-Político Profissional, capazes de expressar o compromisso da categoria com as lutas históricas da classe trabalhadora e com a defesa e aprofundamento da democracia.

A large crowd of people is gathered in front of the ornate Gothic entrance of a cathedral. The crowd is dense, and many individuals are holding up small signs or banners. A prominent banner across the middle of the crowd reads "SANTUUM VITÓRIA DOP... GREVE". The cathedral's facade features a large central archway with intricate carvings and a central window depicting a crucifixion. The overall scene suggests a significant public event or protest.

PROCESSO E SIGNIFICADO DA VIRADA

Detalhe do *Jornal da Associação Profissional das Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP)*, páginas 4 e 5, em maio de 1979. Acervo do CFESS.

SOBRE AS GREVES

PERGUNTAMOS:

A PRESIDENTE NA GREVE

Fala LUIZA ERUNDINA DE SOUZA: Presidente da APASSP, membro do Comando Geral de Greve dos Servidores Municipais e da Comissão de Negociação.

P — Como começou o movimento grevista dos funcionários municipais?

R — Começou com os coletores de lixo e motoristas que, não aguentando mais suas péssimas condições de vida, e revoltados com os salários miseráveis, declararam-se em greve. Isto ocorreu no início do mês de abril, após receberem o salário de março. Nos anos anteriores, neste mês, os salários eram reajustados, mas isto não ocorreu este ano.

Com a deflagração da greve, a Prefeitura apressou-se em anunciar os índices de aumento salarial para o funcionalismo municipal, os quais vão de 16,6 por cento a 33 por cento, conforme a referência.

Para os coletores de lixo, foi concedido um adicional de insalubridade de mil cruzeiros.

P — Qual a reação do funcionalismo diante desses índices de aumento?

R — Anunciados os índices, houve forte pressão

sobre os coletores de lixo e motoristas por parte das chefias, o que os levou a retornarem ao trabalho.

Quanto às demais categorias, a reação foi de revolta, o que resultou na paralisação dos professores municipais juntamente com os professores estaduais.

Logo em seguida, foi realizada uma Assembléia Geral dos Funcionários Públicos Municipais que resultou na deflagração da greve para todo o funcionalismo municipal.

P — Como se deu sua participação no movimento?

R — Deu-se de forma ativa, desde os primeiros passos do movimento. No início, como Presidente da APASSP, cujos sócios são, na sua grande maioria, servidores públicos. Depois, na qualidade de funcionária da COBES, que foi um dos setores que teve uma participação decisiva no movimento. A partir de certo ponto do processo, e por força

das circunstâncias, tive de assumir a liderança do movimento grevista dos servidores municipais, o que significou uma grande responsabilidade, ao mesmo tempo que uma extraordinária experiência de participação política.

P — Como avalia o movimento do funcionalismo municipal?

R — Em virtude da fragilidade de organização e à falta de experiência de participação em movimentos dessa natureza, houve desgaste durante tantos dias de greve e, sobretudo, pela falta de perspectiva de negociação decorrente da intransigência e insensibilidade por parte do Governo. Isto levou o funcionalismo municipal a deliberar em As-

sembléia pelo retorno ao trabalho.

Mas foi decidido a continuidade da luta através de outras formas de mobilização e organização, como a criação de uma Comissão de Reivindicação Salarial com representantes dos setores e unidades de trabalho do município.

Esta Comissão ficará vinculada à Coordenação Geral Permanente de Reivindicação Salarial.

P — Para a APASSP, o que significou o movimento grevista?

R — Foi uma oportunidade de se fazer efetivamente presente num movimento que interessa muito de perto à categoria que representa.

Por outro lado, propiciou a mobilização e participação de significativo contingente de Assistentes Sociais, o que, sem dúvida, significa um salto de organização e de consciência política de grande valia para a APASSP que participa das lutas mais gerais do povo brasileiro pelo retorno da plenitude democrática.





LUÍSA ERUNDINA

ANÁLISE DO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

A década de 1970 no Brasil foi marcada por grave retrocesso institucional, em consequência do Golpe Militar de 1964 que afetou profundamente a realidade do país em todos os aspectos, principalmente no aspecto político, com o fim da democracia e a instauração do regime militar estendido por duas longas décadas.

Na ditadura, as liberdades democráticas foram suprimidas e os direitos humanos violados, o que provocou firme e corajosa resistência de amplos segmentos da sociedade, especialmente dos estudantes, liderados pela UNE, e dos trabalhadores, cujos sindicatos foram fechados, com suas lideranças fortemente reprimidas, sendo que os mandatos dos seus dirigentes foram cassados. Dentre esses havia os assistentes sociais e algumas de suas entidades de classe.

O mesmo se deu com os partidos políticos de esquerda e de oposição ao regime, os quais foram jogados na ilegalidade, sendo que seus dirigentes e suas principais lideranças foram presas ou forçadas a fugir para o exílio, enquanto outros entraram na clandestinidade dentro do próprio país.

No aspecto econômico, a situação política criou as formas de apropriação do excedente gerado e as condições favoráveis à reprodução e expansão do capital.

Com efeito, como ocorre com todo país de economia dependente, a maior parte do excedente produzido no Brasil, durante aquele período, foi transferida para os países desenvolvidos do primeiro mundo, quer sob a forma de lucros e/ou de pagamento de juros e serviços da crescente dívida externa.

Além disso, o Brasil passou a importar tecnologia de capital intensivo para incorporar ao seu processo produtivo que, se por um lado, aumentava significativamente a produtividade do trabalho, por outro, gerava desemprego em massa.

Assim, a mão-de-obra excedente passou a migrar para os grandes centros urbanos, cujo mercado de trabalho formal não tinha capacidade para absorver o

grande contingente de desempregados, além de se tratar de trabalhadores sem a qualificação e a experiência exigidas pelo mercado de trabalho urbano-industrial.

Outro aspecto da economia brasileira, da década em análise e que vale destacar, refere-se ao forte incremento dos investimentos estatais que contribuiu muito para a valorização do capital e representou o poderoso suporte à acumulação privada do excedente produzido.

Houve marcante presença do Estado na economia brasileira, naquele período, tendo o setor público participado na formação de nada menos do que 50% do capital fixo do país. Prova disso é o fato de que das 173 empresas estatais existentes em 1975, 123 foram criadas depois de 1967.

Ademais, a adoção desse modelo de economia agravou, de sobremaneira, a situação social com o aumento da pobreza que atingia a maioria da população, em conseqüência não só do desemprego em massa, mas também dos baixos salários. Atente-se, pois, para estes dados: entre 1968 e 1978 a produtividade do trabalho no Brasil cresceu 32%, em termos reais, enquanto a média dos salários, no mesmo período, decresceu 15%. A comparação entre esses dois indicadores demonstra, portanto, o fantástico processo de acumulação registrado no país, naquele período, e explica a precarização das condições de vida dos trabalhadores brasileiros.

Foi a época do chamado “milagre brasileiro” que, como disse Lúcio Kowarich, “foi um milagre feito por um santo perverso”, pois tirou dos pobres para dar aos ricos, ou seja, os ricos ficaram mais ricos, e os pobres mais pobres ou miseráveis.

Acrescente-se a esse quadro o fato de não existir, naquele tempo, políticas sociais para atender as demandas coletivas. Havia apenas ações pontuais com caráter assistencial e em níveis mínimos de subsistência nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Ressentia-se, também, da falta de investimentos públicos em infra-estrutura urbana de transporte, de saneamento básico, de habitação popular, entre outros, o que contribuía para agravar ainda mais as condições de vida da população nas cidades, onde proliferavam as favelas, os cortiços e a ocupação dos baixos de viadutos por trabalhadores que, por não terem emprego, iam “morar” nas ruas em situação degradante e de total desrespeito aos direitos humanos.

Tomando como indicador de pobreza no Brasil a renda familiar, o PNAD/76 registrou que, naquele ano, mais de 45% das famílias brasileiras tinham renda familiar de até 2 salários mínimos, ou seja, cerca de 49,5 milhões de pessoas, e quase metade dessas famílias, tinham renda inferior a um salário mínimo, o que configura uma situação de pobreza absoluta.

Outros dados igualmente estupefacentes demonstram com maior evidência a perversa concentração de renda no país na década de 1970, tais como: os 10% mais ricos da população detinham 50,56% da renda total, enquanto os 10% mais pobres ficavam com menos de 1% da renda. Ademais, 5% dos mais ricos ficavam

com cerca de 39% da renda gerada anualmente no país e, em termos da renda média mensal, a diferença era de 40 vezes maior do que a renda de um dos 50% mais pobres.

Diante desse quadro, a luta pela sobrevivência tornou-se a maior preocupação de mais da metade da população brasileira que, sem qualquer alternativa e pressionada a compensar a queda do poder aquisitivo do salário, cria artifícios de suplementação de renda, tais como: aumento da jornada de trabalho, trabalho infantil, biscates etc., gerando desgaste da força de trabalho submetida à extrema exploração.

Aos poucos a população foi tomando consciência dos seus direitos e de sua força, começando a se mobilizar para exigir mudanças. Foi quando passaram a surgir diversos movimentos populares para reivindicar políticas públicas, destinadas a atender seus direitos sociais e de cidadania. Lembraria, por exemplo, o movimento contra a carestia, a luta dos moradores de favelas por ligação de água e luz em seus barracos, de resistência contra os despejos das áreas que há muito tempo ocupavam, o movimento por creches, por serviços de saúde, por moradia, por melhorias urbanas, e tantas outras lutas que marcaram a vida de homens e mulheres do povo, naquele período, o que os tornaram sujeitos políticos construtores da sua própria história.

Os assistentes sociais tiveram participação destacada na construção desses movimentos e no encaminhamento de suas lutas, como profissionais comprometidos com os interesses populares, ao mesmo tempo em que se organizavam para reivindicar seus próprios direitos como trabalhadores assalariados.

Por isso foram vítimas de desconfiança e de perseguição dos agentes da ditadura que os vigiavam nos locais de trabalho, e vários deles foram punidos com demissão. Os “olheiros” da ditadura sabiam da influência desses profissionais junto à população, conscientizando-a sobre seus direitos e estimulando-a a lutar por eles.

A INSERÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL E O ENVOLVIMENTO COM O III CBAS

Sabemos que nossa prática profissional está sujeita às limitações impostas pelas instituições nas quais trabalhamos e que, para superá-las, precisamos nos unir e nos organizar politicamente.

Foi neste sentido que lutamos pela reativação da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo – APASSP, cujas atividades estiveram completamente paralisadas durante o período de 1970 a 1977, em decorrência do regime militar.

Com o agravamento da situação política a partir de 1968, quando foi decretado o AI-5, ocorreu enorme retrocesso dos movimentos sociais, atingindo, inclusive, o processo de organização dos assistentes sociais.

Graças à heróica luta dos trabalhadores e trabalhadoras e à brava resistência dos movimentos sociais, aos poucos foram sendo reconquistados o direito e a liberdade de organização e de participação política.

No seio desses movimentos estavam os assistentes sociais mais combativos e comprometidos com a luta pela redemocratização do país. Embora em minoria, foram capazes de desencadear amplo processo de mobilização da categoria em torno de seus interesses específicos e dos interesses gerais dos trabalhadores.

Um dos instrumentos utilizados nesse processo foi a Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo – APAS-SP, reativada em 1978, ano em que elegeu uma diretoria, formada por um grupo de assistentes sociais, sendo eu a presidenta com um mandato de dois anos.

As eleições ocorreram após cinco meses de trabalho árduo, realizado por uma “Junta Governativa” que conseguiu filiar 700 dos 7.000 profissionais então existentes no Estado de São Paulo e, desses, apenas 200 compareceram para votar.

No começo, a Associação funcionou, provisoriamente, na sede do Conselho Regional de Assistentes Sociais – CRASS-SP, dando início ao trabalho de organização da entidade e de articulação e mobilização da categoria. Neste sentido, promoveu várias atividades e desencadeou lutas importantes que envolveram os assistentes sociais de São Paulo e de outros Estados.

Uma das lutas importantes que, na época, mobilizou a categoria foi a que se opôs ao Decreto Municipal nº. 15.086, de 6 de junho de 1978, do então “prefeito biônico” Olavo Setúbal, do PDS, que transferia para as Administrações Regionais a responsabilidade pela guarda e fiscalização das áreas livres da Prefeitura. Ele determinava o uso de força policial e a intervenção dos assistentes sociais da Supervisão Regional de Serviço Social para impedir a ocupação das áreas vazias. A APAS-SP desencadeou, assim, um movimento contra o decreto, denunciando seu caráter injusto e repressivo, e de apoio aos profissionais que se recusavam a cumprir o que ele determinava.

Participaram dessa luta, além dos assistentes sociais, profissionais de outras categorias e os próprios moradores das favelas ameaçados de despejo para se cumprir o referido decreto.

O movimento desencadeado pela Associação teve ampla repercussão junto à opinião pública e estimulou o processo de organização dos moradores das favelas de São Paulo. Pouco a pouco foram surgindo as Associações de Moradores de Favelas que passaram a encaminhar a luta em defesa do direito à moradia, o que resultou em um importante movimento em torno dessa questão e que se estendeu por todo o país.

Mais uma iniciativa importante protagonizada pela APAS-SP, juntamente com outras seis entidades, foi o *I Encontro Paulista de Entidades Profissionais*, realizado

de 16 a 20 de agosto de 1978, para discutir temas de interesse de todas elas e buscar soluções para problemas comuns às mesmas.

Outro evento que contou com ativa participação da APAS-SP foi o *I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais*, oportunidade em que se discutiram assuntos de relevante interesse para o fortalecimento da organização política dos profissionais de Serviço Social, realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 1978, do qual participaram representantes de sindicatos e associações de alguns Estados da federação.

Um *II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais* realizou-se de 2 a 4 de novembro daquele mesmo ano, também em Belo Horizonte, e que contribuiu significativamente para a compreensão do papel das entidades de representação profissional na sociedade brasileira. Tal encontro reuniu um número maior de entidades em relação ao primeiro e representou um avanço ao definir uma linha política para orientar a atuação profissional.

Constatou-se, naquele encontro, que a maioria das entidades de assistentes sociais fora criada antes de 1964, ano em que suas atividades foram paralisadas pelo regime militar e retomadas apenas a partir de meados da década de 70, quando a conjuntura política começou a mudar.

Ainda em 1978 a APAS-SP criou um núcleo seu na Baixada Santista, bem como uma comissão de assistentes sociais da Prefeitura Municipal de São Paulo para atuar junto à APAS-SP. Apoiou também movimentos mais gerais da sociedade, tais como: o Movimento Contra a Carestia, o Movimento de Reivindicação Salarial dos Funcionários do Hospital dos Servidores Públicos do Estado, o Movimento dos Artistas contra a Censura e pela Liberdade de Manifestação, Expressão e Organização, e o Movimento dos Estudantes Residentes na Casa Universitária pelo Direito à Moradia.

O ano de 1979 foi marcado pela luta dos trabalhadores na defesa dos seus direitos. Operários, profissionais liberais, funcionários públicos e intelectuais se uniram contra a política de arrocho salarial, na luta por melhores condições de vida e pelo direito de participação política. A APASSP participou ativamente de todas essas lutas.

Após a experiência das greves setoriais em 1978 no serviço público estadual, organizou-se, em São Paulo, a Campanha Salarial Unificada dos Serviços Públicos, que se constituiu em um canal de expressão das reivindicações dessa categoria de trabalhadores, privada de direitos sindicais e sacrificada pela política de contenção salarial imposta pela elite dirigente.

Como Assistente Social da Prefeitura de São Paulo integrei o Comando Geral da greve dos funcionários municipais e a Comissão de negociação, representando também a categoria dos assistentes sociais como presidenta da APAS-SP. Assumi, naquele momento, a liderança do movimento grevista do funcionalismo municipal, o que me possibilitou uma extraordinária experiência de participação

política, e para a APAS-SP, a participação na greve trouxe resultados muito positivos, pois levou à mobilização e participação dos assistentes sociais diretamente interessados nas reivindicações, além de gerar um valioso saldo de consciência política.

A APAS-SP integrou também a Comissão Permanente de Mobilização, formada por quarenta entidades, com o objetivo de apoiar os trabalhadores em greve no ABCD, em março de 1979, quando ocorreu a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos daquela região.

Nos dias 21, 22 e 23 de setembro de 1979 realizou-se, na cidade de São Paulo, o *III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais*, do qual participaram vinte e uma entidades de todo o país. O encontro discutiu temas relevantes e aprovou importantes diretrizes para orientar a atuação profissional e política naquela conjuntura.

Vale destacar, ainda, outro resultado valioso do III Encontro que foi a criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), formada por cinco entidades, representando as cinco regiões do país, e que seriam responsáveis pelo encaminhamento das questões de interesse da categoria em suas respectivas regiões. A coordenação da CENEAS ficou com a APAS-SP e reuniu as entidades sindicais da categoria de todo o país, com uma perspectiva de ação conjunta e articulada.

Um dos pontos altos do III Encontro foi a posição que assumiu sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) resultando em um Manifesto assinado pelas 25 entidades presentes no encontro, denunciando a organização do III Congresso nos seguintes termos:

1. A preparação do III CBAS, que não garantiu a consulta aos assistentes sociais, através de discussões amplas e democráticas;
2. A forma de organização, que impediu a participação maciça dos profissionais, pois o preço cobrado para a inscrição no congresso e as demais despesas (passagens, estadia e alimentação), não condizia com a realidade salarial da maioria dos assistentes sociais brasileiros;
3. A limitação à participação dos estudantes de Serviço Social, principalmente daqueles próximos à conclusão do curso, que, não só têm interesse e necessidade de discutir com a categoria, como podem contribuir no debate sobre os rumos da profissão na realidade brasileira;
4. A definição do tema, considerando que os assistentes sociais não participaram da sua escolha, não podendo assegurar a linha, as diretrizes e os posicionamentos que contribuiriam para a busca de uma posição política coerente com o momento histórico;
5. O repúdio ao convite de honra feito aos representantes do Governo, principalmente ao Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que assume atitudes pa-

tronais e repressivas, tendo determinado a intervenção nos sindicatos numa tentativa de impedir a emancipação dos trabalhadores. Tais medidas e outras punições atingiram duramente líderes sindicais em Minas Gerais, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, decorrentes da política governamental que reprime manifestações populares”.

Em síntese, minha inserção profissional e política, na época, se deu no trabalho sindical e político como presidenta da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo – APAS-SP, e da Comissão Executiva Nacional de Entidades de Assistentes Sociais – CENEAS, conforme relato acima; também na experiência profissional, como Assistente Social da Prefeitura Municipal de São Paulo, e, na área acadêmica, como professora de Serviço Social em várias faculdades do Estado de São Paulo, tais como: PUC-SP, FMU-SP, Faculdade Paulista de Serviço Social, entre outras.

Acrescente-se, outrossim, que tanto a militância sindical como a experiência profissional, no campo da prática e na área acadêmica, foram marcadas por dimensão coletiva e por forte vinculação com os movimentos sociais e populares, além do real compromisso com a luta do povo brasileiro em defesa da democracia e dos direitos de cidadania.

Além disso, a inserção profissional e política, nas décadas de 1960 e 1970, impulsionaram-me a assumir a militância político-partidária, a partir da década de 1980, sem, contudo, abdicar do projeto profissional que até hoje inspira e influencia minha atuação política.

Enfim, é possível afirmar que, modestamente, contribuí sim para o Serviço Social brasileiro e latino-americano.

A RELEVÂNCIA DA MILITÂNCIA POLÍTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS VINCULADOS ÀS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA, PARA ALÉM DOS ESPAÇOS DA CATEGORIA PROFISSIONAL

Antes de tudo, contribuiu para criar outra imagem do profissional de Serviço Social junto aos trabalhadores e à sociedade em geral.

Tido o assistente social, tradicionalmente, como alienado e como um instrumento a serviço da ordem e dos interesses das classes dominantes, ele passou a ser visto e considerado como um aliado dos que lutavam contra o regime militar e em defesa dos interesses populares.

A militância política desses assistentes sociais e seu engajamento concreto nas lutas reivindicativas dos trabalhadores e dos segmentos excluídos da sociedade contribuíram para afirmar a dimensão político-ideológica da profissão. Também ajudou na articulação dos assistentes sociais com profissionais de outras áreas, ampliando e fortalecendo, assim, sua própria atuação e a daqueles com os quais militavam e participavam das mesmas lutas.

Ajudou no processo de politização dos assistentes sociais menos politizados e contribuiu na organização política da categoria, participando da criação de associações profissionais e sindicatos como instrumentos de luta por direitos e de conquista de um espaço de ação política na sociedade.

Em síntese, a militância dos assistentes sociais vinculados a organizações de esquerda, nas décadas de 1960 e 1970, foi muito importante como presença da categoria nas lutas que marcaram aquele momento histórico da vida do país, e que criaram as condições para as mudanças e avanços, cujos efeitos até hoje se fazem sentir.

O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO III CBAS E O SIGNIFICADO TEÓRICO-POLÍTICO DA SUA ESTRUTURA

No 3º Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais acima referido, foi feita uma avaliação pelas entidades presentes no encontro, chegando-se à conclusão de que a organização do Congresso foi realizada à revelia da categoria, sendo que sequer suas entidades foram consultadas a respeito, não obstante estarem, naquele momento, bastante mobilizadas e ativas na defesa dos interesses profissionais e engajadas na luta política dos trabalhadores e da sociedade brasileira em geral, pela redemocratização do país. Consideraram, portanto, o processo de organização do Congresso muito autoritário e fortemente centralizado pelo CFAS e pelos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais.

Quanto a sua estrutura temática não oferecia qualquer perspectiva de reflexão crítica do ponto de vista teórico, e muito menos de posicionamento político a respeito das políticas sociais do governo. Ao contrário disso, as mesas de debate foram compostas quase que exclusivamente por representantes dos governos federal, estaduais e municipais e por técnicos e especialistas sintonizados com o regime, focados na promoção das políticas oficiais e da propaganda das mesmas.

Além do caráter oficialesco e propagandístico do Congresso, ficou evidente também a preocupação em dar uma aparência pomposa ao evento, o que certamente contribuiu para elevar seus custos e, conseqüentemente, para o alto preço das inscrições. Assim sendo, restringiu muito o acesso dos assistentes sociais que viviam, na época, difícil situação de desemprego e de arrocho salarial, como ocorria com a imensa maioria dos trabalhadores brasileiros.

Portanto, a conclusão que se tira é a de que a concepção que norteou a organização e a estruturação do III CBAS, bem como sua linha política, demonstram o enorme distanciamento, por parte dos seus organizadores, do conjunto da categoria; a subserviência aos donos do poder e de total alheamento e descompromisso com a luta de resistência à ditadura e pela reconquista das liberdades democráticas, travada heroicamente pelo povo brasileiro.

Ainda bem que um segmento representativo da categoria, sob a orientação de lideranças politizadas e comprometidas com as mudanças reclamadas pelos

assistentes sociais e sintonizadas com os anseios do povo brasileiro, reagiu e provocou uma ruptura que alterou, profundamente, os rumos da história do serviço social no Brasil.

AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO QUE DEU ORIGEM AO TERMO ‘CONGRESSO DA VIRADA’, E A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado de 23 a 28 de setembro de 1979 no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, na capital de São Paulo, reuniu cerca de 2.500 assistentes sociais de todo o país e frustrou as expectativas dos participantes pelo seu caráter autoritário e oficialesco. Se não fosse a presença ativa e organizada das entidades sindicais da categoria, o Congresso teria se esvaziado já no segundo dia. Essas entidades realizaram, paralelamente à programação oficial, uma assembléia da qual participaram aproximadamente 600 congressistas, quando, em um clima tenso e de grande insatisfação, denunciaram a forma autoritária como o Congresso fora organizado e os rumos que tomou, defendendo e fazendo propaganda das políticas sociais dos governos federal, estaduais e municipais. Foi uma demonstração de subserviência explícita ao regime autoritário, vigente no país naquela época.

Por decisão unânime da assembléia paralela, as lideranças sindicais tomaram a direção do Congresso na abertura da plenária geral do segundo dia e, no início dos trabalhos, a Mesa Diretora propôs e foi aprovada a destituição da Comissão de Honra do Congresso, composta, à revelia da categoria, pelo então presidente da República, o general João Batista Figueiredo, pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo (que havia cassado a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cujo presidente era Luiz Inácio da Silva), pelo ministro da Previdência, Jair Soares, pelo governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, e pelo prefeito da Capital, Antônio Salim Curiati.

Também por decisão soberana da Assembléia, a Comissão de Honra passou a ser integrada por representantes dos dirigentes sindicais cassados: do Comitê Brasileiro pela Anistia, do Movimento Contra a Carestia, da Associação Popular de Saúde e da Frente Nacional do Trabalho (em homenagem aos trabalhadores brasileiros e a todos os que morreram na luta em defesa da democracia).

A Assembléia aprovou, ainda, o seguinte Manifesto:

- 1. Considerando o caráter antidemocrático deste III CBAS, cujos procedimentos foram decididos pela comissão executiva sem qualquer discussão com a categoria, nós, assistentes sociais, apresentamos nosso repúdio e propomos que o próximo congresso seja assumido pelas entidades realmente representativas da categoria, ou seja, nossos sindicatos e associações de classe;*
- 2. Considerando que a política social é um reflexo do modo de produção, e que sua abordagem deve ser feita de forma a possibilitar uma visão global que*

- permita aos profissionais discutir as políticas setoriais referentes aos diversos campos de atuação e as possíveis inter-relações entre elas, propomos que o painel “O profissional na política social” seja apresentado dentro desta visão global;*
- 3. Considerando não ser correta a separação entre profissionais e estudantes de Serviço Social, visto que têm objetivos e anseios comuns e pelos quais lutam juntos, repudiamos a restrição à sua participação, limitada apenas a dois estudantes por faculdade;*
 - 4. Considerando a conjuntura brasileira e a retomada pelos trabalhadores da luta por melhores condições de vida e de trabalho, propomos que as despesas com as atividades sociais do congresso sejam canceladas e destinadas ao Fundo de Greve dos trabalhadores brasileiros;*
 - 5. Considerando que o assistente social é um trabalhador assalariado, propomos a discussão de seus salários e as condições de trabalho durante o congresso, com vistas a estimular sua participação na luta de todos os trabalhadores brasileiros; e*
 - 6. Considerando a relação da prática dos assistentes sociais com as lutas mais gerais da população, propomos a participação de representantes das comunidades e de lideranças sindicais em todas as mesas e painéis do congresso.*

O III CBAS realizou-se em um momento de intensa mobilização social e política, de avanço da luta contra o regime militar, e pelos direitos sociais e políticos do povo brasileiro.

A assembléia de encerramento contou com a presença da Comissão de Honra, eleita democraticamente pelos congressistas, ocasião em que várias moções importantes foram aprovadas, destacando-se, entre outras: a de repúdio à intervenção nos sindicatos e à prisão de líderes sindicais, e as ações contra o projeto de Anistia restritiva, contra a devastação e a ocupação da Amazônia.

Convidado de honra do III CBAS, e representando os trabalhadores brasileiros, o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva participou do ato de encerramento do Congresso quando falou aos assistentes sociais. Foi um discurso político, dizendo ter se surpreendido ao ver os profissionais assistentes sociais engajados na luta em defesa da população. Falou do compromisso desses profissionais com os interesses populares e com a democracia. Acrescentou ainda que imaginava tratar-se de um Congresso de uma pequena burguesia, mas que tinha ficado “fascinado por ver a coragem com que as pessoas se colocavam diante do microfone e criticavam, sem nenhum receio, os erros cometidos, seja pelos patrões, seja pelo governo, seja até mesmo por colegas. Democracia é isso”. E concluiu com a seguinte aclamação: “Haverá um dia em que trabalhadores braçais, assistentes sociais, intelectuais, políticos, todos nós, juntos, nos levantaremos sem um pingo de medo, mas também sem um pingo de ódio, e em praça pública gritaremos alto e em bom som: Povo sofredor, secai vossas lágrimas! Escravos, levantai-vos de vossa prostração!”

Nós, que tivemos o privilégio de protagonizar aquele momento, temos a consciência do seu significado histórico e político; da propriedade do que se convencionou chamar, entre os assistentes sociais, de “Congresso da Virada”, expressão essa que, a cada dia, ao longo dos últimos trinta anos, adquire mais força e sentido, soando como um alerta para que estejamos sempre atentos às exigências da realidade, e sempre fiéis ao compromisso profissional de servirmos aos excluídos da sociedade e de contribuirmos na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Minha participação no processo de construção do III CBAS foi uma decorrência da longa trajetória que percorri, juntamente com meus colegas de profissão, desde que saí da Paraíba, fugindo da perseguição política da ditadura, e chegando a São Paulo em 28 de janeiro de 1971. De que me acusavam então? Do crime de tentar ajudar os trabalhadores rurais a se conscientizarem dos seus direitos e a se organizarem para lutar por esses direitos.

Trabalhando como assistente social nas favelas da periferia de São Paulo, onde se amontoavam os migrantes nordestinos, arrancados de suas raízes e expulsos pelo latifúndio, tive que enfrentar outro desafio. Desta vez, o de tentar organizar esses trabalhadores para travarem a luta pelo direito à moradia. No campo, a luta era por terra para trabalhar; na cidade, a luta era por terra para morar. E o inimigo era e é sempre o mesmo: a apropriação privada dos meios de produção, dogma do capitalismo.

Ao trabalharmos com os pobres e procurar abrir-lhes os olhos, ajudando-os a se organizarem, o cerco voltou a se fechar contra nós nos espaços institucionais onde exercíamos a profissão.

Daí, então, tivemos que nos organizar politicamente, buscando criar outros espaços de luta profissional. Foi neste sentido que nos empenhamos na reativação da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo – APAS-SP, ponto de partida para a organização e articulação política dos assistentes sociais em todo o país, com a criação de associações profissionais e sindicatos da categoria em vários Estados, e que passaram a ser coordenados por uma entidade nacional, a Coordenação Executiva Nacional de Entidades de Assistentes Sociais – CENEAS.

Portanto, minha participação no processo que culminou no movimento, dando origem ao “Congresso da Virada” se deu na condição de presidenta da APAS-SP e da CENEAS.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DO CONGRESSO DA VIRADA PARA A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

O Serviço Social, como prática social e como profissão é resultado do processo sócio-cultural em cada espaço e em determinado contexto histórico, ou seja, é produto histórico-social. Assim sendo, assume feições e peculiaridades que se

expressam no seu referencial teórico e no projeto ético-político profissional, ao mesmo tempo em que recria e atualiza seu instrumental de análise e de intervenção na realidade. Tudo isso é pressuposto da ação profissional como práxis social.

O Serviço Social, a meu ver, foi uma das profissões mais impactadas pelos acontecimentos que marcaram os últimos trinta anos da nossa história. Antes de tudo, porque sofreu as mudanças ocorridas nesse período, e por causa da ruptura que realizou entre seu passado e seu presente.

Antes da década de 1980, a atuação profissional dos assistentes sociais se caracterizava, sobretudo, por posições reativas e de adaptação passiva à realidade.

A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, o Brasil vivia um processo sócio-político que exigia posicionamento político e afirmação clara de compromisso com relação aos interesses sociais em disputa. De um lado, os interesses das classes dominantes, representados e defendidos pelo Estado e suas instituições. De outro, os interesses dos trabalhadores e da maioria da população excluída econômica, social, cultural e politicamente. E os assistentes sociais, por sua vez, na condição de agentes institucionais operadores das políticas sociais públicas, tinham a função de mediar esses interesses contraditórios e de administrar os conflitos gerados.

Foi exatamente essa realidade da profissão que começou a ser questionada pelos assistentes sociais, comprometidos e engajados no processo político que culminou com o fim da ditadura militar e com a redemocratização do país.

A ruptura se deu com o “Congresso da Virada”, como resultado do acúmulo de forças que vinha sendo construído ao longo do processo de organização política da categoria e de preparação do III CBAS.

Esse Congresso, portanto, foi um marco na história do Serviço Social no Brasil, a partir do qual o projeto profissional começou a ser repensado, não só por força das transformações em curso na sociedade brasileira, mas também em razão das contradições existentes no seio da própria profissão. Contradições essas que se explicitaram de forma aguda, ao se confrontarem durante os debates realizados no Congresso.

Ao se comemorar os 30 anos do “Congresso da Virada”, que provocou a renovação do Serviço Social e a construção do projeto ético-político profissional, uma reflexão precisa ser feita, tanto pelos que protagonizaram aquele momento histórico, como pelos que têm a responsabilidade pela construção do projeto profissional no presente, visto que o ciclo histórico que deu origem ao projeto profissional em questão, entrou em uma fase de esgotamento, tendo como sinal a atual crise político-institucional, colocando novas exigências e desafios para os sujeitos políticos coletivos que devem repensar sua ação em todos os seus aspectos.

Cumpra, pois, ao Serviço Social, como uma das expressões da sociedade brasileira, enquanto área de conhecimento e de ação profissional, atualizar seu referencial teórico, reciclando seus instrumentos de análise e de intervenção, com vistas a adequá-los às novas exigências de uma realidade complexa, com um acelerado processo de mudança.

No que tange aos assistentes sociais – como profissionais e enquanto sujeitos coletivos de ação política – é necessário que se repensem sua prática e a contribuição que poderão dar à construção de um projeto político de sociedade, capaz de consolidar e ampliar as conquistas democráticas, fazendo do Brasil uma nação justa, livre e soberana.

Finalmente, que a comemoração dos 30 anos do “Congresso da Virada” seja uma oportunidade para se fazer um balanço dessa longa trajetória; e para se refazerem caminhos, traçando perspectivas para o futuro, movidas pelo mesmo sonho e pela mesma utopia, os quais inspiraram aqueles que construíram os alicerces dessa história que hoje celebramos.

Matéria publicada no *Jornal da Associação Profissional das Assistentes Sociais de São Paulo*, página 8, em maio de 1979. Acervo do CFESS.

ASSISTENTE SOCIAL:

MULHER E TRABALHADORA



Os trabalhadores sempre foram explorados: da riqueza gerada pelo seu trabalho, eles recebem apenas o mínimo para sobreviver.

O trabalho da mulher, especificamente, é ainda mais explorado, porque sempre recebe menores salários por seu trabalho. Além disso, as condições

orgânicas específicas do sexo feminino são mais duramente atingidas pelas condições insalubres de trabalho.

Enquanto o trabalhador não tiver seus direitos respeitados integralmente, as mulheres trabalhadoras serão a fonte mais fácil de lucro porque é pior remunerada.

Mas por que a mulher participa mais timidamente das reivindicações trabalhadoras? Aqui não podemos esquecer que já que as mulheres são uma boa fonte de lucro para uma minoria, era interessante para esta minoria criar na própria mulher o hábito de calar e obedecer.

Porém a classe trabalhadora vai acumulando experiências e se organizando, e as mulheres trabalhadoras, ou casadas com trabalhadores, se aperceberam de sua importância na luta por melhores condições de vida.

Em outras palavras, a "libertação da mulher" é uma luta que deve caminhar junto com as lutas dos trabalhadores.

No Brasil, as mulheres já iniciaram esta luta apoiando as lutas dos trabalhadores, e acrescentando suas reivindicações específicas: salários iguais, creches, respeito à sua condição de mulher no trabalho (principalmente nos primeiros meses de gravidez).

E assim, as mulheres começam a se organizar. A partir do 1.º Congresso da Mulher Paulista, iniciou-se a Campanha por Creches, cuja coordenação se reúne, periodicamente, no Sindicato dos Bancários. Além disso, a participação das mulheres nas greves de forma tão decidida, levou à consolidação dos Departamentos Femininos nos Sindicatos. Isto quer dizer que a mulher encon-

trou definitivamente seu espaço de luta como trabalhadora e dentro de sua categoria.

A nós, assistentes sociais, cabe a reflexão sobre dois pontos:

1) **Somos mulheres (na maioria) e profissionais. Temos lutas a levar por nossos salários, creches, além das questões relativas ao nosso mercado de trabalho, insuficiência da formação profissional, etc...** Nós também temos que participar.

2) **É necessário refletir sobre como devemos atuar junto aos setores populares, que tipo de orientação; que tipo de compromisso temos com eles e, especificamente, com as mulheres que trabalham.**



REGINA MARCONI FRANCO

ANÁLISE DO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

A década de 1970 começa com a ditadura militar aprofundando o processo de opressão a seus opositores, e termina sendo atropelada pelo movimento sindical e popular organizado que rompeu o medo, colocando à mostra as entranhas putrefatas do golpe militar instaurado no poder em 1964.

Entre o início e o término dessa década o processo de desgaste da ditadura se instaura com o fim do “milagre econômico”, a insatisfação popular com as altas taxas de inflação, a crise do petróleo e a recessão mundial. A organização popular, paulatinamente, ganha força, representatividade e aponta para a redemocratização da sociedade.

Em 1974 assume a presidência da República o general Ernesto Geisel, com a proposta de encaminhar um lento processo de transição rumo à democracia. Naquele ano as eleições demonstraram o movimento da sociedade voltado à oposição ao regime imposto, dando a vitória aos parlamentares do MDB, o partido de oposição consentido, que elegeu 59% do Senado e 48% da Câmara, e os prefeitos da maioria das grandes cidades. A abertura “lenta, gradual e segura” proposta por Geisel para o retorno à normalidade democrática mostra sua face verdadeira quando não impede o assassinato de Wladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI (em São Paulo) em 1975, e do operário Manuel Fiel Filho em 1976, colocando em xeque o discurso presidencial. Em 1977, Geisel fechou o Congresso Nacional e impôs o Pacote de Abril, uma série de mudanças denominadas “reformas políticas”. Este foi o último grande ato autoritário do regime militar, na tentativa de interromper o avanço das forças de oposição que se tornava avassalador.

Em 1978 são realizadas, sob severa repressão, paralisações parciais e outros movimentos no interior das fábricas em São Bernardo/SP, acabando por deflagrar um grande movimento que perdura até o final daquele ano.

A vitória da oposição nas eleições de 1978 acelera o processo de redemocratização. Em dezembro finda o Ato Institucional nº 5 e o *habeas corpus* é restaurado.

Em 1979 o novo presidente imposto pela ditadura militar, general Figueiredo, sob pressão popular, decreta a Lei da Anistia que não atende os anseios do movimento de que seja “ampla, geral e irrestrita”, mas concede o direito de retorno ao país para os exilados e condenados por crimes políticos. Neste ano, mais de três milhões de trabalhadores fazem greves em 15 estados. Os trabalhadores passam a reivindicar direitos, alterações na legislação trabalhista e sindical, bem como participação democrática na sociedade, além das questões salariais. É desse ano a primeira greve geral da categoria dos metalúrgicos. Deflagrada em São Bernardo e Diadema, foi o primeiro movimento de massas da classe operária depois de 1964, com a realização de grandes assembléias e piquetes, por tempo indeterminado.

No entanto, os porões da ditadura continuavam a se mover a partir de setores da repressão, agora clandestina, colocando bombas em diferentes órgãos de imprensa e também na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), em agosto de 1980, e perdurando até maio de 1981 com a bomba no Rio Centro, em Show comemorativo ao Dia do Trabalhador.

O movimento de oposição à ditadura, rumo à democracia, constituiu-se numa luta cotidiana, na qual a correlação de forças precisou ser medida a cada movimento, e ocupar espaços passou a ser algo fundamental. A crítica e a ampliação dos setores oposicionistas passaram a ser ação essencial de resistência. É um movimento que envolve toda a sociedade; nela os Assistentes Sociais, como profissionais e cidadãos, participam desse processo: uns mantendo seus vínculos com setores e atitudes autoritárias, outros denunciando os desmandos militares, apontando para as perspectivas de participação democrática, e exercitando novas práticas de organização.

É esse exercício como cidadão militante, vinculado ou não às organizações de esquerda, aliado ao aprofundamento da fundamentação teórica veiculada pelos cursos de pós-graduação (os quais começam a ser disseminados), que prepara os Assistentes Sociais para a tarefa a ser desempenhada no interior da categoria profissional. É a postura frente à sociedade apontando o rumo das propostas de organização, postuladas e construídas no interior do Serviço Social.

A experiência de militância possibilita reconhecer os avanços necessários e a perseverança a ser cultivada ante os recuos impostos e, ainda, a apropriação teórica que permite compreender a sociedade como palco da luta de classes, presente no III CBAS.

Tal como os rumos trilhados pela sociedade, o Serviço Social se organiza, as forças democráticas da categoria ocupam os espaços onde colegas anteriormente se submetiam aos ditames da ditadura, criando e transformando suas entidades representativas, interferindo na legislação profissional, construindo as bases para uma formação e um exercício profissional compatíveis com o novo projeto ético-político proposto.

A INSERÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA NA ÉPOCA, A FORMA DE CONTRIBUIÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E LATINO-AMERICANO

Nessa época atuava, desde 1976, no INOCOOP-Rio (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais), um órgão de assessoria em uma divisão vinculada ao Sub-programa de Desenvolvimento Comunitário (SUDEC) do BNH (Banco Nacional de Habitação), do qual emanavam todas as diretrizes do SNH (Sistema Nacional de Habitação).

Éramos uma equipe de 30 assistentes sociais, 2 sociólogos e 10 estagiários cobrindo o trabalho em cerca de 120 conjuntos habitacionais, construídos pelo Programa de Cooperativas Habitacionais que tinha como requisito básico para a inscrição no programa ser titular sindicalizado.

As Cooperativas Habitacionais, formadas no interior dos sindicatos, eram um forte aliado à sustentação do caráter assistencialista proposto pela organização sindical vigente. O trabalho institucional tinha o objetivo de organizar as comunidades habitacionais através de condomínios ou associações de moradores, conforme o caso, mas tínhamos também uma proposta metodológica que, partindo e criticando o “Método BH”, visava à sistematização teórica da prática desenvolvida e o compromisso com a população envolvida naquele processo.

Dessa forma, objetivávamos criar condições de reflexão sobre o sistema habitacional, sobre o custo e a qualidade das construções para fomentar a consequente e necessária organização dos mutuários, na realização da pressão a ser exercida nos reparos físicos necessários. Buscávamos a redução dos juros e do valor das prestações, almejando garantir a aquisição e a permanência dos mutuários nas moradias.

Essa experiência contava com o apoio de parte da equipe técnica social do BNH, e era vivenciada, também, embora de forma independente, pelas equipes dos INOCOOPs de Minas Gerais e São Paulo. A postura crítica dessas equipes frente ao regime militar, bem como sua visão crítica às propostas habitacionais do SNH/BNH nos colocou naturalmente no interior do movimento insurgente dos Assistentes Sociais, e este foi um facilitador para a articulação nacional no interior da categoria, principalmente pelo fato de São Paulo, Minas e Rio terem tido um papel importante na direção nacional sindical dos Assistentes Sociais.

Foi por intermédio do trabalho no INOCOOP-Rio que tive a oportunidade de entrar em contato com o CELATS (Centro Latinoamericano de Trabajo Social), que financiou um seminário proposto e planejado pela equipe onde se pretendia responder às questões colocadas por nossas reflexões em reuniões semanais. Discutíamos sobre a economia, a metodologia proposta para o trabalho, e ainda sobre pesquisa.

O CELATS nos proporcionou entrar em contato com o Serviço Social Latinoamericano através de seminários e publicações, e ainda contribuir para a constru-

ção coletiva de uma nova concepção da prática com um referencial teórico mais consistente e comprometido, capaz de descortinar as entranhas do sistema, propondo alternativas concretas, visando às necessidades e os legítimos interesses da classe trabalhadora.

Alinhada aos movimentos de esquerda, participei vivamente da resistência à ditadura e de todo o processo de organização da categoria no Rio de Janeiro, ficando membro da CPEAS (Comissão Permanente de Estudos de Assistentes Sociais) e, posteriormente, me tornando presidente do Sindicato. Nacionalmente. Depois integrei a coordenação nacional da CENEAS (Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais), e fui presidente da ANAS (Associação Nacional dos Assistentes Sociais). Na década de 80, fiz parte da construção do Partido e da Central Única dos Trabalhadores.

A RELEVÂNCIA DA MILITÂNCIA POLÍTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS VINCULADOS ÀS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA, PARA ALÉM DOS ESPAÇOS DA CATEGORIA PROFISSIONAL

Não saberia responder de forma específica, mas os assistentes sociais que estavam no movimento da categoria atuavam, também, nos movimentos populares e na construção ou legalização dos partidos políticos, no eixo da oposição ao regime autoritário.

Nesse momento os grupos de oposição passam a ter múltiplas tarefas. Todos os espaços precisavam ser ocupados num movimento de se isolar a ditadura militar que, apesar de dar indícios de desmoronamento, ainda possuía seus tentáculos fortemente enraizados na sociedade. Logo, se os setores organizados da esquerda não possuíam um número de militantes suficiente para dar conta da ocupação de todos os espaços que necessitavam ser redemocratizados (na verdade, eram todos num primeiro momento e, em seguida, muitos), havia um necessário desdobramento da ação política, fosse ela partidária, sindical, profissional ou cultural. Vale notar que a resistência dos setores conservadores era também forte e atuante. Travava-se uma disputa diuturna pelos espaços, pelas ideias e pelas práticas.

O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO III CBAS E O SIGNIFICADO TEÓRICO-POLÍTICO DE SUA ESTRUTURA

O posicionamento da reunião liderada pelos sindicatos e associações profissionais da categoria realizada no segundo dia dos trabalhos do III CBAS, no horário das visitas técnicas previstas, espelha bem a proposta apresentada pela organização do Congresso. Com a participação de cerca de 600 assistentes sociais, foram propostas modificações na dinâmica programada, considerando:

“- o autoritarismo presente na condução dos trabalhos;

- a falta de aprofundamento das questões levantadas, face ao enfoque, não globalizante dos aspectos que envolvem a Política Social, tema central do encontro;
- Cerceamento da participação de congressistas nos debates através de:
 1. colocação, como forma única de manifestação do plenário, do posicionamento por escrito;
 2. censura de questionamentos escritos e encaminhados à Mesa;
 3. manipulação, por parte da Mesa, dos rumos da discussão, através de cortes nas colocações das questões em discussão.” (ANAIS III CBAS p. 252)

Em seguida, foi realizada uma Assembléia com cerca de 1800 congressistas, na qual foram encaminhadas e aprovadas as propostas da reunião citada anteriormente, que redirecionaram aquele congresso e os subseqüentes.

PROPOSIÇÃO 1

Considerando o caráter discriminatório deste III CBAS onde, na comissão executiva, deliberou sobre todos os procedimentos, sem um amplo debate com a categoria interessada, nós, assistentes sociais, repudiamos esta forma antidemocrática de organização e reivindicamos que o próximo congresso de assistentes sociais seja assumido pelas entidades realmente representativas da categoria, ou seja, nossas associações de classe e sindicatos.

A promoção do próximo congresso envolverá:

- temas a partir do momento vivido pela categoria e sociedade em geral;
- trabalhos escolhidos e referendados pela categoria.

PROPOSIÇÃO 2

Considerando que a Política Social é um reflexo do modo de produção, acreditamos que para analisar as práticas profissionais é necessária uma visão de como esta estrutura se repete nos diversos campos de atuação.

Há, ainda, a necessidade de que cada congressista tenha condições de refletir sobre as inter-relações das diversas áreas.

Propomos que o painel “O profissional na Política Social” seja apresentado de forma a garantir essa visão de globalidade.

PROPOSIÇÃO 3

Repúdio à participação restrita de apenas dois estudantes de Serviço Social por entendermos que não é legítimo estabelecer a separação entre estudantes e profissionais de Serviço Social, uma vez que compreendemos ambos como parte de uma mesma categoria, possuindo objetivos e anseios comuns, lutando juntos pela transformação do Serviço Social.

PROPOSIÇÃO 4

Considerando o momento conjuntural brasileiro de retomada, pelos trabalhadores, da luta por melhores condições de vida e de trabalho, solicitamos que as despesas sociais do Congresso (almoço de confraternização) sejam canceladas e destinadas ao Fundo de Greve dos trabalhadores do Brasil.

PROPOSIÇÃO 5

Considerando que o assistente social é um trabalhador assalariado, faz-se necessária a discussão de suas condições salariais e de trabalho durante este Congresso, de modo a permitir sua união na luta de todos os trabalhadores brasileiros.

PROPOSIÇÃO 6

Necessidade da participação de elementos das comunidades e lideranças sindicais em todas as Mesas e Painéis do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. (ANAIIS III CBAS p. 253-54)

Fica claro, por essa pequena transcrição dos Anais do III CBAS, que a organização sindical construída às vésperas do Congresso se reporta, como representação de parcela expressiva dos congressistas e como direção política no campo da oposição, à direção do Congresso e às práticas autoritárias que o permeiam.

Vale notar que essas propostas foram fielmente garantidas pela CENEAS (posteriormente ANAS), nos Congressos e Assembléias subseqüentes, deixando uma tradição que vem sendo respeitada na construção dos Congressos de Assistentes Sociais, a partir de encontros e seminários regionais, nos quais todos os assistentes sociais podem expor suas ideias que, referendadas em suas regiões, são veiculadas nacionalmente.

AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO QUE DEU ORIGEM AO TERMO 'CONGRESSO DA VIRADA' E A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO

O processo que permite e culmina no “Congresso da Virada” faz parte do mesmo movimento de oposição que permeia a sociedade brasileira naquela época. Era necessário se reconstituir contatos, relações, apreender o significado daqueles tempos, organizar os diferentes setores, propor e exercitar práticas democráticas e, por fim, interromper definitivamente o fôlego da Ditadura.

O III CBAS permite, por ser um congresso nacional, aglutinar forças e representações que foram originadas em espaços e momentos diversos.

No Rio de Janeiro esse processo é desencadeado em 1975, por ocasião da eleição da diretoria do CRAS 7ª Região (hoje CRESS – Conselho Regional de Serviço Social), quando a chapa eleita, mesclada por diferentes posições políticas, incluindo setores de esquerda, não foi empossada. Uma jogada da chapa de situação, que depois de rasurar os votos solicitou recontagem, criando um confronto com

a ata da apuração original, assinada por todos os mesários e candidatos, que atestava a vitória da oposição.

O CFAS (hoje CFESS – Conselho Federal de Serviço Social) impediu a oposição de assumir o Conselho Regional e determinou uma intervenção para a apuração dos fatos. No lugar de se punir o(s) fraudador(es), puniu-se a representação legitimamente eleita. Indignados com a manipulação do resultado das eleições, os profissionais que haviam participado do movimento estudantil de 68, os pertencentes às organizações de esquerda, os que, embora não organizados, faziam parte da resistência à ditadura e que haviam apoiado a chapa de oposição, viram-se de frente com os setores mais conservadores da categoria. Passaram, então, a se encontrar, discutir as questões da representação e da organização profissional. Entendiam que tal organização não poderia continuar nas mãos dos Assistentes Sociais, que durante anos haviam aderido à ditadura e que, valendo-se do regime autoritário e repressor vigente, impunham sua vontade e interesses ao conjunto dos assistentes sociais da 7ª Região.

Em 1978, esse grupo de discussão reconhecia que a participação política deveria se dar através do Sindicato – SASERJ –, mas pelo fato de seu colégio eleitoral ser desconhecido, composto apenas por sindicalizados, decidiu-se, então, que ele concorreria primeiro ao CRESS, cuja campanha se dirigia a todos os profissionais de Serviço Social. O grupo em questão considerou que haveria a oportunidade de se divulgar uma plataforma comprometida com as liberdades democráticas, com a democratização das instituições, com as condições de trabalho e com a vida dos assistentes sociais e dos trabalhadores em geral. Decidiu, assim, concorrer com uma proposta nítida, sendo que a chapa denominou-se ‘Compromisso’. Não havia a pretensão de se obter a vitória, mas sim, de se iniciar um processo. Foram inscritas 3 chapas. Os votos se dividiram e a nossa chapa perdeu apenas por 7 votos. A proposta legitimada por um terço da categoria constituiu-se na plataforma que nos levaria, posteriormente, ao Sindicato.

Iniciamos uma campanha de sindicalização no interior da categoria. Em uma das raras assembléias, frente ao desconhecimento da direção do Sindicato sobre os problemas enfrentados pelos Assistentes Sociais, pelas condições salariais e condições de trabalho, a Assembléia formou a Comissão Permanente de Estudos dos Assistentes Sociais – CPEAS.

Nessa Comissão estávamos presentes, em grande maioria, e foi ela que encaminhou todo o processo da organização da categoria no Rio de Janeiro no período seguinte. A Comissão, com reuniões abertas todas as quintas-feiras, passou a ser a referência do Sindicato. Estudos, reivindicações, representações, seminários, visitas e discussões nos locais de trabalho, tudo era encaminhado pela CPEAS que havia se tornado representação legítima dos profissionais no Estado e, ao mesmo tempo, base da oposição à sua direção. Só não tínhamos acesso ao arquivo dos sindicalizados, ou seja, ao colégio eleitoral da entidade. Estávamos no ano de 1979.

Em agosto desse ano aconteceu o que reputo como o grande desencadeador do processo que vinha sendo gestado no Rio e nos demais rincões deste país afora – o Seminário Nacional do CELATS, em Santa Teresa, no Colégio Assunção. Foi ali, naqueles dias de agosto, que parte dos Assistentes Sociais que viriam a ser lideranças nacionais nos anos seguintes se conheceram e tomaram a decisão da premência de uma organização nacional, formada pela base, sem a qual, acreditávamos, não poderíamos implementar um novo currículo e nossas propostas de intervenção para mudarmos os rumos do Serviço Social no Brasil. Não tínhamos a dimensão do pavio que estávamos acendendo, bem como das explosões que iriam ocorrer com nossas intervenções no encontro da ABESS e no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais no mês seguinte em São Paulo.

O CELATS reuniu, nesse Seminário, os projetos apoiados por ele em todo o território nacional. Com as decisões tomadas apoiou, mais uma vez, o Encontro de Entidades Sindicais realizado desta feita em São Paulo, às vésperas do III CBAS.

Entre a realização do seminário do CELATS e a realização do III CBAS, nós, aqui no Rio de Janeiro, conseguimos ter acesso ao arquivo dos sindicalizados e isso levou a presidente do Sindicato a proibir nossas reuniões à noite (horário mais propício para a participação da categoria) nas dependências do Sindicato. Passamos a ser nômades, todas as quintas-feiras, nos espaços emprestados pelos sindicatos que já haviam elegido diretorias oposicionistas como dos médicos, engenheiros, jornalistas. A categoria acompanhava a comissão e o movimento cresceu. O Sindicato continuou inoperante e vazio.

A direção do Sindicato do Rio de Janeiro ignorou o convite para a participação do III Encontro de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, realizado no dia que antecederam o III CBAS. Membros da CPEAS se apresentaram à plenária do Encontro em São Paulo, solicitando participar em nome do Rio de Janeiro e foram aceitos. O III Encontro, trazendo na bagagem as discussões do Seminário do CELATS, realimentado pelas discussões ocorridas no recém encontro realizado pela ABESS, discute a necessidade da organização nacional com a indispensável participação da base dos profissionais Assistentes Sociais e delibera pela rejeição da Federação Nacional dos Assistentes Sociais, já em processo de formação, através das direções sindicais dos cinco sindicatos existentes, sem consulta e aviso à categoria. É fundada a CENEAS, com coordenações regionais, como legítima representante nacional da categoria que, ao final do Congresso, foi legitimada como liderança do processo que iria se iniciar e permanecer durante a década seguinte.

O III CBAS, ao iniciar seus trabalhos, já recebeu Assistentes Sociais organizados sindical e nacionalmente, destemidos ao expressar com clareza suas propostas de oposição ao regime e de compromisso com a classe trabalhadora, na qual se entendiam inseridos.

A CPEAS passa a fazer parte da CENEAS e, antes de assumir a representação formal do Sindicato, assume a representação do Rio na organização nacional da

categoria. Quando finalmente assume o Sindicato, a Comissão se mantém atuante, dando a direção política da entidade e construindo a experiência de romper por dentro a estrutura sindical vigente de forma legal.

Este foi um trabalho estratégico a nível local e nacional, coletivo, árduo, no qual a perseverança e o compromisso forjaram uma estrada que ainda, trinta anos depois, se constrói e se consolida.

O MOVIMENTO DURANTE O III CBAS E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O CONGRESSO

Minha participação foi extremamente ativa antes e, principalmente, depois, mas não estive presente no III CBAS. Fiz parte do grupo que não conseguiu chegar ao Congresso, por conta dos custos de inscrição somados aos da permanência em São Paulo. Num tempo onde o celular e a internet ainda não faziam parte do nosso cotidiano, tive que esperar o retorno das companheiras ao Rio. Na segunda-feira seguinte estava no trabalho quando ainda cedo fui procurada por uma delas que havia participado do III CBAS e, entre lágrimas, narrou todo o movimento que ocorreu no Congresso – as intervenções, a reação da plenária, a virada da mesa, a construção da CENEAS e o Congresso nas mãos das entidades sindicais.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DO CONGRESSO DA VIRADA PARA A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

O III CBAS fez aflorar, de forma organizada e legitimada pela grande maioria de seus participantes, uma nova voz, uma nova postura, apontando para a utilização de um referencial teórico que abandonou as concepções deterministas e passou a refletir sobre as contradições do sistema, a luta de classes, as relações de poder no interior das instituições e a necessidade da análise da conjuntura dos diferentes momentos históricos. A liberdade de expressão, transformada em bandeira por amplos setores da sociedade, se transformou em exercício vivo de participação, rompeu o medo e sinalizou que o momento político estava maduro para realizar mudanças profundas na sociedade e no interior da categoria dos Assistentes Sociais.

Os cinco dias de realização do III CBAS em São Paulo ecoaram Brasil afora. No retorno a seus estados de origem, os participantes do Congresso puderam relatar a emoção vivida e contagiar companheiros e colegas que compreenderam perfeitamente a importância daquele fato histórico para a categoria.

A mordaca imposta durante quinze anos pela ditadura militar, que havia calado ou imposto o sussurro, sucumbiu, no interior da categoria dos Assistentes Sociais, pela voz que se fez ouvir no Anhembi. Foi com a voz embargada pela emoção, alegria e esperança que os assistentes sociais passaram a construir, em todos os rincões deste país, seu novo momento, com novos atores, com novas práticas,

com novas ferramentas teóricas para a compreensão da sociedade e do Serviço Social. Trinta anos depois – pode até parecer piegas se falar de tantos sentimentos –, mas não foram poucos os momentos das emoções fortes. Era necessário construir novos rumos para o país e cada um de nós tinha a responsabilidade por parcelas dessa construção. A cada um, a cada segmento, era dada a tarefa de se tornar parceiro para pôr fim no longo período da ditadura e iniciar, de forma plena, o período de redemocratização no Brasil. Tínhamos nas mãos a tarefa compartilhada de toda uma geração, tínhamos um compromisso com o futuro. O trabalho que se seguiu foi coletivo, nacional. Tornamo-nos companheiros na desconstrução e na construção de conceitos, práticas, currículo mínimo, currículos plenos, do nosso Código de Ética, das normas institucionais, de nossas inserções nos sindicatos, do nosso entendimento do papel dos Conselhos Federal e Regionais, dos destinos deste nosso país. Criamos laços, tivemos divergências. Formamos sindicatos da categoria onde não existiam, reabrimos os que haviam sido fechados pela inanição imposta pela ditadura, organizamo-nos nacionalmente, de norte a sul, com a participação efetiva de cada assistente social que aderiu ao movimento. Criamos a ANAS, que foi ponta de lança e esteio de muitos outros movimentos. Participamos da criação da CUT, confrontando a legislação autoritária, e nos lançamos na discussão da reforma partidária. Rompemos as barreiras burocráticas e clientelistas que imperavam nas instituições. Criamos condições de divulgação da nova produção teórica do Serviço Social e dela nos beneficiamos.

O projeto ético-político em curso no Serviço Social é fruto desse processo vigoroso. Espero que ele se mantenha como sucessor do sonho que até hoje nos impulsiona e inspira.



MÁRCIA PINHEIRO

Em resposta às perguntas enviadas em 30 de junho, visando à publicação comemorativa aos 30 Anos do Congresso da Virada, exponho a seguir minhas argumentações.

Início mencionando um momento histórico brasileiro de grande significado para o Serviço Social. A intenção de contribuir nessa memória quer demonstrar que a prática, naquele tempo, aliás, como em qualquer tempo, sempre foi coletiva, fruto de infinitas discussões dadas às novidades daquele processo. A intenção é registrar aqui a contribuição que o texto da Agenda CFESS de 2006 significou na pesquisa histórica, processada para as presentes respostas.

Em Belo Horizonte, por ocasião do Dia do Assistente Social em 2009, proposto pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-MG, reuniram-se os profissionais desse órgão com um grupo de militantes do final dos anos 60 e da década de 70. Completaram-se os dados históricos recolhidos da Agenda já citada, com lembranças, imagens, testemunhos importantes, tentando-se resgatar da experiência nacional os elementos impulsionadores ocorridos em Minas Gerais, os quais, em conjunto com os demais, constituíram a história, em particular do Congresso da Virada.

Comigo estiveram, em diversas reuniões, Consuelo Quiroga e Antonieta Rubião do Val, que consultaram as demais colegas participantes daquele período.

Em termos de localização da minha experiência particular, o início de minha formação profissional dar-se-á em 1969, momento após o AI-5. Posteriormente, houve a vivência de “aluna estagiária”, de professora da equipe de prática, depois de professora das disciplinas teóricas, todas essas incursões no chamado “Método BH”.

Com a interrupção do processo da Escola de Serviço Social de Minas Gerais em 1976, vários profissionais encontraram, no ressurgimento do movimento sindical, a possibilidade de transformação do estado de coisas no qual se achava o país. Na verdade, considero hoje que, de forma geral, a busca de respostas para uma intervenção eficaz na sociedade é a linha mestra que impulsionou aquele grupo e, de fato, é essa busca que movimenta a sociedade.

O PERÍODO DE 1970

Na década de 70 o regime militar implantado no Brasil vai se encontrar com desgastes, quer nas classes dominantes, quer no proletariado. Entre as conseqüências do modelo econômico implantado tem-se o aumento da pobreza e das desigualdades. Tal situação foi o pano de fundo para que o movimento social ganhasse novos contornos.

A mobilização da sociedade civil encontra expressão mais forte no período, com a reorganização do movimento sindical. Diferentes categorias profissionais, entre eles os assistentes sociais, vão proporcionar novo cenário, inclusive no próprio movimento sindical, engrossando as lutas políticas, recriando suas entidades representativas e aliando-se às reivindicações democráticas de retomada do poder civil, de reconhecimento de direitos sociais e políticos das majorias sociais, de democratização do Estado e de enfrentamento da grave crise social. Há a emergência dos novos movimentos populares.

No campo do Serviço Social vive-se o rechaço à importação acrítica de modelos de intervenção “importados”. Existe a defesa de um Serviço Social latino-americano comprometido com um projeto libertador.

O Centro Latino-americano de Trabalho Social CELATS (órgão acadêmico da Associação Latino Americana de Trabalho Social), com sede em Lima, transforma-se em núcleo irradiador da investigação e da produção teórico-metodológica, responsável pela elaboração do pensamento crítico mais avançado do Serviço Social na América Latina. Posteriormente o órgão vai colaborar, de forma significativa, com a organização sindical da categoria, conforme veremos mais adiante. Ainda no campo estritamente profissional, o CELATS provoca encontros entre países que viviam experiências de radicalização da democracia, em especial o Chile, o Uruguai e a Argentina, buscando romper com o pensamento conservador, na busca de um projeto profissional crítico e questionador da sociedade capitalista.

A busca por um serviço social reconceituado, que lutaria pela capacitação, mobilização e organização da classe trabalhadora, encontra, entre suas bases, o chamado “Método Básico do Chile” – país que vivia um momento de aceleração das lutas democráticas.

É importante ressaltar que alguns profissionais brasileiros, entre eles vários pertencentes à Escola de Serviço Social da atual PUC-MG (então Universidade Católica de Minas Gerais), começam a freqüentar os espaços patrocinados pelo CELATS, a trazer e a difundir análises que culminaram na formulação do conhecido Método BH, inaugurando no país a perspectiva do rompimento com o conservadorismo profissional.

O projeto da Escola de Serviço Social de BH é interrompido em 1976, por questões que ultrapassam seu conteúdo específico. No entanto, ao final daquele

processo, grupos de profissionais já questionavam a transformação da sociedade, através de uma intervenção profissional.

As discussões que se seguiram levaram a outras inquietações e inserções, políticas e partidárias. Havia a compreensão de que a verdadeira mudança social, a transformação social que se pretendia, não seria realizada apenas por uma categoria profissional. Era um projeto de sociedade que supunha várias esferas e níveis de lutas. Assim, um plano de atuação poderia ser o profissional e sua instituição; outro, o profissional organizado enquanto trabalhador, em sindicatos que os congregassem; outro plano, a inserção desse profissional na perspectiva de organização partidária; e, por último, a integração às organizações de esquerda.

Na verdade, quanto mais se aprofunda a compreensão de que mudanças significativas exigem espaços para além da dimensão profissional, pode-se verificar que os assistentes sociais se engajam em organizações de esquerda na busca da transformação do modelo econômico de forma radical, enquanto cidadãos.

O MOVIMENTO SINDICAL DA CATEGORIA DOS ASSISTENTES SOCIAIS

No final da década de 70, no contexto das greves operárias do ABC, os assistentes sociais, juntamente com outras categorias de profissionais liberais e ainda por meio de seus sindicatos, assumem, além do apoio teórico e solidário, as funções de viabilização de tais greves, por meio de várias atividades, dentre elas a de recolhimento de um “fundo de greve”. Os assistentes sociais estavam presentes também nas comemorações dos “1ºs de maio”, na luta pela anistia e nas lutas das oposições sindicais que retomavam suas entidades do peleguismo.

Vivia-se, então, a reorganização da sociedade civil e do avanço dos movimentos populares com a crise da ditadura, expressando maior vigor.

A anistia política, em 1979, foi seguida pela reestruturação partidária que cria o Partido dos Trabalhadores (PT), como resultado da confluência da mobilização de trabalhadores, intelectuais e dos movimentos pastorais aglutinados em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), com a participação de vários assistentes sociais, que internamente, no partido, constituiriam núcleos desses profissionais.

Faz-se importante assinalar algumas características do movimento sindical dos assistentes sociais. Uma delas é a compreensão de que a luta não era apenas pela corporação, mas também pelos demais trabalhadores, visando melhores condições de vida e trabalho para todos. Na ocasião, registra-se, inclusive, que a luta por um piso salarial, que tivesse como base o salário mínimo dos demais trabalhadores, não seria justa com a classe dos assistentes sociais. Em Minas Gerais, como em vários estados brasileiros, esses profissionais buscam a inserção de várias outras categorias, em um despertar nessa perspectiva.

Outro destaque era a dificuldade de sindicalização por duas razões principais, sendo que uma delas, mais subjetiva, era a de que, enquanto categoria, o despertar para o seu papel de trabalhador (como os demais) foi lento. A outra razão, mais objetiva, é que estava proibida a sindicalização de funcionários públicos. E naquele momento a categoria era constituída por mais de 70% de funcionários públicos.

Uma tese defendida pelo então advogado do Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais, Patrus Ananias, ganha foro nacional: antes de sermos funcionários públicos éramos assistentes sociais e, nessa condição, poderíamos nos sindicalizar. Essa bandeira foi uma das que favoreceram a mobilização necessária ao envolvimento da categoria no movimento sindical.

Inicialmente Minas Gerais, posteriormente o Sindicato de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro, e depois a Associação pré-sindical de São Paulo (APAS-SP) assumem a luta pela busca dos sindicatos, das organizações profissionais de assistentes sociais que não haviam fechado suas portas, ou mesmo tendo-as fechado, a perspectiva de reabertura era então colocada. Com o patrocínio do Centro Latino-Americano de Serviço Social (CELATS) são organizados dois encontros em Belo Horizonte com essa finalidade. E, em cada um deles, mais organizações estavam presentes.

Esses dois encontros constituem a base para a criação da CENEAS (Comissão Executiva de Entidades Sindicais e Associações Profissionais), a qual organiza e dá suporte para o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em São Paulo, em 1979, que passou a ser identificado como o “Congresso da Virada”.

Como condição política para o ocorrido, é apontado o fato de que, naquele momento, já se contava com 100% dos sindicatos e organizações pré-sindicais, em todos os estados brasileiros. Durante a realização do III Encontro é planejada a intervenção no Congresso, mas ainda na perspectiva de se “ganhar” a tese da organização da categoria enquanto trabalhadores, agrupados em seus sindicatos.

O grupo sindical encontra no Congresso uma categoria insatisfeita, que se expressa contra os rumos, os preços e o que se avizinhava no evento.

A realização do chamado “Congresso da Virada” foi possível graças às condições objetivas colocadas. A organização conservadora sofreu forte questionamento, e os convidados oficiais representados pelas autoridades do regime militar foram destituídos da comissão de honra, sendo substituídos por dirigentes de movimentos sindicais e populares, dentre eles Luis Inácio Lula da Silva.

Daí é que foi possível a chamada “Virada”. Houve a destituição do Maluf e a eleição de Lula como patrono do Congresso, representando a luta de todos os trabalhadores brasileiros. Lula, inclusive, expressou em seu discurso: “pensei que ia encontrar uma categoria de cabeça baixa, mas encontro uma categoria de cabeça erguida”.

Também foram homenageados os Movimentos contra a Carestia e os colaboradores da Luta pela Anistia, os quais passam a ocupar as Mesas e as coordenações específicas de trabalhos.

Surgem novas lideranças na categoria. Luiza Erundina ascende. Torna-se prefeita de São Paulo e ainda deputada federal, inaugurando a inserção do assistente social no Parlamento, juntamente com tantos outros, em todos os níveis da república.

Esse fato histórico teve grande repercussão na categoria profissional, constituindo um marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social, bem como um marco na reativação das entidades sindicais em todo país, culminando com a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais – ANAS (1983), um passo além na organização dos assistentes sociais. No entanto, a categoria participante da CUT adere à proposta de que a organização sindical das categorias deveria se dar por ramos de produção, rompendo com a organização segmentada, de categorias isoladas.

A ANAS convoca uma assembléia para esse fim, decidindo pela dissolução dos sindicatos e sua organização por ramos de produção.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DO “CONGRESSO DA VIRADA”

As mudanças nas instâncias organizativas e nos fóruns coletivos vão influir no Serviço Social. Os Assistentes Sociais participam das lutas que outras categorias empreendiam. O movimento sindical fervia no país. Os profissionais apoiavam todas as lutas e greves de Minas Gerais, e também todas as lutas do país. Frequentam reuniões de centrais sindicais, estando ainda presentes na Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), no momento em que acontece a divisão do movimento sindical brasileiro, sendo fundadas a CUT e a CGT.

No âmbito do Serviço Social inicia-se a gestão de um projeto profissional comprometido com os direitos humanos e sociais, com a ampliação da democracia social e econômica, com a qualificação das políticas públicas e com a construção da cidadania para todos. As entidades profissionais do Serviço Social, já sob novas perspectivas, realizam o IV Congresso Brasileiro, incorporando esses novos debates e inserções. Assim, juntamente com os grupos acadêmicos mais críticos, tais entidades foram responsáveis pelas profundas transformações operadas no Serviço Social, numa soma de esforços que requalificou a luta da categoria.

Seria, então, necessário um novo projeto de formação profissional e um novo papel reorganizativo. As entidades que passam a protagonizar essa revisão do projeto profissional são a ABESS/CEDEPSS (Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social e Políticas Sociais) e o papel político-organizativo do CFESS/CRESS, destacando-se ainda a elaboração do Código de Ética de 1986, comprometido com um novo projeto ético-político profissional.

É importante mencionar que, a partir desse momento, vários profissionais se engajam na luta por uma Assembléia Nacional Constituinte, através de diversas inserções e categorias e, novamente com os demais profissionais, passam a ocupar o espaço público na busca por assinaturas nas propostas que formatariam a nova Constituição Brasileira, a de 1988, reconhecidamente a Constituição Cidadã.

Entre as inovações contidas na Carta Constitucional destacam-se a ampliação de direitos, principalmente no campo das relações de trabalho, e a introdução do capítulo referente à Seguridade Social.

A adoção do conceito de Seguridade Social, ainda que restrito às políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social representou inegável avanço por inscrevê-la no terreno dos direitos e por imprimir-lhe status de política pública, definindo fontes de financiamento, com novas modalidades de gestão democrática e descentralizada.

III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Serviço Social, 21 a 23 de setembro de 1979, acervo particular.



III Encontro Nacional de Entidades Sindicais do Serviço Social, 21 a 23 de setembro de 1979, montagem a partir de duas fotografias, acervo particular.





CÉLIA FERNANDES VILARINHO PERES*

Dedico este texto a Cleber Cajazeira, companheiro de vida e de luta nesta história.

Na década de 70 eu era aluna da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP (1972 a 1975). Nesse período, os centros acadêmicos de livre organização dos estudantes estavam fechados, e a possibilidade de participação se reduzia aos diretórios acadêmicos e espaços alternativos (teatro, grupos de estudos, entre outros).

Em tal momento havia dois partidos políticos oficiais: ARENA e MDB, e várias organizações políticas de esquerda, na clandestinidade, nas quais vários estudantes e trabalhadores estavam inseridos, e que muito contribuíram para o avanço das lutas estudantis e populares.

Na sociedade, os espaços sindicais também estavam reprimidos e a oposição sindical iniciava um processo de rearticulação. A partir de 1974, com os movimentos sociais como o Movimento Contra a Carestia, Movimento pela Anistia, Movimento de Mulheres, Movimento de Creches, Movimento de Moradia, além do Movimento Estudantil, rearticulavam-se as entidades sindicais dos setores médios, dentre elas a de Assistentes Sociais.

Em 1978, duas jovens assistentes sociais recém formadas¹ viram uma notícia: “Reunião para rearticulação da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo - APASSP. E lá foram elas! Desta mesma reunião, com a participação de outros profissionais, constituiu-se a Junta Provisória, que teve como tarefa a reorganização da extinta APASSP; e as duas jovens “petulantes”, que vinham da participação no movimento estudantil, compreenderam a importância da or-



* Articuladora da Chapa UNIFICAÇÃO (1978); secretária da APASSP, na gestão 1978-81; assistente social e liderança grevista do Hospital do Servidor Público Estadual (1979 e 1980);

¹ As assistentes sociais Chana Viner e Célia Fernandes Vilarinho Peres.

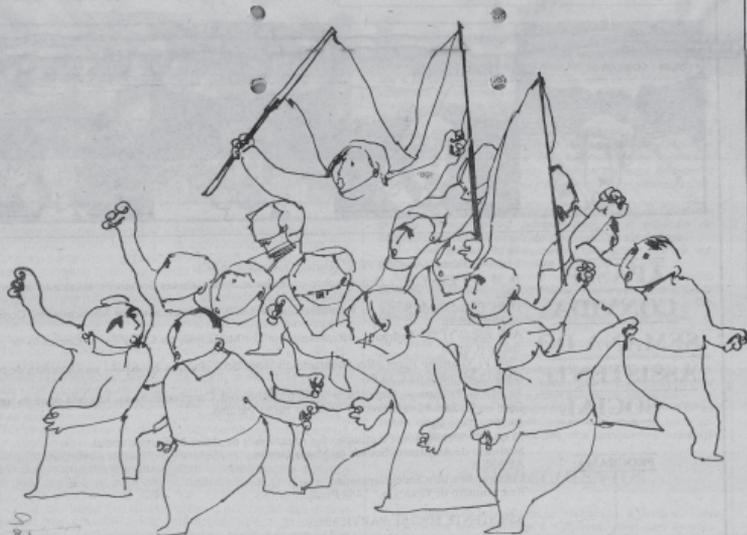
Capa do *Jornal da Associação Profissional das Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP)*, maio de 1979. Acervo CFESS.

O JORNAL DA APASSP

maio de 79

A APASSP NAS GREVES

**OMBRO A OMBRO NAS
LUTAS DE TODOS OS
TRABALHADORES!**



ganização sindical dos assistentes sociais nos marcos de um sindicalismo que se rearticulava dentro da luta de classes, encontrando um eco entre os profissionais.

E aí surgiu a APASSP, mas como?

Fizemos uma assembléia, chamando as representações de todos os setores. E que medo! Nós, na Mesa, estávamos coordenando uma assembléia cuja plenária era constituída por nossos antigos professores e por profissionais com anos de ‘janela’.

Resultado: foi elaborado um programa e uma chapa única, a qual foi a expressão de um coletivo, representado por todas as áreas de atuação profissional, que se formava com várias ideias ligadas aos interesses dos setores populares.

Começamos a campanha de filiação para a formação da entidade. Conseguimos, em curto período, os associados necessários, e votaram 200.

Ganhamos! O quê? A possibilidade de reorganização da nossa categoria profissional, como todos os outros trabalhadores! E, com a adesão da nossa referência profissional, que era a professora Luisa Erundina de Sousa, respeitada em todo o país: você lembra, Luisa, de quando a convidamos? E que orgulho quando você aceitou!

Quantas lutas! Participamos do 1º Congresso da Mulher Paulista, ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais; do Movimento de Favelas; do evento de 1º de Maio histórico em São Bernardo do Campo (1980); do apoio aos movimentos grevistas da época; da rearticulação dos trabalhadores do serviço público, em que a maioria dos assistentes sociais se inseria; e das reivindicações específicas da categoria, como a luta pelo salário mínimo profissional, cargos e carreiras, práticas profissionais, dentre outros.

Nesse período, além da militância na APASSP, eu atuava como assistente social no IAMSP – Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (no Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo). Em 1979, os servidores públicos estaduais realizaram uma greve pela reposição das perdas salariais referentes aos reajustes, que há muito tempo não eram repostos. Os servidores públicos municipais aderiram ao movimento. E, surpreendentemente, o funcionalismo saiu à frente das lutas...

Então, nesse contexto, aconteceu o Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais, o Congresso da Virada. Mas o quê virou?

VIRA, VIRA, VIRA, VIROU!!!

Virou a organização do Congresso, da direita para a esquerda! E como virou? Para onde virou? Virou porque as entidades sindicais da categoria, entre elas a APAS, Sindicatos e oposições sindicais de assistentes sociais, sob a direção da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-sindicais de Assistentes Sociais – CENEAS reuniram-se por três dias antes e tiraram uma estratégia política para atuar no III CBAS. Sabíamos que aquele Congresso estava de costas para a

história real das lutas sociais, sabíamos que muitos profissionais que lá estavam vinham da luta contra a ditadura. Que muitos já esboçavam uma experiência de trabalho profissional voltada aos interesses dos trabalhadores. Portanto, a virada do Congresso encontrava eco nas muitas experiências profissionais dos trabalhadores assistentes sociais ali presentes.

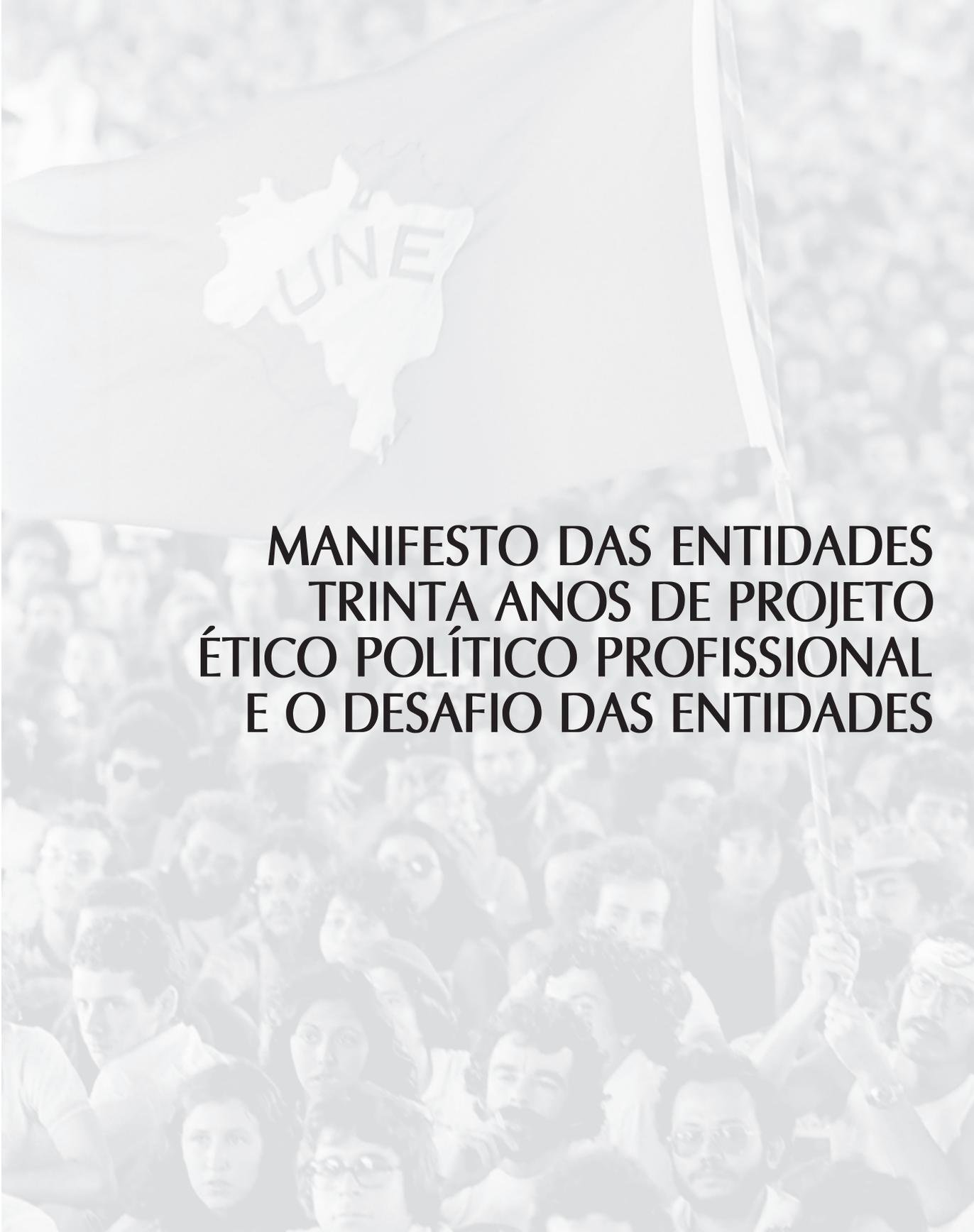
No 2º dia do III CBAS, as entidades sindicais, ao perceberem a insatisfação dos congressistas, convocaram uma assembléia da qual participaram cerca de 600 congressistas que, juntamente com as direções sindicais, deliberou por um novo rumo para o Congresso: a destituição da comissão de honra e o convite às direções dos trabalhadores para o encerramento; e o reconhecimento da categoria dos assistentes sociais como parte da classe trabalhadora. Podemos considerá-lo um marco para a mudança de postura dos assistentes sociais frente à realidade social.²

A Mesa de Encerramento era composta por empresários e representantes da ditadura militar. As organizações sindicais dos assistentes sociais do Brasil todo se reuniram e viraram o que estava dado! E Luis Inácio Lula da Silva encerrou o Congresso. Quem mais poderia? Ele era, naquele momento, o maior representante sindical dos trabalhadores, juntamente com Luisa Erundina de Sousa, pela CENEAS e demais representantes dos movimentos sociais: “todos aqueles que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas nesse país!” – era a frase estampada na faixa de encerramento.

Concluindo, podemos dizer que esse momento foi a expressão coletiva da categoria dos assistentes sociais de ruptura com o conservadorismo, e de compromisso com as lutas democráticas da classe trabalhadora.



² Célia Fernandes Vilarinho Peres foi delegada pela CENEAS para coordenar a Assembléia do 2º dia (Nota da Edição)



**MANIFESTO DAS ENTIDADES
TRINTA ANOS DE PROJETO
ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL
E O DESAFIO DAS ENTIDADES**



Congresso da Une
realizado em 24 de
setembro de 1979
em Salvador.
Fotografia de
Gildo Lima, acervo
CPDOC-SJB.

O PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL TRINTA ANOS DEPOIS: SENTIDO E DESAFIOS*

Ivanete Boschetti - CFESS**

PRESENTE E FUTURO SE ALIMENTAM NA MEMÓRIA HISTÓRICA

Setembro de 2009 registra uma data especial para o Serviço Social brasileiro. Há 30 anos acontecia em São Paulo o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como “Congresso da Virada”. São 30 anos marcados pela ousadia, coragem e compromisso político e profissional com as lutas da classe trabalhadora. Trinta anos de renovação teórica, ética e política, na direção da ruptura com conservadorismo e ao reacionarismo.

No tempo presente, mais do que nunca, devemos rememorar e reafirmar o significado do “Congresso da Virada” no processo de construção do nosso projeto ético-político-profissional, pois o esquecimento é fermento do imobilismo e da recusa da história como processo e movimento. A memória aqui resgatada não como apego conservador ao passado, mas como inspiração para que as lutas dos sujeitos individuais e coletivos não caiam nas “brumas do esquecimento”.

É com essa disposição que celebramos os 30 anos do Projeto Ético-Político-Profissional, forjado nos processos e contexto que permitiram a realização da “virada” em 1979, para reafirmar que “começaríamos tudo outra vez se preciso fosse”, na mesma direção de fortalecimento da perspectiva transformadora que sustenta o projeto ético-político-profissional. O tempo presente exige não só co-



* Parte inicial deste texto foi publicada em número especial da Revista Serviço Social e Sociedade, em comemoração ao “Congresso da Virada”. Agradeço com especial carinho ao Conselho Pleno do CFESS a confiança por ter me atribuído a tarefa de elaboração deste artigo, que resulta dos nossos debates e ações coletivas no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS.

** Assistente social, professora da UnB, mestre em Política Social, doutora em Sociologia. É conselheira presidente do CFESS na gestão 2008-2011.

memorar os 30 anos de Serviço Social crítico no Brasil, mas, sobretudo, reafirmar aqueles que foram e continuam sendo elementos centrais desse projeto e que se materializam em nosso Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão (CFESS, 2009).

Mais do que nunca é urgente e necessário analisar com criticidade e totalidade a realidade e as condições sociais em que trabalhamos e vivemos, no sentido de identificar e compreender as múltiplas e complexas determinações que fundam as relações sociais. Somos aproximadamente 87.000 assistentes sociais no Brasil, atuando em diferentes espaços sócio-ocupacionais, que se deparam cotidianamente com as mais diferentes e bárbaras formas de desigualdade, violência e opressão. Mais do que nunca precisamos rejeitar as perspectivas endógenas e restritas que favorecem o individualismo, voluntarismo, politicismo, metodologismo e conservadorismo e não situam as expressões da questão social e as competências e atribuições profissionais nas determinações mais gerais das relações de classe. Mais do que nunca se faz premente fortalecer as articulações com movimentos sociais da classe trabalhadora, e construir formas de pressão coletiva na luta contra a desigualdade, em defesa dos direitos, de ganhos para o trabalho e construção de uma sociabilidade não capitalista. Esse foi o sentido da “virada”, romper com o autoritarismo conservador e ousar lutar para construir um projeto de profissão articulado a um projeto societário não capitalista.

UMA TRAJETÓRIA CONSTRUÍDA POR VÁRIAS GERAÇÕES

Nessa trajetória do Serviço Social, várias gerações de assistentes sociais contribuíram na formação histórica da profissão, que nesse ano completa 73 anos de existência e 53 anos de regulamentação profissional. Somos o segundo maior colégio de assistentes sociais do mundo e o maior da América Latina. Podemos afirmar, sem medo de errar, que somos a única profissão que tem um coletivo institucional que articula entidades da formação (ABEPSS e ENESSO) e do exercício profissional (Conjunto CFESS/CRESS), o que nos possibilitou construir um projeto ético-político e profissional com princípios e diretrizes consoantes nas diretrizes curriculares, na lei de regulamentação profissional e no código de ética profissional.

Temos muitos momentos e conquistas sócio-históricas que merecem ser permanentemente lembrados por terem sido resultado de processos coletivos que possibilitaram saltos qualitativos nesta trajetória.

- O momento de constituição dos primeiros cursos no formato acadêmico foi decisivo. Os cursos (o primeiro em São Paulo em 1936 e o segundo no Rio de Janeiro em 1937) se instituem em uma conjuntura da emergente sociedade urbano-industrial nos anos 30 do século XX, num contexto de instituição do Estado nacional, crescimento e organização da classe ope-

rária urbana, movimentos grevistas contra a exploração do trabalho e defesa de direitos. O Serviço Social, contudo, surgiu como profissão orientada por uma perspectiva de integração social e não se colocava criticamente em relação a ordem vigente (Iamamoto, 1982);

- A criação das entidades nacionais provocou um avanço na organização política da categoria: a ABEPSS (1946), o CFESS (Primeiro Código em 1947, Primeira Lei e criação do CFAS em 1957), a ENESSO (1º Encontro Nacional de Estudantes em 1978; SESSUNE em 1988-1993; ENESSO em 1993); a ANAS (1983-1989). Tais entidades nacionais se articulam e possibilitam, após 1979, a construção do projeto ético-político e profissional;

- A criação da pós-graduação na década de 1970 e sua expansão no Brasil vêm fortalecendo a pesquisa e a produção de conhecimento no Serviço Social e inegavelmente, contribuíram sobremaneira para a incorporação, no Serviço Social, da abordagem marxiana, possibilitando assim, a articulação do projeto profissional a um projeto societário (Netto, 1999);

- O Congresso da Virada em 1979 teve impacto determinante na ruptura com o conservadorismo na profissão;

- A revisão curricular de 1982 expressa essa ruptura no âmbito acadêmico e, do ponto de vista teórico-metodológico, se propõe a romper com o metodologismo, o politicismo, o teoricismo (Netto, 2000);

- O código de ética de 1986 e sua reformulação em 1993 incorpora uma abordagem teórico crítica e sustenta os pilares do projeto ético-político da profissão;

- As diretrizes curriculares aprovadas em 1996 materializam os princípios do projeto ético-político-profissional no âmbito da formação;

- A participação teórico-política da categoria no processo de (re)construção do Estado democrático de direito, por meio de seu envolvimento na elaboração e busca de efetivação cotidiana de marcos legais como a Constituição Federal, as legislações sociais LOS, LOPS, LOAS, ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso foi decisiva na compreensão da profissão como mediadora na realização dos direitos (Boschetti, 2007);

Nessa trajetória, merece destaque o processo de consolidação de espaços profissionais em áreas históricas como a saúde e assistência social, mas também a ampliação dos espaços sócio-ocupacionais com a identificação de novas demandas e atuação em questões tais como: sócio-jurídico; sócio-ambiental; relação cidade-campo; movimentos sociais; previdência e educação .

Temos, portanto, muito a comemorar no avanço da profissão, mas temos, igualmente, muito pelo que lutar, na direção do que constitui o cerne do projeto ético político profissional: a luta por uma sociedade emancipada, livre de todas as formas de exploração e opressão humana, o que constitui um permanente desafio.

O DESAFIO PERMANECE: SOCIALIZAR RIQUEZA PARA ROMPER DESIGUALDADE

O tema adotado pelo Conjunto CFESS/CRESS para resgatar o significado dos 30 anos do Congresso da Virada durante as comemorações do dia do/a assistente social, em maio de 2009, foi “Socializar Riqueza para Romper Desigualdade”. Este tema reafirma duas questões fulcrais que determinam o significado do nosso projeto ético político profissional e devem balizar nossas reflexões e ações:

1. Situa a determinação fundante da desigualdade de classe na sociedade capitalista: a apropriação privada da riqueza socialmente produzida;
2. Aponta o norte e o horizonte das nossas lutas e do nosso projeto: a superação da desigualdade só é possível pela via da socialização da riqueza e da emancipação humana.

Nos debates comemorativos do dia do/a assistente social, ouvimos alguns questionamentos a essa temática, dizendo que poderia ser considerada uma digressão teórica “distante” e dissociada do nosso cotidiano profissional. Nesse sentido, cabe refletir, será que é mesmo? Qual é a relação do nosso cotidiano profissional, quando mediamos a realização de direitos, com a condição estrutural de desigualdade social do nosso país e nosso projeto ético político profissional? Quais são nossas competências e atribuições profissionais, senão mediar a construção de respostas sociais e políticas para responder às necessidades sociais das classes trabalhadoras que demandam direitos, bens e serviços indispensáveis à reprodução de suas vidas?

As demandas que nos chegam cotidianamente são expressões vivas e humanas que resultam dessa condição estrutural de desigualdade imposta pelo modo de produção capitalista. As solicitações de benefícios sócio-assistenciais, de acesso à educação, moradia, saúde, medicamento, trabalho e renda, medidas socio-protetivas em situação de violência e abandono juvenil, entre tantas outras com as quais nos deparamos em diversos espaços profissionais, só podem ser compreendidas se situadas em suas múltiplas determinações, entre as quais cabe destacar¹:

- a elevada e bárbara concentração de renda e riqueza: apenas 1,87 milhões de pessoas (1%) detém 13% da renda do trabalho; por outro lado, 18,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras (10% mais pobres) ficam com apenas 1,1% da renda do trabalho; os 10% mais ricos concentram 44,7% da renda do trabalho;



¹ Os dados se referem a PNAD 2007, e estão disponíveis no Anuário dos Trabalhadores 2008, elaborado pelo DIEESE, disponível na página eletrônica: <<http://www.dieese.org.br/>>. Acesso em 30 de julho de 2008.

- uma impressionante estrutura fundiária, que concentra enormemente as propriedades rurais: no Brasil, 2.214.983 minifúndios (até 1 módulo fiscal) dispõem de 7,5% da área rural, enquanto apenas 104.744 grandes propriedades (de 15 a 600 módulos fiscais) concentram 58,1%;
- indignantes níveis de desemprego, que afetam, de modo mais perverso, as mulheres negras: o desemprego nas regiões metropolitanas é de 20,21% entre os negros e de 15,35% entre os não negros; é de 21% entre as mulheres e 15,1% entre os homens;
- baixos rendimentos da maioria da classe trabalhadora, em decorrência da concentração da renda: o valor do salário mínimo (R\$ 465,00 em novembro/2009), que em agosto de 2008 correspondia a U\$ 260, hoje (outubro de 2009) corresponde a aproximadamente U\$ 244 e está longe de assegurar a garantia das necessidades básicas. Ele deveria corresponder a aproximadamente U\$ 1.000, segundo o Dieese;
- limitado acesso à previdência social, pois a elevada informalidade nas relações de emprego faz com que 45.802.229 trabalhadores ocupados (47,69% da PEA) não contribuam para a seguridade social e, portanto, não tenham acesso aos direitos previdenciários;
- reduzido valor dos benefícios previdenciários, pois 80,31% dos 24.593.390 benefícios repassados mensalmente estão abaixo de 2 SM (R\$ 930,00), ou seja, abaixo de U\$ 489;
- restrito acesso à educação laica, pública e universal em todos os níveis, para reverter o quadro de reduzido acesso ao ensino superior. No Brasil, o percentual de jovens com idade entre 18-24 anos inseridos no ensino superior é de apenas 21%, enquanto na Argentina é de 60%. Soma-se a isso, o acelerado processo de mercantilização, que faz com que 68,3% das matrículas sejam em instituições privadas (Barreyro, 2008);
- forte corrosão da sociabilidade, que alimenta a violência e atinge de maneira assustadora os jovens: no Brasil, nos últimos 10 anos morreram cerca de 600 mil pessoas, em sua maioria jovens com idade entre 15 e 25 anos. Os anos 1990 registram um crescimento de cerca de 300% da população carcerária, em sua maioria homens entre 18 e 30 anos, com ensino fundamental incompleto, sendo 42% mestiços e negros (Behring e Boschetti, 2008).

O enfrentamento e ruptura com essa desigualdade estrutural, reiterada e agudizada pela crise atual, que vai provocar o desaparecimento de 51 milhões de empregos em todo o mundo e 23 milhões na América Latina e Caribe em 2009², só



² Dados divulgados pelo Escritório de Estatísticas do Trabalho do Governo Americano, publicados no *Jornal O Globo*, em 08/03/2009 (Caderno Economia, p. 33).

possível com a superação da condição que produz essa desigualdade: a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. É preciso termos clareza que não é possível superar e romper essa desigualdade estrutural apenas por meio de “reformas sociais” que viabilizem direitos, políticas e serviços sociais. Constatar e reconhecer isso é atestar a inviabilidade do nosso projeto ético político profissional? Acredito que não!

Reconhecer essa realidade em sua complexidade e dimensão de totalidade nos sinaliza as possibilidades, mas também limites de nossa intervenção profissional, e, ao mesmo tempo, nos revela o que Marx já anunciava ao analisar o significado das primeiras legislações fabris inglesas: que a luta por direitos é uma luta multissecular entre capital e trabalho. Os ganhos do trabalho impõem limites à economia do capital, mas não rompem com a exploração do trabalho pelo capital.³

Por isso, é preciso reafirmar permanente, contínua e cotidianamente os valores e princípios do nosso projeto ético-político profissional, comprometido com a emancipação humana e a construção de uma nova ordem social, não capitalista, sem exploração. O enfrentamento das expressões da questão social, algumas apontadas aqui, que constituem nosso objeto de intervenção, contudo, requer a construção de mediações teóricas, éticas e políticas importantes em nosso cotidiano. Algumas dessas mediações são aqui sinalizadas brevemente.

1. A primeira é termos uma visão histórico-processual da realidade: o que significa dizer que devemos reconhecer os limites dados pela estrutura econômica capitalista, mas devemos alimentar a convicção de todas as coisas e todas as idéias se movem, se transformam, se desenvolvem, porque são processos. Mas só se tornam processos pela ação de homens e mulheres, sujeitos históricos capazes de transformar a história. Nesse sentido, é preciso acreditar em nossa capacidade e potencialidade de transformar a realidade e não sucumbir ao desencanto e conformismo. Um importante desafio, 30 anos após a “Virada”, portanto, é acreditar em nosso projeto ético político profissional e tecer cotidianamente as condições para materializá-lo;
2. Decorrente e ao mesmo tempo determinante dessa primeira estratégia, é fundamental acreditar e apostar na luta de classes. Isso requer reconhecer o Estado e a sociedade como espaços contraditórios; reconhecer que nem o Estado, nem a sociedade ou as instituições que a conformam são blocos monolíticos e homogêneos. Significa reconhecer que todos



³ Dados divulgados pelo Escritório de Estatísticas do Trabalho do Governo Americano, publicados no *Jornal O Globo*, em 08/03/2009 (Caderno Economia, p. 33).

os espaços são constituídos por forças sociais em confronto e em conflito. Desse modo, explorar as contradições é disputar espaços e lutar pela hegemonia, é buscar construir a contra hegemonia. Nessa direção, um segundo e permanente desafio do nosso projeto ético político profissional é reconhecer que não existe limite imutável para o descobrimento da igualdade e desigualdade das coisas. Os limites que existem são mutáveis, relativos, provisórios, se suprimem, se deslocam, se suprimem novamente, em função de suas contradições internas que devem ser exploradas. Assim, é preciso explorar as contradições das relações sociais e da sociabilidade capitalista;

3. Nessa perspectiva, a terceira dimensão estratégica de viabilização do nosso projeto ético-político-profissional passa por uma postura que articula as lutas pela radicalização da democracia com o fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora:

- A radicalização da democracia não significa negação das instituições democráticas. Ao contrário, significa fortalecer a participação radicalmente democrática da classe trabalhadora nos espaços políticos, com vistas à socialização da política. Essa perspectiva alimenta nossas lutas políticas por direitos amplos e irrestritos para as classes trabalhadoras como estratégia para acumular forças e mediar a construção de outra sociabilidade, não capitalista. Isso significa, do ponto de vista profissional, participar de lutas e movimentos estratégicos que possam viabilizar a formulação, realização e ampliação de direitos, de modo a imprimir a estes os valores e princípios que defendemos: universalidade, equidade, redistributividade, ação participativa;

- O fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora é, mais do que nunca, essencial para não restringir a ação político-profissional ao âmbito de prestação de direitos e serviços públicos no âmbito do aparelho estatal. Fazer história requer lutas coletivas, requer situar o indivíduo e a atuação profissional nas lutas mais gerais da classe trabalhadora. A conquista histórica de direitos só foi possível pelas lutas autônomas da classe trabalhadora. Lutar democraticamente por direitos como via de transição para a construção de uma sociedade socialista requer o fortalecimento das lutas e movimentos mais gerais de defesa dos interesses das classes trabalhadoras. Significa não sucumbir à visão de sociedade como conjunto de organizações não governamentais movidas por interesses solidários gerais e pretensamente desprovidas de interesses de classe; requer ver a sociedade como, parafraseando Marx, “teatro de toda história” e, portanto, preche de interesses contraditórios e forças em confronto. Nessa pers-

pectiva, uma condição de materialização do nosso projeto ético-político profissional é a articulação de forças e a construção de alianças estratégicas com a classe trabalhadora, com profissionais e usuários que sofrem opressões no campo racial, de orientação sexual, gênero, que têm como projeto uma sociedade justa, fraterna, igual e capaz de auto-determinar seu futuro.

O que intentamos reafirmar aqui, é que as lutas por direitos constituem mediações fundamentais do nosso projeto ético-político-profissional, mas não o esgotam⁴. Não basta lutar cotidianamente em nossos espaços de trabalho para assegurar a prestação de serviços com qualidade aos usuários. Esse é um dever ético profissional fundamental, mas insuficiente, diante dos avassaladores efeitos da mundialização, da financeirização da economia mundial, e das persistentes formas de exploração do trabalho pelo capital.

A luta por direitos deve se constituir como mediação na luta histórica pela emancipação humana, pois os direitos, na sociabilidade capitalista, se inserem em um processo complexo e contraditório de produção e reprodução da relações sociais (Santos, 2007).

Nessa perspectiva, um dos desafios atuais do Serviço Social é compreender, analisar e situar os direitos numa perspectiva de totalidade, é ser capaz de identificar suas múltiplas determinações, bem como reconhecer suas contradições no espaço de construção da sociabilidade humana. Se a luta e conquista de direitos do trabalho é capaz de impor limites aos ganhos de capital (Marx, 1984), sua possibilidade de realização é determinada pela sociabilidade capitalista (Santos, 2007).

É com essa perspectiva que consideramos a luta por direitos, trabalho e democracia, como mediação na luta pela construção de uma nova sociabilidade, que assegure a emancipação humana, em conformidade com o nosso Projeto Ético Político Profissional. Projeto que se constitui e se desenvolve cotidianamente como processo histórico em diferentes dimensões (Braz, 2007). No plano teórico, cresce no âmbito do Serviço Social, tanto em termos quantitativos como qualitativos, sólidas análises críticas da realidade social que situam o cotidiano da vida nas complexas relações de reprodução social, o que possibilita compreender as possibilidades e limites de realização dos direitos e da cidadania no capitalismo. A reflexão teórica crítica alimenta a perspectiva que a luta pela garantia da cidadania não se esgota em si mesma, e nem tem como horizonte a conquista da democracia formal, deslocados da perspectiva da transformação social (Ramos, 2007).



⁴ MARX, K. “Legislação fabril”. Cláusulas sanitárias e ducacionais e sua generalização na Inglaterra”. In *O Capital*, Vol. 1, Tomo II. São Paulo Cultural, 1984.

Nosso projeto ético político profissional também está ancorado em uma segunda dimensão, de natureza jurídico-política, que estabelece as normas, regras, diretrizes e princípios que orientam o fazer profissional e estão legalmente estabelecidas em nosso Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e Diretrizes Curriculares para a formação profissional. Os estatutos legais da profissão se pautam em princípios como: a liberdade como valor ético central; a radicalidade democrática, comprometida com a socialização da riqueza e da participação política; a equidade, entendida como justiça social; o pluralismo, entendido como eliminação de todas as formas de preconceito, com o respeito à diversidade de cultura, de etnia, de pensamento e de correntes teórico-metodológicas; o exercício profissional qualificado do ponto de vista técnico, ético e político; a aliança com a luta dos trabalhadores; e o princípio da construção de uma nova ordem societária sem guerras, sem violência, sem classes sociais e sem dominação do poder opressor de qualquer espécie: classe, gênero, etnia, orientação sexual, religião. São esses princípios que devem orientar o fazer profissional das/os assistentes sociais.

Preservar e consolidar esse projeto ético político é, mais do que nunca, desafio e tarefa de todos os profissionais. Seja cotidianamente, no exercício de nossas atividades, seja na participação ativa nas entidades da categoria, que se colocam como sujeitos coletivos, articulados a outros movimentos sociais, em defesa dos interesses e necessidades da classe trabalhadora e em luta permanente contra os ditames do neoliberalismo, contra o predomínio do capital sobre o trabalho, do autoritarismo, da violência e de toda forma de opressão e exploração humana.

A organização política das entidades nacionais de Serviço Social no Brasil, como o Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO, é uma mediação fundamental para o estabelecimento de relação entre o projeto profissional e um projeto societário comprometido com uma nova sociabilidade. Essa organização política não está dada, ela é “um processo histórico, humano, intencional e criador, capaz de possibilitar uma reflexão crítica sobre a realidade, que se concretiza em múltiplas dimensões da vida cotidiana, em diversos níveis (econômico, ideológico, cultural, social), influenciando nas esferas pública e privada” (Ramos, 2007).

Outra mediação fundamental para o estabelecimento de relação entre o projeto profissional e um projeto societário comprometido com uma nova sociabilidade é o trabalho profissional, que cotidianamente formula e desenvolve projetos que viabilizam o acesso aos direitos, que tenciona o fundo público, que luta pela socialização e democratização da política, que implementa serviços com qualidade aos usuários, envolvendo-os em seu planejamento, que se contrapõem às regras institucionais autoritárias e tecnocráticas.

Trinta anos depois, temos, portanto, muito a comemorar e muito pelo que lutar para consolidar nosso Projeto Ético-Político-Profissional:

- Defender a socialização da política e instituições verdadeiramente democráticas, que assegurem a organização autônoma da classe trabalhadora e o fortalecimento dos movimentos sociais;
- Preservar valores éticos em defesa do coletivo e da equidade;
- Manifestar posição contrária a toda forma de exploração, opressão e violência contra a mulher, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e contra toda forma de expressão de homofobia e restrição da liberdade de orientação sexual;
- Defender uma política econômica a serviço do crescimento e da redistribuição da riqueza socialmente produzida, e de uma política tributária redistributiva, que onere mais o capital e menos o trabalho;
- Fortalecer as lutas pela reforma agrária, para reversão da estrutura fundiária, que hoje concentra enormemente as propriedades rurais;
- Reivindicar o direito ao trabalho e emprego para todos, sem discriminação, com ampliação dos salários e rendimentos do trabalho;
- Lutar em favor da universalização da seguridade social, com garantia de saúde pública para todos, ampliação dos trabalhadores segurados na previdência social e consolidação da assistência social como direito e político pública;
- Engajar-se nos movimentos em defesa da educação laica, pública e universal em todos os níveis, para reverter o quadro de reduzido acesso ao ensino superior.

O Serviço Social, ao se constituir como uma profissão que atua, predominantemente, na formulação, planejamento e execução de políticas públicas como educação, saúde, previdência, assistência social, transporte habitação, tem o imenso desafio de se posicionar criticamente diante da barbárie que reitera a desigualdade social, e se articular aos movimentos organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada, de modo a repensar os projetos profissionais nessa direção.

O que reafirmamos aqui, é que no centro das comemorações do Congresso da Virada, precisamos fortalecer nosso projeto ético-político-profissional em seu cerne, como um projeto que intenta a construção de uma nova sociabilidade não capitalista, mas também deve ser mediatizado pela construção cotidiana e coletiva dos direitos no plano imediato.

Acreditamos que muitos congressos virão e muitas “viradas” podem acontecer, por isso, finalizamos estas reflexões com um fragmento de Bertold Brecht que, dialeticamente, nos lembra que a vida é processual e histórica, por isso,

Nada é impossível de mudar
Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

BIBLIOGRAFIA

- BARREYRO, Gladys. *Mapa do Ensino Superior Privado*. Brasília, MEC/INEP. 2008. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br> Acesso em 22 de julho de 2008.
- BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. São Paulo, Cortez Editora, 5ª. Ed., 2009.
- BOSCHETTI, Ivanete. Assistente Social na Luta contra o Desemprego, a Violência e as Desigualdades no Brasil. 50 Anos de Profissão Regulamentada. Palestra proferida em Natal e Mossoró, por ocasião das comemorações do dia do/a Assistente Social, 14 e 15 de maio de 2007.
- BOSCHETTI, Ivanete. Trabalho, Direitos e Projeto Ético Político Profissional. In *Revista Inscrita* n. 11. Brasília, Ed. CFESS, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). CFESS Manifesta “Começaria Tudo Outra Vez se Preciso Fosse”. Divulgado em 15 de maio de 2009. Disponível na página eletrônica <http://www.cfess.org.br/> Acesso em 04 de outubro de 2009.
- DIEESE. *Anuário dos Trabalhadores 2007*. Brasília, 2007. Disponível na página eletrônica: <http://www.dieese.org.br/> Acesso em 30 de julho de 2008.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Celats/Cortez, 1982.
- IPEA. Nota Técnica. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Brasília, agosto de 2006. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/default.jsp> Acesso em 19/07/2008.
- JORNAL O Globo. Caderno Economia, p. 33, de 8 de março de 2009.
- MARX, K. “Legislação fabril. Cláusulas sanitárias e educacionais e sua generalização na Inglaterra”. In *O Capital*, Vol. I, Tomo II. São Paulo, Cultural 1984
- NETTO, José Paulo, “A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”, in CFESS, ABEPSS, CEAD-UnB, *Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*, Programa de capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Brasília, 1999.
- POCHMANN, Marcio. Gasto social, o nível de emprego e a desigualdade da renda do trabalho no Brasil. In SICSÚ, João (org). *Arrecadação, de onde vem? E gastos públicos, para onde vai?* São Paulo, Boitempo, RLS, 2007.
- RAMOS, Samya. A Mediação das organizações políticas. In *Revista Inscrita* n. 10. Brasília, Ed. CFESS, 2007.
- SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questões e desafios da luta por direitos. In *Revista Inscrita* n. 10. Brasília, Ed. CFESS, 2007.



O PROTAGONISMO DA ABEPSS NO PASSADO E NO PRESENTE: 30 ANOS DE LUTAS*

Elaine Rossetti Behring e Sâmya Rodrigues Ramos

INTRODUÇÃO

Neste texto realizaremos uma breve retrospectiva da trajetória da ABEPSS nos últimos 30 anos, tendo como marcos históricos o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, e a XXI Convenção da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, ocorrida em Natal/RN, em 1979. Contudo, nosso foco está voltado para a história que se processa hoje, num contexto de profundas e ampliadas contradições, decorrentes da crise do capital e sua tradução no solo histórico brasileiro. Assim, revisitamos estes 30 anos de lutas como inspiração para o aprofundamento daquela direção ético-política, inaugurada com a Virada, no tempo presente.

* Esse artigo foi sistematizado por Elaine Rossetti Behring e Sâmya Rodrigues Ramos, a partir de documentos da ABEPSS e de produções das professoras (Cf. Referências Bibliográficas).

1- A COORDENAÇÃO DA ABEPSS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL¹

A ABESS foi criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, uma década após a instalação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, a Escola de Serviço Social da PUC-SP. Nossa entidade acadêmico-científica completa 63 anos em 2009.



¹ Este item é uma versão modificada do artigo de Sâmya Rodrigues Ramos, intitulado “Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros: a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional”, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade nº88, em 2006.

Um marco na história da entidade foi a Convenção de 1979, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. A criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), na década de 1980, veio a atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972. Nesse processo de construção “os avanços teórico-metodológicos e ético-políticos da formação profissional tiveram na ABESS, nestas últimas cinco décadas, uma obstinada propulsora” (KOIKE, 1997, p.09).

Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu na segunda metade da década de 1990, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior.

O processo de construção coletiva dessa mudança foi bastante polêmico, eivado de debates e disputas, em uma dinâmica de confrontos entre perspectivas teórico-políticas diferenciadas, o que, por vezes, gerou conflitos entre entidades e sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo em que contribuiu para o amadurecimento desses protagonistas e enriqueceu o debate profissional. Uma marca na trajetória da ABESS/ABEPSS tem sido exatamente esta: o processo democrático expresso na participação intensa dos sujeitos que constroem a formação profissional, com debates enraizados nas unidades de formação acadêmica, nas regionais e no nível nacional².

Em 1982, é regulamentado o Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social do país, a partir da proposta discutida desde 1979. Essa nova proposta curricular representou, juntamente com o Código de Ética de 1986, uma profunda renovação profissional, signo “daquelas conquistas políticas e teóricas, cujo lastro de crítica visava à recusa da base filosófica tradicional, predominantemente conservadora que informava o Serviço Social” (CFESS, 1996, p.176). O centro da revisão curricular de 1979/1982 foi a conexão da formação com a realidade brasileira em um momento de redemocratização e ascensão das lutas dos trabalhadores.

Nesses termos, o currículo mínimo de 1982 significou, no âmbito da formação, a afirmação de uma nova direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional, o que se consolidou com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o



²A estrutura e dinâmica da ABEPSS constam no seu Estatuto, recém modificado e aprovado na Assembléia Geral, em São Luís, em 2008.

Curso de Serviço Social, aprovada pela categoria em 1996 e aprimorada pela Comissão de Especialistas em documento de 1999³. O processo de construção das Diretrizes ocorreu mediante longos debates, envolvendo a categoria profissional, em que foram socializadas experiências significativas, vivenciadas nas diferentes unidades de formação acadêmica e nas diversas regiões do país, tendo o pluralismo (teórico-metodológico e político) e o processo democrático se constituído em parâmetros na condução desse processo (CARDOSO et al., 1997). A elaboração das Diretrizes teve na ABESS um protagonismo incontestável. A proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social foi, portanto, um produto coletivo, construído pelos (as) assistentes sociais brasileiros, a partir de 1993, ano no qual a XXVIII Convenção Nacional da ABESS deliberou os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982.

A entidade promoveu e coordenou a avaliação da formação profissional envolvendo as unidades de formação acadêmica de Serviço Social do país. Um exemplo da sua atuação foi a realização, entre 1994 e 1996, de aproximadamente 200 oficinas locais, 25 oficinas regionais e 2 oficinas nacionais para discutir/elaborar a nova proposta curricular. A proposta, coletivamente construída, foi aprovada na Assembléia Geral da ABESS, realizada em novembro/1996 no Rio de Janeiro e se caracterizou como Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, a partir de exigência da LDB (Lei 9394), aprovada em 20 de dezembro de 1996.

Esse processo de mobilização e elaboração contou com a participação de um grupo de assessores composto por docentes de referência nacional e conselheiras/os do CFESS. As entidades nacionais – CFESS e ENESSO – apoiaram e participaram intensamente do debate, o que denota o potencial de organização da categoria dos (as) assistentes sociais na condução das suas discussões e decisões coletivas. Isto é mais uma vez demonstrado na definição das Diretrizes Curriculares, pois o Serviço Social foi o único curso que já havia construído nacionalmente sua proposta curricular quando o MEC a exigiu, após a aprovação da LDB.

Um desafio permanente da ABEPSS é acompanhar a implantação das Diretrizes Curriculares. Isso envolve pensar um processo de formação continuada que venha a atingir os docentes de todas as universidades e/ou faculdades que tenham em seu quadro o curso de graduação em Serviço Social. Trata-se de pensá-la como um instrumento necessário e urgente para que a implementação das



³ Lamentavelmente, o documento que regula as diretrizes para a formação em Serviço Social no Ministério da Educação, aprovado pelo CNE em 2001, não respeitou as diretrizes da ABEPSS, retirando princípios e conteúdos fundamentais, especialmente no tocante à direção social e ético-política do perfil profissional que definimos coletivamente. No planejamento da atual gestão da ABEPSS (2009-2010) está prevista a realização de ações para recolocar o debate sobre as nossas diretrizes tendo em vista a retomada dos documentos originais.

Professores no Rio de Janeiro decidem em assembléia geral, dia 29 de abril de 1979, esperar 60 dias pelo aumento salarial. Fotografia de Camilo Calazans, acervo CPDOC-JB.



Diretrizes não seja fraturada em seus elementos mais relevantes, e para que seus fundamentos não sejam diluídos em seus aspectos mais importantes, tanto no lugar que ocupam no pensamento progressista sobre a sociabilidade regida pelo capital, quanto na particularidade de sua apropriação pelo Serviço Social (ARAÚJO, 2000).

Esse acompanhamento vem ocorrendo sistematicamente pelas várias diretorias da ABEPSS, por meio da realização de oficinas e de visitas às unidades de formação acadêmica, que vêm sendo realizadas desde a aprovação das Diretrizes, as quais subsidiam a elaboração e implantação dos projetos pedagógicos das diversas unidades de formação acadêmica filiadas. É importante enfatizar que dificuldades comparecem neste acompanhamento das unidades de formação acadêmica, com destaque para as limitações financeiras e de militância, que, por vezes, impedem a regularidade e os resultados deste trabalho.

Outra dimensão necessária é a avaliação continuada da implantação da nova proposta curricular. Esse processo de avaliação foi aprofundado com a realização da pesquisa avaliativa sobre a “Implementação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social no Brasil”, durante o período 2005-2007⁴, após dez anos de sua aprovação no âmbito profissional. Esta pesquisa envolveu mais de cem unidades de formação acadêmica e privilegiou:

a) a identificação do perfil das unidades de ensino, b) as tendências quanto à concepção e às formas de organização do conteúdo dos componentes curriculares, em relação a cinco eixos: Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social; Questão Social; Trabalho e Serviço Social; Pesquisa; e Prática na Formação Profissional, c) a identificação das principais dificuldades e desafios. O processo da pesquisa significou um momento forte de mobilização e debates com a reafirmação da direção estratégica da formação, no quadro adverso da privatização e precarização do ensino superior na sociedade brasileira (ABEPSS apud ABREU, 2008, p. 181).

Em relação aos eventos promovidos pela ABEPSS, no decorrer da década de 1990, destaca-se a consolidação dos Encontros Nacionais de Pesquisadores de Serviço Social – ENPESS e as Convenções Nacionais, hoje Assembléias Gerais da ABEPSS, que são realizados de dois em dois anos. Tornaram-se fundamentais es-



⁴ Os resultados desta pesquisa foram socializados, pela gestão 2007/2008 da ABEPSS, por meio de Cd-rom, entregues no XI ENPESS, e da publicação da *Revista Temporalis* nº 14.

Moção de apoio à luta dos professores universitários, aprovada no
IIICBAS, encaminhada pela delegação baiana, em 28 de setembro
de 1979. Acervo do CFESS.

Aprovada

41

MOÇÃO DE APOIO

Face a crescente exploração das classes trabalhadoras e a repressão que tenta impedir as suas manifestações de descontentamento e movimentos reivindicatórios, os participantes do III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, reconhecendo a justiça da luta dos trabalhadores, entre os quais estão inscridos, incorporam-se a essa luta e vêm a público apoiar a campanha dos professores universitários encetada no dia 26 // próximo passado a nível nacional, por melhores ~~XXXXXXXXXXXX~~ salários, melhores condições de trabalho e de ensino.

São Paulo(SP), 28 de setembro de 1979

(DELEGAÇÃO DA BAHIA)

Encaminhar às Arquivos Locais

920

paços de articulação também as Oficinas Regionais e Nacional de Graduação e Seminários de Pós-Graduação, como espaços intermediários de capacitação e realização do debate político-acadêmico.

Ressalte-se, também, a participação na articulação latino-americana, tal como analisa Abreu:

A criação em 2006 da Coordenação de Relações Internacionais justifica-se no âmbito das estratégias da luta emancipatória no confronto com a mundialização inerente ao capital e à classe burguesa, e ganha importância particular na complexidade do atual momento da vida social com o avanço destrutivo da mundialização do capital sob o domínio do imperialismo norte-americano e suas implicações sobre o trabalho e as lutas sociais, e como referência para o ensino, a pesquisa e a extensão na formação acadêmica e prática interventiva do assistente social. A articulação internacional da ABEPSS aponta uma estratégia em relação à América Latina, a partir do compromisso e da contribuição ao processo de reestruturação da ALAETS em ALAEITS, em 2006, e apoio ao seu fortalecimento como uma importante mediação de articulação acadêmico-política da profissão nesse continente; mas, já registra a aproximação com Unidades de Ensino da Comunidade Européia que se articulam na perspectiva da construção de uma unidade curricular para os cursos de Serviço Social que já se tornaram de nível superior em alguns países (ABREU, 2008, p. 177).

Essa articulação acadêmico-política internacional, especialmente com a América Latina é um grande desafio para a ABEPSS devido, sobretudo, ao processo de reorganização da ALAEITS, na qual a entidade brasileira tem procurado contribuir na perspectiva de defender os princípios do projeto fundador da ALAETS/CELATS, calcado nos ideários do Movimento de Reconceituação, na perspectiva de avançar no reconhecimento da situação da formação profissional na região, traçando parâmetros comuns num futuro próximo. Todas estas atividades, coordenadas pela ABEPSS, sinalizam para a reconstrução permanente do projeto de formação profissional do assistente social “demarcado transversalmente pelos dilemas da contemporaneidade da sociedade brasileira nos anos de 1990, nos quadros da nova ordem mundial (...)” (IAMAMOTO, 1994, p. 163).

Dentro disso temos grandes desafios, em especial aqueles postos pela situação da universidade que rebatem na materialização do projeto de formação profissional, oriundos da lógica mercantil hegemônica no contexto de mundialização do capital. O fortalecimento do projeto de formação profissional e a atuação da ABEPSS na coordenação deste processo, não podem ser dissociados

da análise da implementação de uma política governamental orientada por organismos multilaterais de fomento e financiamento (MENDES, 2004) que representa a materialização do projeto neoliberal na totalidade da vida social, incidindo, de forma particular, nos espaços educacionais e de formação profissional.

Na perspectiva de lutar contra essa lógica neoliberal é fundamental assegurar as conquistas históricas do debate da formação profissional, articulado ao projeto ético-político na direção de contribuir para fortalecer um projeto de formação que “aposte nas lutas sociais, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social” (IAMAMOTO, 1994, p. 163).

2 - DESAFIOS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISE MUNDIAL⁵

A defesa da formação profissional, sem dúvida, é uma das principais frentes de luta do serviço social brasileiro nesse momento histórico e é fundamental apreender o significado da expansão desmesurada do ensino superior sem qualidade, em geral com fins lucrativos e à distância, ainda que não exclusivamente. Os dados são amplamente conhecidos por todas (os) nós, e estão publicados no último livro de Marilda Iamamoto (2007) e na tese de Larissa Dahmer (2007), bastando dizer que seis instituições de EAD (uma pública e cinco privadas) são responsáveis pela oferta de 27.156 vagas em 202 Instituições que implementam os cursos. Nesse ritmo de crescimento, o número de profissionais poderá dobrar em 10 anos, processo que deveremos acompanhar de perto, já que o ritmo da produção de graduandos não implica necessariamente em entrada no mercado de trabalho e inscrição no CRESS.

Mas o que deve nos chamar atenção aqui não são apenas os números. A primeira campanha que dá origem à política de comunicação do Conjunto CFESS/CRESS tinha o mote: “O Brasil Precisa de Serviço Social”. Um país com a magnitude da desigualdade, da exploração, da discriminação que temos precisa de muitos assistentes sociais: 83 mil são insuficientes. Nós queremos mais direitos, mais serviços para assegurá-los, mais concursos públicos. A França mobiliza cerca de 600 mil trabalhadores sociais, dentre os quais os assistentes sociais. A nossa questão é a produção massificada e com conteúdos banalizados, é a qualidade do ensino que está sendo oferecido, que não assegura o perfil das diretrizes curriculares, não garante o serviço social que o Brasil precisa.

Ao lado do EAD crescem os cursos privados que, muitas vezes, são de baixa qualidade, em que pesem os esforços de jovens e comprometidos docentes, em



⁵ Incorporamos aqui parte da conferência realizada por Elaine Rossetti Behring, em Brasília, a convite do CFESS, no âmbito do Seminário Nacional Implicações da Contra-Reforma do Ensino Superior no Serviço Social e o Exame de Proficiência em Questão, em 13 de junho de 2008.

função das condições de trabalho: contrato horista, ausência de pesquisa e extensão, turmas enormes, estágios que não asseguram supervisão acadêmica e de campo articuladas. Quanto à graduação à distância, sabemos que realiza no máximo adestramento, mas jamais formação profissional digna deste nome, como tem denunciado a ABEPSS, o CFESS e a ENESSO em suas notas públicas. Vale lembrar ainda que as medidas desencadeadas pela aprovação da LDB – exame nacional de curso, mestrados profissionalizantes, substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos seqüenciais, ensino à distância em todos os níveis – seguem orientações dos organismos internacionais, no sentido da privatização das políticas sociais, de favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino, e de reconfiguração das profissões, como vem chamando atenção Roberto Leher e vários textos do ANDES-SN. Assim, o significado estrutural da contra-reforma do ensino superior pode ser sintetizado por meio de alguns eixos:

- A expansão do ensino superior privado ligeiro, presencial ou à distância, com o suporte na LDB e forte apoio institucional do Ministério da Educação, de FHC a Lula, ocorre para configurar nichos de valorização do capital médio, num período em que o capitalismo promove uma intensa oligopolização do capital, com tendências de concentração e fusão de capitais, e dificuldades de investimento produtivo e de valorização. Constitui ainda uma via de acesso ao fundo público e ao crédito, a exemplo da recente discussão acerca do apoio do BNDES a essas instituições, na perspectiva da valorização e do suporte ao lucro privado fácil e rápido, tendência esta que vem crescendo no contexto da crise. Vale nesse momento lembrar Marx em duas passagens de *O Capital*. Quando nos dirigimos ao Ministério da Educação para cobrar fiscalização e ensino de qualidade, a resposta carregada de ironia foi a de que representamos as forças do atraso, quase ludistas, que querem quebrar as máquinas, como nos séculos XVIII e XIX. Como os burgueses do século XIX se dirigiam aos trabalhadores, quando denunciavam a maquinaria como instrumento de subsunção e exploração do trabalho pelo capital, tendo em vista a valorização. Diz Marx: “Quem, portanto, revela o que realmente ocorre com a utilização capitalista da maquinaria simplesmente não quer sua utilização, é um adversário do progresso social!” (MARX, 1984:57). Na verdade estamos denunciando o uso da tecnologia para a padronização, empobrecimento e banalização da formação, além de meio de valorização do capital transformando a educação em mercadoria. E sobre a educação, continua nosso clássico: “(...) um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele apenas não trabalha a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na

relação” (MARX, 1982:106). Nada mais atual: a introdução de tecnologia capital intensiva para o adestramento em grande escala e baixo custo – nesse caso os tutores e congêneres são super explorados –, em curto espaço de tempo, produzindo valor.

O conceito de supercapitalização em Mandel (1982), que significa espriar relações capitalistas de produção em esferas, a rigor não mercantis, complementa esse raciocínio (que ademais vale para a previdência, a saúde, etc.). O ímpeto do capital é valorizar-se sempre e a qualquer custo: do desperdício, da destruição do meio ambiente e no caso da contra-reforma do ensino superior, da qualidade discutível e o aligeiramento. E nesse período de intenso metabolismo destrutivo, no qual se esgota qualquer papel civilizatório do capitalismo, a supercapitalização, como mercantilização universal é uma tendência avassaladora. A reação burguesa à crise do capital dos anos 70 se funda na supercapitalização, sendo uma de suas dimensões a contra-reforma do Estado, na forma das privatizações. Esse é o significado mais profundo da EAD e da contra-reforma do ensino superior. Mas há mais elementos.

- A descoberta do curso de serviço social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes no neoliberalismo. Trata-se de produzir um adestramento para as requisições de mensuração e gestão/controlar dos pobres, num contexto já antecipado por Ana Elisabete Mota, Carmelita Yasbek em textos dos anos 90 e mais recentemente por José Paulo Netto e Mavi Rodrigues, a exemplo do último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Foz do Iguaçu, 2007), de assistencialização da política social brasileira, de acordo com uma concepção de assistência que não é a nossa. Nesse contexto, não se requisita o perfil das diretrizes curriculares, crítico, articulador político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas, com a mobilização social e a educação popular. Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação. Daí que é desnecessário o tripé “ensino, pesquisa e extensão”: nossa matéria vida, tão fina, é tratada com a velha indiferença do mercado. A resposta vem na forma do adestramento em torno de conteúdos fragmentados, parciais e medíocres. Nada de livros, mas apostilas! Nada da discussão e riqueza da sala de aula, mas a relação individual e virtual com um tutor distante e que orienta muitos alunos, ou seja, ele é super explorado. Empobrecimento

e mediocridade em quantidade, com a ilusão de que está se promovendo o acesso ao ensino superior. Isso nos leva ao próximo eixo.

- A expansão desse tipo de ensino corresponde a uma estratégia política de legitimação porque se dá em nome da democratização do acesso ao ensino superior como forma de chegar ao emprego, o que tem um forte poder de mobilização da sociedade brasileira, que está entre as mais desiguais do planeta em todos os acessos, historicamente. A maior perversidade desse projeto é esta: estamos produzindo um exército de reserva de trabalhadores de formação superior limitada e que mal tem condições de competir no mercado de trabalho, como mostram os processos de seleção pública e concursos, mas que caem no “canto de sereia” do acesso, que na verdade é a forma do governo brasileiro corresponder aos parâmetros internacionais de competitividade e atratividade, no contexto da mundialização, no mesmo passo em que reproduz seu projeto político;

- Essa expansão tem conexão com as linhas mestras do projeto de “crescimento econômico” brasileiro, conforme as escolhas que tem sido feitas a partir da implementação do projeto neoliberal no Brasil, que traz em si o retorno às “vocações naturais”, numa reprimarização da economia brasileira, a exemplo do agronegócio, especialmente biocombustíveis e etanol. Essa hipótese, levantada por Marilda Iamamoto em alguns debates, merece ser mais explorada, mas parece claro que o ensino à distância tem ganhado mais corpo no interior e em fronteiras de expansão dessa política. Nesse sentido, acirram-se as expressões da questão social e aumenta-se a demanda por assistentes sociais, mas com o perfil rebaixado e acrítico. A conexão também se faz com a contra-reforma do Estado e o redimensionamento das políticas sociais, como sinalizamos acima, na perspectiva do Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado máximo para dar suporte a essas tendências de inserção e adaptação ao mercado mundial.

Aí estão os vetores estruturais e políticos que pressionam pela expansão do ensino superior privado ligeiro – e pelas investidas também junto ao setor público como o REUNI. Não é a primeira vez que acontecem mudanças estruturais no Brasil e que requisitam um novo perfil do ensino superior. A ditadura, com sua modernização conservadora, criou a universidade tecnocrática, buscando adaptá-la às requisições do milagre brasileiro, de força de trabalho qualificada em determinados níveis, para calar as camadas médias urbanas que queriam mais vagas no ensino superior. Esse processo preenche de contradições inverteu a relação entre ensino público e privado no Brasil – ou seja, a saída naquele momento também foi a privatização. Mas a universidade tecnocrática pública, ainda que tenha sido

fragmentada, comportou o crescimento da pesquisa, e no processo de redemocratização e ascensão dos movimentos sociais foi possível democratizá-la e constituir espaços de resistência à “idiotia dos peritos”, tão denunciada pelos estudantes franceses em 68, que reivindicavam a totalidade e a criatividade. O serviço social se inseriu e se construiu na universidade brasileira como um desses espaços de resistência ao longo dos anos 70, apesar do ambiente hostil da ditadura e, sobretudo, a partir de 1979, o ano da virada.

Isso mostra que o processo social sempre tem contradições. Nosso grande desafio, naquele momento difícil e neste momento também difícil como organização política, é encontrá-las e acirrá-las ao máximo, buscando alianças na sociedade brasileira para a resistência a esses processos. É verdade que as características do processo atual são nitidamente mais destrutivas e ameaçadoras para os que vêem a educação como direito e não como mercadoria, e a querem pública, gratuita e de qualidade, quando se quebra a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive no setor público. É a requisição estrutural de uma tecnocracia limitada ao preenchimento de cadastros e a realização de metas quantitativas em detrimento da qualidade do atendimento aos usuários. Tal requisição é elevada à enésima potência e respondida por uma universidade operacional, como diz Marilena Chauí, sem qualquer autonomia relativa em relação à dinâmica do mercado.

Frente a este quadro, que envolve forças sociais extremamente destrutivas, a ABEPSS tem feito um chamado à participação nas ações que estamos desencadeando, todas elas no campo da resistência.

3- OS DESAFIOS DA ABEPSS NA DEFESA DE UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE QUALIDADE

Existem vários desafios para a ABEPSS hoje, na perspectiva da formação profissional, em consonância com as Diretrizes Curriculares e o que vimos chamando, desde os anos 1990, de projeto ético-político profissional. Elegemos dentre eles, neste ano, em que celebramos os 30 anos de construção de uma nova identidade profissional conectada aos desafios da realidade brasileira e aliada das maiorias, três grandes frentes na agenda político-acadêmica: a construção da Política Nacional de Estágio (PNE), a implementação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), e a implementação do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior.

A construção coletiva da PNE, certamente, encontra, no contexto atual, a urgência na defesa de um projeto de sociedade no horizonte estratégico da ampliação dos direitos na perspectiva da emancipação humana. Nesta tarefa, as UFAs e seus sujeitos estão, nitidamente, envolvidos na qualificação e aprofundamento dos debates, proposições e práticas para a efetivação do papel do estágio su-

pervisionado em consonância com as diretrizes curriculares e com a direção ético-política do Serviço Social brasileiro⁶.

O debate está acontecendo num contexto em que cresce a necessidade da articulação das entidades representativas da categoria, em torno da defesa do estágio qualificado, que se intensificou devido a diversos fatores. De um lado está a ampliação do EaD e suas implicações na qualidade da formação profissional do assistente social, notadamente na realização do estágio obrigatório, processo no qual temos constatado o descumprimento ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, com destaque para a não realização da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo, e problemas relacionados à carga horária prevista para essa atividade. De outro, a aprovação da lei 11.788, de 25/09/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências; considere-se também, e especialmente, a resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Essas legislações colocam diversas questões que rebatem no processo de formação profissional, trazendo novos desafios para as unidades de formação acadêmicas (UFAs), com destaque para o acompanhamento da modalidade do estágio não-obrigatório e as formas distintas em que este acompanhamento pode e deve se dar, em virtude da própria diversidade do percurso dos projetos pedagógicos das UFAs. Esta é uma tarefa que cabe à ABEPSS, que deliberou por traçar uma política nacional de estágio na área do Serviço Social, entendendo-a como fundamental para balizar os processos de mediação teórico-prática na integridade da formação profissional do assistente social. Entendemos também que a discussão do estágio supervisionado, como importante componente curricular de síntese teórico-prática, remete às questões centrais que compõem a implementação das Diretrizes Curriculares, suas polêmicas e o balanço produzido pela já referida pesquisa sobre essa dimensão da formação.

Outro desafio atual é a construção dos Grupos de Temáticos de Pesquisa (GTPs) que envolve a consolidação da pesquisa e pós-graduação em Serviço Social. Trata-se aqui de preservar e aprofundar as conquistas da profissão, neste âmbito, em face de uma política de pós-graduação pautada em um conjunto de exigências produtivistas e quantitativistas. Neste sentido está em debate um documento-base para a criação de espaços de discussão e redes temáticas de pesquisadores,



⁶ Estão ocorrendo neste ano de 2009 oficinas locais, fóruns, oficinas regionais e a oficina nacional de Graduação que vai consolidar, em 24 e 25 de novembro, no Rio de Janeiro, o processo de debates da PNE.

dando concretude a uma antiga aspiração da categoria⁷, a ser adensado pelas diversas instâncias que compõem a categoria profissional. Um objetivo central é também avançar na qualificação do Serviço Social como área de produção de conhecimento socialmente relevante, que venha a contribuir com o fortalecimento das lutas sociais no Brasil.

Por fim, outro enorme desafio é a implementação do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, em conjunto com o CFESS e a ENESSO, que envolve um conjunto de dimensões: Ações Relativas à Política Nacional de Fiscalização, Ações de Estudos e Pesquisas, Ações de Articulação com Entidades, Movimentos Sociais e Conselhos, Ações Junto ao MEC, Ações Junto ao Poder Legislativo, Ações Jurídicas e Ações de Comunicação e Mobilização. O Plano, que está divulgado nos meios eletrônicos das entidades nacionais, é uma sistematização unificada da ação política contra a precarização a que nos referimos anteriormente, e algumas de suas ações já vêm surtindo efeitos importantes, a exemplo de referenciar o Ministério Público em ações sobre o ensino de graduação à distância.

A construção destas lutas pauta-se na perspectiva da defesa dos princípios ético-políticos que fundamentam a direção social estratégica do projeto ético-político profissional, bem como na análise da conjuntura contemporânea que nos indica percursos. No decurso histórico desses últimos 30 anos, a ABEPSS, como tentamos demonstrar, foi uma das protagonistas da construção coletiva, participando da organização político-profissional, patrimônio da categoria dos(as) assistentes sociais brasileiros, mediação fundamental para a vinculação deste projeto profissional a um projeto societário que garanta o atendimento das necessidades humanas.



⁷ Destaca-se que este investimento remonta a década de 1990, quando da unificação entre Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS e a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS. A partir daí, as diretorias da ABEPSS envidaram esforços no fortalecimento da pesquisa na área, donde decorre a proposta de formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa. Este processo de discussão irá culminar no Seminário Nacional de Pós-graduação, em 25 e 26 de novembro, no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Para a construção de uma Política Nacional de Estágio da ABEPSS: documento base. Brasília, 2009

_____. A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica: documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Brasília, 2009.

ABREU, M. M. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS como organismo acadêmico-político e associação científica: perspectiva da unidade da graduação, pós-graduação e produção do conhecimento, desafios atuais In: *Serviço Social e Sociedade* nº 95. São Paulo: Cortez, 2008.

ARAÚJO, N.M.S. Serviço Social e revisão curricular dos anos 90. Recife, 2000. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

BEHRING, Elaine Rossetti. Implicações da Contra-Reforma do Ensino Superior no Serviço Social e o Exame de Proficiência em Questão. Conferência, Brasília, 2007. (mimeo)

CARDOSO, I.C.C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. *Cadernos ABESS* nº 7. São Paulo: Cortez, 1997.

CFESS. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético político do Conjunto CFESS-CRESS. *Serviço Social e Sociedade* nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

DAHMER PEREIRA, Larissa. Política educacional brasileira e Serviço Social: do profissionalismo ao empresariamento da formação profissional. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, UFRJ, 2007.

IAMAMOTO, M.V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007

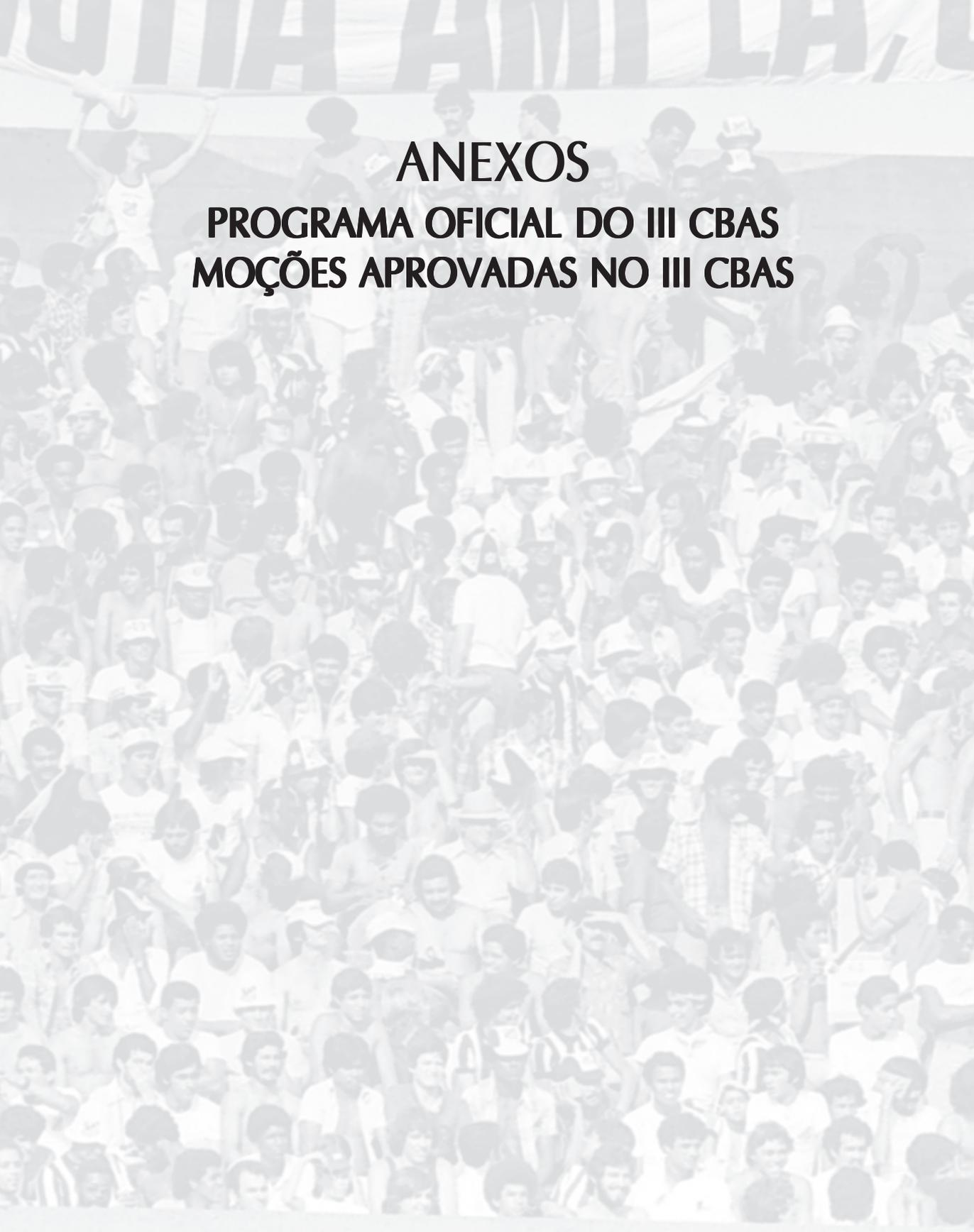
KOIKE, M.M.S. Jubileu de Ouro. *Cadernos ABESS* nº 7. São Paulo: Cortez, 1997.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril, 1982.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril, 1982.

MENDES, J.M.R. As associações profissionais de Serviço Social e a articulação latino-americana: a perspectiva da ABEPSS. *Temporalis*. Ano 4, nº 7 (janeiro/junho de 2004) - Articulação Latino-Americana e Formação Profissional. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

RAMOS, S.R. Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional In: *Serviço Social e Sociedade* nº 88. São Paulo: Cortez, 2006.



ANEXOS
PROGRAMA OFICIAL DO III CBAS
MOÇÕES APROVADAS NO III CBAS

III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

“SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL”

PROMOÇÃO

CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais

CRAS 9ª Região - Conselho Regional de Assistentes Sociais - S. Paulo

COLABORAÇÃO

CRAS 1ª Região - Acre, Amazonas e Pará

CRAS 2ª Região - Maranhão e Piauí

CRAS 3ª Região - Ceará e Rio Grande do Norte

CRAS 4ª Região - Alagoas, Paraíba e Pernambuco

CRAS 5ª Região - Bahia e Sergipe

CRAS 6ª Região - Espírito Santo e Minas Gerais

CRAS 7ª Região - Rio de Janeiro

CRAS 8ª Região - Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Norte e Mato Grosso do Sul

CRAS 9ª Região - São Paulo

CRAS 10ª Região - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina

São Paulo, 23 de setembro de 1979

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

CFAS - Luiz Henrique Pedreira - Presidente

CRAS 9ª Região - Maria Cecília Ziliotto - Presidente

COMISSÃO EXECUTIVA

Sérgio Fuhrmann - Presidente

Aldaiza de Oliveira Sposati - Secretária

José Luiz Gaeta Paixão - Tesoureiro

Maria Cecília Pimentel Borboletto - Assessora do CFAS

COMISSÃO TÉCNICA

Mário da Costa Barbosa (Presidente), Heliton Betetto, Mariângela Belfiore, Maria

Lúcia Martinelli, Myrian Veras Baptista, Suzana Aparecida da Rocha Medeiros

PRESIDENTE DE HONRA

Sua Excelência Senhor João Baptista de Figueiredo

Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil

PATRONO

Sua Excelência Senhor Murilo Macedo

Digníssimo Ministro do Trabalho

COMISSÃO DE HONRA

Sua Excelência Senhor Jair Soares

Digníssimo Ministro da Previdência e Assistência Social

Sua Excelência Paulo Salim Maluf
Digníssimo Governador do Estado de São Paulo

Sua Excelência Senhor Antonio Salim Curiati
Digníssimo Secretário da Promoção Social do Estado de São Paulo

Sua Excelência Senhor Reynaldo Emydio de Barros
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA

Sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Murilo Macedo
Digníssimo Ministro do Trabalho no dia 23 de setembro, às 20:00 horas, no Salão
Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo de São
Francisco nº 95.

PROGRAMA

Dia 23 de setembro de 1979 - Domingo

das 10:00 às 17:00 hs
Credenciamento
Entrega de Material

Dia 24 de setembro de 1979 - Segunda-feira

das 09:00 às 09:45 hs
Abertura dos Trabalhos

Luiz Henrique Pedreira - Pres. CFAS
Maria Cecília Ziliotto - Pres. CRAS - 9ª Região
Mario da Costa Barbosa - Pres. Com. Técnica
Sérgio Fuhrmann - Pres. Com. Executiva

das 10:00 às 12:00 hs

Conferência: "SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL"

José Pinheiro Cortez

Presidente de Mesa:

Nadir Gouvêa Kfoury

almoço

das 15:00 às 18:00 hs

Painéis: "POLÍTICA GOVERNAMENTAL"

Assistência Social

Expositores:

Juarez Lopes Haussen; Lea Leal; Cássio Carvalho
da Costa Filho

Moderador:

Maria Lúcia Carvalho da Silva

Presidente de Mesa:

Juvanette Santos de Souza

Educação

Expositores:

Pedro Demo; Antonio Joaquim Severino

Moderador:

Renato Motti

Presidente de Mesa:

Kátia Santos Viola Coelho

Habitação

Expositores: Gustavo Alberto Trombowsky Heck, Mário Trindade; Marta Teresinha Godinho
Moderador: Carlos Alfredo de Souza Queiroz
Presidente de Mesa: Jorge Gilberto Krug

Menor

Expositores: Ecléa Guazelli; Antonio Luiz Ribeiro Machado; João Benedito de Azevedo Marques; Alyrio Cavallieri; Yolanda Heloisa de Souza
Moderador: Maria do Carmo Brandt Carvalho Falcão
Presidente de Mesa: Lucienne Silva Osias

Previdência Social

Expositores: Carlos Alberto Algayer; Maria Helena Motta Carneiro; Vicente de Paula Faleiros
Moderador: Rita de Cássia Revoredo Paranaguá
Presidente de Mesa: Wanda Franco de Toledo

Saúde

Expositores: Fernando Theofilo; José da Silva Guedes; Madel Therezinha Luz
Moderador: Guiomar Sant'Anna Murta
Presidente de Mesa: Maria Arlette Aun de Barros

Trabalho

Expositores: Walter Uzzo; Nair Lemos Gonçalves
Moderador: Bahij Amin Aur
Presidente de Mesa: Clarice Almeida

Dia 25 de setembro de 1979 - Terça-feira

Das 09:00 às 12:00 hs

Cine-Fóruns: "REALIDADE E DIREITOS SOCIAIS"

Assistência Social

Filmes: *Migrante* e *Restos*

Expositores: Assumpção Hernandes de Andrade; Safira Bezerra Ammann
Moderador: Pedro Waldemar Ferraz do Amaral
Presidente de Mesa: Sergio Santos Penna

Educação

Filme: *Estratégias*

Expositores: Walter George Dürst; Maria Nilde Mascelani
Moderador: Maria Amália Soares Arozo
Presidente de Mesa: Noemia Pereira Neves

Habitação

Filme: *Fim de Semana*

Expositores:

Moderador:

Presidente de Mesa:

Renato Tapajós; José Álvaro Moisés

Ademir Alves da Silva

José Augusto Pontes Moraes

Menor

Filme: *Escola de 40 mil ruas*

Expositores:

Moderador:

Presidente de Mesa:

Fernando Jordão; Maria Helena Souza Patto

Ruy Toledo Joele

José Fernandes Guimarães

Previdência Social

Filme: *Ambulantes*

Expositores:

Moderador:

Presidente de Mesa:

Wagner de Carvalho; Evaldo Amaro Vieira

Conceição Aparecida de Castro Ferraz

Ornélia Motta

Saúde

Filme: *Desafio Permanente*

Expositores:

Moderador:

Presidente de Mesa:

Herval Pina Ribeiro; Oswaldo Campos

Ursula Margarida Simon Karsch

Olda Andreazza Morbin

Trabalho

Filme: *A Greve*

Expositores:

Moderador:

Presidente de Mesa:

João Batista de Andrade; Walter Barelli

José Avelino Fernandes

Selma Castro de Lima

almoço

das 15:00 às 18:00 hd

VISITAS TÉCNICAS

Dia 26 de setembro de 1979 - Quarta-feira

Conferências: “POSICIONAMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À POLÍTICA SOCIAL”

Presidente de Mesa:

Seno Antonio Cornely

Luiza Erundina de Souza

Helena Iracy Junqueira

almoço

das 15:00 às 16:00 hs

Painel: “FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DA CATEGORIA PROFISSIONAL”

Associações Estudantis

Associações de Ensino

Associações Profissionais

Sindicatos
Órgãos de Fiscalização da Profissão
Moderador: Laércio Barros dos Santos
Presidente de Mesa: Luiz Henrique Pedreira

Dia 27 de setembro de 1979 - Quinta-feira
das 09:00 às 12:00 hs
Painéis: “O PROFISSIONAL NA POLÍTICA SOCIAL”

Assistência Social
Expositores: José Lucena Dantas; Suraia Daher; Joaquina Barata Teixeira
Moderador: Hebe Martins Gonçalves Pereira
Presidente de Mesa: Cléo Bauer

Educação
Expositores: Núbia do Nascimento Marques; Vicentina Velasco; Leila Lima do Santos
Moderador: Edith Magalhães Motta
Presidente de Mesa: Alvina Ramos de Loliola

Habitação
Expositores: Jucília Vieira de Castro; Carmem Wachowics; Maria Beatriz Costa Abramides
Moderador: Renata Machado Gomide
Presidente de Mesa: Terezinha Aparecida Vaz Stival

Menor
Expositores: Leda Del Caro Paiva; Maria Eleonora Peres Pessoa; Djarna Bonder
Moderador: João Batista Aducci
Presidente de Mesa: Mariete Vasconcelos Freitas

Previdência Social
Expositores: Leila Maria Vieira Bugalho; Maria Socorro reis Cabral; Sinhorinha Maria de Macedo Losca
Moderador: Maria Augusta de Luna Albano
Presidente de Mesa: Margarida Maria Cavalcante Motta

Saúde
Expositores: Maria Rosa De Marchi Galante; Tecla Machado Soeiro; Maria Mirza de Alcântara Mesquita; Mariana Penna Pessotto
Moderador: Vera Lucia Janini Sawaya
Presidente de Mesa: Vera Alves de Lima

Trabalho
Expositores: José Oliveira de Barros; Juciene Rodrigues Hellmeister; Alba Zita de Vargas Pinheiro

Moderador: José Mendes
Presidente de Mesa: Therezinha Machado Marchi

Dia 28 de setembro de 1970 - Sexta-feira

das 09:00 às 11:30 hs
Apresentação de Moções
Conclusões do III CBAS

das 11:30 às 12:00 hs
Sessão Solene de Encerramento sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Jair Soares, digníssimo Ministro da Providência e Assistência Social

ATIVIDADES SOCIAIS E CULTURAIS

Dia 25 de setembro de 1979 - Terça-feira

21:00 hs
Apresentação do Quarteto de Cordas do Município
Teatro de Cultura Artística - Rua Nestor Pestana, 196
Colaboração do Departamento de Teatros da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo

Dia 26 de setembro de 1979 - Quarta-feira

21:00 hs
Jantar Dançante
Centro Social Mário França de Azevedo - Rua do Carmo, 47
Reserva especial para os congressistas, mediante adesão

Dia 27 de setembro de 1979 - Quinta-feira

21:00 hs
Apresentação do Coral Paulistano
Teatro da Cultura Artística - Rua Nestor Pestana, 196
Colaboração do Departamento de Teatros da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo

Dia 28 de setembro de 1979 - Sexta-feira

13:00 hs
Almoço de Confraternização
Apresentação da Orquestra de Cordas do SESC
Centro Campestre do SESC - "Brasílio Machado"- Av. das Jaboricabeiras, 1100 - Sto. Amaro

Para adesões, solicitações de reserva e outras informações sobre as atividades Sociais e Culturais do III CBAS, procure o balcão Social no Hall Nobre do Palácio das Convenções.

Exposição Paralela
Consulex – Consultoria e Legislação Ltda.
Coordenadoria de Bem Estar Social da Prefeitura Municipal de São Paulo
Editoria Cortez & Moraes Ltda.
Secretaria da Promoção Social do Governo do Estado de São Paulo

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – São Paulo
Serviço Social do Comércio – SESC – São Paulo
Sono-Viso Produção Áudio-Visual Ltda.

III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS - REGULAMENTO

Aprovado em Reunião do Conselho Pleno em 27/ 04/ 79

CAPÍTULO I - DO ÓRGÃO PROMOTOR, DA SEDE E DATA

Art. 1º - O III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

- III CBAS, é promovido pelo Congresso Federal de Assistentes Sócios-CFAS em colaboração com os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais-CRAS, cabendo ao Presidente do CFAS a sua representação, coordenação e supervisão.

Art. 2º - O III CRAS será realizado na Capital do Estado de São Paulo, sede do Conselho Regional de Assistentes Sociais - CRAS 9ª Região, no período de 23 a 28/ 09/ 79.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 3º - São Objetivos do III CRAS:

- a) Posicionar o Serviço Social na Política Social;
- b) Analisar e debater os trabalhos técnico-científicos escolhidos pela Comissão Técnica, de acordo com o presente Regulamento.
- c) Expor e discutir os temas programados para o III CBAS, a partir de seu tema oficial “O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA SOCIAL”;
- d) Discutir e aprovar moções a serem dirigidas às autoridades e/ou aos órgãos de classe, sugerindo medidas de interesses para o Serviço Social e à própria classe.

CAPÍTULO III - DO TEMÁRIO

Art. 4º - O tema oficial do III CBAS versará sobre “O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA SOCIAL”.

- a) O tema do III CBAS dará continuidade ao anterior, porém, mais voltado para uma resposta às contradições inerentes ao crescimento urbano desordenado por que passa esse País;
- b) Tal situação é um verdadeiro desafio ao Serviço Social e ao engajamento do homem no processo de desenvolvimento deve levar o III CBAS a uma proposta ao Estado de uma atuação mais concreta.

Art. 5º - A programação do III CBAS constará de:

a) Temas Oficiais:

1. Conferências
 2. Painéis
- b) Temas Livre

Art. 6º - As Conferências versarão sobre assuntos relacionados ao tema oficial do III CBAS, cabendo ao CFAS convidar as personalidades para proferi-las.

Art. 7º - Os Painéis se destinarão à exposição e análise dos temas oficiais como tal considerados.

§ Único - Tempo de duração dos painéis e debates será fixado pelo Coordenador da mesa, de comum acordo com os expositores.

Art. 8º - Os Temas Livres que versarão sobre o “SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL”, serão apresentados por Assistentes Sociais previamente credencia-dos, e

cujos trabalhos forem selecionados pela Comissão previamente credenciados, cujos trabalhos forem selecionados pela Comissão Técnica.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 9º - O III CBAS estará assim estruturado em sua organização:

- a) Coordenação e Supervisão
- b) Comissão Técnica
- c) Comissão Executiva
- d) Coordenação e Supervisão

Art. 10º - Constitue o órgão Coordenação e Supervisão a Diretoria do CFAS, cabendo as decisões ao seu Conselho Pleno.

Art. 11º - À Coordenação e Supervisão compete:

1. Organizar, Coordenar, e Supervisionar a programação do III CBAS.
2. Promover contatos com as Entidades ligadas ao Serviço Social e Autoridades, visando sua participação no III CBAS, quer como convidados, conferencistas, expositores, professores ou homenageados;
3. Promover, juntamente com a Comissão Executiva, a divulgação do III CBAS.

b) Comissão Técnica.

Art. 12º - A Comissão Técnica será constituída de profissionais escolhidos pelo CFAS e designados pelo seu Presidente.

Art. 13º - A coordenação da sua Comissão Técnica estará a cargo de um Conselheiro efetivo do CFAS, designado pelo seu Presidente.

Art. 14º - Compete à Comissão Técnica:

1. Elaborar com a Comissão Executiva a programação geral das atividades do Congresso, acompanhando sua execução;
2. Examinar os trabalhos encaminhados ao Congresso, selecionando-os para sua inclusão na agenda dos trabalhos;
3. Participar da organização das mesas redondas e sessões plenárias do Congresso;
4. Participar da elaboração dos Anais do III CBAS;
5. Apresentar à Comissão Executiva planos e sugestões para o bom andamento dos trabalhos.

c) Comissão Executiva.

Art. 15º - A Comissão Executiva será constituída de um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, indicados pelo CRAS sede do III CBAS e designado pelo CFAS.

§ Único - Para acompanhar os trabalhos da Comissão Executiva designará o CFAS, entre seus membros, um Assessor.

Art. 16º - Compete à Comissão Executiva:

1. Elaborar com a Comissão Técnica a programação geral do Congresso;
2. Cuidar dos preparativos referentes à realização do III CBAS;
3. Promover contatos locais e regionais com autoridades e entidades, visando a realização do III CBAS e o levantamento dos recursos necessários;
4. Promover a mais ampla divulgação do Congresso diretamente e/ou através do CRAS, em estreito entrosamento com o CFAS;
5. Manter estreito relacionamento com as empresas especialmente contratadas pelo CFAS para o III CBAS, supervisionando e acompanhando seus trabalhos na área de sua competência;
6. Arrecadar os recursos destinados ao III CBAS, inclusive taxas de inscrição, mantendo e movimentando conta em banco, prestando contas ao CFAS na forma e condições por este estabelecidas;

7. Opinar em assunto de sua competência, bem como naqueles para os quais o CFAS solicitar seu parecer;
8. Criar tantas SUB-COMISSÕES quantas se fizerem necessárias ao melhor desempenho de suas atribuições e atividades;
9. Programar e coordenar as atividades sociais do II CBAS, diretamente ou através de empresas especializadas;
10. Designar os membros componentes das Sub-Comissões, estabelecendo suas atribuições.

Art. 17º - Dentre as Sub-Comissões a serem criadas, contará necessariamente a Comissão Executiva com as seguintes:

- a) Recepção e hospedagem
- b) Divulgação
- c) Atividades Sociais

CAPITULO V - DA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 18º - O Congresso admitirá 02 (dois) tipos de trabalhos:

- a) Trabalhos Convidados - apresentados por autores convidados, versando sobre itens do tenário
- b) Trabalhos Livres - experiências e proposições sobre os itens do tenário.

Art. 19º - Os trabalhos convidados serão da responsabilidade de entidades ou técnicos, mediante convite especial do CFAS, por proposta da Comissão Técnica e versarão sobre assuntos relacionados nos itens específicos do tenário, que serão estabelecidos de comum acordo com as áreas de interesse dos autores.

Art. 20º - Os trabalhos livres deverão ater-se necessariamente ao tema estabelecido e serão previamente submetidos ao processo de seleção por parte da Comissão Técnica que os distribuirá entre as diversas sessões.

CAPITULO VI - DAS SESSÕES

Art. 21º - Os trabalhos serão realizados em Sessões Plenárias Especiais (temas livres e painéis).

Art. 22º - Em cada sessão a Mesa Diretora dos Trabalhos será formada por 01 (um) Presidente e 01 (um) Moderador e 01 (um) Relator.

Art. 23º - Cabe ao Presidente instalar, presidir e encerrar a sessão.

Art. 24º - Cabe ao Moderador:

- a) Coordenar os trabalhos das sessões, de acordo com o presente Regulamento;
- b) Manter a palavra dos expositores e só permitir apartes com prévia autorização;
- c) Receber e distribuir entre os expositores as questões formuladas pelos congressistas na forma deste Regulamento.

Art. 25º - Cabe ao relator acompanhar a sessão elaborando a ata.

SESSÕES PLENÁRIAS

Art. 26º - As Sessões Plenárias funcionarão para a abertura e encerramento do Congresso, para conferências e apresentação dos trabalhos convidados.

Art. 27º - Cabe à Sessão Plenária a apresentação e votação de conclusões, recomendações e moções.

Art. 28º - As Sessões Plenárias destinam-se a apresentação de temas livres.

PAINÉIS

Art. 29º - Os painéis destinam-se ao aprofundamento das questões levantadas nas conferências plenárias.

CAPÍTULO VII - DOS DEBATES E DAS MOÇÕES

Art. 30º - Somente serão colhidas questões, para debates e moções, apresentadas com clareza, por escrito, desde que relacionadas com o temário e os objetivos do III CBAS.

§ Único - As questões para debates serão encaminhadas na forma disposto neste arquivo, ficando a critério dos Coordenadores das sessões o seu encaminhamento aos expositores.

Art. 31º - As conclusões, recomendações e moções deverão ser apresentados à Comissão Técnica do III CBAS durante a sua realização, até às 12:00 horas do dia anterior ao encerramento do Congresso, ficando o seu encaminhamento à Plenária sujeito à aprovação da referida comissão.

§ Único - cada proposta será apresentada isoladamente pela Mesa para votação

Art. 32º - A plenária deliberará pela maioria dos presentes, na forma estabelecida pela Mesa Diretora de seus trabalhos.

CAPÍTULO VIII - DA PARTICIPAÇÃO

Art. 33º - Serão participantes do III CBAS:

a) Convidados:

01. Autoridades.

02. Acadêmicos de Serviço Social, dois por unidade de ensino.

b) Congressistas:

- Assistentes, regularmente inscrito co CRAS.

c) Entidades públicas e/ou privadas.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34º - Serão conferidos aos membros do III CBAS certificados de participação.

Art. 35º - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação e Supervisão do III CBAS.

LUIZ HENRIQUE PEDREIRA

AS. 319/CRAS 9 Região

CFAS - PRESIDENTE

AGRADECIMENTOS

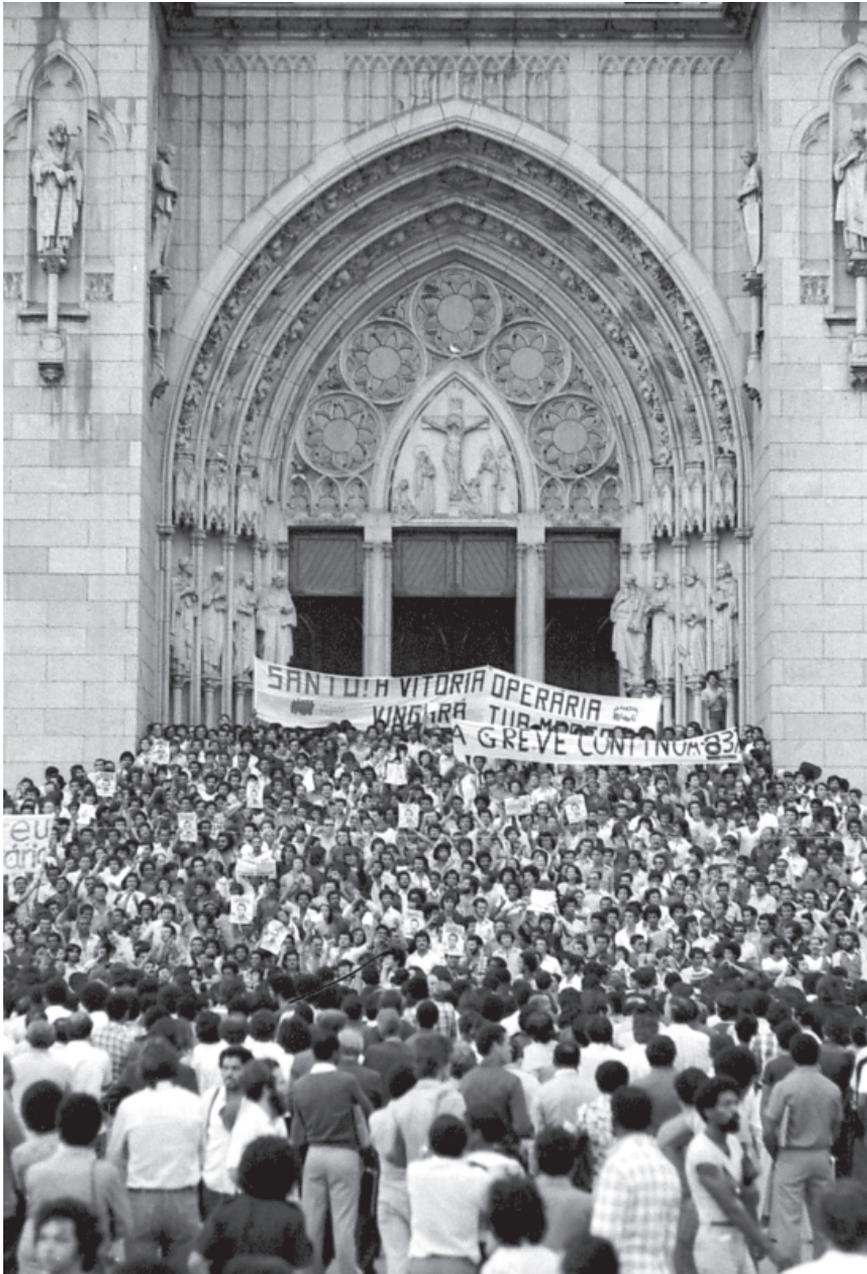
Agência de Viagens MARTINELLI, Banco Real S.A., Editora Cortez & Moraes Ltda., Faculdade de Direito da Universidade São Paulo, Paulistur S.A., Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Social do Comércio - Sesc - São Paulo, VASP - Viação Aérea São Paulo.

Secretaria Executiva

MEETING, Planejamento e Organização de Eventos

Rua Jusseape, 40 - CEP 04542 - São Paulo - SP - Tel.: 210-3777.

Após assembléia metalúrgicos percorrem as ruas do centro de São Paulo, em 5 de novembro de 1979. Fotografia de Ariovaldo dos Santos, acervo CPDOC-JB.



Com o apoio da torcida Gaviões da Fiel, o jornalista Luis Carlo Fon e um amigo organizaram a abertura da faixa pela anistia ampla, geral e irrestrita, após a tradicional queima de fogos, no Morumbi, no jogo Santos x Corinthians. A polícia invadiu a torcida corinthiana que protegeu o jornalista. Em 4 de março de 1979, fotografia de José Carlos Brasil. Acervo CPDOC-JB.





MOÇÕES APROVADAS NO III CBAS*

- De apoio aos sindicatos, associações profissionais, UNE, entidades e movimentos das classes trabalhadoras; repúdio à forma de ensino e arbitrariedades – encaminhada pela delegação estudantil do III CBAS – subscrita por 28 representantes;
- Pela maior atuação do CBAS e CRAS junto ao MEC e Conselhos Federais de Educação – encaminhada por assistentes sociais na Área Escolar – subscrita por 27 assistentes sociais da Área de Educação;
- Pela intervenção do CFAS junto ao MEC, no que diz respeito à proliferação de faculdades, número de vagas e aprovação de curriculum compatível – subscrita por nove assistentes sociais;
- De repúdio à atitude dos grileiros do Estado da Bahia – encaminhada pelos participantes do II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – subscrita por 23 entidades representativas;
- De apoio à destituição da Comissão de Honra do III CBAS – encaminhada pelo Centro Acadêmico XXII de Agosto (FMU) – subscrita pelo presidente do Diretório Acadêmico;
- De repúdio à violência dos órgãos de segurança de São Luiz do Maranhão contra estudantes e a população – encaminhada pelo Centro Acadêmico da Universidade Federal do Maranhão;
- Pelo encaminhamento ao presidente da República solicitando medidas urgentes a fim de fortalecer os municípios brasileiros – encaminhada pela Associação Profissional do Vale do Paraíba e Litoral Norte – subscrita por 44 assistentes sociais;



.....
*Reprodução das moções a partir de documento intitulado: *III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 23 a 28 de setembro de 1979. Assunto: Síntese das moções aprovadas na assembléia de 28/09.* Acervo do CFESS.

- Pelo reconhecimento universal dos Direitos à Cidadania – encaminhada pela delegação baiana;
- Pela inclusão de assistentes sociais nos ministérios, secretarias, divisões regionais, departamentos, coordenadorias, serviços de promoção e bem estar social e relações humanas – subscrita por nove assistentes sociais da 9ª. Região;
- Pela maior fiscalização pelos CRASS quanto ao sigilo e ética profissionais – subscrita por sete assistentes sociais;
- Repúdio ao I Painel da Área do Menor – encaminhada pelos participantes da Área do Menor;
- De louvor à Comissão Executiva pela flexibilidade nas alterações do III CBAS. Pela união e reativação dos órgãos representativos de classe; pela preparação dos docentes na formação dos futuros profissionais; pelo posicionamento crítico dos assistentes sociais frente à prática profissional; pelo aprofundamento das idéias teóricas. Repúdio ao regime repressivo – encaminhada pelos assistentes sociais da 10ª. Região – subscrita por 29 assistentes sociais;
- De repúdio à intervenção nos sindicatos, ao projeto de anistia parcial, à devastação da Amazônia, à repressão aos estudantes, à omissão do Sindicato de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro – encaminhada pelo II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – subscrita por 23 entidades de classe;
- De repúdio à devastação da Amazônia, à destruição das comunidades indígenas e caboclas, a todo tipo de repressão – encaminhada pela bancada da Amazônia 1ª. Região – subscrita pela presidente do CRASS 1ª. Região e bancada;
- Pela redução da carga horária para 6 horas diárias – encaminhada pelas assistentes sociais do Estaleiro Mauá – subscrita por dois assistentes sociais;
- De repúdio à privatização e mercantilização do atendimento médico – individual – subscrita dois assistentes sociais;
- De apoio e participação no retorno de líderes e ex-presidentes de sindicatos que lutaram em defesa dos trabalhadores – encaminhada por profissionais de São Paulo – subscrita pela APASSP;
- Pela resistência às manipulações, pela luta contra o atrelamento da prática do Serviço Social, pelo compromisso com as camadas populares, trabalhadores em geral e a serviço das classes oprimidas; encaminhado pela bancada da Bahia.
- De apoio à atuação da categoria nas lutas pelas liberdades fundamentais e repúdio ao sistema repressivo em vigor desde 1964 – encaminhada pelas associações e sindicatos – subscrita por dez assistentes sociais;
- De apoio à Comissão de Organização III CBAS pela flexibilidade na incorporação das mudanças propostas pela categoria no decorrer do congresso – encaminhada por assistentes sociais de São Paulo – subscrita por 17 assistentes sociais;

- De apoio ao levantamento de Fundo de Greve em solidariedade aos companheiros trabalhadores – encaminhada por associações, sindicatos e pré-associações – subscrita por 13 assistentes sociais;
- De apoio ao Movimento em Defesa dos Direitos do Menor – encaminhada pelas participantes do Painel da Área do Menor;
- De repúdio à participação restrita dos estudantes no Congresso – encaminhada por entidades estudantis – subscrita por representantes de 17 faculdades;
- De denúncia da atitude da diretoria do Sindicato do Rio de Janeiro, pela não participação no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais e Associações de Assistentes Sociais – individual – assinado;
- De repúdio aos profissionais que negam às classes trabalhadoras o direito de participação no processo histórico – encaminhamento individual, assinado.
- Pela criação de um sindicato de assistentes sociais, pelo desenvolvimento sistemático do CRASS, visando à valorização do profissional e o estabelecimento de piso salarial – encaminhada pelo CRASS 5ª. Região, Delegação da Seccional de São Paulo, ARAS, GIASE e entidades de Ribeirão Preto.
- Pela sugestão de intervenção no CFAs e demais órgãos de classe pela inclusão em jornada de trabalho de 6 horas (diárias) – individual – subscrita por assistente social do Rio de Janeiro.
- Pela criação de coordenadorias regionais de Serviço Social, realização de encontros de profissionais junto ao INAMPS, operacionalização de sugestões, em relação ao PIS, criação de coordenação junto ao campo específico (Pessoal) – individual – subscrita por 15 assistentes sociais;
- De repúdio à filosofia do governo quanto aos programas de desenvolvimento social, em particular na Área do Menor, que não possuem qualificação profissional – encaminhada pelo Grupo do Menor;
- De repúdio contra a exploração e repressão da classe trabalhadora. De apoio à campanha dos professores universitários por melhores salários – encaminhada pela delegação da Bahia.

A todos os companheiros e companheiras que ousaram construir a história de lutas do Serviço Social Brasileiro, a nossa mais profunda admiração.



*Associação
Brasileira de
Ensino e
Pesquisa em
Serviço
Social*



Nesses tempos regressivos e nesta seara de mudanças na relação entre Estado e Sociedade, com implicações na organização do trabalho e no contexto de um conjunto de contra-reformas (Trabalhista, na Previdência e na Educação) em que são efetivadas iniciativas de desregulamentação do trabalho, das profissões e de conquistas históricas da classe trabalhadora, continuamos a escrever a história contemporânea do Serviço Social brasileiro na luta. Seguimos na defesa intransigente do trabalho como condição essencial para a realização histórica dos sujeitos, sendo, portanto, uma questão presente na agenda de luta do Conjunto CFESS/CRESS nos dias atuais.

CFESS

Quaisquer que sejam, porém, as perspectivas e as alternativas do Serviço Social no Brasil, o significado do III Congresso não será esbatido. Ele permanecerá como um episódio histórico – e oxalá as novas gerações de profissionais possam extrair do seu legado toda a sua riqueza.

José Paulo Netto

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais se colocou como um elo nessa transição histórica entre a ditadura e a democracia, assim como um elo de ligação dos assistentes sociais com os trabalhadores, de identificação das lutas dos assistentes sociais com as lutas mais gerais da sociedade e como uma ruptura com um modelo de prática de adaptação, para reforçar uma articulação da profissão com as transformações das relações sociais de dominação e exploração no cotidiano de sua atuação. (...) Em termos de discussão e de atos políticos, realmente, configurou-se uma virada.

Vicente de Paula Faleiros



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL



Associação
Brasileira de
Ensino e
Pesquisa em
Serviço
Social



ISBN 978-85-99447-06-2